



PRODUTO 6
VOLUME II - VERSÃO FINAL

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)

FORTALEZA- CEARÁ

FICHA TÉCNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta: Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente: Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro: Gastão Dias Vieira

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Secretária: Fábio Rios Mota

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Diretor: Carlos Henrique Menezes Sobral

COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS II

Coordenadora Geral: Viviane de Farias

Técnica Nível Superior: Luciana Amado Guimarães

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Prefeito: Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra

SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA

Secretário: João Salmito Filho

COORDENAÇÃO GERAL DA UCP/PRODETUR/FORTALEZA

Coordenador Geral: Reinaldo Rigaud Salmito

COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS BÁSICOS E GESTÃO AMBIENTAL

Coordenador: João Luiz Ramalho Oliveira Filho

Gerente Especial em Gestão Ambiental: Ilka Maria Aguiar Braid.

EQUIPE TÉCNICA

Roberto de Melo Martins

Coordenador do Projeto

ASSIST Consultores Associados LTDA.

Amanda Sousa Silvino

Especialista em Meio Ambiente 1

ASSIST Consultores Associados LTDA.

Gustavo Amorim Studart Gurgel

Especialista em Meio Ambiente 2

ASSIST Consultores Associados LTDA.

Magda Helena de Araújo Maia

Especialista em Meio Ambiente 3

ASSIST Consultores Associados LTDA.

Lívia Silva Barbosa

Especialista em Meio Ambiente 4

ASSIST Consultores Associados LTDA.

Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

Especialista em Turismo

ASSIST Consultores Associados LTDA.

Wagner Albuquerque Barbosa

Especialista em Projetos de Infraestrutura

ASSIST Consultores Associados LTDA.

José Roberto de Resende

Especialista em Projetos de Infraestrutura

ASSIST Consultores Associados LTDA.

Marcos Martins Santos

Especialista em Socioeconomia

ASSIST Consultores Associados LTDA.

1. SUMÁRIO

2. INTRODUÇÃO	12
3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	15
3.1 Objetivo Geral	15
3.2 Objetivo Específico.....	15
4. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO AAE	16
5. LINHA DE BASE (BASELINE)	18
5.1. Contexto Geral do Turismo na Área de Abrangência	18
5.2. Áreas de Influência Direta e Estratégica	24
5.2.1 Área de influência direta do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA.....	24
5.2.1.1 Av. Beira Mar	26
5.2.1.2. Praia do Futuro.....	27
5.2.1.3. Mucuripe/Santa Terezinha.....	28
5.3. Caracterização Geral da Área.....	32
5.3.1 Aspectos Físicos	32
5.3.1.1 Ocupações por Bacia Hidrográfica	33
5.3.1.1.1 Bacia Vertente Marítima.....	33
5.3.1.1.2. Bacia do Rio Cocó.....	35
5.3.1.1.3. Bacia do Maranguapinho/ Ceará	36
5.3.1.2. Aspectos Geológicos e Geotécnicos.....	36
5.3.1.3. Formação Barreiras.....	37
5.3.1.4. Beach Rock – Arenito de Praia.....	38
5.3.1.5. Variabilidade das Marés.....	39
5.3.1.6. Dunas Móveis ou Recentes e Paleodunas.....	40
5.3.1.7. Aluviões	41
5.3.1.8. Areias de Praia.....	41
5.3.1.9. Geossistema Litorâneo	42
5.3.1.10. Geomorfologia da Área.....	43
5.3.1.11. Evolução da Praia de Fortaleza.....	43
5.3.1.12. Climatologia	45
5.3.1.13. Clima Local e Precipitação Pluviométrica.....	45
5.3.1.14. Recursos Hídricos	48
5.3.1.14.1 Superficiais	48
5.3.1.14.2. Águas Subterrâneas	50
5.3.1.14.3. Qualidade da Água nos Corpos Hídricos.....	50

5.3.1.15. Abordagem Limnológica.....	51
5.3.2. Aspectos Sociais	52
5.3.2.1 Contexto Histórico da Cidade de Fortaleza.....	52
5.3.2.2. Contexto Urbanístico da Cidade de Fortaleza.....	55
5.3.2.3. Localização e Acessos.....	57
5.3.2.4. Caracterização dos Serviços de Infraestrutura	58
5.3.2.4.1 Sistema de esgotamento sanitário	58
5.3.2.4.2. Sistema de drenagem pluvial	60
5.3.2.4.3. Sistema de limpeza urbana	61
5.3.2.4.4. Sistema de abastecimento de água.....	64
5.3.2.4.5. Sistema viário de transporte coletivo	66
5.3.2.4.5.1 Acesso rodoviário regional	67
5.3.2.4.5.2. Acesso rodoviário municipal	67
5.3.2.4.5.3. Acesso ferroviário.....	67
5.3.2.4.5.4. Acesso aeroviário	68
5.3.2.4.5.5. Acesso marítimo.....	68
5.3.2.4.5.6. Transporte coletivo.....	68
5.3.3. Aspectos Institucionais	68
5.3.3.1 Secretaria de Turismo de Fortaleza – SETFOR	68
5.3.3.2. Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	69
5.3.3.3. Ações de outras instituições e secretarias no âmbito do turismo.....	70
5.3.4. Aspectos Econômicos.....	70
5.4. Caracterização dos Aspectos Ambientais.....	72
5.4.1 Conceitos e princípios	73
5.4.2. Contextualização ambiental no município de Fortaleza	73
5.4.2.1. Ambientes artificiais urbanos.....	75
5.4.2.2. Recursos Naturais e Unidades de Conservação	77
5.4.2.3. Meio Biológico	78
5.4.2.3.1 Ambiente praiano	79
5.4.2.3.1.1 Ambiente da Planície Bermal (Berma).....	79
5.4.2.3.1.2. Vegetação e fauna dos campos dunares	80
5.4.2.3.2. Ambientes ribeirinhos	80
5.4.2.3.3. Aspectos Faunísticos	81
5.4.2.3.4. Distribuição da fauna e flora por bacia hidrográfica	82
5.4.2.3.4.1 Bacia vertente marítima	82

5.4.2.3.4.2. Bacia do Rio Cocó.....	82
5.4.2.3.4.3. Bacia do Maranguapinho/Ceará.....	84
5.5. Identificação e Análise da Base Legal	84
5.5.1 A Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal	84
5.5.2. O Plano Diretor Participativo de Fortaleza	91
5.5.2.1 Da política de meio ambiente	91
5.5.2.2. Da regulação do uso e ocupação do solo	91
5.5.2.3. Do uso, preservação e conservação da biodiversidade.....	92
5.5.2.4. Do controle da qualidade ambiental.....	93
5.5.2.5. Do sistema de áreas verdes	93
5.5.2.6. Do monitoramento dos recursos hídricos	94
5.5.2.7. Da Educação Ambiental	94
5.5.2.8. Do Sistema Municipal de Meio Ambiente	95
5.6. Identificação e Análise das Interações Institucionais.....	96
5.7. Identificação dos Principais Planos, Programas e Projetos.....	102
5.7.1 Prodetur Nacional Fortaleza.....	105
5.7.2. Projeto Vila Do Mar	108
5.7.3. Projeto Orla.....	109
5.7.4. Projetos PAC-2	109
5.7.5. Projeto Copa 2014.....	110
5.7.6. Projeto Aldeia da Praia	113
5.7.7. DRENURB.....	114
5.7.8. ÁGUAS DA CIDADE	114
5.7.9. METROFOR.....	114
5.7.10 TRANSFOR.....	115
5.7.11 RECICLANDO ATITUDES.....	116
5.8. Outras Iniciativas de Desenvolvimento	117
5.8.1 Centro Multifuncional de Feiras e Eventos.....	117
5.8.2. Urbanização e Requalificação do Centro de Fortaleza	117
5.8.3. Investimento Hoteleiro na Área de Influência	117
5.8.4. Requalificação do Parque do Cocó	118
5.8.5. Programas de qualificação.....	118
5.9. Identificação das Principais Tensões e Conflitos.....	118
6. DIAGNÓSTICO INTEGRADO.....	120
6.1 Considerações sobre Área de Abrangência do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA	121

6.2 Fatores Críticos Internos e Externos.....	122
6.3 Oficina Participativa.....	127
6.3.1 Fotos da Oficina Participativa	127
7. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS	128
7.1 Análise dos Impactos.....	132
7.2 Aspectos Socioeconômicos	148
7.3 Aspectos Culturais.....	160
7.4 Impactos Institucionais.....	168
7.5 Síntese dos impactos gerais identificados.....	175
7.6 Identificação e análise dos Impactos positivos e negativos à partir dos Fatores Críticos Estratégicos.....	179
7.6.1 Impactos e sua relevância estratégica	179
7.7 Análise dos Impactos sinérgico/cumulativos	187
7.8 Medidas para evitar / mitigar / compensar os impactos negativos	192
7.9 Medidas para potencializar / maximizar os impactos positivos	194
8. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	196
8.1 Visão de Futuro	197
8.2 Objetivos de Sustentabilidade para o Turismo	199
8.3 Construção dos Cenários	201
8.3.1 Eventos e Investimentos Previstos.....	201
8.3.2 Conjunto de intervenções do PRODETUR NACIONAL Fortaleza.....	208
8.3.3 Unidades de Conservação e Áreas de Preservação	214
8.3.4 Lugar Turístico	216
8.4 Cenário de Referência (CR)	218
8.5 Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP)	222
8.6 Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS)	226
9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	235
a. Indicadores de Sustentabilidade	236
b. Prazo Previsto Para a Revisão da AAE	237
10. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AAE	238
11. REFERÊNCIAS	242
12. ANEXOS.....	244

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS.....	12
--	----

FIGURA 2 - INTERAÇÃO ENTRE O AAE E O EIA DE UM PROJETO INDIVIDUAL.....	13
FIGURA 3 - BAIRROS CONTEMPLADOS PELO PRODETUR NACIONAL FORTALEZA.....	25
FIGURA 4 – DESTINOS TURÍSTICOS DO ESTADO DO CEARÁ	30
FIGURA 5 - REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES	32
FIGURA 6 - MAPA GEOLÓGICO REGIONAL.....	38
FIGURA 7 - MUCURIBE E SERVILUZ EM 1968, 1978 E 2008	44
FIGURA 8 - CLIMATOLOGIAS DE PRECIPITAÇÃO E TEMPERATURA	46
FIGURA 9 - EVOLUÇÃO URBANA - SÉCULO XIX.....	54
FIGURA 10 - EVOLUÇÃO URBANA - SÉCULO XX	54
FIGURA 11 - EVOLUÇÃO URBANA - SÉCULO XXI	55
FIGURA 12 - LOCALIZAÇÃO E ACESSOS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CEARÁ	58
FIGURA 13 - PORCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM REDE DE ESGOTO	60
FIGURA 14 – BACIAS HIDROGRÁFICAS	62
FIGURA 15 – REDE DE DRENAGEM NO MUNICÍPIO	63
FIGURA 16 - DOMICÍLIOS PARTICULARES COM COLETA DE LIXO POR REGIÃO ADMINISTRATIVA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA 2000 -	63
FIGURA 17 - PORCENTUAL DE DOMICÍLIO COM REDE DE ÁGUA	65
FIGURA 18 - CONCEPÇÃO ARTÍSTICA DO ESTÁDIO CASTELÃO	111
FIGURA 19 - OBRAS CONTEMPLADAS NO TRANSFOR	116
FIGURA 20 – MODELO DE ANÁLISE SWOT.....	129
FIGURA 21 – BACIAS HIDROGRÁFICAS DA CIDADE DE FORTALEZA.....	142
FIGURA 22 – DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO SETOR TURÍSTICOS POR REGIONAL.....	149
FIGURA 23 – PROJETO DE REORDENAMENTO DA BEIRA MAR.....	209
FIGURA 24 – PROJETO DA ENCOSTA DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA.....	210
FIGURA 25 – PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA ZEZÉ DIOGO	210
FIGURA 26 – PROJETO DA PRAÇA 31 DE MARÇO	211
FIGURA 27 – CENÁRIO DE REFERÊNCIA.....	218
FIGURA 28 – CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PRODETUR.....	222
FIGURA 29 – CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	226

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - ÁREAS PRIORITÁRIAS DO PRODETUR NACIONAL FORTALEZA. A) MORRO SANTA TEREZINHA/MUCURIBE; B) AV. BEIRA MAR; C) PRAIA DO FUTURO	26
FOTO 2 - ROCHA DE PRAIA, TAMBÉM CHAMADA BEACH ROCK, REPRESENTANDO A BASE DA FORMAÇÃO BARREIRAS, AFLORANTE NA FAIXA DE PRAIA NO BAIRRO MEIRELES.....	59

FOTO 3 - FAIXA DE ANTEPRAIA (ESTIRÂNCIO), FORMADA POR AREIAS REMOBILIZADAS PELA DERIVA LITORÂNEA E PELA AÇÃO EÓLICA, LOCALIZADA NA PRAIA DO NÁUTICO..... 42

FOTO 4 - AEROPORTO PINTO MARTINS, FORTALEZA/CE 111

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - AMPLITUDES MENSIS DAS MARÉS DE SIZÍGIA E QUADRATURA REGISTRADAS PARA O PORTO DO MUCURIBE 40

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DOS DIAS DE CHUVA NUM INTERVALO DE 22 ANOS NA CIDADE DE FORTALEZA/CE..... 47

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - AGREGADOS TURÍSTICOS PARA O CEARÁ VIA FORTALEZA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009 19

TABELA 2 - AGREGADOS TURÍSTICOS PARA O CEARÁ VIA FORTALEZA: JANEIRO A MAIO DE 2011 20

TABELA 3 - DEMANDA TURÍSTICA VIA FORTALEZA: 1996 A 2011 21

TABELA 4 - OFERTA HOTELEIRA DE FORTALEZA EM 2011..... 22

TABELA 5 - DEMANDA TURÍSTICA VIA FORTALEZA SEGUNDO A MOTIVAÇÃO EM 2010..... 23

TABELA 6 - COLUNA ESTRATIGRÁFICA DA R.M.F 37

TABELA 7 - RELAÇÃO DOS ANOS DE OCORRÊNCIA DOS EPISÓDIOS EL NIÑO E LA NIÑA EM FORTALEZA 46

TABELA 8 - NÚMEROS E SALDOS DE EMPREGOS FORMAIS EM FORTALEZA E NO CEARÁ..... 71

TABELA 9 - UNIDADES DE INTERVENÇÃO 75

TABELA 10 - IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS..... 103

TABELA 11 - PLANOS DE AÇÃO DOS COMPONENTES ESTRATÉGICOS DO PDITS – FORTALEZA..... 105

TABELA 12 - IMPACTOS SOCIAIS E IMPACTOS AMBIENTAIS POSSÍVEIS 120

TABELA 13 – FATORES CRÍTICOS GERAIS INTERNOS E EXTERNOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM FORTALEZA..... 124

TABELA 14 – MATRIZ SWOT DOS FATORES CRÍTICOS ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM FORTALEZA 124

TABELA 15 - COMPONENTES ESTRATÉGICOS E AÇÕES PREVISTAS NO PDTIS POR PRIORIDADE DE AÇÃO 130

TABELA 16 – ASPECTOS..... 133

TABELA 17 – QUADRO-SÍNTESE DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS 175

TABELA 18 – RELEVÂNCIA DOS IMPACTOS DE ACORDO COM OS FATORES CRÍTICOS 180

TABELA 19 - IMPACTOS SINÉRGICOS / CUMULATIVOS..... 188

TABELA 20 - IMPACTOS SINÉRGICOS / CUMULATIVOS	189
TABELA 21 - MPACTOS SINÉRGICOS / CUMULATIVOS	190
TABELA 22 - IMPACTOS SINÉRGICOS / CUMULATIVOS	191
TABELA 23 - MEDIDAS PARA EVITAR / MITIGAR /COMPENSAR OS IMPACTOS DE ACORDO COM A ÁREA IMPACTADA	193
TABELA 24 - MEDIDAS PARA POTENCIALIZAR OS IMPACTOS POSITIVOS DE ACORDO COM A ÁREA IMPACTADA.....	195
TABELA 25 - SÍNTESE DOS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA EM FORTALEZA	200
TABELA 26 - OUTRAS INTERVENÇÕES PREVISTAS PELO PRODETUR NACIONAL FORTALEZA.....	212
TABELA 27 - RESUMO DA AVALIAÇÃO DE ITENS SELECIONADOS DA OFERTA TURÍSTICA DE FORTALEZA: 1997-2008	215
TABELA 28 – CENÁRIOS ATUAL/IDEAL E INDICADORES DE MUDANÇA.....	219
TABELA 29 - EVOLUÇÃO DA TENDÊNCIA DOS CENÁRIOS DE REFERÊNCIA	220
TABELA 30 - OBJETIVOS ELENCADOS PARA O PRODETUR FORTALEZA.....	222
TABELA 31 - EVOLUÇÃO DAS TENDÊNCIAS NO CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PRODETUR.....	224
TABELA 32 – FATORES INTERNOS E EXTERNOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DA MATRIZ CRUZADA	226
TABELA 33 - MATRIZ CRUZADA DE IMPACTOS E RISCOS SINÉRGICOS CUMULATIVOS	227
TABELA 34 - ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS.....	229
TABELA 35 – COMPARAÇÃO ENTRE OS CENÁRIOS CR, CRP E CDS E A CAPACIDADE DE ATINGIR OS OBJE- TIVOS DE SUSTENTABILIDADE	230
TABELA 36 – INDICADORES DE AVALIAÇÃO PROPOSTOS PELO PDITS	235
TABELA 37 – INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PROPOSTOS PELA AAE.....	236
TABELA 38 - SÍNTESE DAS RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS PELA AAE	241
TABELA 39- IMPACTOS E MEDIDAS EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA.....	245
TABELA 40 - IMPACTOS E MEDIDAS EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA.....	240
TABELA 41 - IMPACTOS E MEDIDAS EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA.....	247
TABELA 42 – IMPACTOS E MEDIDAS EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA.....	248
TABELA 43 - IMPACTOS EM FUNÇÃO DO COMPONENTE ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	249

2. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem em seu escopo a elaboração da **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Programa de Desenvolvimento do Turismo PRODETUR NACIONAL FORTALEZA**, instrumento que se configura como um dos diferentes tipos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), porém sem analisar o impacto de obras propriamente ditas, mas sim prever possíveis impactos oriundos de políticas, planos e programas. Assim, a AAE tem uma ação mais ampla que os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) avaliando ações e iniciativas, geralmente, no âmbito governamental (Figura 1).

FIGURA 1 – AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS



FONTE: CLARK, R. E PARTIDÁRIO, M.R., 2000, RETIRADO DE "AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA COSTA NORTE" (2006).

O conceito adotado no desenvolvimento deste estudo é estabelecido pelo Ministério do Meio Ambiente, que define a AAE como "um instrumento de planejamento indicativo, aplicado para assegurar a integração das dimensões biofísicas, socioeconômicas e institucionais no processo de formulação de Políticas, Planos e Programas (PPP). Reúne um conjunto de procedimentos sistemáticos e contínuos para a avaliação da qualidade e das consequências ambientais de uma dada PPP, assegurando que as decisões sejam tomadas em tempo hábil, de modo a evitar comprometimentos à sustentabilidade ambiental das áreas abrangidas e/ou impactadas pela PPP em questão" (MMA, 2002).

A Avaliação Ambiental Estratégica é um processo formal, sistemático, público, participativo e democrático de previsão e avaliação dos impactos ambientais e alternativas mitigadoras das políticas, planos, programas e projetos governamentais, que deve ser utilizado no momento de elaboração das propostas de tais ações estratégicas, incluindo a preparação de um relatório escrito contendo os resultados da avaliação e a utilização desses resultados para tomadas de decisão que sejam ambientalmente sustentáveis.

Trata-se de um instrumento de caráter político e técnico que tem a finalidade de servir de subsídio aos tomadores de decisões, uma vez que proporciona informações sobre as possíveis consequências ambientais (impactos, riscos e fatores críticos) das políticas, planos, programas e projetos propostos, sobre o ambiente social em que se desenvolvem as tendências futuras que possivelmente interferirão nas ações governamentais, além de descrever as respectivas alternativas mitigadoras, para que diante do

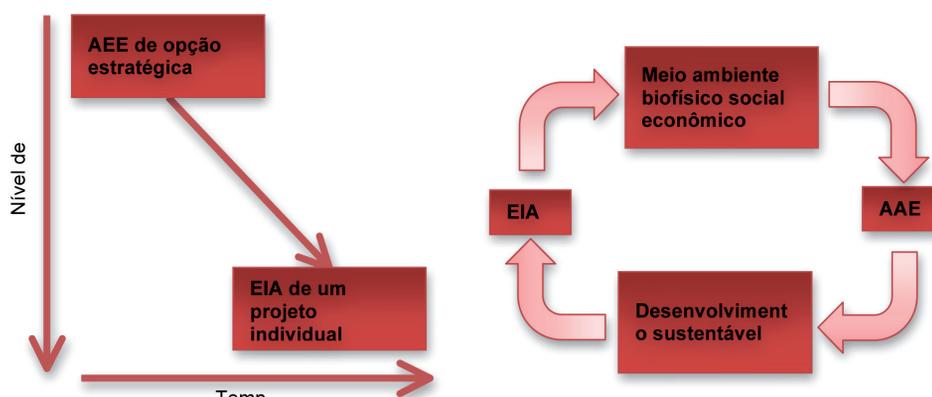
conhecimento de tais dados, as autoridades competentes possam tomar decisões públicas que sejam ambientalmente sustentáveis.

A AAE baseia-se no mesmo princípio da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) que preside o tradicional Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA/RIMA), mas enquanto este último se presta, basicamente, a identificar e quantificar impactos de projetos isoladamente, a avaliação estratégica tem por escopo analisar políticas, planos, programas e projetos em seus aspectos mais gerais e abrangentes. A AAE e a AIA, bem como seu Estudo de Impacto Ambiental, provêm da mesma família de instrumentos de gestão ambiental e se complementam, na medida em que, na sequência de planejamento, sucedem aos planos e programas dos projetos necessários à sua implementação. A avaliação ambiental passa a constituir um processo sequencial, que se denomina avaliação em cascata, daí o benefício da inclusão da AAE como ferramenta da política ambiental estatal ao lado do licenciamento ambiental, como ilustra a figura 2.

Além disto, a AAE é um instrumento de antecipação e planejamento de ações, no sentido de que demonstra, através de metodologia consistente, as potencialidades, restrições, o grau de participação de atores sociais envolvidos, medidas gerais de mitigação de impactos ambientais e fatores críticos de modo a fornecer os subsídios para a tomada de decisão. Esta ferramenta de gestão ambiental deve ser utilizada para as políticas, planos, programas e projetos de caráter estruturante e que deflagrem efeitos sobre o meio ambiente, no estágio de concepção de suas propostas, antes que decisões irreversíveis tenham sido tomadas.

Portanto, a AAE é um instrumento que faculta a incorporação da dimensão ambiental de modo formal e sistemático no planejamento setorial e regional, pela realização de avaliações de impactos ambientais mais abrangentes, que excedem a esfera de projetos isolados e envolvem a análise da interferência sobre o meio ambiente do conjunto de projetos previstos em planos e programas setoriais e regionais. Contribui, ainda, para viabilizar a harmonia ou sinergia dos objetivos de desenvolvimento e o uso sustentável dos recursos ambientais e para redução das incertezas e riscos associados à questão ambiental que, muitas vezes, acaba se traduzindo em maiores custos e prazos mais longos para a implementação de empreendimentos e em conflitos entre os diversos agentes sociais envolvidos.

FIGURA 2 – INTERAÇÃO ENTRE A AAE E O EIA DE UM PROJETO INDIVIDUAL



FONTE: J.C. BARBIERI, GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL, ED. SARAIVA, 2ª. ED., 2007 (ADAPTAÇÃO).

Uma avaliação ambiental estratégica para o turismo sustentável em área urbana encaixa-se em uma discussão maior, a do meio urbano sustentável no seu conjunto de atividades e modo de funcionamento. Esta é a razão pela qual as políticas públicas norteadoras da atividade turística não podem estar dissociadas das outras políticas públicas pensadas para a cidade de Fortaleza. Dessa forma, o Plano Diretor da Cidade de Fortaleza e o Projeto Orla entram como um guia de referência na avaliação estratégica do Projeto.

O PRODETUR NACIONAL FORTALEZA conjuga um amplo conjunto de intervenções físicas com metas de natureza institucional e social e, neste contexto, o gerenciamento de sua implementação, a cargo da UCP, deve atentar para os seguintes pontos:

- O trato das diferentes perspectivas institucionais sobre uma mesma base geográfica, devendo-se para tanto adotar uma visão territorial integrada;
- A estruturação dos projetos, a engenharia das intervenções e a definição de arranjos institucionais abrangentes devem ser acompanhadas com a mesma preocupação que o quadro de fontes de financiamento do Projeto;
- A ampliação das parcerias para a estruturação dos projetos a fim de evitar encargos adicionais sobre o governo;
- O cumprimento das metas institucionais e sociais ao longo do prazo previsto;
- Articulações entre Estado e Município para a consolidação de um aparato legal e de planejamento metropolitano coerente com as legislações e o plano diretor municipal.
- A elaboração articulada e integrada de políticas públicas que garantam a sustentabilidade da atividade turística após a conclusão das obras.

No contexto das inovações potenciais propiciadas pelo Projeto, ressalta-se a atração de investimentos complementares, provenientes de capitais privados, viabilizados e/ou induzidos em função das ações promovidas. Neste sentido, o gerenciamento do Projeto deve fazer com que o discurso de revitalização sustentável de áreas acompanhe a implantação das ações, atraindo potenciais oportunidades de negócios alternativos e inovadores e abrindo perspectivas de novas fontes de recursos.

Impactos negativos potenciais desta crescente atividade econômica na cidade não podem ser negligenciados, tais quais: aumento do consumo de recursos naturais (o que intensifica o déficit hídrico em ecossistema semiárido); a possível concentração da renda nas mãos de grupos privilegiados com exclusão da população dos benefícios socioeconômicos; o crescimento da criminalidade, da exploração sexual infantil, do tráfico de pessoas e de drogas.

Os impactos negativos da atividade turística são conhecidos e citados amplamente em diferentes regiões do mundo que experienciam o desenvolvimento da atividade. A identificação e avaliação dos impactos promovidos pela AAE tem o objetivo de propor medidas para diminuir esses efeitos negativos, potencializando os efeitos benéficos e integrando a atividade turística às demais políticas públicas dentro do desafio da sustentabilidade global da cidade Fortaleza.

Esta AAE permeia as diferentes etapas de preparação do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA ajudando na estruturação de mecanismos, instrumentos e procedimentos para auxiliar os processos de decisão e execução, que visam estabelecer um elo menos tenso entre a complexidade do seu objeto e as limitações do Projeto incluindo a perspectiva socioambiental nas diferentes etapas de elaboração e execução

Sendo a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) um instrumento/procedimento de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) mais complexo e abrangente, referente ao planejamento do desenvolvimento turístico. Faz-se necessário neste diagnóstico estabelecer uma linha de base, sendo que uma das etapas da AAE consiste em uma sequência de ações que tem por intuito possibilitar previsões, análises e mitigações das causas de influência no meio ambiente. A linha de base define as principais características, permitindo assim, comparar o que foi previsto no Programa com o que já foi realizado.

3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

3.1 Objetivo Geral

Estabelecer as bases conceituais e operacionais para a tomada de decisão, no âmbito do processo de planejamento do setor produtivo do Turismo, no que diz respeito às suas finalidades, visão estratégica, projetos e ações, com a perspectiva de se promover o desenvolvimento da atividade turística em Fortaleza de forma ambientalmente sustentável.

3.2 Objetivos Específicos

- Realizar diagnóstico da atividade turística em Fortaleza;
- Avaliar as implicações ambientais, sociais e econômicas das atividades do turismo para a região;
- Propiciar insumos para o processo de formulação dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS);
- Orientar para a aplicação da AAE às demais iniciativas de planejamento setorial em outras áreas de intervenção na região.
- Indicar os principais impactos positivos e negativos;
- Estabelecer cenários a partir de uma linha de base.

4. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO AAE

A Avaliação Ambiental Estratégica foi produzida em etapas, tendo em vista a grande complexidade da atividade turística.

Inicialmente foi estabelecida uma linha de base, ou seja, o marco inicial das análises para garantir uma referência temporal. Este marco foi construído a partir de documentos obtidos durante a fase de levantamento institucional.

Na sequência foi realizado um diagnóstico, constando de análises que vão desde as características físicas e ambientais de Fortaleza – realizada por levantamento bibliográfico e cartográfico, além de observações em campo –, passando pelo levantamento da legislação correspondente e ainda, realização de oficina participativa. Como resultado, obteve-se a identificação de fatores críticos internos e externos os quais forneceram subsídios para a etapa seguinte, ou seja, identificação dos fatores críticos estratégicos.

Vale ressaltar que durante o diagnóstico os fatores sociais e econômicos foram analisados de forma integrada, sendo portanto, o termo “socioeconômico” utilizado com maior frequência. Isso se deve principalmente pelo fato de que atualmente, os dados disponíveis nas instituições obedecem estar lógica.

Nesse sentido, a busca por identificar os fatores críticos relacionados à atividade turística, contou com a realização de oficina participativa a qual propiciou forte interação com os representantes das mais diversas classes e setores da sociedade e da economia, caracterizando uma participação efetivamente do processo.

Uma vez identificados todos os fatores críticos internos e externos, os mesmos foram inseridos em um modelo de Matriz SWOT, a partir da qual ficaram estabelecidos os fatores críticos estratégicos.

Os Fatores Críticos Internos e Externos são elementos ou aspectos que não são necessariamente impactos, mas que são importantes para compor o contexto em que serão construídos e descritos os cenários de desenvolvimento, possibilitando que sua análise possa ser elaborada com maior precisão, com base em algumas variáveis de contorno, indicativas das tendências do setor, como, por exemplo, as taxas nacionais e internacionais de crescimento do turismo (externos) ou a estrutura logística local (internos). Assim, fornecem elementos estratégicos locais ou não que podem influenciar os impactos identificados, potencializando-os. Os Fatores Críticos foram identificados e analisados no diagnóstico e retomados neste produto para garantir a adequada elaboração dos cenários.

Análise SWOT é uma metodologia para análises de cenários, ou seja, permite realizar previsões do que pode vir a ocorrer com determinadas ações/intervenções. Esta metodologia vem sendo utilizada como ferramenta para estabelecer o nível de desenvolvimento turístico dos locais, e assim permitir analisar os pontos fortes e fracos e suas fragilidades e potencialidades (DANTAS & MELO, 2008).

Através de um sistema simples que é utilizado para posicionar ou verificar a posição estratégica do Programa no ambiente em questão, a análise SWOT verifica a origem e classifica os impactos de acordo com as características e potenciais degradantes dos mesmos. As ações do Programa são analisadas de quatro maneiras: Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Esta metodologia é ideal no processo de gestão e monitoramento do turismo de uma determinada localidade, tendo sua autoria creditada a dois professores da Harvard Business School: Kenneth Andrews e Roland Christense (DANTAS & MELO, 2008).

A Matriz foi desenvolvida pela Sociedade Geológica Americana e é tida como um guia para avaliação e preparação de relatórios de impacto ambiental (RICHERI, 2007). Lembrando que esta metodologia

aplicada nesta AAE seguiu criteriosamente a legislação ambiental.

Para este trabalho, a classificação dos impactos potenciais foi realizada de acordo com o Termo de Referência que diferencia os impactos em: (i) positivos e negativos; (ii) diretos, indiretos e cumulativos/sinérgicos; (iii) grau de impacto (pequeno, médio e grande) e; (iv) área impactada (ambiental, socioeconômica, cultural e institucional).

Os resultados referentes à identificação, classificação e avaliação dos impactos, foi através da Matriz de interação em tabela, que relacionou os diversos fatores levantados com os tipos de impactos ocorrentes, como: Impactos Diretos (positivos e negativos); Impactos Indiretos ou Estratégicos (positivos e negativos); Impactos Cumulativos / Sinérgicos (positivos e negativos).

Os impactos identificados foram relacionados com os meios impactados: antrópico, físico e biológico, com intuito de identificarmos áreas de riscos ou potencialidades.

Uma vez identificados todos os impactos de forma geral, foi estabelecida uma metodologia para a identificação dos impactos mais relevantes do ponto de vista estratégico, levando em consideração o horizonte de planejamento e a visão de futuro, fornecidos pela linha de base e diagnóstico estratégico.

Para estabelecer os impactos considerados estratégicos os impactos gerais foram analisados para cada um dos Fatores Críticos mencionados acima, sendo atribuído um valor arbitrário dentre 1, 2, 3 e 4 de acordo com o grau de relevância a saber:

1. Sem relevância
2. Pouco relevante
3. Relevante
4. Muito relevante

Ao final, aqueles impactos que aparecerem com a pontuação mais alta (de 20 a 24 pontos), foram considerados estratégicos.

Por fim, a construção dos Cenários de Referência tiveram como base para sua elaboração tanto o diagnóstico socioambiental do estudo quanto a análise de algumas obras já instaladas na cidade, como a requalificação e reforma geral dos espaços do calçadão da Praia de Iracema e o projeto Vila do Mar, com parceria entre os governos federal, estadual e municipal. Para o Cenário de Desenvolvimento, consideraram-se os investimentos previstos no PRODETUR NACIONAL FORTALEZA e os impactos que estes acarretarão à cidade. Para ambos os cenários, foram consideradas as estruturas das Unidades de Conservação e situação das Áreas de Preservação Permanente, os lugares turísticos que serão beneficiados e outros investimentos previstos.

Uma vez elaborados os Cenários de Referência e Desenvolvimento, construiu-se uma matriz cruzada para subsidiar a análise da sinergia entre estes fatores. Uma vez a matriz construída, pode-se realizar uma análise qualitativa dessas interações. Esse quadro oferece a sustentação necessária para a análise comparativa e a estruturação do Cenário de Sustentabilidade. Neste cenário, incorporam-se, ainda, as diretrizes e as recomendações para subsidiar a tomada de decisão, com base nos impactos e riscos identificados.

Por fim, são apresentadas as conclusões e recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA e propostas para a implantação de mecanismos de monitoramento e avaliação ambiental do Programa.

5. LINHA DE BASE (BASELINE)

5.1. Contexto Geral do Turismo na Área de Abrangência

O município de Fortaleza Capital do Estado do Ceará é uma região litorânea, banhada a sudeste e ao norte pelo Oceano Atlântico. Concentrando diversas atividades urbanas, industriais, comerciais, turísticas e educacionais, esta cidade é um grande polo regional e nacional referente ao turismo. Segundo IBGE (2010), é a quinta cidade do Brasil em termos de população, totalizando 2.452.185. Sua região metropolitana contempla 15 municípios (São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Pindoretama, Cascavel, Maranguape, Maracanaú, Pacatuba, Itaitinga, Guaiúba, Eusébio, Aquiráz, Horizonte, Pacajús e Choroziinho) somando um total de 3.610.379 habitantes.

Ao longo do século XX, a cidade de Fortaleza passou por diversas alterações urbano-ambientais. Tais alterações se concentraram no centro da cidade devido o crescimento demográfico e econômico de 1940, intensificando para as regiões leste, oeste, noroeste e sudeste (SOUZA, 1978). Nas últimas décadas neste ritmo de expansão, a zona litorânea que possui características mistas e paisagens belíssimas, começou a sofrer alterações por parte do processo de valorização urbana para fins habitacionais, comerciais, turísticos, portuários e industriais (FECHINE, 2007).

O turismo é um fator de desenvolvimento, no qual atinge principalmente localidades de recursos naturais abundantes que possuam arranjos produtivos locais no âmbito do turismo. Para que este desenvolvimento não seja visto e praticado apenas como um crescimento econômico, é necessário planejamento e gestão das atividades turísticas, garantindo que os processos não gerem conflitos e tensões.

As atividades turísticas podem gerar alterações negativas e positivas no ambiente e no cotidiano da população local, beneficiando através da geração de emprego, atração de investimento privados, capacitações profissionais, inclusão e inserção social, entre outros. Porém, o turismo mal planejado pode vir a trazer consequências negativas referentes ao meio ambiente (físico e biótico) e ao social, com os maus usos e ocupação do solo, exploração sexual infantil, aumento no trânsito, aumento de custos para a comunidade local, aculturação (perda de cultura), entre outros.

O Planejamento Turístico no Ceará se iniciou no ano 1979, no Governo Virgílio Távora, com a elaboração do 1º Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo do Ceará. O plano na realidade traçou o diagnóstico inicial sobre a atividade turística no estado. Esse primeiro estudo apresentou uma caracterização dos recursos naturais e potencial referente à mão de obra, traçando uma configuração dos serviços turísticos e identificando os fluxos dirigidos ao Ceará. O PDIT-CE foi base para todos os planos posteriores. Em 1992, o Ceará passa a integrar o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará-PRODETUR/CE teve o intuito de planejar as atividades turísticas no Estado, abrangendo todo o litoral que apresenta características semelhantes acompanhado de ampla diversidade ambiental e sociocultural, fator importante como potencialidade turística. Através de um mapeamento dos atributos físicos e bióticos (paisagísticos) da zona costeira, foi elaborado pelo PRODETUR um diagnóstico, com o objetivo de subsidiar o planejamento turístico.

O planejamento da atividade turística no município de Fortaleza teve início em 2005 com a criação da Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR), através da Lei Complementar nº 24/2005, que tem como objetivo transformar o turismo local através do planejamento das atividades turísticas, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da vida urbana, melhorando a prestação de serviços públicos para a população, aumentando a oferta de produtos de qualidade, sempre com a visão de garantir a sustentabilidade do turismo na região, além de fomentar políticas de negócios turísticos, o desenvolvimento e a implementação de políticas de inclusão social pelo turismo, e a definição de políticas de promoção e a qualificação de fluxo turístico. Entre os programas estratégicos definidos pela SETFOR inseridos no mercado nacional estão: capacitação e qualificação para o turismo, pesquisa e sistema de informações

turísticas, marketing institucional, enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes, além do desenvolvimento de produtos turísticos que fazem parte do calendário de eventos da cidade.

Fortaleza é uma das cidades subedes da Copa do Mundo de 2014 de Futebol, fato este que intensifica o grau de importância para a realização de ações/intervenções planejadas de caráter turístico. Ações como ampliação do sistema de serviços e melhorias da infraestrutura e equipamentos de suporte, como a construção do novo Centro de Eventos do Ceará com 152,694 mil metros quadrados de área construída, construção do Acquário com 21,5 mil metros quadrados, as reformas dos estádios Castelão e Presidente Vargas, entre outras ações, vem complementar junto aos investimentos do PRODETUR NACIONAL Fortaleza, intensificando as ações para o desenvolvimento do turismo na região, contribuindo assim na consolidação da imagem e potencial turístico da Capital do Ceará.

Segundo dados da SETUR (2012), o impacto do turismo no PIB é muito relevante, sendo de 9,9% em 2010 e 10,4% em 2011, tendo uma variação de 5% (Tabela 1). A evolução do emprego formal no setor de serviços no período de janeiro a abril de 2009 atingiu um saldo acumulado de 5.882 empregos no Ceará, sendo destes 5.509 correspondentes a Capital. Estes resultados fizeram o Estado do Ceará atingir o primeiro lugar no *ranking* dos Estados do Nordeste. Vale ressaltar que Fortaleza representa 90,8% na geração de empregos em abril e no acumulado (janeiro a abril de 2009) cerca de 93,7%, se posicionando em nono lugar no *ranking* nacional no saldo positivo de empregos gerados. Referente ao acumulado janeiro a maio de 2011, o Estado do Ceará atingiu um saldo entre admissão e demissão de 2.499 empregos, se posicionando em terceiro lugar no *ranking* dos Estados do Nordeste, ficando atrás apenas dos Estados de Pernambuco e da Bahia. As principais atividades de emprego formal que apresentaram maior saldo acumulado de janeiro a maio de 2011 foram respectivamente administração de Imóveis/Técnico e Alojamento/Alimentação.

O fluxo turístico no município de Fortaleza ocupa o quarto lugar no ranking nacional e o primeiro lugar no Nordeste com demandas ligadas ao turismo de lazer, esportes, compras, eventos e negócios (SETUR, 2012). Com o 9o aeroporto mais movimentado do país, confirma a importância do turismo na Capital. Conforme informações da Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR/CE (2012) houve um crescimento expressivo de 13,2% do fluxo turístico (2009/08) no Ceará via Fortaleza, gerando uma variação da Receita Turística Direta de 24,7% entre 2009/08. Já em relação aos resultados de janeiro a maio de 2011, o crescimento do fluxo turístico apresentado foi de 9,4% (2011/10), tendo uma variação da Receita Turística Direta de 13,7%. A seguir as Tabelas 1 e 2 apresentam os números dos Agregados Turísticos para o Ceará via Fortaleza nos períodos de 2008/2009 e 2010/2011.

TABELA 1 - AGREGADOS TURÍSTICOS PARA O CEARÁ VIA FORTALEZA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009

AGREGADOS	JANEIRO A DEZEMBRO		VAR. (%) 2009/08
	2008	2009	
Demanda Turística Via Fortaleza	2.178.395	2.466.511	13,2
Receita Turística Direta (R\$ milhões)	2.908,7	3.628,5	24,7
Renda Gerada (R\$ milhões)	5.090,2	6.349,9	24,7
Impacto Renda do Turismo sobre o PIB (%)	9	10,4	16,5
Impacto no Setor Serviços (PIB)*	12,8	14,9	16,5
Oferta Hoteleira no Ceará (UHs)	2 4.114	2 4.669	2,3
Taxa de Ocupação via Fortaleza (%)	57,3	62,8	9,7
Demanda Hoteleira de Fortaleza	1.151.741	1.312.202	13,9

ELABORADO PELO AUTOR. FONTE: SETUR/CE (2010).

TABELA 2 - AGREGADOS TURÍSTICOS PARA O CEARÁ VIA FORTALEZA: JANEIRO A MAIO DE 2011

AGREGADOS	JANEIRO A DEZEMBRO		VAR. (%) 2011/10
	2010	2011	
Demanda Turística Via Fortaleza	1.043.029	1.140.589	9,4
Receita Turística Direta (R\$ milhões)	1.564,50	1.779,3	13,7
Renda Gerada (R\$ milhões)	2.738,00	3.113,8	13,7
Impacto Renda do Turismo sobre o PIB (%)	9,9	10,4	5
Impacto no Setor Serviços (PIB)*	14,1	14,8	5
Oferta Hoteleira no Ceará (UHs)	25.779	26.468	2,7
Taxa de Ocupação via Fortaleza (%)	63,5	66,9	5,4
Demanda Hoteleira de Fortaleza	565.671	620.545	9,7

ELABORADO PELO AUTOR. FONTE: SETUR/CE (2012).

Nota: a) O impacto sobre o PIB é obtido pela relação entre a receita turística total (direta e indireta) e o PIB; b) A receita direta é obtida pelo produto entre gasto per capita e demanda turística via Fortaleza; c) Renda gerada, decorre do processo interativo dos gastos dos turistas na economia via propensão marginal a consumir (efeito multiplicador); d) O multiplicador dos gastos turísticos utilizado foi de 1,75.

Segundo a SETUR (2012) os dados de movimentação de desembarques de passageiros no Aeroporto Internacional Pinto Martins de janeiro a maio de 2010 atingiram um total de 1.714.441 passageiros, e de janeiro a maio de 2011 foram 2.108.519 passageiros. Com uma variação de 23%, nota-se um crescimento na movimentação de desembarques nos dias de hoje. Porém, a demanda turística via Fortaleza vem em um processo ascendente junto ao processo de desembarque no Aeroporto Pinto Martins desde 1996, quando os números de turistas eram de aproximadamente 773.000, enquanto os números de desembarques eram de 595.000. Nesta linha ascendente os dados mostram uma evolução, sendo que em 2011 a demanda turística foi de 2.848.459, em paralelo a 2.422.000 desembarques. Em relação à participação do turista nacional e internacional na demanda turística de Fortaleza, consequentemente também se observa um crescimento nos números, sendo constatado em 2011 a participação de 2.628.361 turistas nacionais e 220.098 turistas internacionais.

A sazonalidade da taxa de ocupação hoteleira de Fortaleza também vem demonstrando crescimento. Desde 2006 a 2011, os maiores índices de ocupação hoteleira se mantêm nos períodos de janeiro e julho. Em janeiro de 2006 o índice de ocupação foi de 81,2%, enquanto em 2011 foi de 84,5%. Já em julho, a diferença entre os dois anos é mais significativa, apresentando em 2006 63,6% e em 2011 81,2% de índice de ocupação hoteleira, evidenciando um aumento no turismo no mês de julho, quase se equiparando ao mês de janeiro. Sendo a demanda turística de 2011 de 2.848.459, esta divide-se em ocupação hoteleira e extra hoteleira. O índice de ocupação hoteleira (2011) foi de 1.560.327, e extra hoteleira (2011) de 1.288.132, em processo ascendente desde 1994 (SETUR, 2012).

A seguir na Tabela 3 estão os números e índices durante os anos de 1996 até 2011, contendo informações mais detalhadas a respeito da demanda turística via Fortaleza.

TABELA 3 - DEMANDA TURÍSTICA VIA FORTALEZA: 1996 A 2011

ANOS	DEMANDA TURÍSTICA				DEMANDA E OFERTA HOTELEIRA							
	TURISTAS		ÍNDICE (%)	PERM. (DIAS)	UHS		ÍNDICE (%)	DEMANDA HOTELEIRA	ÍNDICE (%)	TAXA (%)	PERM. (DIAS)	EMPREGOS ALOJAMENTO
1996	773.247	100	13	5.945	100	353.558	100	46,7	5	4.246		
1997	970.000	125,4	12,5	6.117	102,9	450.749	127,5	51,3	4,6	4.369		
1998	1.297.528	167,8	9,5	6.350	106,8	623.437	176,3	59,4	4	4.536		
1999	1.388.490	179,6	9,1	7.105	119,5	660.813	186,9	56,9	4	5.075		
2000	1.507.914	195	8,9	8.149	137,1	719.337	203,5	58,7	4,1	5.821		
2001	1.631.072	210,9	9,9	9.592	161,3	804.139	227,4	57,7	4	6.851		
2002	1.629.422	210,7	9,4	9.903	166,6	837.512	236,9	52	4,2	7.030		
2003	1.550.857	200,6	8,8	10.031	168,7	821.504	232,4	51,6	4,6	7.421		
2004	1.784.354	230,8	10,8	10.251	172,4	947.638	268	59,3	4,5	7.435		
2005	1.968.856	254,6	10,3	10.407	175,1	1.046.470	296	58,9	4,3	8.109		
2006	2.062.493	266,7	9	10.394	174,8	1.082.274	306,1	57,4	4,1	8.163		
2007	2.079.590	268,9	9,7	10.379	174,6	1.093.125	309,2	55,4	3,7	8.651		
2008	2.178.395	281,7	10,2	10.365	174,3	1.151.741	325,8	57,3	3,5	7.717		
2009	2.466.511	319	10,5	10.440	175,6	1.312.202	371,1	62,8	3,6	8.044		
2010	2.691.729	348,1	10,8	10.585	178	1.459.427	412,8	66,4	3,7	8.142		
2011	2.848.459	368,4	11	10.557	177,6	1.560.327	441,3	67,6	3,8	8.357		

ELABORADO PELO AUTOR. FONTE: SETUR/CE (2012).

Obs: Oferta hoteleira foi posicionada em dezembro de cada ano.

Outro dado importante para Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é a quantificação da oferta hoteleira de Fortaleza, sendo possível após as ações e intervenções do Programa, analisar a dinâmica de crescimento do setor hoteleiro e interagir com dados referentes ao fluxo turístico na cidade. A seguir na Tabela 4 os números de toda a rede hoteleira de Fortaleza (hotéis, pousadas, flats e albergues) quantificada em 2011 pela SETUR, e respectivos números a respeito dos Meios de Hospedagem (MH); Unidades Habitacionais (UHS); e Leitos.

TABELA 4 - OFERTA HOTELEIRA DE FORTALEZA EM 2011

HOTEIS			POUSADAS			FLATS			ALBERGUES			REDE HOTELEIRA		
MH	UHS	LEITOS	MH	UHS	LEITOS	MH	UHS	LEITOS	MH	UHS	LEITOS	MH	UHS	LEITOS
99	7.773	18.924	72	1.264	3.430	23	1.416	3.786	6	57	262	200	10.510	26.402

ELABORADO PELO AUTOR. FONTE: PESQUISA DIRETA - SETUR/CE (2012).

Obs: a) 2011 (posição em dezembro) e b) MH= Meio de Hospedagem; UHS= Unidades Habitacionais (alojamentos); e b) Taxas médias anuais de crescimento no período 1995/2011: Estabelecimentos (-0,7%); UHS (2,3%) e Leitos (2,8%).

Em 2007 foi registrado mais de US\$ 1 bilhão em investimentos privados no Estado do Ceará. Sendo milhões de pessoas que se deslocam diariamente de um ponto a outro, a atividade torna-se impactante, afetando aspectos econômicos, sociais e ambientais; a intensidade dos impactos depende das próprias características dos turistas e da forma como o planejamento é realizado. Portanto, são de suma importância além do conhecimento dos dados referentes ao impacto do turismo no PIB e demais agregados turísticos, os dados sobre: geração de empregos; movimentação de desembarque e fluxo turístico; e demanda e oferta turística. É necessário conhecer a motivação dos turistas para se planejar estrategicamente a respeito das ações/intervenções turísticas, seja de ordem pública ou privada, com intuito de reduzir impactos negativos, estimular potencialidades e permitir o desenvolvimento da atividade turística de maneira coerente e equilibrada com a realidade local.

O perfil da atividade turística na capital cearense tem mostrado uma vocação turística crescente voltada ao turismo de negócios. Em 2006, a demanda turística via Fortaleza segundo motivação para negócios/trabalho, registrou 24,4%, ficando atrás apenas da principal motivação (passeio/lazer) que atingiu 47,1%. No ano de 2010, último registro lançado pela SETUR, o índice de motivação para negócios/trabalho decresceu para 21,2%, sendo explicado pelo aumento da motivação de congressos/eventos, que em 2006 foi de 4,8%, e em 2010 de 8,1%, quase o dobro. Esses dados demonstram um alto potencial de ambas às atividades turísticas, porém, sem deixar de lado a principal motivação que continua sendo passeio/lazer, que atingiu em 2010 o índice de 47,4%, ou seja, mantém um ritmo ascendente desde 2006 (47,1%). A motivação Visita Parente/Amigo, com 19,3% (2010), também assume um papel importante, estando à frente da motivação congressos/eventos e "outros" com índice em 2010 de 4%. Em relação aos gastos em 2010, a maior receita turística se destina a motivação de passeio/lazer, com R\$1.911.500 (47%); seguido de negócios/trabalho com R\$1.041.700 (25,6%); visita parente/amigo com R\$630.300 (15,5%); congressos/eventos com R\$373.300 (9,2%); e outros com R\$108.400 (2,7%). Para melhor visualização dos índices referente à motivação dos turistas e os seus respectivos gastos, segue a Tabela 5.

TABELA 5 - DEMANDA TURÍSTICA VIA FORTALEZA SEGUNDO A MOTIVAÇÃO EM 2010

MOTIVAÇÃO	TURISTAS		PERM. (DIAS)	GASTOS (R\$)		RECEITA TURÍSTICA		IMPACTO NO PIB (%)
	TOTAL	(%)		PERCAPITA	PERCAPITA/DIA	R\$ MILHÕES	(%)	
Passeio	1.275.880	47,4	10,9	1.498,22	137,45	1.911,50	47	5,9
Visita Parente/ Amigo	5 19.504	19,3	14,3	1.213,35	84,85	630,3	15,5	1,9
Negócios/ Trabalho	5 70.647	21,2	8,7	1.825,56	209,83	1.041,70	25,6	3,2
Congressos/ Eventos	2 18.030	8,1	6,5	1.712,04	263,39	373,3	9,2	1,2
Outros	107.669	4	11	1.006,79	91,53	108,4	2,7	0,3
TOTAL	2.691.729	100	10,9	1.510,31	138,56	4.065,30	100	10,8

ELABORADO PELO AUTOR. FONTE: PESQUISA DIRETA - SETUR/CE (2012).

Nota: a) O Impacto sobre o PIB é obtido pela relação entre a Receita Turística Total (Direta e Indireta) e o PIB; b) A Receita Direta é obtida pelo produto entre Gasto Percapita e Demanda Turística via Fortaleza; c) Receita Turística Total (Direta+Indireta) ou Renda Gerada, decorre do processo interativo dos gastos dos turistas na economia via propensão marginal a consumir (efeito multiplicador); d) O multiplicador dos gastos turísticos utilizado foi de 1996=1,34, 1997=1,43, 1998=1,53, 1999=1,64 e 2000 a 2004=1,75 (in Ferreira, Assuéro e Oliveira, Aécio – Estruturação da Matriz de Insumo - Produto do Turismo do Ceará, Fortaleza, março de 1996); e e) PIB cf(2007 a 2010) estimativa do IPECE/CE.

É possível se comparar o perfil do turista nacional e internacional quanto à renda pessoal, segundo dados da pesquisa IBOPE realizada em 2009, a renda pessoal média do turista nacional é de R\$3.421,40, enquanto que a do turista internacional é de R\$12.733,20, ou seja, quase três vezes maior que a do turista brasileiro. No que diz respeito ao gasto médio total dos turistas (nacional e internacional) que estiveram no Ceará no período estudado foi estimado, em média, em R\$ 2.775,60.

O fluxo de turistas internacional é menor que a demanda nacional, porém, segundo pesquisas do IBOPE, os turistas internacionais gastam mais que o dobro da média que os turistas nacionais. Os gastos com despesas específicas são divididos em cinco itens: transporte, compras, alimentação, diversão e hospedagem. Os itens alimentação e diversão são os mais atrativos pelos turistas, sendo que estes representam os maiores gastos no Ceará. Os números são de 34% de turistas brasileiros que gastam aproximadamente 24% em alimentação, enquanto os estrangeiros gastam aproximadamente 29%.

Em relação aos gastos com transporte, 48% do total de turistas gastaram 10% dos seus recursos, porém, somente 2% do total de turistas gastaram acima de 30% com transporte. O gasto em compras diversas representou cerca de um quarto do gasto total dos turistas. Já em relação às despesas com diversão/lazer, os percentuais atingidos foram em torno de 15% dos gastos.

Aproximadamente 46% do total de visitantes não tem gastos com hospedagem. Este fato se explica pela terceira maior motivação dos turistas, que é referente à visitação de parentes e amigos, subentendendo que estas pessoas se hospedem na casa dos mesmos.

Outros indicadores importantes a serem ressaltados neste diagnóstico são referentes à avaliação dos equipamentos e serviços em Fortaleza. A SETUR/CE chegou a índices de avaliação baseados no cálculo de satisfação dos turistas, através da relação (ótimo+bom) – (ruim+péssimo). Este cálculo foi realizado durante os anos de 1997 até 2010. As médias dos anos demonstraram maior satisfação com o item "Atra-

tivos Turísticos” (84,7%); seguido de “Equipamentos/Serviço Turístico (81,5%); e “Infraestrutura” (46,3%). Nota-se a importância de realizar melhorias com o Programa na área de infraestrutura, sendo pertencente a este item os seguintes atributos: comunicações (correio/fone); sinalização urbana; segurança pública; limpeza pública; ônibus urbano; terminal rodoviário; e aeroporto.

Outro levantamento realizado em 2010 pela SETUR/CE foi referente aos principais prestadores de serviços turísticos em Fortaleza. São eles: Agência de Viagem (13,3%); Meios de hospedagem (8,1%); Organizadora de eventos (2,4%); Transportes turísticos (1,1%); Cooperativas de taxis (0,2%); Guias de Viagem (28,4%); Restaurantes (37,7%); e Artesanatos – BOX (8,9%).

5.2. Áreas de Influência Direta e Estratégica

5.2.1 Área de influência direta do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA

O PRODETUR NACIONAL FORTALEZA possui como área de influência direta regiões estratégicas para o desenvolvimento do setor turístico na cidade. Considerando diretrizes estabelecidas pelo referido Programa, os atributos de desenvolvimento analisados foram: enfoque local; estratégia de polo; arranjo produtivo local ou *cluster*; e necessidade da governança do território.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (2006) estabelece: “*o propósito do desenvolvimento econômico local é construir a capacidade econômica de uma determinada área para melhorar sua perspectiva econômica e a qualidade de vida de todos. Esse é um processo pelo qual os parceiros públicos, o setor empresarial e os não governamentais trabalham coletivamente para criar condições melhores ao crescimento econômico e geração de emprego*”.

Ou seja, o enfoque de desenvolvimento econômico local é uma nova estratégia de desenvolvimento, na qual a comunidade assume um novo papel: de comunidade demandante, ela emerge como agente, protagonista, empreendedora, com autonomia e independência, sendo um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica, de reconstrução do tecido social, de geração de oportunidades de trabalho e renda (FRANÇA *et al.* 2008).

Além dos fatores citados, a definição da área considerou o importante crescimento da cidade de Fortaleza nos últimos anos, o aumento significativo da demanda turística, a necessidade de planejamento da atividade, assim como da recuperação e valorização dos atrativos turísticos, qualificação do destino e fortalecimento institucional do órgão municipal de turismo, para consolidar-se como destino turístico nacional e internacional. Considerou também a necessidade da modernização e ampliação do seu parque hoteleiro de Fortaleza, no âmbito privado.

Fortaleza tem um comércio muito atuante e diversificado, que em nada fica a dever aos maiores centros do país, recebendo comerciantes de todo o país, bem como do exterior (Ilhas de Cabo Verde, Guianas e costa da África). Além do comércio do centro da cidade, dispõe de mais de uma dezena de shoppings centers que atendem aos consumidores de seus principais bairros. Sua produção industrial está basicamente centrada nos ramos de vestuário-calçados, artefatos de tecidos, couros e peles, alimentos, extração e beneficiamento de minerais não metálicos e produtos têxteis.

Portanto, dentre esses atributos foram selecionadas áreas que já apresentam alto potencial turístico e comercial, como a Avenida beira Mar; Praia do Futuro; e Mucuripe/Morro de Santa Terezinha. Estas áreas foram consideradas prioritárias, sendo que já desfrutam de equipamentos e serviços turísticos.

As áreas selecionadas apresentam grande importância ecológica, econômica e social, abrangendo diretamente pelo Programa os bairros Meireles, Mucuripe, Cais do Porto, Vicente Pinzón, Praia do Futuro I e Praia do Futuro II, com população total de aproximadamente 137.216 habitantes (IBGE, 2010). Vale ressaltar o crescimento da cidade de Fortaleza nos últimos anos e o aumento significativo da demanda turística, fator crucial para que ocorra o planejamento ordenado do turismo, possibilitando assim um turismo sustentável que satisfaça as necessidades presentes dos turistas e da região visitada, enquanto que simultaneamente protege e aumenta as oportunidades para o futuro (OMT, 1997).

A seguir na Figura 3 apresenta um mapa com a delimitação dos bairros atingidos pelo Programa.

FIGURA 3 - BAIRROS CONTEMPLADOS PELO PRODETUR NACIONAL FORTALEZA



FONTE: ADAPTADO PDTIS FORTALEZA (2011).

Essas áreas concentram produtos turísticos demandados pelos turistas motivados pelas praias e diversas atividades de entretenimento e cultura ocorrentes na região, que também são espaços de lazer e passeios para moradores da capital. As áreas selecionadas como prioritárias (Av. Beira Mar, Praia do Futuro e Morro Santa Terezinha), apesar de serem localidades com alto potencial turístico, necessitam de reestruturação, sendo avaliado que nestas áreas existam áreas degradadas e com falta de infraestrutura para receber a demanda crescente de turistas que vem sendo constatada como demonstrada no tópico anterior.

A seguir as fotos das áreas prioritárias do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA.

5.2.1.1 Av. Beira Mar

A Av. Beira Mar se divide em dois bairros litorâneos: Mucuripe e Meireles. Sendo um dos principais atrativos turísticos de Fortaleza com extensão de 3,50 Km, possui um amplo calçadão muito utilizado para a prática de esportes como caminhada, corrida, patins e skate, além de contemplar diversas infraestruturas e serviços para os turistas e comunidade local, tendo maior concentração dessas infraestruturas e serviços no bairro Meireles. Ao longo da Av. Beira Mar os atrativos turísticos e infraestruturas encontradas são:

FOTO 1 - ÁREAS PRIORITÁRIAS DO PRODETUR NACIONAL FORTALEZA.

A) MORRO SANTA TEREZINHA/MUCURIBE; B) AV. BEIRA MAR; C) PRAIA DO FUTURO



FONTE: SETFOR.

Feirinha de Artesanato: tombada pelo Município como patrimônio municipal tem grande relevância no cenário turístico da cidade, onde diversos vendedores vindos do Mercado Central vende produtos regionais como roupas, artesanatos, comidas, bebidas, utensílios, etc. Este local tem papel fundamental no desenvolvimento do turismo, sendo o mesmo um local de divulgação da cultura regional e fortalecimento da economia popular;

Clube Náutico de Fortaleza: Clube tradicional de Fortaleza demonstra aos visitantes um pouco da história de Fortaleza através de sua edificação. Além de fornecer serviços de esporte, lazer, festas e restaurante para moradores da região associados e visitantes interessados;

Jardim Japonês: local onde anteriormente era a Praça da Independência e se transformou em um amplo espaço decorado relacionado à cultura japonesa comemorando o centenário da imigração japonesa no Brasil. Com parte dos investimentos para construção desse equipamento advindo do Ministério do Turismo, este local tornou-se um ponto cultural de lazer, descanso e práticas ao ar livre;

Hotéis e pousadas: hotéis e pousadas com níveis de conforto e serviços diferenciados;

Restaurantes e barracas de praia: com diferentes preços e serviços, nesta região se encontram restaurantes típicos e/ou requintados, lanchonetes de *fastfood*, redes do setor alimentício e sorveterias;

Serviços de oferta de passeios pela cidade e pelo litoral do Ceará: é possível realizar passeios em três praias com paisagem belíssima (praia das fontes; morro branco; e canoa quebrada) em apenas um dia. Também há passeios mais distantes como o destino de Jericoacoara, além dos tours pela capital;

Agências de Viagem: venda de pacotes e passagens para diverso destinos turísticos;

Praça dos estressados: local de encontro de pessoas, onde são oferecidas diversas atividades, entre elas ginástica, quiosque de venda de açaí – muito procurado por aqueles que estão fazendo exercício.

Quadras de vôlei de praia: destinadas aos adeptos do esporte, onde além de realizar exercício físico é possível contemplar uma bela paisagem.

A Av. Beira Mar possui diversos potenciais como já mencionados acima, porém, é importante ressaltar aspectos relacionados à capacidade de carga, sendo este local cada vez mais frequentado por turistas e moradores. É necessário implantar serviços de coleta de lixo destinados à reciclagem, assim como coletores. Outro fator é a segurança, apesar presença da polícia militar e fiscais na área, o bairro Meireles e Mucuripe ainda são bairros que apresentam altos índices de assaltos. A alta especulação imobiliária; o trânsito; algumas áreas impróprias para banho (Boletim de balneabilidade das praias de Fortaleza – SEMACE), a falta de estacionamento; a falta de saneamento nas barracas e hotéis; o déficit no transporte público; exploração sexual; venda e uso de drogas ilícitas; e a situação de desigualdade social na capital que favorece o aumento no número de andarilhos e pedintes no local. São problemáticas e fragilidades que devem ser observadas com intuito que as ações previstas no programa possam de maneira estratégica achar soluções e medidas mitigadoras para melhor requalificação deste importante ponto turístico e de lazer da cidade de Fortaleza.

5.2.1.2. Praia do Futuro

É uma área turística que abrange um trecho da orla de aproximadamente oito quilômetros de extensão localizado no lado leste da cidade, com a faixa de praia consideravelmente preservada e pouco urbanizada. Distribui-se em três bairros: Vicente Pinzón – entre a Rua Ismael Pordeus e a Rua Renato Braga; Praia do Futuro I – entre a Rua Renato Braga e a Av. Santos Dumont; Praia do Futuro II – entre a Av. Santos Dumont e o Rio Cocó (final da Praia do Futuro).

O grande diferencial da Praia do Futuro são suas barracas de praia, onde apresenta ampla e diversificada infraestrutura, contendo: restaurantes; bares; casas de show; piscinas; e parquinhos/playgrounds. Atualmente são mais de 150 barracas que distribuem suas mesas e cadeiras ao longo da faixa de praia na areia com pequenos quiosques para o sombreamento. Essas barracas além de funcionar durante o

período diurno funcionam à noite oferecendo música ao vivo, apresentações humorísticas, “caranguejada” (toda quinta-feira na cidade de Fortaleza os restaurantes e barracas servem o caranguejo, comida típica da região) e etc.

Outro fator com alta potencialidade turística é a balneabilidade da praia, sendo esta região de Fortaleza um dos locais com maiores índices de balneabilidade segundo Boletim técnico da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), tendo apenas um local impróprio para banho no bairro Praia do Futuro II, Caça e Pesca (Boletim emitido em 18/04/2012).

A alta intensidade de ventos no local provocam fortes ondas, permitindo a prática e realização de campeonatos de atividades esportivas vinculadas ao mar, como: surfe, *bodyboard*, *kitesurf*.

Em relação à hospedagem, a Praia do Futuro possui hotéis, pousadas e um resort. Porém, esse número ainda é reduzido devido à distância física do local ao restante dos pontos turísticos da cidade, e a pouca infraestrutura existente em relação a comércio e serviços. É também composto por alguns clubes profissionais e de associações de classe.

Uma importante e significativa característica do local é a foz do Rio Cocó, local de grande potencial paisagístico, de encontro do Rio com o Mar e com as Dunas de Sabiaguaba, bairro leste de Fortaleza, que faz fronteira com o município de Aquiraz.

Local com grande importância ambiental foi delimitada como Área de Proteção Ambiental (APA) de Sabiaguaba, a primeira a ser estabelecida pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, com uma área de 1.014,58 ha. Além da criação da APA foi criado o Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba com área de 462ha compreendidos por dunas móveis, semifixas e fixas, além de costeiras e interdunares. Estes atributos são muito relevantes como potencial para o ecoturismo e turismo de aventura, por se tratar de um ambiente preservado inserido na capital que apresenta um importante abrigo para fauna e flora.

Como relatado acima, a Praia do Futuro também apresenta diversas oportunidades de alto potencial turístico. De maneira estratégica e participativa é necessário ficar atento tanto nas potencialidades citadas acima como nas problemáticas e fragilidades, que são: equipamentos turísticos e de lazer deteriorados principalmente no Bairro Vicente Pinzón; falta de iluminação pública; barracas construídas de maneira irregular impactando o meio ambiente e privatizando o uso público da praia; baixo interesse no mercado imobiliário; falta de segurança; déficit no transporte público; falta de saneamento e coleta de resíduos sólidos; falta de contingente e estruturas para os serviços de salva vidas; intensa área favelada nos bairros sem estruturas mínimas e serviços básicos; etc.

5.2.1.3. Mucuripe/Santa Terezinha

A Praia do Mucuripe é a continuação da Praia do Meireles na direção leste, sendo uma localidade que abriga a atividade da pesca tendo um potencial paisagístico muito interessante devido à alta quantidade de jangadas no mar e paradas na beira mar. É um ponto cultural e tradicional de Fortaleza, permitindo o convívio com os pescadores locais e contemplação desta rica e peculiar paisagem litorânea urbana. É no Mucuripe também onde são realizados passeios de escunas e caiaques. Graças à presença da atividade “pesca”, no final da Praia do Mucuripe se encontra o Mercado dos Peixes e frutos do mar, onde é possível comprar peixes e frutos do mar frescos direto do pescador, e ainda com a possibilidade de preparar e degustar o alimento na hora.

O Morro de Santa Terezinha é a continuação da Praia do Mucuripe, um lugar privilegiado de grande beleza visual onde é possível contemplar o pôr-do-sol ou as estrelas a noite, uma das mais belas vistas

da cidade através do mirante de Fortaleza.

Na década de 90 foi um importante polo gastronômico e de entretenimento, concentrando diversos bares e restaurantes, que inicialmente se localizaram em frente à praça. Em média circulavam, nessa época, cerca de 2 mil pessoas por fim de semana. O Morro funcionava como uma continuação dos restaurantes da Praia do Mucuripe, e foi durante uma década uma importante atração de visitantes, tanto locais quanto turistas.

Devido ao aumento da violência na área e ao surgimento e desenvolvimento de outros polos turísticos na cidade, o Morro de Santa Terezinha entrou em decadência no início dos anos 2000. Hoje, apesar de seu grande potencial, o Morro de Santa Terezinha não está sendo utilizado como atrativo turístico, com os bares e restaurantes fora de funcionamento.

Esta é uma das áreas prioritárias que mais requer intervenções e ações, sendo que apresenta diversas problemáticas semelhantes aos das outras localidades, somada à falta de infraestruturas e serviços que contribuem com a carência financeira da comunidade local. É de suma importância o desenvolvimento participativo com a comunidade, com intuito de coletivamente dar condições novamente para o desenvolvimento de atividades turísticas, e consequentemente favorecer a população local com aumento da renda, geração de empregos e melhorias na infraestrutura e serviços turísticos.

Área de Influência Estratégica do PRODETUR NACIONAL Fortaleza

Fortalecendo o turismo na Capital, Fortaleza tende a influenciar áreas estratégicas de desenvolvimento que também apresentam alto potencial turístico. Um dos exemplos está na região metropolitana da cidade que é composta por 15 municípios, dando destaque principalmente para Aquiraz onde se localiza o Beach Park (Porto das Dunas), que fica a 22 km da capital e é um dos principais pontos turísticos do Ceará. Composta por um imenso complexo de frente para o mar, com bar na praia, restaurante de nível internacional e hotel resort. Possui o maior parque aquático da América Latina. Na região de Maranguape, onde predomina o ecossistema de Mata Atlântica – Serras Úmidas, além das trilhas, prédios históricos e do clima fresco, se destaca o Museu da Cachaça que fica no Sítio Ypióca localizado a 30 km de Fortaleza. O artesanato do Ceará também é outro fator estratégico a ser influenciado pela Capital, sendo que muito desses produtos vem do interior do Estado, beneficiando comunidades tradicionais e enriquecendo a cultura local.

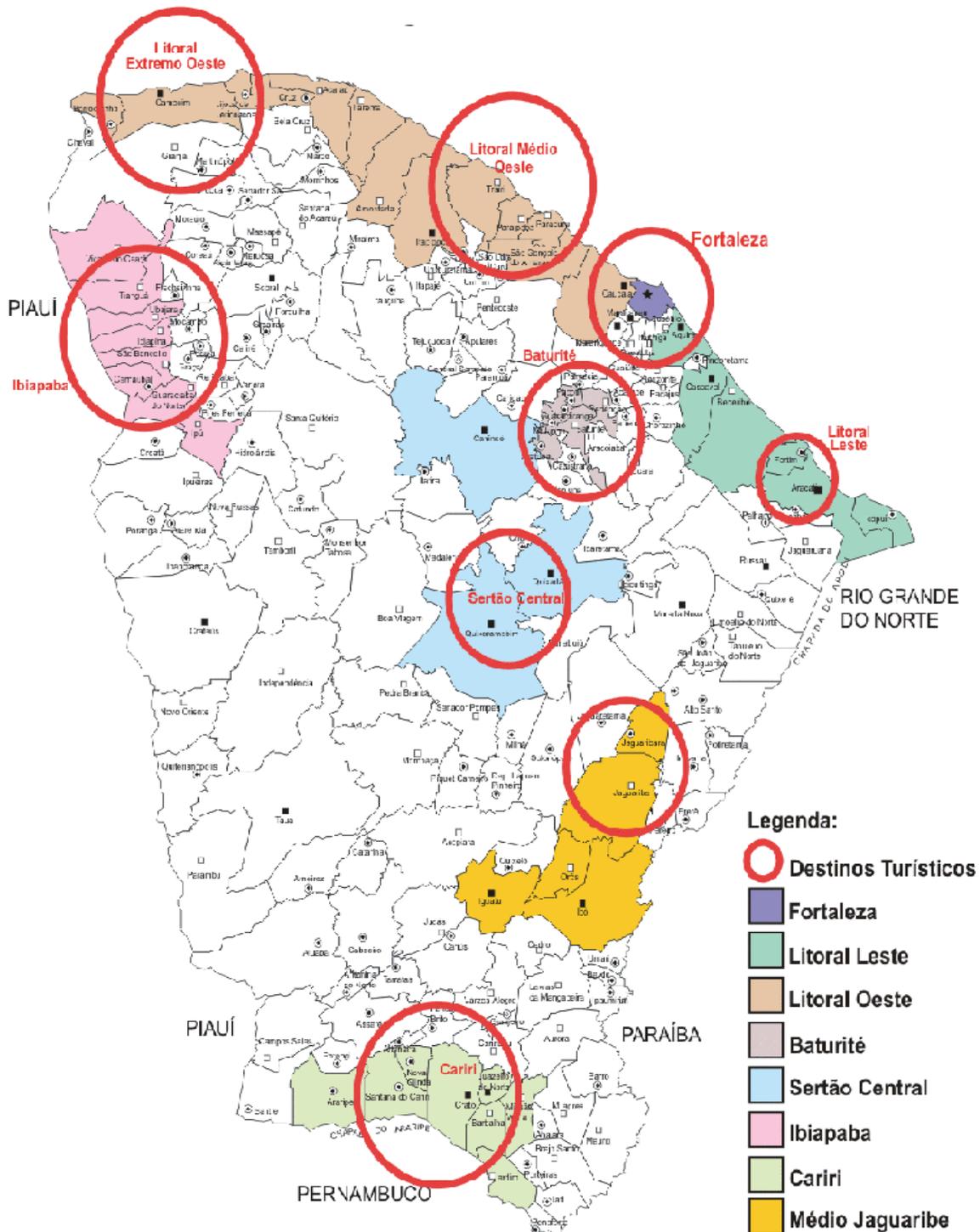
Há uma série de potencialidades turísticas no Ceará e até fora do estado, que sofrerão influências estratégicas do PRODETUR NACIONAL Fortaleza e vice e versa. Porém, as principais macrorregiões turísticas, especializadas em Pólos ou Roteiros Turísticos, dentro de uma perspectiva de geração de empregos e negócios para o desenvolvimento da capital e de todo o Ceará, pode ser visualizada a seguir na Figura 4.

O Litoral Leste, situado entre dunas e falésias é composto pelos municípios de Caucaia, Fortaleza, Eusébio, Aquiraz, Cascavel, Pindoretama, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí. Um dos lugares mais visitados por turistas do mundo inteiro é dotado de beleza cênica exótica, com falésias e areias multicoloridas, que se misturam com o azul do mar. Possui atividade turística bastante consolidada, com a presença de equipamentos de hospedagem de grande porte. Dentre os principais atrativos do Litoral Leste encontram-se, além dos atrativos de Fortaleza, a Praia do Cumbuco, Falésia do Morro Branco/ Praia das Dunas e Canoa Quebrada.

A Praia do Cumbuco localiza-se no município de Caucaia e por sua proximidade com a capital (aproximadamente 30km) e pela facilidade de acesso (BR-020, BR-222, 4º Anel Viário e CE 090), acabou tornando-se quase que uma extensão do litoral urbano, resguardando, porém, suas características de aldeia de pescadores. Sua posição privilegiada é muito procurada por esportistas do mundo todo, já que os

melhores ventos passam por essa região. Windsurfe e *kitesurf* **são os mais praticados**. A bela paisagem do lugar conta com praias paradisíacas, lagoas, dunas, mangue e extensa área de coqueiral.

FIGURA 4 – DESTINOS TURÍSTICOS DO ESTADO DO CEARÁ



FONTE: SETUR/CE (2004).

A 5 km do município de Beberibe, que por sua vez dista 83km da capital (CE-040), as falésias de Morro Branco, formadas durante milhões de anos pela ação dos ventos e das marés sobre as dunas, representam uma das mais expressivas paisagens do litoral cearense. Suas areias, de várias tonalidades, inspiram permanentemente os artesãos a compor inúmeras imagens de areias coloridas em recipientes de vidro. Já a Praia das Fontes, a apenas 6 km de distância de Morro Branco tem sua paisagem caracterizada por lagoas de água doce, dunas brancas, fontes de água natural e falésias. Esta praia foi escolhida para a construção de um mega empreendimento chamado Hotel Praia das Fontes, que foi o primeiro Resort do litoral cearense e que continua em plena expansão.

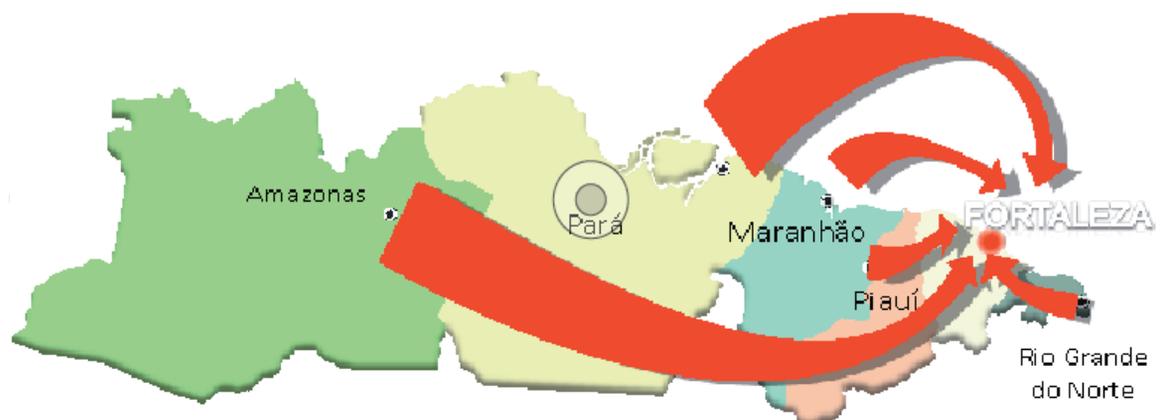
Localizada no município de Aracati, a 175 km da capital, Canoa Quebrada é internacionalmente famosa pela beleza de suas dunas, arrecifes, falésias vermelhas e lagoas. Possui ainda outra peculiaridade toda especial. Segundo alguns estudiosos, pela sua localização geográfica (encontra-se em uma zona de confluência de energia cósmica) propicia uma renovação espiritual àqueles com sensibilidade para receber influências extra-sensoriais. Além da paisagem única e exuberante, as atrações mais procuradas para aproveitar o sol forte de Canoa Quebrada são as excursões pelos pontos turísticos da região e pelas praias vizinhas de Ponta Grossa, Garganta do Diabo, Rio Jaguaribe e o Parque de Dunas e Lagoas.

O Maciço de Baturité é formado por treze municípios, que são: Acarape, Redenção, Aracoiaba, Baturité, Itapiúna, Capistrano, Guaramiranga, Aratuba, Mulungu, Pacoti, Palmácia, Ocara e Barreira. Tendo como principal referência geográfica a Serra de Baturité, reserva de Mata Atlântica com ecossistema riquíssimo no que diz respeito à fauna e flora, o polo se destaca pela beleza de suas paisagens naturais e pelo seu clima ameno, o que o torna uma das regiões mais propícias para o desenvolvimento de atividades turísticas em ambiente serrano. Situado muito próximo ao litoral, Baturité recebe ventos oriundos do mar, o que garante altos níveis de precipitação.

É nesta região que se encontra o programa Serra do Baturité de Ecoturismo do Ceará. Além disso, o calendário de eventos (festival de Jazz e blues no período momesco – abrangência internacional; festival de teatro no mês de setembro – abrangência nacional; festival de vinhos no mês de novembro – abrangência regional; dentre outros), de grande atratividade no polo, demanda infraestruturas de suporte à atividade turística, como meios de hospedagens, abastecimento de água e melhorias na acessibilidade.

Além da área de influencia estratégica do Programa inserida no Estado do Ceará como descrito acima, o IBGE 2008 apresenta uma importante dado sobre as “Regiões de Influência das Cidades”, que diz que a cidade de Fortaleza polariza, além do Ceará, os Estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, influenciando mais de 25,6 milhões de pessoas, sendo o 2º maior Polo de atração do Brasil, junto com o Rio de Janeiro (Figura 5).

FIGURA 5 - REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES



FONTE: PDTIS FORTALEZA.

5.3. Caracterização Geral da Área

5.3.1 Aspectos Físicos

A área de abrangência das ações do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA delimita-se na zona litorânea da cidade de Fortaleza que, globalmente, se caracteriza como uma cidade litorânea de pequenas altitudes e predominantemente plana, onde a altitude média é de 26m. Apresenta ainda algumas áreas com declividades variando entre 20 e 70%, situadas a Leste do Município, notadamente a Praia do Futuro e a Sabiaguaba, bem como a Barra do Ceará a Oeste, limite com o Município de Caucaia.

Os pontos que têm potencial turístico apresentam área de dunas, faixas de praia, rios e lagoas, frágeis do ponto de vista ambiental, que apresentam processos de acumulação, sedimentação e erosão, que limitam a ocupação urbana. No entanto, abrigam unidades de conservação, com exemplares de flora e fauna, e mananciais.

Vale destacar na planície litorânea da área de abrangência direta, especialmente o estuário do Rio Cocó a lagoa com alimentação fluvial, do Papicu. Na Praia do Futuro, ainda observa-se elevado estoque de sedimentos e dunas, o que não é mais visível na faixa da orla entre a Praia de Iracema e a Beira Mar, que se encontram praticamente toda urbanizada. As áreas turísticas, por localizarem-se no litoral, apresentam clima úmido e subúmido e faixas de praia com larguras irregulares: largas e planas a Leste e curtas a Norte. Desde a construção do Porto do Mucuripe e dos espigões tem sido observadas interferências no sistema de correntes marinhas, o que tem provocado a erosão da faixa de praia na orla da Praia de Iracema e Beira Mar e o acúmulo de sedimento na orla da Praia do Futuro. De modo geral, toda a área de abrangência da orla apresenta potencial para lazer e turismo, caracterizando-se como patrimônio paisagístico.

O clima de Fortaleza é caracterizado como tropical quente subúmido com pluviosidade de 1.338mm. No Município se observam dois períodos distintos: o período seco que dura, em geral, de sete a oito meses e o período chuvoso que dura em média cinco meses e inicia-se em meados de Janeiro. Os ventos predominam nas direções Sudeste e Leste, com velocidade média anual de 3,8 m/s, tendo intensidade maior no mês de setembro, quando podem chegar a 5,5 m/s. A temperatura média anual varia entre 26° a 28°C, com máximas em torno dos 31°C e mínimas de 22,5°C, correspondendo a uma amplitude anual aproximada de 8°C.

No contexto estadual, Fortaleza encontra-se na Bacia Hidrográfica Metropolitana e, em seus limites, apresenta quatro bacias distintas: a Bacia Vertente Marítima e Orla Marítima; a Bacia Cocó; a Bacia Maranguapinho/ Ceará e a Bacia Pacoti. A área de abrangência do PRODETUR localiza-se na vertente marítima entre as Bacias do Cocó e Pacoti ao leste e a Bacia Maranguapinho-Ceará a oeste.

A Bacia Vertente Marítima e Orla Marítima é a única totalmente inserida no município. Compreende a faixa de terra localizada entre as desembocaduras dos Rios Cocó e Ceará, e do Rio Cocó ao Pacoti, com área de contribuição de 34,54Km². É composta por pequenas bacias cujas águas são escoadas diretamente para o Oceano. Corresponde a uma das áreas mais urbanizadas da capital, notadamente entre os Rios Cocó e Ceará, que apresentam inclusive infraestrutura turística.

A Bacia do Cocó abrange os municípios de Fortaleza, Aquiraz, Maranguape e Pacatuba, drena as porções Leste, Sul e Central da capital, ocupando uma área aproximada de 215,9Km². O Rio Cocó nasce na Serra da Aratanha, em Pacatuba. Na bacia encontra-se o açude Gavião, que junto ao Rio Pacoti e o Açude Pacajus, construído no Rio Choró, constituem os mananciais do sistema de abastecimento de água de Fortaleza e outras cidades da Região Metropolitana. Ocorrem ainda, em seu baixo e médio curso, a presença de lagoas perenes e intermitentes, com destaque no eixo do Rio Coaçu, para as Lagoas da Precabura, Sapiranga e Messejana, ambas com potencial paisagístico.

As Bacias do Rio Maranguapinho e do Rio Ceará são consideradas bacias conjugadas, pois os referidos rios possuem desembocadura comum, nos limites dos municípios de Fortaleza e Caucaia, e suas nascentes situam-se na Serra de Maranguape. É a segunda bacia em extensão na capital, com 84,73Km². No Estuário do Rio Ceará apresenta-se com penetração das marés e vegetação de mangue, na Barra do Ceará, considerado o local com o mais bonito pôr do sol de Fortaleza.

A Bacia do Rio Pacoti é a menor em extensão, drenando apenas 1,3% do município. O Rio Pacoti nasce fora da RMF, em Pacoti, na vertente Norte-oriental da serra de Baturité, perpassando os municípios de Palmácia, Redenção, Acarape, Guaiuba e Aquiraz até Fortaleza, onde apresenta curso de 130 km até sua foz no Oceano. Apresenta a área de mangue mais bem preservada da capital.

5.3.1.1 Ocupações por Bacia Hidrográfica

5.3.1.1.1 Bacia Vertente Marítima

A Bacia Vertente Marítima, situada nas porções norte e leste do município, encontra-se dividida em 07(sete) sub-bacias e caracteriza-se por apresentar, um elevado grau de urbanização. Esta é a situação notadamente a mais agredida, onde a vegetação é escassa e a ocupação se mostra de forma desordenada sob várias formas (com uso e ocupação diferenciados, como: comércio, residência unifamiliar e multifamiliar, zona portuária, áreas de risco, regiões de alta densidade demográfica e rarefeita).

Esta bacia, localizada na região mais antiga do município, tem seus principais recursos hídricos fortemente agredidos, apresentando um baixo grau de integridade física. Os riachos Jacarecanga e Pajeú, inseridos no Centro Histórico do município, apresentam uma delicada situação ambiental. Há uma sensível melhora a leste, devido aos baixos índices de ocupação.

A porção Oeste, que tem como bairros principais a Barra do Ceará e o Pirambu, encontra-se em processo intenso de degradação ambiental; os poucos recursos hídricos existentes tem suas dimensões originais diminuídas gradativamente pelas ocupações (como é o caso da Lagoa do Mel) e deságuam no mar em elevado grau de poluição. Nessa região é frequente a presença de habitações precárias na faixa da praia.

A porção Leste tem como recursos principais a Lagoa do Papicu e o riacho Maceió, e apresenta também um alto grau de interferência, pois, apesar de ainda conter áreas verdes não ocupadas, passa por um processo crescente de ocupação urbana, principalmente, entre os bairros Mucuripe e Varjota.

Apenas a sub-bacia A7, localizada a leste, constitui a exceção por apresentar um elevado grau de integridade, pois retrata uma ocupação rarefeita e gradativa na direção sul, em especial nas proximidades da Foz do Cocó, a partir da Praia da Sabiaguaba. Porém, já é possível constatar uma forte tendência de crescimento urbano.

A Orla Marítima apresenta uma conformação espacial diversificada nos seus 30Km de extensão, podendo dividida em setores caracterizados por quatro aspectos sócio ambiental distintos: Oeste; Norte; Região portuária (Porto do Mucuripe); Leste.

O Litoral Oeste, composto pelos bairros Barra do Ceará, Pirambu, Cristo Redentor e parte do Moura Brasil, caracteriza-se pelo elevado grau de comprometimento dos seus recursos naturais provocados, principalmente, pelo tipo de ocupação. É, também, uma zona marcada pela alta densidade demográfica e pela presença de áreas de risco. Construções habitacionais nas faixas de praia são frequentes e comprometidas com risco de deslizamento. Todo esse processo de ocupação desordenado vem arriscando não só a comunidade local, como também a integridade do meio natural. À exceção da Foz do rio Ceará, que possui paisagem natural exuberante, toda a região passa por um acelerado estado de degradação ambiental.

O Litoral Norte compreende partes dos bairros, Moura Brasil, Centro, Praia de Iracema e Beira-mar e, reúne áreas com características que se distinguem com relação a densidade, tipo de ocupação, infraestrutura básica e renda da população local. O trecho que compreende o Moura Brasil, na faixa litorânea, apresenta baixa densidade e grandes áreas privatizadas, como é o caso do Marina Park Hotel. A região do Centro é a que oferece as melhores condições de infraestrutura e uma maior diversidade de uso. Caracterizada, principalmente pelo uso comercial e de serviços, comporta também grandes equipamentos como o INACE/Indústria Naval Cearense e o Centro Cultural Dragão do Mar. Vale destacar, ainda, a presença do Poço da Draga, onde está localizada a antiga ponte metálica que, atualmente, encontra-se bastante degradada e com ocupações indevidas.

Os bairros da Praia de Iracema e Beira-mar, apesar do grande potencial turístico e paisagístico, se diferenciam quanto ao tratamento urbanístico e paisagístico. A Praia de Iracema, bairro boêmio, e de atração turística, passou por um processo de deterioração reflexo da falta de manutenção, atualmente se encontra urbanizada. O bairro da Beira-mar sempre alvo da valorização da paisagem, do lazer e da infraestrutura local, tem como usos predominantes o residencial multifamiliar e de serviços. Porém, apesar dos incentivos, a concentração urbana, que permeia todo o bairro até o Mucuripe, é nociva aos recursos naturais existentes; tanto a vegetação nativa, quanto os recursos hídricos estão comprometidos; o banho de mar tornou-se proibitivo em alguns pontos desta área, em decorrência da sua poluição.

Na transição entre os litorais norte e leste, tem-se a região do Porto do Mucuripe, situado no bairro Cais do Porto. No Porto fica situado a Praia Mansa, que apresenta uma bela paisagem natural, de acesso restrito. Ao lado do Porto está localizada a Praia do Titanzinho, área de alta densidade demográfica, ocupada por uma população de baixa renda, caracterizada pela precariedade de infraestrutura básica e com baixo grau de integridade ambiental; o meio natural encontra-se bastante afetado pelas ocupações.

O Litoral Leste se diferencia dos outros trechos, pelo tipo de ocupação rarefeita. Por apresentar esse perfil, ela se apresenta com melhor condição ambiental. Nas praias do Futuro I e II, apesar de pouco ocupada, recebe um significativo fluxo de turistas e munícipes. Já o trecho entre a Foz do Cocó e do

Pacoti não é tão visado, porém, sofre, atualmente, um acelerado processo de urbanização; evidenciado pela proliferação de loteamentos.

5.3.1.1.2. Bacia do Rio Cocó

A Bacia do Cocó compreende cerca de 60% do território do município e é dividida em 06(seis) sub-bacias, tendo como principal recurso hídrico o Rio Cocó. É uma região que apresenta 34% do total de áreas de risco do município, concentradas, principalmente, ao longo do Rio Cocó.

A Bacia Hidrográfica do Rio Cocó está inserida totalmente na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), sendo o Cocó o principal rio da cidade de Fortaleza. Este rio nasce na vertente oriental da serra da Aratanha, município de Pacatuba/CE, oriundo de pequenos cursos d'água formadores do riacho Pacatuba, que após receber outros contribuintes passa a ser denominado Gavião.

A denominação Cocó é atribuída a partir do trecho em que recebe as águas do riacho Alegrete e tem como referência o Anel Rodoviário, localizado na BR-116.

O rio Cocó possui uma série de afluentes sendo 29 na sua margem direita, 16 na margem esquerda. O curso deste rio tem cerca de 45 km e seu leito estende-se na direção SW - Ne por longo trecho do seu percurso, formando em direção à foz uma acentuada curva para E - SW. Após receber em seu trecho final o rio Coaçu, seu principal afluente, desaguando no Atlântico, na praia do Caça e Pesca, limite entre os municípios de Fortaleza (Caça e Pesca) e Eusébio (Sabiaguaba).

As ocupações ao longo do Rio Cocó e de seus afluentes se dão de forma diversificada; há zonas de maior e menor grau de interferência das ocupações. Na sua região central há uma tendência a ocupação das margens do mesmo, que ocorre, entre outros fatores, pela possibilidade de estabelecimento da população de baixa renda nestas áreas, por serem públicas e sem um controle rígido de fiscalização. Esse processo de ocupação tem atingido os recursos naturais e comprometendo a integridade dos mesmos. A região central da bacia, lindeira ao rio se apresenta com os piores índices de integridade, concentrando o maior número de áreas de risco.

A leste da bacia, apesar de ser menos atingida pelas ocupações indevidas, encontra-se em um intenso processo de expansão urbana, provocado, principalmente pelas construções de condomínios residenciais e grandes residências.

A situação com relação à integridade dos recursos hídricos e entorno da Bacia do Cocó não se dá de forma uniforme. Muito dos recursos naturais existentes já foram atingidos, de alguma forma, pelas ocupações indevidas, porém, o comprometimento se dá de forma pontual. Há também áreas com elevado grau de integridade, onde a ausência de ocupação contribuiu para a conservação dos recursos naturais.

No trecho do rio situado em Fortaleza, a forte especulação imobiliária associada ao não cumprimento da legislação ambiental e às pressões antrópicas de toda ordem, tem acarretado uma forte poluição quem tem trazido grande prejuízo à saúde do rio Cocó.

A especulação imobiliária se insere, como forte contribuinte desse problema, uma vez que colabora com o aparecimento de esgotos a céu aberto, além de acarretar desmatamento irregular e aterramento do manguezal.

Os manguezais são essenciais em áreas urbanas litorâneas, uma vez que agem como fixadores da terra, pois a presença e o entrelaçamento das fortes raízes aéreas do mangue, planta típica, contribuem para a deposição dos sedimentos provenientes das águas dos rios, da drenagem terrestre e das correntes das marés. Dessa maneira evitam o assoreamento do leito dos rios

Em alguns setores da bacia do rio Cocó os recursos naturais encontram-se fortemente comprometidos. Esse avançado estágio de comprometimento ambiental é ocasionado por uma série de fatores, embora a pressão demográfica exercida pelo acelerado crescimento demográfico seja uma das principais causas da degradação ambiental, além disso, as próprias condições naturais por si só podem favorecer os processos morfogênicos, associadas a um manejo inadequado, utilização predatória dos recursos naturais e o desordenado uso e ocupação do espaço podendo acelerar sobremaneira os problemas de degradação ambiental.

5.3.1.1.3. Bacia do Maranguapinho/ Ceará

A bacia Maranguapinho/ Ceará, dividida em 8 (oito) sub-bacias, ocupa aproximadamente 27% da área total do município, é considerada a mais afetada pelo processo indiscriminado das ocupações. Retém 45% de todas as áreas de risco de Fortaleza. A precariedade do uso residencial unifamiliar é evidenciado pela quantidade de áreas de risco localizadas num dos principais recursos hídricos da bacia, o Rio Maranguapinho.

O Rio Maranguapinho é o recurso hídrico que apresenta os maiores índices de densidade demográfica ao longo do seu leito, o que retrata bem a delicada situação natural em que se encontra. Esta mesma faixa que margeia o recurso recebe uma população, de maneira geral, carente em aspectos de infraestrutura e renda. As interferências das ocupações também se dão, em menor grau, nas lagoas que compõem esta bacia, como a Lagoa da Parangaba e a lagoa do Mondubim. Na porção sul do município e em algumas regiões pontuais próximas ao Maranguapinho, verificam-se ainda locais denominados de “vazios urbanos”, onde a paisagem natural ainda mantém-se viva.

O rio Ceará, situado a norte da bacia, representa o recurso menos atingido pelas ocupações; área de rara beleza, o Ceará preserva ainda grande parte de sua vegetação nativa, o mangue. Apesar das frequentes visitas, tanto de pescadores como turistas, essa área, preservada por lei, guarda um dos grandes patrimônios ambientais do município.

5.3.1.2. Aspectos Geológicos e Geotécnicos

As áreas turísticas abrangentes no Programa insere-se numa extensa faixa sedimentar que se desenvolveu a partir da deposição de sedimentos terrígenos, ocorrida pelo final do período Terciário e início do Quaternário. Sendo oriundos dos terrenos cristalinos, atualmente expostos na região ao sul, consistem numa sucessão de leitos e lentes de sedimentos clássicos, pouco consolidados, retrabalhados principalmente pela ação das águas superficiais e subterrâneas, constituindo a unidade litoestratigráfica (Grupo Barreiras).

Por fim, encimando o arcabouço estratigráfico da área, foram individualizadas as coberturas colúvios-eluviais, Paleodunas, Dunas Móveis e Depósitos Flúvio-Aluvionares e de manguezais. A tabela a seguir apresenta a Coluna Estratigráfica da Região Metropolitana de Fortaleza – R.M.F.

TABELA 6 - COLUNA ESTRATIGRÁFICA DA R.M.F

UNIDADE GEOLÓGICA		LITOLOGIA
CENOZÓICO	QUATERNÁRIO	QQa Depósitos Flúvio-Aluvionares e de Mangues Areias, cascalhos, siltes e argilas, com ou sem matéria orgânica, compreendendo os sedimentos fluviais, lacustres e estuarinos recentes.
		QQd Dunas Móveis ou Recentes Areias esbranquiçadas, de granulação fina à média, bem selecionadas, quartzosas, com grãos de quartzo foscas e arredondadas, muitas vezes encerrando níveis de minerais pesados (principalmente ilmenita).
		QQpd Paleodunas Areias de coloração amarelada e acinzentada, de granulação fina à média, por vezes siltosas, bem selecionadas, de composição quartzosa ou quartzo-feldspática.
	TERCIÁRIO	TTQc Coberturas Colúvio-Eluviais Sedimentos areno-silto-argilosos, alaranjados e/ou avermelhados, de granulação fina à média, ocasionalmente mais grosseira, com horizontes laterizados na base.
		TTb Formação Barreiras Sedimentos areno-argilosos, de coloração avermelhada, creme ou amarelada frequentemente de aspecto mosqueado, mal selecionado, com níveis conglomeráticos e matriz argilosa caulínica com cimento argilo-ferruginoso e às vezes silicoso.
		TTc Vulcânicas Alcalinas Fonolitos, traquitos, tufos e essexitos.

FONTE: PDTIS FORTALEZA.

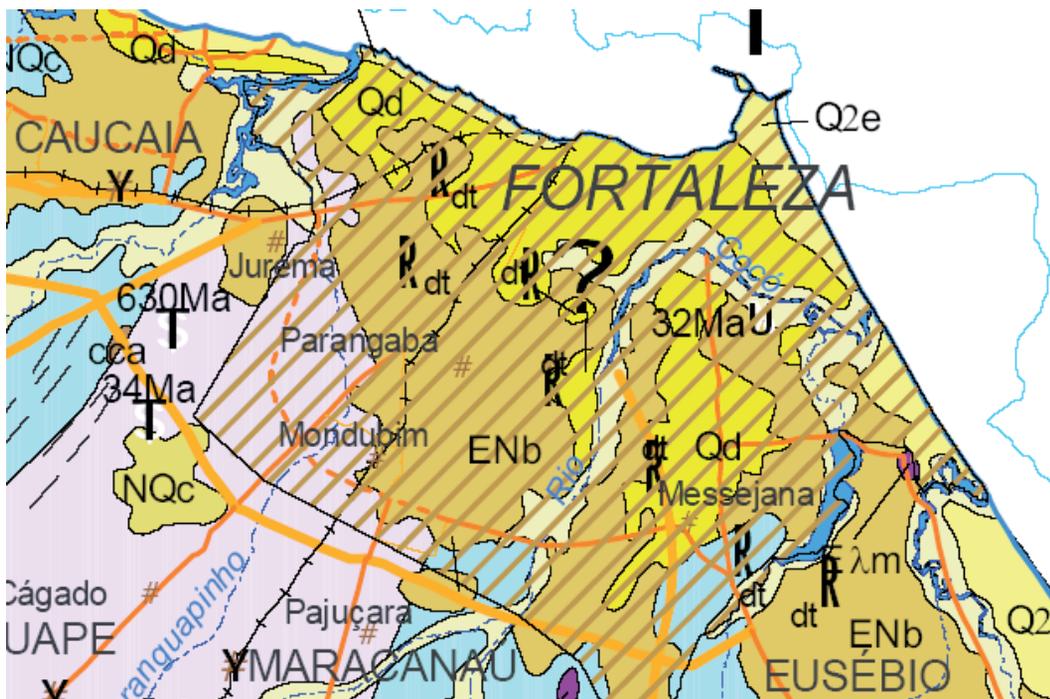
Desta forma, percebe-se que a área de abrangência do programa compreende uma larga faixa do litoral de origem quaternária caracterizados por areias esbranquiçadas, de granulação fina à média, quartzosas. Percebe-se também uma zona caracterizada por depósitos fluvio-aluvionares, presentes principalmente na região da foz do Rio Cocó (Praia do Futuro) e Riacho Maceió (fronteira entre a Beira Mar e Mucuripe).

5.3.1.3. Formação Barreiras

Os estudos sobre a Formação Barreiras datam do início do século, quando se usou pela primeira vez o termo Barreiras, para indicar sedimentos inconsolidados, variegados, que ocorrem de forma contínua ao longo de toda a faixa costeira, desde o Rio de Janeiro até o Amazonas.

Esta unidade distribui-se como uma faixa de largura variável acompanhando a linha de costa, à retaguarda dos sedimentos eólicos antigos e atuais e encontram-se capeados também pelos sedimentos flúvio-aluvionares ao longo dos rios e riachos. Embora constitua o embasamento (não visível) de toda a área, localmente (Pirambu) também pode ser observado em afloramento na faixa de praia, com arenitos ferruginosos e conglomeráticos que constituem sua fácies basal.

FIGURA 6 - MAPA GEOLÓGICO REGIONAL.



FORTE: PDTIS FORTALEZA.

O contato entre a Formação Barreiras e o embasamento cristalino faz-se por discordância angular erosiva. Sua espessura é bastante variável, decorrente do seu relacionamento com a superfície irregular do embasamento cristalino e do processo erosivo causado pelos rios e riachos, aprofundando-se em direção à costa, onde se encontra sotoposta aos sedimentos eólicos que constituem as paleodunas, sendo o contato difícil de ser marcado, devido principalmente ao lixiviamento intenso nessas áreas sedimentares, formando solos arenosos que podem ser facilmente confundidos com as dunas que se encontram rebaixados ao nível dos tabuleiros.

Litologicamente essa sequência é representada de sedimentos areno-argilosos, não ou pouco litificados, de coloração variada de matizes avermelhados, amarelados, creme e cinza esbranquiçados, muitas vezes com aspectos mosqueados, mal selecionados, de granulação variando de fina à média, mostrando horizontes conglomeráticos e níveis lateríticos, sem cota definida, em geral associados à percolação de água subterrânea.

No contexto regional existem diversos trabalhos sobre formação Barreiras, baseando-se principalmente num empilhamento de diversas unidades, como consequência da evolução do relevo, dos movimentos tectônicos e dos paleoclimas. Os trabalhos mais recentes baseiam-se em estudos paleológicos indicando que a formação Barreiras começou a ser depositada no Mioceno, entretanto a maioria dos autores aceita a idade como Pliocênica a Pleistocênica. O sistema deposicional destes sedimentos tem se mostrado variado ao longo da costa brasileira, com fácies variando desde leques aluviais à planície de maré.

5.3.1.4. Beach Rock – Arenito de Praia

É a faixa praial, desde a zona urbana até o Oceano Atlântico, em decorrência da erosão, sob abrasão marinha na maior extensão. Principalmente nos locais totalmente atingidos pela maré alta (com largura 0,0 m), ocorrem afloramentos de rocha (arenito da Formação Barreiras) na praia, prejudicando a balneabilidade, mas podendo ser localmente balizados (Foto 2).

FOTO 2 - ROCHA DE PRAIA, TAMBÉM CHAMADA BEACH ROCK, REPRESENTANDO A BASE DA FORMAÇÃO BARREIRAS, AFLORANTE NA FAIXA DE PRAIA NO BAIRRO MEIRELES



FONTE: SETFOR

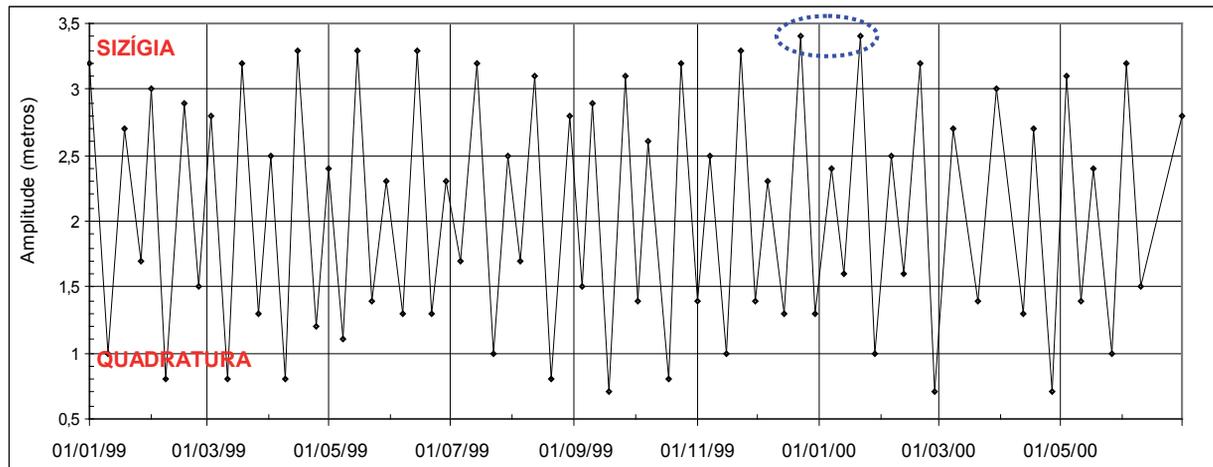
5.3.1.5. Variabilidade das Marés

A direção e a velocidade quase constantes do vento geram um regime de ondas predominantemente do tipo “sea”, com altura média de 0,93 m a 1,55 m, ocorrendo as menores alturas entre fevereiro e abril. Os períodos de onda variam de 4,5 a 13 segundos, com períodos máximos entre outubro e janeiro, com ângulo de incidência de aproximadamente 30° em relação à linha de praia. Como resultado do ângulo de incidência das ondas, existe uma fraca corrente litorânea (“litoral drift”) de sudeste para noroeste. Por sua vez, a altura e o comprimento das ondas não provocam um repuxo (“undertow”) significativo.

A temperatura média da água é de 27°C, com baixa turbidez e considerável circulação. A altura das marés varia de 0,65 m (quadratura) a 3,41 m (sizígia), com as máximas ocorrendo em dezembro e janeiro e as mínimas entre junho e setembro.

O Gráfico a seguir mostra as amplitudes de marés no Porto do Mucuripe, que é a mais próxima estação equipada com marégrafo.

GRÁFICO 1 - AMPLITUDES MENSAIS DAS MARÉS DE SIZÍGIA E QUADRATURA REGISTRADAS PARA O PORTO DO MUCURIBE



FONTE: (TÁBUA DE MARÉS DE 1999 E 2000- DHN).

Entre dezembro e fevereiro o clima de ondas costuma mudar para o tipo “swell”, com maiores alturas, períodos e comprimentos, consequentes de sua maior energia. Quando tais ondas coincidem com marés de sizígia, a faixa praial onde ocorrem bermas é drasticamente reduzida e o repuxo pode tornar-se significativo.

A variabilidade sazonal das marés, do clima de ondas e do perfil de praia, cria variação no tipo de arrebenção das ondas, variando de deslizante (primeiro semestre) a mergulhante e colapso (segundo semestre).

5.3.1.6. Dunas Móveis ou Recentes e Paleodunas

Dunas Móveis ou Recentes foram assim classificadas, sobretudo, devido a aspectos morfológicos. Forma um cordão contínuo de areias secas que se desenvolvem ao longo das praias, principalmente no setor Nordeste do município de Fortaleza.

As dunas recentes formam um grande, porém estreito depósito eólico, com espessuras médias de 20 metros, chegando a cerca de 45 metros de altitude nas zonas de cristas. São desnudas de cobertura vegetal, o que permite uma intensificação da ação do vento, dando curso à migração dessas dunas que se encontram assoreando cursos d’água, lagoas e as infraestruturas urbanas.

Seus contatos em relação às unidades sotopostas parecem ser abruptos, podendo ser notado, nessa área, seu contato com as aluviões (facilmente demarcado em fotografia) e com as dunas antigas, sendo esse último bastante difícil de ser marcado.

Constitui-se de areias de cores claras, comumente esbranquiçadas, de granulações finas, formadas principalmente por grãos de quartzo comumente foscas (raramente polidos), contendo raras concentrações ou leitos de minerais pesados. Textualmente apresentam-se bem classificadas, com grãos arredondados. São sedimentos inconsolidados, associados ao ambiente marinho raso, onde não se observa a laminação da estratificação horizontal. Podem ser vistas, por vezes, nas encostas a barlaventos, marcas ondulares eólica.

Encontramos esse tipo de formação geológica ainda preservado na área turística da Praia do Futuro. Nas outras áreas turísticas contempladas pelo PRODETUR, as dunas encontram-se completamente urbanizadas e artificialmente fixadas.

As Paleodunas formam corpos de sedimentos arenosos inconsolidados distribuídos em toda zona infracosteira, inclusive na parte central do município de Fortaleza. Repousam discordantemente sobre os sedimentos do Grupo Barreiras, sendo que em direção do interior formam um capeamento irregular e descontínuo. Nessa zona, o limite entre esses sedimentos é difícil de ser marcado em mapa, sendo por isso, delimitado por contato inferido.

Representam as dunas antigas, cobertas por uma flora estável, principalmente na zona interiorana, onde possuem coloração branco-acinzentada refletindo o efeito da presença de matéria orgânica. São sedimentos eólicos mais oxidados que as dunas recentes e em alguns locais, onde possuem espessuras elevadas, já exibem alguma compactação.

São recortadas por rios e riachos que drenam essa área, sendo por vezes, quando o nível de erosão permite, localmente encobertas pelas aluviões. Em alguns pontos, notam-se sua influência sobre a morfologia desses elementos hidrográficos, fazendo-se presente de forma acentuada sobre canais de rios e riachos.

5.3.1.7. Aluviões

Aluviões constituem as faixas sedimentares, dispostas principalmente ao longo dos rios e riachos. São representados pelos materiais transportados pelas águas superficiais e depositados nos baixios de inundação, formados ao comprido dos rios e riachos, lagoas, sedimentos lacustres e de mangue.

Nos leitos dos riachos e córregos que drenam a área de cobertura sedimentar, essas aluviões (em sua maioria) provêm do retrabalhamento de arenitos argilosos dominante da Formação Barreiras, nesses locais depositam-se principalmente argilas de coloração escura. Em torno e à jusante dos reservatórios naturais, encontram-se comumente areias, argila e silte (com matéria orgânica).

Merecem destaque na área de influência às aluviões do Riacho Maceió que chegam a alcançar 50,00m de largura (com espessuras entre 2 e 5 metros), estreitando-se e tornando-se pouco espessos (0,5 a 1 metros) à medida que se afastam do litoral.

Nos ambientes estuarinos ou de planícies flúvio-marinha formam-se depósitos siltico-argilosos, ricos em matéria orgânica, que sustentam uma vegetação de mangue. Não se restringem apenas às desembocaduras, desenvolvendo-se também nos baixos cursos dos rios até onde se faz sentir a influência marinha. O contato de água doce com água salgada proporciona a floculação de argilas, resultando na deposição de material escuro e lamacento que aumenta a cada período de maré cheia até formar o ambiente propício à instalação dos manguezais.

Na área de influência do PRODETUR encontramos aluviões na microbacia hidrográfica do riacho Maceió-Papicu, fronteira entre a Beira Mar e o Mucuripe e no Estuário do Rio Cocó, no final do trecho de orla da Praia do Futuro na direção leste.

5.3.1.8. Areias de Praia

Areias de Praia formam corpos de areia alongados por toda extensão da costa entre os limites de baixa maré e o início das dunas móveis (Foto 3), onde o nível freático das águas subterrâneas se aprofunda e as areias tornam-se secas e bem selecionadas pelo constante trabalho eólico.

Nas praias a nordeste da área, a faixa de areia de praia fica caracterizada, compreendendo as partes pós-praia e antepaia. A primeira é a área que começa no limite de preamar e estende-se até a base das dunas, nessa área desenvolve-se uma vegetação rasteira e por vezes formam-se pequenos bancos de areia seca e lagoas freáticas. A segunda é a zona frontal entre os limites de preamar e baixa mar.

FOTO 3 - FAIXA DE ANTEPRAIA (ESTIRÂNCIO), FORMADA POR AREIAS REMOBILIZADAS PELA DERIVA LITORÂNEA E PELA AÇÃO EÓLICA, LOCALIZADA NA PRAIA DO NÁUTICO



FORTE: SETFOR

Consistem em depósitos de areia de granulação média, às vezes grosseiras, comumente laminados e bem selecionados, formados pela ação das ondas. São constituídos principalmente por grãos de quartzo polidos e bem retrabalhados pelas ondas, contudo aparecem com frequência grãos de feldspatos potássios e concentrações diminutas de minerais pesados, onde a ilmenita constitui o mineral opaco dominante.

Excluindo pequenas áreas da Beira Mar, onde a orla está protegida por construções de engenharia de contenção de ondas, encontramos areias distribuídas por toda a faixa de praia, principalmente na praia do Futuro, área turística menos urbanizada.

5.3.1.9. Geossistema Litorâneo

A paisagem natural analisada e abordada nesta Linha de Base segue a taxonomia hierarquizada de Souza 1988, na qual se destaca, além do litoral, os planaltos sedimentares, sendo os seus Geossistemas constituídos pela Planície Litorânea e Tabuleiro Pré-Litorâneo.

A área de abrangência encontra-se na área da linha de costa. A evolução morfogeológica da linha de costa ocorre desde a Era Mesozoica, com o fluxo interativo de elementos variados como as embocaduras dos rios, precipitações pluviométricas, águas subterrâneas, correntes marinhas, entre outros. A fisiologia da paisagem atual se deu com a interação desses elementos no decorrer do tempo geológico.

A plataforma continental submarina e zonas litorâneas são responsáveis pela dinâmica das regiões em que estão inseridas, e diante de sua vulnerabilidade e fragilidade ambiental atraem preocupações sobre a sua degradação.

5.3.1.10. Geomorfologia da Área

A modelação do litoral do Ceará é resultado, em grande parte, da dinâmica eólica que ali ocorre. Esse processo é evidenciado pelo transporte de sedimentos, movimentos de dunas, entre outros.

A planície litorânea é dinâmica, sendo moldadas e remodeladas continuamente pelos ventos, marés, os fluxos de corrente marinha e atualmente através das obras de engenharia civil, ou obras litorâneas, como a construção do Porto do Mucuripe e os espigões (ou molhes) de contenção ao avanço da linha de preamar, construídos na costa ocidental da cidade de Fortaleza.

Os fluxos eólicos desempenharam papel notório no suprimento de sedimentos no entorno da Ponta do Mucuripe. Este promontório representa um marco que divide o litoral de Fortaleza em duas partes. A leste, a linha de costa apresenta-se mais retilínea e constitui a fonte de sedimentos de dunas (faixa de praia da Praia do Futuro), a oeste, a costa apresenta enseadas com predominância de processos erosivos em decorrência da interrupção do trajeto natural de transporte de sedimentos, por obras como o Porto e as urbanizações ao redor do porto (Faixa de Praia da Beira Mar).

A disposição do campo de dunas paralelo à faixa de praia evidencia que esses sedimentos atuaram como fonte para formação desta morfologia. Essa dinâmica foi interrompida com as estruturas urbanas e edificações que foram construídas. Esse transporte de material passou a ser impedido em função desse barramento, provocando intenso processo de deflação nessas dunas. As dunas proporcionavam *bypass* de areia, contribuindo para a definição da dinâmica praias na faixa onde hoje se encontra o Porto do Mucuripe, o late Clube, Praia do Meireles, a Praia de Iracema e as praias do Pirambu e Barra do Ceará. O morro de Santa Terezinha, quando começou a ser impermeabilizado e fixado pela expansão urbana, impediu o transporte de areia na faixa do promontório, contribuindo para acelerar a erosão nas praias metropolitanas localizadas a oeste.

As praias se apresentam com estreitas faixas de areias situadas entre os fluxos intramarés, apresentando em alguns locais uma berma extensa e em outros a inexistência dessa unidade de compartimentação morfogeológica. A existência de campos de dunas de retaguarda pode ser observada especificamente na Praia do Futuro e nas proximidades do late Clube, na Avenida Abolição, onde as dunas da Praia do Futuro se alargam por até 500,00 metros além da linha de praia e berma, prolongando ao interior, em nítido processo de acumulação eólica, com áreas de sedimentação, corredores eólicos e áreas de soterramento do campo de dunas fixas.

A faixa intermediária posterior está relacionada aos tabuleiros costeiros, onde se observa uma monotonia planar, aplainadas pelos agentes intempéricos físico-químicos, de sedimentos areno-argilosos pertencentes à Formação Barreiras. Esses tabuleiros estão recortados por pequenas redes de drenagens, oriundas de diversas lagoas, ou mesmos de afluentes dos rios acima citados e de nascentes localizadas neles, como é o caso dos riachos Maceió (localizado na área turística da Beira Mar), Pajeú e Jacarecanga, estes últimos totalmente drenados em galerias ou canais.

Nesta unidade a urbanização é constante como processo modular do relevo, atuando desde a impermeabilização dos solos, impedindo o fluxo hídrico superficial e subterrâneo e a ruptura dos padrões naturais de modelamento geomorfológico.

5.3.1.11. Evolução da Praia de Fortaleza

A modelação da costa litorânea de Fortaleza deveu-se principalmente através das intervenções antrópicas, constituídas essencialmente por obras portuárias, molhes, marinas, muros de enrocamento paralelos e perpendiculares à faixa praias e a interrupção do transporte de sedimentos para a faixa de praia.

Algumas destas ações foram executadas no sentido de minimizar a erosão costeira.

As primeiras intervenções registradas dizem respeito à tentativa da criação de um porto em Fortaleza. A Praia de Iracema sofreu forte influência em decorrência da construção do porto do Mucuripe (1939 a 1945), que constituiu uma barreira artificial, alterando o transporte natural de sedimentos ao longo da costa.

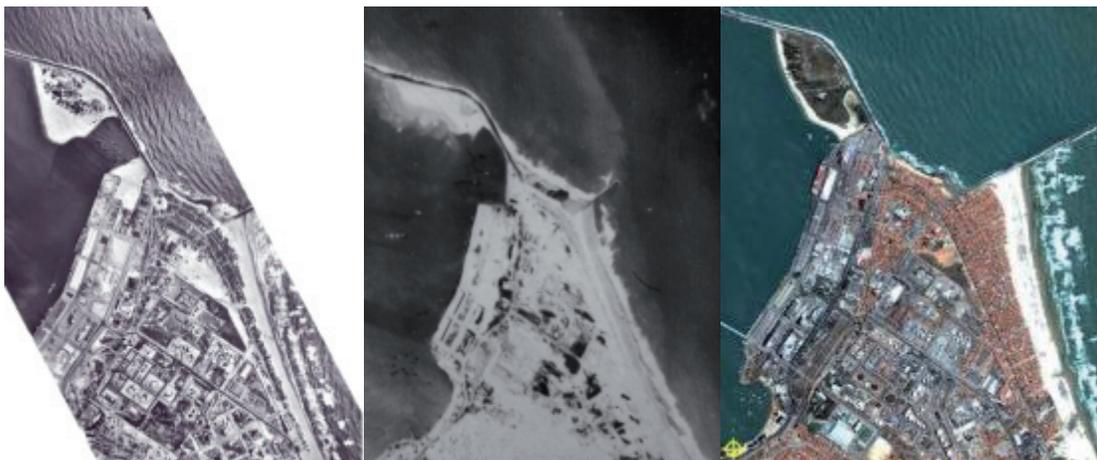
Durante a construção do dique de proteção do porto, houve uma evolução da faixa arenosa contornando esta estrutura, provocando um recuo de costa nas praias a oeste desse dique. Esse recuo correspondeu a 77,0 metros, chegando a atingir 150,0 metros na Praia de Iracema, onde os sedimentos, sem coesão, eram mais susceptíveis ao impacto.

Os sedimentos desviados foram responsáveis pelo surgimento de uma barra submarina, paralela à linha de costa, a cerca de 10,0 metros de profundidade, prejudicando o canal de acesso ao Porto. Na tentativa de solucionar os problemas do porto, houve o prolongamento do seu quebra-mar e a construção de um espigão de retenção de areias a oeste deste, conhecido como o molhe do Titã, concluído em 1966.

Apesar da tendência erosiva, a difração das ondas no espigão do Porto do Mucuripe originou, dentro da sobra do dique, uma corrente com direção contrária à deriva litorânea. Este fenômeno produziu uma acumulação de sedimentos dentro da área portuária e localmente, um avanço do litoral.

A Figura 7 mostra imagens comparativas do Porto do Mucuripe e do Serviluz nos anos 1968, 1978 e 2008 para explicar o que foi antes descrito.

FIGURA 7 - MUCURIPE E SERVILUZ EM 1968, 1978 E 2008



FONTE: PDTIS FORTALEZA.

Visando proteger a praia dos processos de erosão, uma série de enrocamentos foi realizada na costa, principalmente na Praia do Meireles (Náutico e Ideal) e na Praia de Iracema.

Os processos erosivos tiveram um declínio, causados pelas obras de defesa, conjunto ao esgotamento dos recursos de areais. Algumas zonas de praias passaram a ficar desprovidas de proteção natural, sendo aflorado a substrato basal da Formação Barreiras.

As estruturas construídas na costa de Fortaleza minimizaram os processos erosivos, no entanto, o problema foi transferido para as praias do litoral oeste, desencadeando a construção de uma série de 14 espigões, muros de arrimo, enrocamento, marinas e expansão portuária.

O aterro da Praia de Iracema foi construído no ano de 2000, com aporte artificial de sedimentos provenientes de dragagens na porção offshore da Praia de Iracema. Esse aporte desenvolveu uma superfície relativamente plana que avança mar adentro.

Para a recuperação da faixa de praia existente na área de estudo também está sendo proposto o desenvolvimento de um processo de engordamento através de um aterro hidráulico e de recuperação das estruturas de engenharia (espigões) existentes.

5.3.1.12. Climatologia

O litoral do Município de Fortaleza insere-se na zona tropical tipo AW' caracterizada por um período quente durante o ano inteiro com precipitações médias anuais irregulares. Os totais pluviométricos nesta região decrescem em direção ao interior, atingem o mínimo no sertão semiárido e voltam a crescer em direção à Amazônia.

Os ventos neste município são caracterizados pela presença de um forte ciclo sazonal controlados pelo movimento da zona de convergência intertropical (ZCIT), que se desloca do norte para o sul conforme mudanças de estação.

A ZCIT corresponde a uma larga faixa de confluência dos ventos alísios de nordeste e sudeste, caracterizados por intensa nebulosidade e baixa pressão atmosférica. Em geral a ZCIT migra sazonalmente de sua posição mais ao norte, no atlântico, para posições mais ao sul durante o verão austral. Os ventos alísios de sudeste são mais intensos quando a ZCIT encontra-se ao norte (agosto a outubro), diminuindo progressivamente sua migração ao equador, para alcançar valores mínimos anuais durante os meses de março e abril quando os ventos de sudeste são mais fracos.

A movimentação para norte da ZCIT e a intensificação dos ventos de sudeste que se inicia em março, apresenta-se forte no oceano, com as variações no padrão de circulações oceânicas, variações do nível do mar e aumento da velocidade das correntes costeiras. Além deste ciclo sazonal, o clima da região apresenta uma série de modificações interanuais geralmente associadas ao fenômeno El Niño.

5.3.1.13. Clima Local e Precipitação Pluviométrica

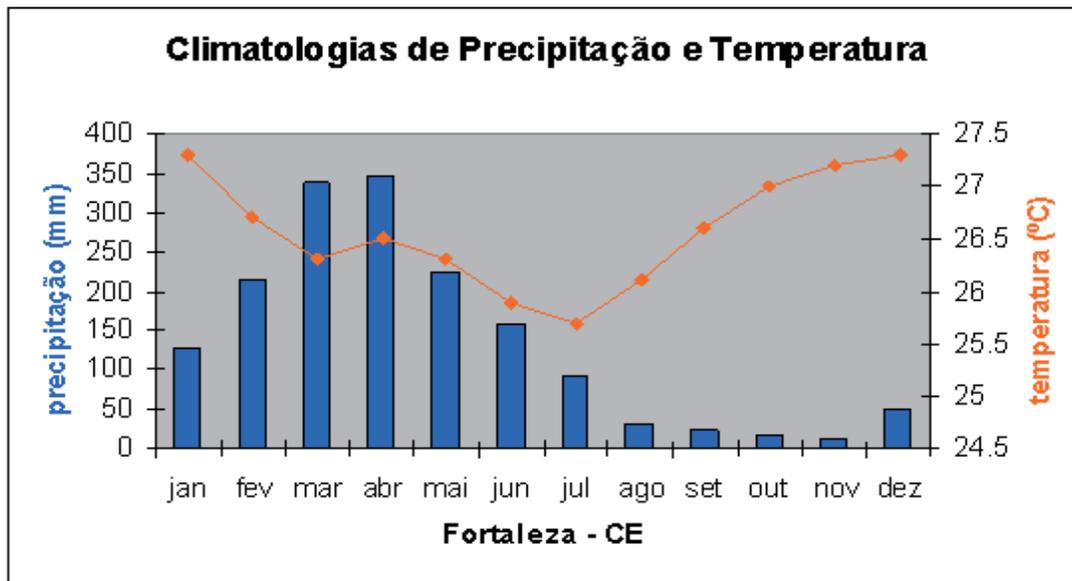
Do ponto de vista climático, a região costeira de Fortaleza - Ceará é considerada semiárida por apresentar substanciais variações temporais e espaciais de precipitação pluviométrica e elevada temperatura ao longo do ano.

Climatologicamente, esta região apresenta uma pré-estação, de novembro a janeiro, uma estação chuvosa propriamente dita, a qual se manifesta durante os meses de fevereiro a maio e a estação seca entre junho a início de novembro.

O regime de precipitação durante os períodos de pré-estação e estação chuvosa é registrado pela atuação e/ou influência de diversos sistemas meteorológicos que variam desde pequeno até escalas sinóticas, tais como: as linhas de instabilidade que se formam na faixa litorânea; as incursões pronunciadas de sistemas frontais advindos das altas latitudes austrais; os vórtices ciclônicos que se formam nos altos níveis topográficos; e a manifestação da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) principal sistema indutor de chuvas, durante a estação chuvosa.

A estação seca (estiagem) nesta região se manifesta entre os meses de junho a novembro, caracteriza-se por apresentar intensa mobilidade de sedimento decorrente da ação do vento. As maiores precipitações ocorrem nos meses de fevereiro a maio e as menores nos meses de agosto a novembro (Figura 8).

FIGURA 8 - CLIMATOLOGIAS DE PRECIPITAÇÃO E TEMPERATURA



FORNTE: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS.

O regime pluviométrico em Fortaleza é influenciado pela ocorrência dos fenômenos El Niño e La Niña. O Quadro 2 mostra os últimos anos que tais fenômenos ocorreram.

TABELA 7 - RELAÇÃO DOS ANOS DE OCORRÊNCIA DOS EPISÓDIOS EL NIÑO E LA NIÑA EM FORTALEZA

ANOS DE EL NIÑO	13, 18, 25, 30, 40, 51, 53, 57, 58, 63, 65, 70, 72, 86, 87
ANOS DE LA NIÑA	16, 24, 28, 33, 42, 44, 49, 54, 55, 56, 64, 67, 69, 75, 88

FORNTE: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS.

Do ponto de vista climático, a região costeira de Fortaleza é considerada semiárida por apresentar substanciais variações temporais e espaciais de precipitação pluviométrica e elevada temperatura ao longo do ano.

Objetivando estudar o comportamento climatológico das precipitações pluviométricas ocorridas em Fortaleza, utilizaram-se informações da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME, série 22 anos, entre 1977 e 1999.

A média pluviométrica para o período analisado foi de 1.200 mm anuais. Constataram-se substanciais variações, como, por exemplo, no ano de 1993, onde choveu apenas 353 mm, ao passo que no ano de 1995 as precipitações foram na ordem de 2.352 mm/ano.

A determinação das normas climáticas é classificada através da técnica dos quantis, que pode ser definida para o Estado do Ceará nos seguintes intervalos de chuva: Muito Seco (0 - 555 mm/ano); Seco (556 - 799 mm/ano); Normal (800 - 1095 mm/ano); Chuvoso (1096 - 1721 mm/ano) e Muito Chuvosos (> 1722 mm/ano).

Analisando as médias pluviométricas de Fortaleza, observa-se a ocorrência de dois períodos muito secos (1983 e 1993), três períodos secos (1978, 1979 e 1990), seis períodos normais (1980, 1981, 1991, 1992, 1997 e 1998), seis períodos chuvosos (1982, 1984, 1987, 1988, 1996 e 1999), e cinco períodos muito chuvosos (1985, 1986, 1989, 1994 e 1995).

A variação dos dias de chuva registrados através da FUNCEME apresenta as seguintes médias anuais para o período de 22 anos:

- Período muito seco: 29 dias de chuva/ano;
- Período seco: 55,6 dias de chuva/ano;
- Período normal: 64,2 dias de chuva/ano;
- Período chuvoso: 67,2 dias de chuva/ano;
- Período muito chuvoso: 78,6 dias de chuva/ano.

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DOS DIAS DE CHUVA NUM INTERVALO DE 22 ANOS NA CIDADE DE FORTALEZA/CE



FONTE: FUNCEME.

A significativa variabilidade de dias de chuva ao longo dos 22 anos (1977 a 1999) tem interferência direta no nível do lençol freático. Dessa forma o período muito chuvoso é caracterizado por apresentar um nível freático elevado, enquanto o período muito seco este nível é rebaixado, visto que são aproximadamente 336 dias de insolação. Entre o período seco e chuvoso, observa-se uma pequena diferença entre os dias de chuva/ano. Nestas condições, considera-se que o nível freático se encontra em estado normal.

Portanto, o efeito da precipitação pluviométrica sobre o lençol freático é bastante significativo. Por ocasião de um período muito seco considera-se o nível freático rebaixado; entre o período seco e chuvoso, o nível é normal; e por ocasião de um período considerado muito chuvoso, este nível é alto. Desta forma o nível d'água em subsuperfície não apresenta comportamento uniforme, varia conforme o regime pluviométrico.

A análise dos dados mostra claramente que os ventos mais frequentes (76,76%) na região de Fortaleza provêm do quadrante leste (E). Os ventos de sudeste (SE) ocupam a segunda posição com 13,10%; em seguida os ventos de nordeste (NE), atingem percentuais de 8,84%, e praticamente desprezíveis em termos de frequência, os ventos de norte (N) apresentam percentuais de apenas 1,3%.

Embora os ventos de leste (E) sejam os mais frequentes em todos os meses do ano, existem, no entanto, importantes variações sazonais. Estas variações ficaram bastante evidentes por ocasião do mês de outubro, quando os ventos de sudeste atingem os maiores picos de velocidade, entre 7,7 a 9,4 m/s. Quando

se analisam as frequências por faixa de velocidade, observa-se que a dominância dos ventos de leste (E) apresenta-se mais forte entre os meses de julho a outubro (estações secas). Os ventos com velocidades superiores a 5 m/s representam 77,94% do total de medições. Destes, os provenientes de leste correspondem a 65,72% e os de sudeste 9,81%, restando apenas 2,19% para nordeste e 1,3% de direção norte.

Apesar dos dados diários representarem apenas um ano de medição, pode-se observar que, em Fortaleza, os ventos mais efetivos na construção pretérita da planície litorânea são provenientes do quadrante leste (E) e secundariamente do quadrante sudeste (SE). Localmente, os ventos mais atuantes percorrem a calha do Rio Cocó na direção E-W desde a sua embocadura.

Comparando a sazonalidade dos ventos efetivos no transporte de areia com as precipitações pluviométricas registradas no ano de 1997 em Fortaleza, observa-se que durante a estação chuvosa (fevereiro a maio) as velocidades dos ventos em geral são menores, comparadas à estação seca (junho a janeiro). Assim, pode-se considerar que a evolução da planície litorânea e dos depósitos de areias correlatos ocorreu durante a estação seca, quando os ventos com velocidades superiores a 5 m/s encontram e transporta maior quantidade de areia seca.

As temperaturas médias em Fortaleza variam entre 25 e 28 graus ao longo do ano. Mesmo nos meses mais frios, de maio a julho, quando a temperatura nos Estados do Sul e Sudeste chega a menos de dez graus, a temperatura média em Fortaleza fica acima de 25 graus.

5.3.1.14. Recursos Hídricos

5.3.1.14.1 Superficiais

A disposição dos recursos hídricos vem sendo alterada significativamente, em proporção direta ao crescimento da cidade. Observam-se diversas lagoas completamente ou parcialmente soterradas, bem como são comuns as canalizações de riachos, aterramentos desses recursos, o que altera o padrão de circulação e acumulação das águas. Os principais recursos hídricos do Município de Fortaleza são os rios Cocó, Ceará e Pacoti.

Para melhor compreensão do trabalho foi analisada a bacia hidrográfica da Vertente Marítima, pois esta compreende a maior parte cidade de Fortaleza e engloba toda área de influência direta do Programa enfocado.

A bacia da Vertente Marítima, a única totalmente inserida no município, compreende a faixa de terra localizada entre as desembocaduras dos Rios Cocó e Ceará, com topografia favorável ao escoamento das águas para o mar. A Vertente Marítima é composta por diversas pequenas bacias que, apresentam drenagem direta para o Oceano, sendo sua área de contribuição de 34,54Km². Trata-se de uma área totalmente urbana e densamente povoada em que os conflitos entre urbanização e o meio natural são relevantes.

A Planície Costeira do Município de Fortaleza apresenta uma extensão de, aproximadamente, 30 km de praia banhada pelo Oceano Atlântico e situa-se entre o Rio Ceará e o Rio Pacoti. As características físicas e o tipo de ocupação que mudaram o aspecto natural da Orla marítima determinaram a diferenciação em duas faixas: Faixa Norte e Faixa Leste. A Faixa Norte está localizada entre o Rio Ceará e a Ponta do Mucuripe, com extensão aproximada de 15 km no sentido Oeste-Leste. A Faixa Leste está localizada entre a ponta do Mucuripe e a foz do Rio Pacoti, com direção Noroeste-Sudeste, tendo uma extensão de, aproximadamente, 15 km.

Dois tipos de Sub-bacias são identificados na Vertente Marítima: as que contam com um exutório principal bem definido (Riachos Pajeú, Jacarecanga e Papicu) e aquelas, nas quais, o escoamento se faz para o mar de forma difusa, através de vários talwegues secundários.

A Bacia da Vertente Marítima divide-se em sete sub-bacias, cujos principais mananciais estão descritos a seguir (PMF):

Lagoa do Mel - Possui uma área de 0,31 ha; constitui, juntamente com o riacho sangradouro, que desemboca na Praia das Goiabeiras, o elemento macrodrenante da citada sub-bacia.

Riacho Jacarecanga - Nasce nas proximidades do cruzamento da Av. Bezerra de Menezes com a Rua 14 de Abril indo desembocar no mar, na Praia do Kartódromo. Tem, como único afluente, um pequeno riacho que a ele se interliga nas proximidades da Avenida Sargento Hermínio. Possui 2,02 Km de extensão correndo em canal a céu aberto na maior parte do percurso.

Riacho Pajeú - O mais histórico recurso hídrico do município encontra-se, assim como o Jacarecanga, bastante canalizado em galerias subterrâneas ao longo de seu trajeto, imperceptível para a cidade. No entanto, apresenta-se ao ar livre em variadas localidades, a maioria em terrenos com acesso restrito, são eles: praça em frente à CDL (única com acesso livre, dentre os locais de pesquisa), que se encontra bem cuidada; no antigo Palácio do Bispo, correndo por um pequeno parque verde; e no Mercado Central, na área de estacionamento. No trabalho "Inventário Ambiental de Fortaleza", nos locais analisados, constatou-se o desinteresse da cidade frente ao recurso, que corre pelos terrenos, despercebido. Inserido na região central, bastante urbanizada, o riacho tem, como potencialidade principal, o aspecto urbanístico. A vegetação existente, em pouca quantidade, é a exótica. Juntamente com o Lago da Cidade da Criança (local onde passa em galeria subterrânea), é o principal elemento macrodrenante da sub-bacia A-3. Bastante degradado, apresenta variados problemas de drenagem e de poluição. Suas nascentes, hoje aterradas para a implantação de edifícios sobre o leito natural, situam-se no quarteirão formado pelas Ruas Silva Paulet, José Vilar, Bárbara de Alencar e Dona Alexandrina. Com cerca de 5 km de extensão, corre em galerias, canal a céu aberto e, pequenos trechos em leito natural, desaguardo na Praia Formosa.

Riachos Maceió-Papicu - Constituem com a Lagoa do Papel os principais elementos macrodrenante da sub-bacia A-6. O Riacho Papicu tem suas nascentes nas proximidades da Cidade 2000, desenvolvendo-se no sopé das dunas, onde forma a Lagoa do Papicu. Tem um percurso com cerca de 3 km, correndo ao natural e em canal a céu aberto, estando os 800 metros iniciais canalizados. O Riacho Maceió, com 1,3 Km de extensão, encontra-se quase todo canalizado (em galerias e a céu aberto). Após a confluência dos dois riachos, o sistema desenvolve-se a céu aberto, espraiando-se numa grande área de amortecimento limitada pela cota altimétrica de 5 metros, observada pelas vias limítrofes da urbanização constante do Decreto Estadual nº 25276/98 e na Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 7987/96. Daí, até desaguar no mar, corre ora ao natural, ora sub galerias.

O município de Fortaleza conta com, aproximadamente 30 km de Orla Marítima. Esta extensão abrange diversas praias. Os problemas gerados pelas constantes inundações em várias áreas ribeirinhas dentro da bacia hidrográfica citada, atrelados ao quadro de expansão urbana acelerada e desorganizada, além da precariedade dos serviços de coleta e afastamento dos resíduos sólidos, transformam o equacionamento dos problemas de drenagem urbana em um benefício inestimável em termos de saneamento.

Algumas áreas críticas de drenagem, como as margens do Riacho Pajeú, Maceió e Jacarecanga, no seu curso, sofreram grandes intervenções antrópicas. Para ser consolidada a Faixa de Preservação de 1ª Categoria, sendo delimitada em função da cota de inundação é necessário grande investimento do poder público, com desapropriações e retirada de invasões das áreas ribeirinhas.

Na área de influência direta, devido ao alto grau de impermeabilização dos solos e canalização dos efluentes naturais, percebe-se uma problemática crítica referente a inundações nos períodos de chuvas, que causam igualmente danificações nas vias e pavimentações da área em questão.

5.3.1.14.2. Águas Subterrâneas

As águas subterrâneas refletem o comportamento integrado dos fatores ambientais, como a litologia, a estratigrafia, o solo, a vegetação, a taxa de escoamento superficial, a pluviometria e o excedente hídrico, interferentes na trajetória da água através o seu ciclo hidrológico.

No âmbito da Bacia da Vertente Marítima, os fácies litológicos dominantes são os sedimentos areno-argilosos da Formação Barreiras, que capeiam as rochas cristalinas subjacentes e o aquífero dunar. Os aquíferos predominantes são o da Formação Barreiras, chamado de aquífero (corpo de rocha capaz de absorver, armazenar e fornecer apenas quantidades restritas de água), o cristalino e o dunar.

O aquífero Barreiras possui características hidrodinâmicas mais variadas, principalmente em função da variedade nas litologias que o compõe. As possibilidades hidrogeológicas estão restritas aos níveis arenosos, inseridos nas sequências argilosas. Para a região litorânea cearense, esse aquífero pode atingir até 10,0 metros saturados, com seus tipos de aquíferos livre, suspenso ou confinado, apresentando uma profundidade média de 45 metros e vazão em torno de 2,5 m³/h.

No cristalino, as vazões são pequenas em função da pouca presença de interstícios armazenadores, como os planos de faturamento; logo, condicionado pela litologia, os poços presentes neste aquífero exibem altas taxas de salinização. Alguns poços na Região Metropolitana de Fortaleza, presentes neste aquífero demonstram uma profundidade média de 65,0 metros e vazão não superior a 1,6 m³/h.

O aquífero dunar da região apresenta melhores vazões chegando até a 13 m³/h. As águas deste aquífero apresentam-se cloretadas, sendo quase 70% sódicas, mas ainda atingindo um bom índice de potabilidade.

Em virtude da alta permeabilidade e porosidade dos depósitos dunares, o sistema eólico é caracterizado por ser uma zona de recarga do aquífero. Todavia, o crescente processo de permeabilização e poluição causada pelo processo de urbanização vêm ameaçando esses aquíferos com riscos de contaminação.

A contaminação do solo por efluentes domésticos e industriais é iminente, o que gera riscos em diversas áreas da cidade. Como observado, os recursos hídricos subterrâneos estão atrelados aos efeitos da urbanização e aos recursos superficiais, pois acumulam águas superficiais infiltradas diretamente do escoamento pluvial, que circulam pelo ambiente urbano, problemática relevante presente na área de abrangência do PRODETUR.

5.3.1.14.3. Qualidade da Água nos Corpos Hídricos

A cidade de Fortaleza ainda não possui um plano de monitoramento para o controle da qualidade da água dos recursos hídricos que compõe o sistema hidrográfico municipal, mas a qualidade da água das bacias hidrográficas pertencentes à cidade de Fortaleza é realizada através da coleta e análise de amostras em diversos pontos dos principais recursos hídricos, por ela própria e por terceiros.

Pelas análises bacteriológicas disponíveis observa-se um aumento nas taxas de coliformes fecais, em todos os cursos d'água do sistema hidrográfico, embora tais índices sejam permitidos pelo CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Na Bacia dos rios Ceará e Maranguapinho observa-se um grande acúmulo de matérias orgânicas e inorgânicas, ocasionando a presença de odores oriundos de objetos domésticos depositados em seus cursos. No rio Maranguapinho, a taxa de salinidade encontrada (0,3%), é constante em quase todo o seu curso, crescendo à medida que se aproxima da sua foz. Em relação à taxa de oxigênio dissolvido, este recurso apresenta-se com índices menores que o favorável, em virtude dos lançamentos pontuais das edificações existentes na área local.

Na Bacia Pacoti, o recurso hídrico principal, rio Pacoti, segundo os parâmetros físico-químico e bacteriológico, enquadra-se na faixa de normalidade, considerada somente saturada dentro dos aspectos da salinidade.

Na Bacia Vertente Marítima, seus riachos apresentam poluição devido ao acúmulo de lixo orgânico e inorgânico além de um forte odor de dejetos de esgotos. As taxas de coliformes fecais verificadas estão acima do percentual permitido, ou seja, insatisfatórias. Na Praia do Pirambu (Av. Leste-Oeste) devido ao bom funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE - implantada no local, a taxa de oxigênio dissolvido é considerada satisfatória em oposição à encontrada nos riachos Pajeú e Jacarecanga.

Na Bacia do rio Cocó, a maior do município, todos os pontos pesquisados apresentam diferentes taxas de salinidade, ocasionada pela influência do recurso presente em cada área; Nas proximidades da ponte da Av. Eng. Santana Junior, em decorrência de lançamentos pontuais das edificações de grande porte, ocorre redução da taxa de oxigênio dissolvido.

Em quase todas as bacias foi identificado o processo de eutrofização em decorrência de altas quantidades de igarapés que absorvem o oxigênio da água, provocando assim uma diminuição nas suas taxas, exceto na Bacia rio Pacoti onde não foram encontrados indícios de ocorrência desse processo.

5.3.1.15. Abordagem Limnológica

Limnologia é a oceanografia dos lagos, ou seja, a ciência que estuda a vida dos ambientes de águas doces, tais como, rios, riachos, córregos, lagoas, lagos, açudes, brejos, fontes, nascentes e aquíferos. Seu objetivo é estudar a correlação e a dependência entre os organismos habitantes dessas águas e o ecossistema, abrangendo de um modo geral todos os fatores que exercem influência sobre a qualidade, quantidade, periodicidade e sucessão desses organismos na água. Ela faz parte da ecologia, ciência que tem por fim o estudo das relações entre os seres vivos e o meio ambiente em que vivem, bem como as suas recíprocas influências.

Assim explicitado se pretende abordar sob este aspecto uma área selecionada na bacia de drenagem da Vertente Marítima, na qual se insere a área de influência direta do PRODETUR NACIONAL Fortaleza.

Com efeito, a bacia hidrográfica estudada, está dividida em seis (7) sub-bacias, das quais 100% estão inseridas no município de Fortaleza, sendo que destes, 40% são locais de risco em função das ocupações ao longo do curso dos riachos principais, de seus afluentes e das lagoas marginais, que se dão de forma diversificada e desordenada.

Na região central desta bacia há uma maior tendência de ocupação de suas margens, devido à facilidade de estabelecimento da população de baixa renda, por ser área do domínio público destituída do controle da fiscalização que deveria ser exercida pelos órgãos competentes.

Destaca-se que a grande parte dos cursos d'água registrados nesta bacia está localizada em galerias ou canis, mostrando a interferência antrópica existente nesta bacia.

Este processo de ocupação vem atingindo os recursos naturais da flora, fauna, solo e água pela ação antrópica e comprometendo a interação e sustentabilidade dos mesmos, identificando-se nela o pior índice de integridade e o maior número de áreas de risco.

Tal não ocorre com algumas áreas públicas, que é a menos agredida pelas ocupações indevidas, apesar da ocorrência de um processo intenso de expansão urbana provocada pelas construções de residências e prédios diversos para fins próprios da atividade humana, principalmente de natureza comercial.

São poucas as áreas verdes identificadas com a população de Fortaleza, como o Bosque Dom Delgado e

Parque das Crianças (Riacho Pajeú), áreas livres ao longo do Riacho Jacarecanga (Avenida Sargento Hermínio), cuja vegetação de porte, bem preservada, forma uma mata de rara beleza situada no coração da cidade e onde várias espécies de peixes, répteis, aves e mamíferos são ocupantes da cadeia alimentar em vários níveis e mantenedores de um ambiente propício à reprodução, desova, crescimento e abrigo.

5.3.2. Aspectos Sociais

5.3.2.1 Contexto Histórico da Cidade de Fortaleza

Em 1637 chegou ao Ceará a primeira expedição holandesa, que ocupou o semiabandonado forte de São Sebastião, onde permaneceu por sete anos explorando sal e âmbar gris, até que seus integrantes foram dizimados pelos índios. Outra expedição holandesa, comandada por Mathias Beck, desembarcou em 1649 no Mucuripe e construiu então o forte Schoonenborch, na embocadura do rio Pajeú, para defender-se dos nativos aliados dos portugueses, ali permanecendo também por sete anos. Assim que os invasores foram expulsos, o forte foi apropriado pelos portugueses e redenominado de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Entre 1660 e 1698 houve o surgimento de um acanhado povoado, no qual foi erigida uma capela dedicada a nossa senhora da Assunção, além de uma praça de armas.

A Fortaleza que se instalava a 13 de abril de 1726 nascia com os atributos reais de promover o aumento da Capitania do Ceará Grande, de administrar justiça aos seus moradores e de cuidar do bem-comum, guardando em tudo as ordens e fiel vassalagem d'el-rei, seu criador.

A condição de vila com uma população relativamente expressiva não foi suficiente para garantir a sustentação econômica de Fortaleza, isolada do interior, onde se desenvolvia a chamada civilização do couro e do gado. Dependente de Aracati comercialmente, Fortaleza continuou sem expressão político-econômica até o início do século XIX, época da emancipação do Brasil de Portugal e quando passam a serem criadas as províncias do Império brasileiro, incluindo a do Ceará.

Foi a demanda externa pelo algodão produzido no Ceará o fator gerador de um surto de desenvolvimento do Estado que, a essa altura, já contava com uma população numerosa e se debatia com o problema das secas. O porto de Fortaleza exportava o produto para a Inglaterra, e daí em diante a cidade passou a exercer de fato seu papel de capital e sede do poder. Essa condição se intensifica com a implantação das ferrovias, que estabeleceram o fluxo de escoamento da produção agrícola e pastoril do interior até o porto de escoamento da capital. Além disso, a centralização político-administrativa ocorrida principalmente a partir do Segundo Reinado (1840-1889) contribuiu para que Fortaleza assumisse uma posição de maior importância em relação ao interior cearense.

Tais fatores econômicos foram responsáveis pelo surgimento de uma elite formada notadamente por comerciantes, muitos deles atuando no ramo de importação e exportação, e por profissionais liberais vindos de outras regiões brasileiras e do exterior. Com sua formação de influência europeia guiada por ideais de modernidade, esse contingente teve atuação decisiva no ordenamento urbano, construindo novos equipamentos e serviços (f).

Em 1875, o intendente Antônio Rodrigues Ferreira encomendou ao engenheiro pernambucano Adolfo Herbster a elaboração da Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, considerada o marco inicial da modernização urbana da capital cearense. Inspirado nas realizações da prefeitura de Paris, então gerida pelo Barão de Haussmann, Herbster dotou a cidade de três bulevares, nas atuais avenidas Imperador, Duque de Caxias e D. Manoel, estabeleceu o alinhamento de ruas segundo um traçado em xadrez, de forma a disciplinar a expansão da cidade e a facilitar o fluxo de pessoas e produtos.

A partir de 1880, a cidade ganhou novos serviços e equipamentos urbanos, como o transporte coletivo

por meio de bondes com tração animal (conhecidos como bondes de burros), o serviço telefônico, caixas postais, o cabo submarino para a Europa, a construção do primeiro pavimento do Passeio Público e instalação da primeira fábrica de tecidos e facção. Em paralelo, surgiram os primeiros jornais e instituições educacionais e culturais.

Na virada do século XXI, Fortaleza já detinha a sétima maior população urbana do país, passando a tomar medidas de higienização social e de saneamento ambiental, além de executar um plano de urbanização abrangendo a implantação de jardins, cafés, coretos e monumentos, e a construção de edifícios segundo padrões europeus.

Os primeiros automóveis circularam na cidade em 1910, seguidos da implementação de bondes elétricos e, posteriormente, registra-se o aparecimento de ônibus e caminhões. A Praça do Ferreira era o ponto de estacionamento de bondes e de carros de aluguel, concentrando intenso movimento.

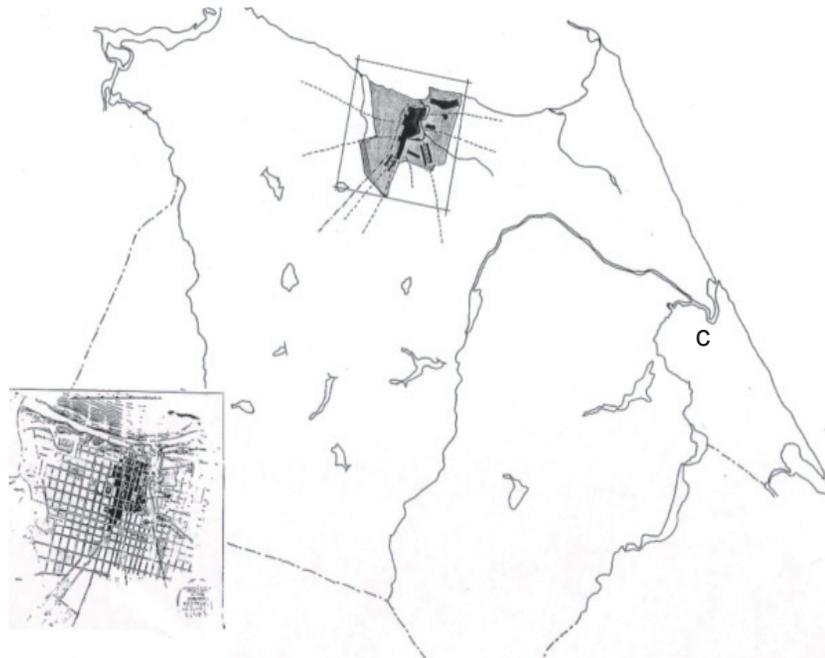
Entre as décadas, de 20 e 30, bairros como Jacarecanga, Praia de Iracema, e Aldeota passam a ser habitados pelas elites que começam a valorizar a proximidade com o mar. Com um crescimento acelerado, Fortaleza, por volta de 1950, exportava pelo porto do Mucuripe matérias-primas de origem vegetal e animal, cera de carnaúba, óleo de oiticica, mamona, babaçu e algodão, peles de animais silvestres e domésticos. Na via oposta, eram importados itens industrializados, máquinas, automóveis, tecidos de lã e linho, ferro, aço, medicamento, carvão, chumbo e cimento. Também data desse período a construção dos primeiros prédios com mais de quatro andares.

Entre 1950 e 1960, o crescimento populacional foi de quase 100%, revertendo-se no aparecimento de núcleos absolutamente desprovidos de infraestrutura básica e espalhados pela periferia. Em vista dessas necessidades emergentes, foram criadas novas divisões administrativas na Prefeitura e numerosas comissões específicas.

Migrações internas contínuas entre os anos 60 e 70 geraram o surgimento de favelas e a ocupação de terrenos por pessoas sem-teto. Os conflitos decorrentes fizeram com que o Governo Federal chegasse a intervir no problema e desde então as políticas sociais se constituem em uma das prioridades das sucessivas administrações municipais e estaduais.

A grande seca que se estendeu de 1979 a 1984 foi outro fator agravante dos problemas urbanos. Datam desse período os primeiros movimentos organizados de bairros e uma intensificação das ações públicas para reduzir esse quadro (Figura 9).

FIGURA 9 - EVOLUÇÃO URBANA - SÉCULO XIX



FONTE: PDTIS FORTALEZA.

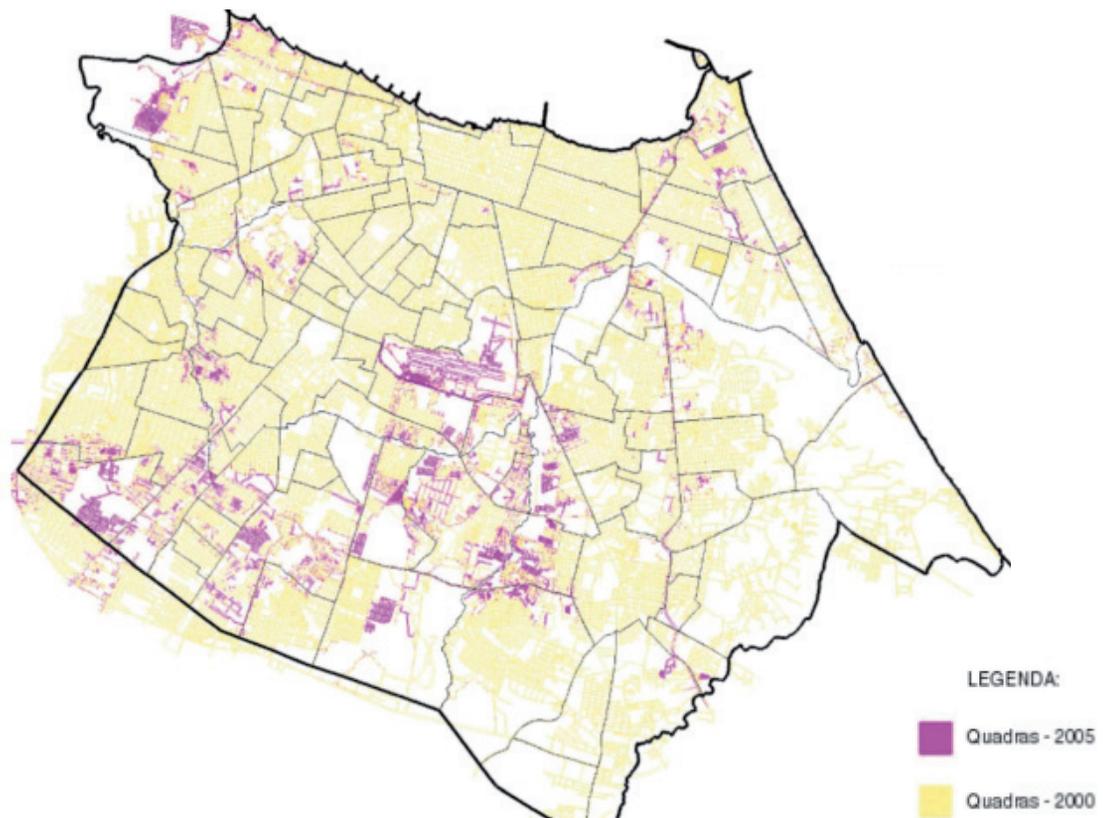
FIGURA 10 - EVOLUÇÃO URBANA - SÉCULO XX



FONTE: PDTIS FORTALEZA.

Atualmente, Fortaleza se apresenta como uma das capitais brasileiras mais bem equacionadas e tornou-se destino altamente requisitado por turista do Brasil e do exterior. Sua área urbana de 313,1 quilômetros quadrados abrange 116 bairros oficiais e seis regiões administrativas. A industrialização vem se processando em larga escala, o comércio registra intensa movimentação e todas as atividades envolvendo a prestação de serviços conhecem tempos prósperos (Figura 11).

FIGURA 11 - EVOLUÇÃO URBANA - SÉCULO XXI



FONTE: PDTIS FORTALEZA (DATA, 2008).

5.3.2.2. Contexto Urbanístico da Cidade de Fortaleza

No período de 1980 a 2000 e continuando no século XXI, Fortaleza experimentou um ritmo de construir-se e reconstruir-se traduzido num crescimento urbano em todas as direções do seu território urbano, apresentando as seguintes características:

- Divisão da cidade em duas áreas: uma pobre (oeste) e outra rica (leste), tomando-se como referência de localização a zona central de Fortaleza;
- Valorização imobiliária e fundiária de determinados bairros, a exemplo da Aldeota, que se desenvolveu com a função de bairro vocacionado para a moradia das classes média e alta de Fortaleza, na primeira metade do século XX, e posteriormente transformou-se numa nova centralidade concentrando as atividades de maior importância da cidade;
- Concentração de oportunidades de emprego em determinados fragmentos da Cidade;
- Surgimento das periferias urbanas ocupadas por população de baixa renda; e Ocupação das áreas ambientalmente frágeis e de risco para ocupação humana.

Este modelo de urbanização, que concentra oportunidades de emprego, promove valorização imobiliária em alguns setores da cidade e estende a ocupação à periferia precária e cada vez mais distante, provoca uma demanda cada vez maior de acesso ao transporte, gerando de forma crescente situações de desconforto e deseconomia nos sistemas de circulação urbana.

Pode-se citar como exemplo desse processo, nos últimos anos, a expansão dos serviços de infraestrutura e do sistema viário no sentido sudeste da cidade. Tal fato, aliado ao alto custo dos imóveis nas áreas

mais nobres, tem tornado esta região atrativa para os segmentos de renda média e alta da população, os quais passaram a ocupar bairros como Cocó, Papicu, Edson Queiroz, Messejana, Cidade dos Funcionários e Cambéa. São fatores de atração destacados a Faculdade do Nordeste-FANOR no bairro Dunas, a Universidade de Fortaleza e o Fórum Clóvis Beviláqua no bairro Edson Queiroz, o Centro Administrativo do Governo do Estado no bairro Cambéa e a Avenida Washington Soares como um corredor de comércio e serviços num intenso processo de diversificação de atividade e consolidação.

Quanto aos segmentos populacionais de baixa renda, estes têm se estabelecido nas regiões leste e sudoeste da cidade como também na orla marítima (Pirambu/Barra do Ceará e Praia do Futuro), as quais vêm sendo paulatinamente ocupadas desde os anos 60, quer através de ocupações irregulares, quer da construção de conjuntos habitacionais distantes das áreas urbanizadas e destituídos de equipamentos e serviços públicos e privados.

Esse processo, comum em países como o Brasil, se expressa numa maciça urbanização marcada pelo viés da pobreza e da exclusão social, por um espaço urbano configurado pela precariedade e carência de moradia, saneamento básico, equipamentos de educação, saúde e lazer, bem como pela degradação do patrimônio cultural e ambiental.

No período mencionado anteriormente, são construídos os grandes equipamentos públicos de lazer da cidade: a Beira Mar, trecho da Praia do Futuro, Parques Adahil Barreto, Lagoa do Opaia, Cocó, Lagoa da Parangaba, Alagadiço, Parques Rio Branco e Parreão, como parte de um processo de reconfiguração do desenho urbano de determinados setores da cidade em que se destacam a construção de grandes equipamentos culturais, de transporte, de serviços e obras de reestruturação de seu sistema viário, tais como: as pontes sobre o Rio Cocó (Sebastião de Abreu) e o Rio Ceará; os viadutos das avenidas 13 de maio com Aguanambi, Santos Dumont com Engenheiro Santana Júnior e Mister Hull com Perimetral; os alargamentos da Washington Soares, da Domingos Olímpio, da Leste-Oeste, da Osório de Paiva e da Perimetral; a construção da Via Expressa; o Novo Aeroporto Internacional Pinto Martins; o Centro Cultural Dragão do Mar; o Novo Fórum Clóvis Beviláqua; o Novo Instituto José Frota; a nova sede da Câmara Municipal, a nova Praça do Ferreira; a nova Ponte dos Ingleses; os Mercados São Sebastião e Central; os terminais do Sistema Integrado de Transporte; a urbanização da Lagoa de Messejana e da Praia de Iracema, transformando este último de um bairro residencial em um bairro de lazer e entretenimento; a proliferação de shopping centers; a autonomização de bairros, em termos de comércio e serviços; e a extensão da rede de esgotamento sanitário através do SANEAR II (projeto em fase de implantação). No presente há de se considerar a escolha de Fortaleza como uma das sedes da COPA 2014, quando importantes projetos serão concluídos, como o METROFOR, TRANSFOR, a ponte sobre o rio Cocó, a duplicação da Avenida Maestro Lisboa, Recuperação das BR.116 e BR. 222, implantação plena da via expressa, implantação de sistema VLT ligando Parangaba a Mucuripe, entre outros.

Este processo de redesenho em curso parece ser a tendência da cidade nos anos 2000, cujo processo caracteriza-se pela proposição e construção de equipamentos que não guardam conexão entre si e têm em comum o porte e a natureza de provocar consideráveis impactos urbanísticos e socioambientais, portanto demandando estudos e projetos necessários à correção e ao controle destes impactos, bem como ao atendimento das carências urbanas no sentido de contribuir para a diminuição das desigualdades econômicas e sociais.

A face físico-ambiental destas carências e desigualdades expressa-se no uso inapropriado do espaço público, na segregação habitacional e nas ocupações irregulares com precariedade de urbanização e no adensamento demográfico inadequado.

Assim, a forma de organizar o espaço urbano poderá minimizar as desigualdades e encontrar estratégias e mecanismos que permitam gerir os conflitos urbanos por moradia, transporte, lazer, trabalho, etc., na perspectiva de diminuir a segregação e a exclusão sócio espacial.

Para construir-se essa perspectiva são necessários critérios claros e públicos que possam definir como e onde as atividades urbanas serão localizadas, segregadas ou misturadas; estabelecer as densidades populacionais, a partir da capacidade existente e da potencialidade de expansão da infraestrutura, dos sistemas viários e de transporte, da rede de equipamentos sociais e culturais, e da existência de áreas verdes públicas e vazias e/ou subutilizadas; ordenar a forma de implantação das edificações com relação ao meio físico, aos limites de expansão horizontal, às áreas que devem ser preservadas ou que não devem ter qualquer tipo de ocupação e aos coeficientes entre áreas impermeabilizadas e áreas permeáveis; implantar a circulação urbana com um sistema de transporte urbano apropriado, rotas e aos terminais de carga, vias de pedestres, bem como indicar as fontes de recursos de financiamento do desenvolvimento urbano.

Tal construção requer planejamento e ações coordenadas, continuadas e permanentes do Executivo Municipal, em que se tomam, de maneira adequada, decisões para se alcançar os objetivos da sociedade, considerando as características do contexto social e do patrimônio cultural e ambiental e a importância de sua preservação, bem como os recursos disponíveis para tanto. O planejamento entendido dessa forma implica reconhecê-lo como uma atividade que não se esgota na concepção de um plano, de um programa ou de um projeto para a consecução de objetivos e metas. Ao compreendê-lo como um componente efetivo da atuação do Executivo Municipal, o processo de planejamento requer, simultaneamente, capacitações técnica e política dos agentes envolvidos, esta última reunindo habilidades na condução de um processo de negociação voltado ao equacionamento de conflitos e contradições entre os vários grupos e setores sociais que têm valores, necessidades e interesses divergentes.

Para que estas dimensões não se sobreponham ou entrem em conflito, é necessário conciliá-las, afirmando e fortalecendo o planejamento como instrumento de democratização das ações de governo, de modo que a população possa se manifestar sobre os problemas locais, participar do processo de tomada de decisão e responsabilizar-se pela execução de programas governamentais.

Evidente que a transformação da Prefeitura Municipal em agente catalisador das negociações entre os diferentes agentes que atuam no espaço municipal está condicionada à existência de um corpo técnico capacitado para lidar com o modelo a ser implantado, bem como com as novas demandas que afluirão à administração municipal.

O PRODETUR NACIONAL FORTALEZA que ora se apresenta e outros programas que estão sendo levados adiante pela Prefeitura Municipal de Fortaleza como o Aldeia da Praia, o Vila do Mar, o Copa 2014, o DRE-NURB, só para citar alguns exemplos, dá início à construção da perspectiva mostrada acima, pretendendo-se que seja um modelo de organização do espaço urbano a ser seguido em outras áreas da cidade.

5.3.2.3. Localização e Acessos

A cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, foi criada em 1725 provenientes da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e hoje ocupa territorialmente uma área de 313,14 km².

O município limita-se ao sul com os municípios de Maracanaú, Pacatuba, Itaitinga e Eusébio; ao norte com o Oceano Atlântico e o município de Caucaia, ao leste com os municípios de Eusébio, Aquiraz e Oceano Atlântico e finalmente com os municípios de Caucaia e Maracanaú a oeste (Figura 12).

Os principais acessos no setor rodoviário se dão através de cinco eixos considerados elos de ligação intermunicipal e interestadual. No setor ferroviário existem apenas duas linhas ferroviárias em atuação que atendem aos sentidos sul e oeste do município. O acesso marítimo para a entrada e saída no município é o Porto do Mucuripe enquanto que o trânsito aeroviário se faz exclusivamente pelo Aeroporto Internacional Pinto Martins situado na região Centro-Oeste do município. A figura abaixo ilustra as vias de acesso para o município de Fortaleza destacando em vermelho as vias de acesso à área de abrangência turística do programa.

FIGURA 12 - LOCALIZAÇÃO E ACESSOS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CEARÁ



FONTE: PDTIS FORTALEZA.

5.3.2.4. Caracterização dos Serviços de Infraestrutura

5.3.2.4.1 Sistema de esgotamento sanitário

A CAGECE- Companhia de Água e Esgoto do Ceará é responsável pela operação e gerenciamento do sistema de esgotamento sanitário do município, constituído basicamente por redes coletoras, interceptores, estações elevatórias, estações de tratamento, chaminé de equilíbrio e emissário submarino.

Cerca de 61,0% da população do município é atendida com o serviço de coleta de esgoto, serviço este implantado gradativamente através de vários programas como o Programa PROSEGE, o Programa SANEFOR (ou SANEAR), o Programa PROSANEAMENTO, etc.

O Sistema antigo abrange o centro e os bairros circunvizinhos como: Moura Brasil, Aldeota, Meireles e Dionísio Torres, apresentando uma alta taxa de cobertura onde são atendidas pelo emissário submarino logo após a sua implantação em 1978.

O Programa PROSEGE abrangeu os bairros do Mucuripe, Farol Novo Mucuripe-Serviluz, Dunas, Vicente

Pinzón, Papicu e parte da Cidade 2000, exibindo uma taxa de cobertura menor que a do antigo sistema.

O Programa de Infraestrutura básica do Saneamento de Fortaleza-SANEFOR abrangeu os bairros: Antônio Diogo, Aerolândia, Praia de Iracema, Joaquim Távora, Benfica, Alto da Balança, Fátima, José Bonifácio, Jardim América, Vila União, Farias Brito, São Gerardo, Carlito Pamplona, Pirambu, Cristo Redentor, Jacarecanga, Padre Andrade, Antônio Bezerra, Monte Castelo, Dom Lustosa, Parquelândia, Pici, Montese, Parangaba, Itaoca, Bom Sucesso, Parque Genibaú, Granja Portugal e muitos outros situados na faixa norte, principalmente nas regiões sul e sudoeste de Fortaleza. Popularizou-se com a denominação de SANEAR é considerado o mais importante programa na área de saneamento básico implantado no estado do Ceará. O SANEAR I Iniciou em julho de 1993 e finalizou em outubro de 2000; o SANEAR II está em fase inicial.

No que se refere a tratamento e disposição final de esgotos, existem hoje na cidade de Fortaleza dois Sistemas:

- Sistema de Disposição Oceânica Vertente Marítima (EPC – ETO);
- Sistemas Isolados.

O Sistema de Disposição Oceânica é constituído por:

- Várias bacias coletoras de esgoto;
- Dois interceptores oceânicos: Leste e Oeste;
- Estação de Pré - Condicionamento – EPC;
- Estação de Tratamento de Odores – ETO;
- Um Emissário Submarino.

As bacias, depois de coletarem os esgotos, enviam estas águas residuárias para dois interceptores, que por sua vez lançam na Estação de Pré-Condicionamento, localizada na Av. Presidente Castelo Branco (Leste-Oeste), nas proximidades do Instituto Médico Legal. Nesta Unidade, os esgotos sofrem um tratamento preliminar onde são removidos materiais grosseiros, finos e outros sedimentáveis (areia, inorgânicos etc.). Na Estação de Pré-Condicionamento está instalada uma Estação de Tratamento de Odores, para neutralizar a exalação dos gases agressivos para a atmosfera.

Em seguida os esgotos são encaminhados para o Emissário Submarino que lançam os despejos no Oceano Atlântico, a uma distância de 3.330 m. Neste corpo d'água salgado os esgotos sofrem o processo da diluição e são afastados do litoral da R.M.F. pelas correntes marítimas. A capacidade real média atual do Sistema é de 1.400 l/s e a capacidade total do Sistema é de 4.200 l/s.

Para o controle dos odores agressivos oriundos do processo de tratamento, há uma Estação de Tratamento de Odores - ETO, que consiste na Lavagem Química dos Gases. Este processo acontece em três fases:

- Realização do confinamento (cobertura) das áreas da EPC que exalam maus odores, utilizando painéis fabricados em PVC;
- Sucção e transporte dos gases através de tubulações, até um sistema de lavagem química dos odores agressivos;
- Execução da lavagem dos gases. Numa 1ª Etapa, os gases são submetidos a uma solução clorada no Lavador de Gás Primário e numa 2ª Etapa logo após receber a solução clorada, os gases são encaminhados ao Lavador de Gás Secundário, onde são submetidos à outra solução, composta de Permanganato de Potássio e Hidróxido de Sódio, completando o processo de oxidação dos gases agressivos, que são lançados na atmosfera de forma inodora sem causar impacto ao meio ambiente.

Os Sistemas Isolados são representados por alguns Conjuntos Habitacionais existentes na cidade de Fortaleza. Tais sistemas serão paulatinamente desativados na medida em que novas obras de coleta e transposição sejam implantadas para transferir os esgotos para o Sistema de Disposição Oceânica. Em geral cada sistema está formado por:

- Rede Coletora de Esgotos;
- Estação de Tratamento de Esgotos – ETE (reatores ou lagoas de estabilização);
- Corpo Receptor (Rios, riachos, lagos etc.).

A figura a seguir mostra o mapa com o percentual de domicílios com rede de esgoto destacando em vermelho o percentual da área de domicílios com esgoto referentes à área de abrangência turística do programa.

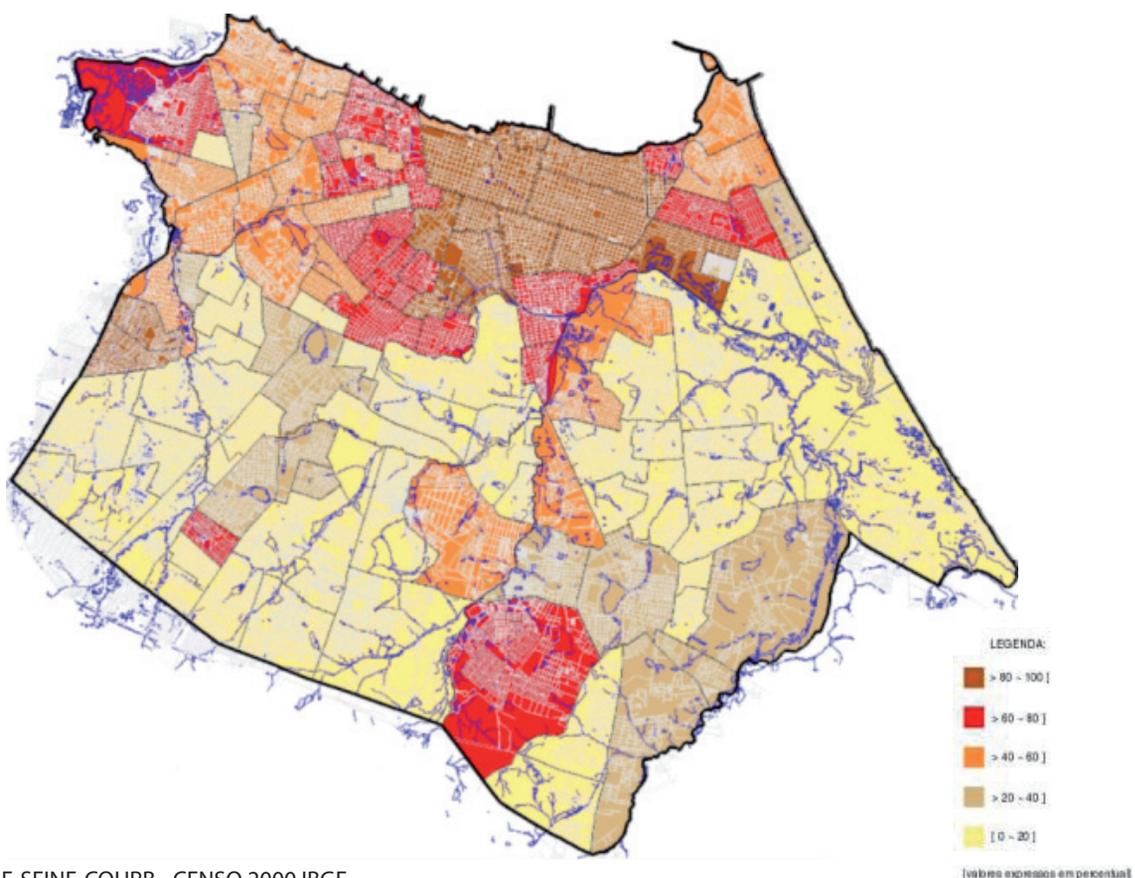
5.3.2.4.2. Sistema de drenagem pluvial

A cidade de Fortaleza através do Plano Diretor de Drenagem da Região Metropolitana - PDD/RMF do município, elaborado em 1978, foi dividida em três macros bacias de drenagem que são: Bacia da Vertente Marítima, Bacia do Rio Cocó e Bacia do Rio Maranguapinho.

As bacias são divididas em sub-bacias que, por sua vez, são compostas por micro bacias, as quais dão vazão às águas através de elementos macrodrenantes, rios ou riachos. O curso natural do caminho das águas drenadas por estes recursos, em função da ação antrópica, foi modificado tendo que recorrer a soluções de drenagem.

A bacia da Vertente Marítima compreende a faixa localizada entre os Rios Cocó e Ceará, cujos principais mananciais são: Lagoa do Mel, Riacho Jacarecanga, Riacho Maceió – Papicu.

FIGURA 13 - PORCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM REDE DE ESGOTO



FONTE: PMF-SEINF-COURB - CENSO 2000 IBGE.

A bacia do Rio Cocó é composta pelas áreas dos municípios de Fortaleza e Pacatuba, que drenam para o Rio Cocó. Dentre os seus principais mananciais estão: Lagoa da Messejana, Lagoa da Parangaba, Riacho do Tauape, Lagoa do Opaia e Lagoa do Parangabussu.

A bacia do Rio Maranguapinho é formada por oito sub-bacias cujos principais mananciais são: Riacho da Lagoa da Parangaba, Açude da Agronomia, Riacho do Açude de João Lopes, Riacho Sangradouro do Açude da Agronomia, Riacho da Lagoa do Mudubim, Rio Maranguapinho e o Riacho Correntes.

O município de Fortaleza ao longo de sua evolução urbana tem sofrido uma inadequada ocupação territorial, registrando uma acentuada ocupação em extensão, intensificando e gerando problemas de escoamento superficial. O comprometimento dos recursos hídricos pela deposição dos resíduos sólidos às suas margens e o seu aterramento para o uso da construção são os fatores geradores desses problemas. A insuficiente permeabilidade dos solos, o relevo considerado plano e aliado à presença de lençol freático agrava mais ainda o quadro de inadequação quanto à ocupação territorial do município.

A ineficiência das galerias e canais, elementos que compõem o sistema de drenagem artificial, também é decorrente da deposição de lixo às margens dos canais, assim como o seu subdimensionamento e a ausência de pavimentação nas vias da região urbana do município são causas para que o Sistema de Drenagem Pluvial opere insuficiente.

Diante destes e mais alguns aspectos que não foram citados pode-se justificar os problemas de drenagem que no período chuvoso alaga as vias, transbordando assim os canais e riachos destruindo a pavimentação existente entre outros prejuízos a população da cidade.

As figuras 14 e 15 apresentam através de mapas as bacias naturais de drenagem, bem como a rede de drenagem do município de Fortaleza respectivamente. Ambos os mapas destacam em vermelho a situação para a área turística de abrangência do PRODETUR.

5.3.2.4.3. Sistema de limpeza urbana

A coleta sistemática de lixo domiciliar e entulhos, podas e serviços de capinação e varrição das vias são fiscalizados pelas Secretarias Executivas Regionais, onde a execução desses serviços é realizada de forma terceirizada e gerenciada pela EMLURB - Empresa de Limpeza Pública de Fortaleza, de economia mista e administração indireta criada por lei no ano de 1973.

A produção mensal de resíduos sólidos no município é, em média, de 87 mil toneladas, compreendendo os resíduos domiciliares, especiais urbanos (*lixo misturado de entulhos, podas e resíduo domiciliar, oriundos das comunidades de baixa renda em locais de difícil acesso*), de poda e corte varrição e capina comercial, entulho, canal e hospitalar segundo a EMLURB.

Os lixos tarifados são aqueles produzidos em uma escala de 100 ton./dia provenientes de empresas, comércio, indústrias, hotéis que se responsabilizam pela sua coleta e transporte.

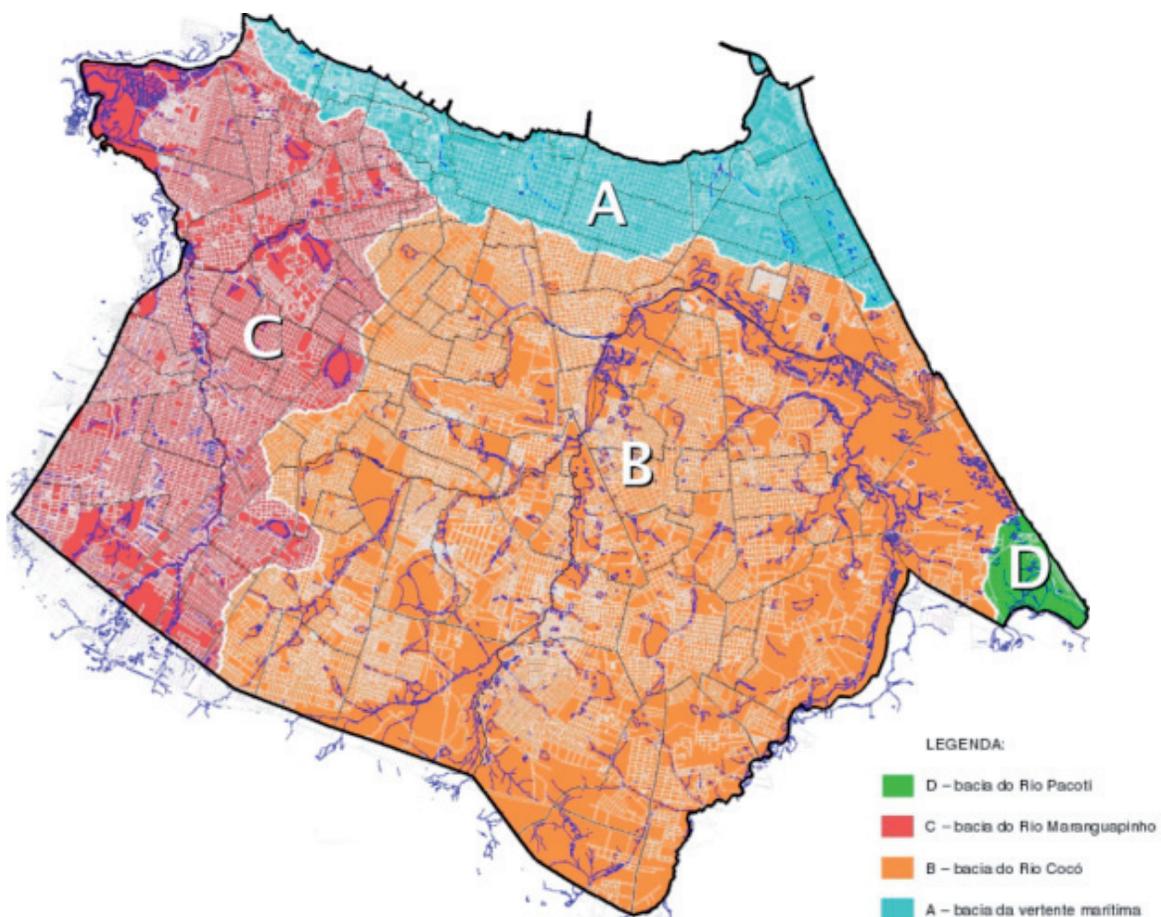
Na capital cearense dos 526.079 domicílios particulares apenas 25.242 unidades não dispõem do serviço de coleta, observando um maior percentual nos bairros da SER VI de 8,69%.

A destinação final para os resíduos sólidos é depositada no Aterro Sanitário localizado em Caucaia (AS-MOC) na região metropolitana de Fortaleza. O antigo aterro do Jangurussu, localizado no município de Fortaleza, encontra-se atualmente desativado, estando em funcionamento no local apenas uma cooperativa, formada por antigos catadores de lixo local. A coleta oriunda dos bairros mais nobres, SER II e SER IV é conduzida primeiramente para a cooperativa onde ocorre a separação do lixo reciclável sendo em seguida encaminhado para o ASMOG.

O Centro de Tratamento de Resíduos Perigosos é operado por uma empresa terceirizada e fiscalizado pela EMLURB; recebe a destinação final oriunda da coleta hospitalar em cumprimento à diretriz do plano de gerenciamento apresentado pelas unidades hospitalares. A coleta é realizada por empresas credenciadas na EMLURB.

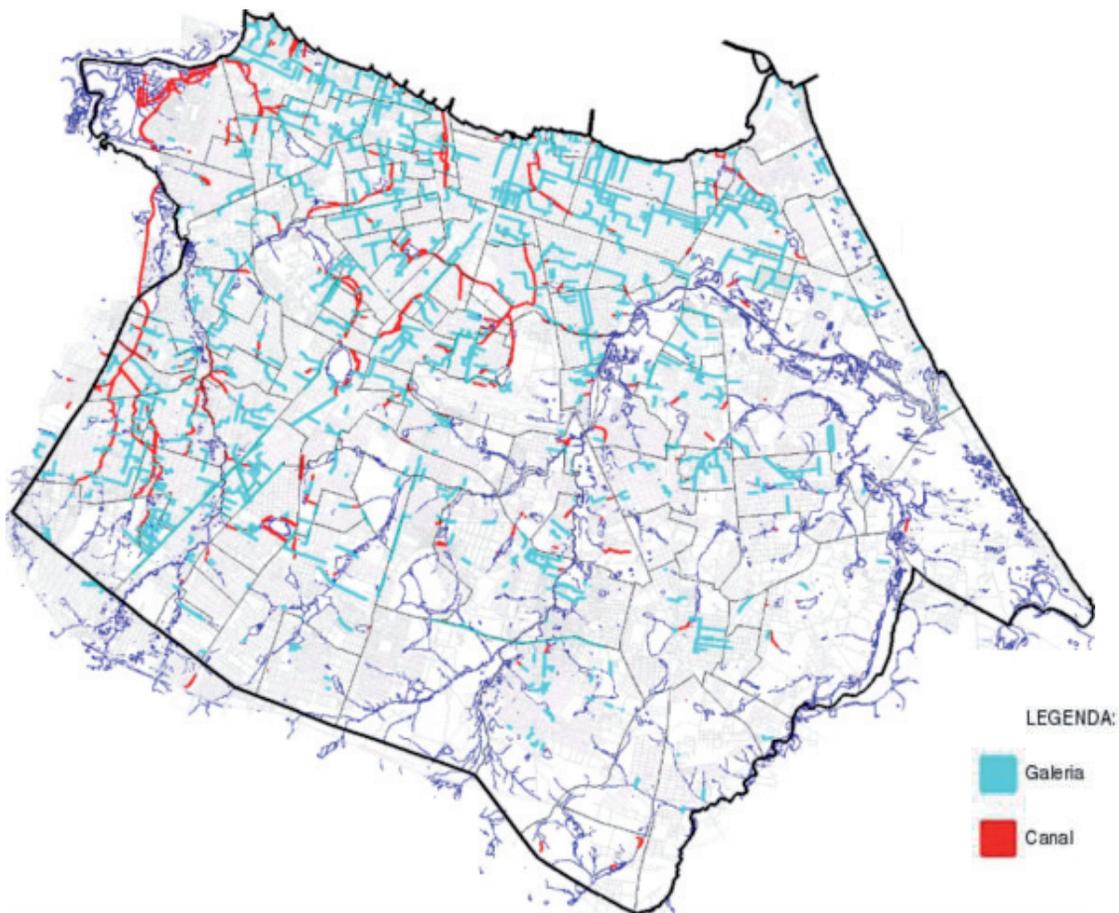
O município ainda enfrenta sérios problemas ambientais quanto à deposição de resíduos que é realizada em terrenos vazios, na malha viária urbana, as margens e nos corpos dos recursos hídricos, degradando ambientalmente os solos e os aquíferos subterrâneos, através dos processos de infiltração e percolação. A Figura 16 mostra a coleta de lixo em domicílios particulares em cada região administrativa do município de Fortaleza.

FIGURA 14 – BACIAS HIDROGRÁFICAS



FONTE: PMF-IPLAM-PDDU. FOR – 1991 – PLANO DIRETOR DE DRENAGEM.

FIGURA 15 – REDE DE DRENAGEM NO MUNICÍPIO



FONTE: PMF-IPLAM-PDDU. FOR – 1991 – PLANO DIRETOR DE DRENAGEM.

FIGURA 16 - DOMICÍLIOS PARTICULARES COM COLETA DE LIXO POR REGIÃO ADMINISTRATIVA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – 2000

REGIONAL	TOTAL DE DOMICÍLIOS	DOMICÍLIO COM COLETA DE LIXO		DOMICÍLIO SEM COLETA DE LIXO
		QUANTIDADE	PERCENTUAL SOBRE TOTAL	
I	82.457	79.973	96,98	2.494
II	80.325	77.708	96,74	2.617
III	82.654	79.952	96,72	2.712
IV	65.871	65.007	98,69	864
V	108.988	101.127	92,79	7.861
VI	105.764	97.070	91,78	8.694
TOTAL	526.079	500.837	95,20	25.242

Fonte: Fundação IBGE - Cálculos: SEPLA

5.3.2.4.4. Sistema de abastecimento de água

Fortaleza é abastecida pelo Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), também conhecido por sistema de produção do Gavião, composto por: captação, estação elevatória, estação de tratamento (ETA) e adutora até o reservatório do Ancuri. O suprimento de água do Sistema Integrado é garantido pelos barramentos dos mananciais Pacoti, Riachão, Gavião e Acarape do Meio, mais o que provém do Açude de Orós/ Rio Jaguaribe/ Açude Pacajus através do “Canal do Trabalhador”.

A captação e o tratamento são realizados no município de Pacatuba. A reservação e a adução ocorrem nos municípios de Itaitinga e Fortaleza, além de serem completadas pelo Sistema de Adução do açude Gavião Velho, o qual é responsável pela transferência de águas para os setores Pici e Floresta. A macro distribuição é composta pelo sistema das sub-adutoras até os reservatórios setoriais, elevatórias setoriais, redes de distribuição e finalizando com as ligações prediais.

A capacidade instalada atual do sistema integrado que beneficia as cidades de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Eusébio, Pedras e Pacatuba, pode suprir uma demanda de água tratada da ordem de 7,0 m³/s. A captação da água bruta se faz no açude Gavião que, por sua vez integra um conjunto maior de reservatórios, formados pelos açudes Pacoti e Riachão.

Devido às características pluviométricas da bacia hidrográfica formadora desses açudes, em anos de precipitações desfavoráveis, o volume acumulado (462,9 hm³) fica insuficiente para o atendimento da demanda, razão pela qual, no ano de 1993, foi construído e entrou em operação o Canal do Trabalhador que, quando necessário, pode acrescentar ao sistema Gavião uma vazão de projeto da ordem de 5 m³/s proveniente do rio Jaguaribe.

A situação do abastecimento de água das cidades supridas pelo sistema integrado deverá se modificar substancialmente ao longo dos próximos anos, após a implantação de projetos do Governo do Estado para o setor. Está em construção uma grande obra de transposição de bacias que, através de um sistema integrado de canais e adutoras deverá transportar água bruta desde o Açude Castanhão até o Porto do Pecém, atendendo as demandas previstas até o ano 2030.

A vazão máxima de dimensionamento do canal da integração é de 22 m³/s dos quais 14,3 m³/s, em média, destinam-se ao abastecimento da RMF, podendo chegar a até 19 m³/s.

A implantação do canal da integração vem sendo gerenciada pela SRH – Secretaria de Recursos Hídricos, estando concluídos os trechos 1, 2 e 3, todos com recursos do PROGERIRH, financiamento do Banco Mundial. Os trechos 4 e 5 encontram-se em fase de construção, com previsão de término para o ano de 2012. O trecho 5 é um prolongamento do sistema adutor principal para a zona oeste de Fortaleza, entre o açude Gavião e o Porto do Pecém, denominado Sistema Adutor Gavião Pecém.

A vazão máxima prevista a ser derivada pelo Sistema Adutor Gavião Pecém, em final de plano, é de 8,8 m³/s dos quais 5 m³/s destinam-se à ETA Oeste para reforçar a oferta de água da região oeste de Fortaleza, 0,5 m³/s destina-se à ETA Garrote, para o atendimento da demanda das praias Oeste e o restante, 3,3 m³/s destinam-se ao Complexo Industrial do Porto do Pecém.

Com a conclusão dos três trechos iniciais do Canal da Integração, já é possível transferir água do açude Castanhão para o açude Pacajus e, daí, para o açude Gavião através da mesma infraestrutura do Canal do Trabalhador.

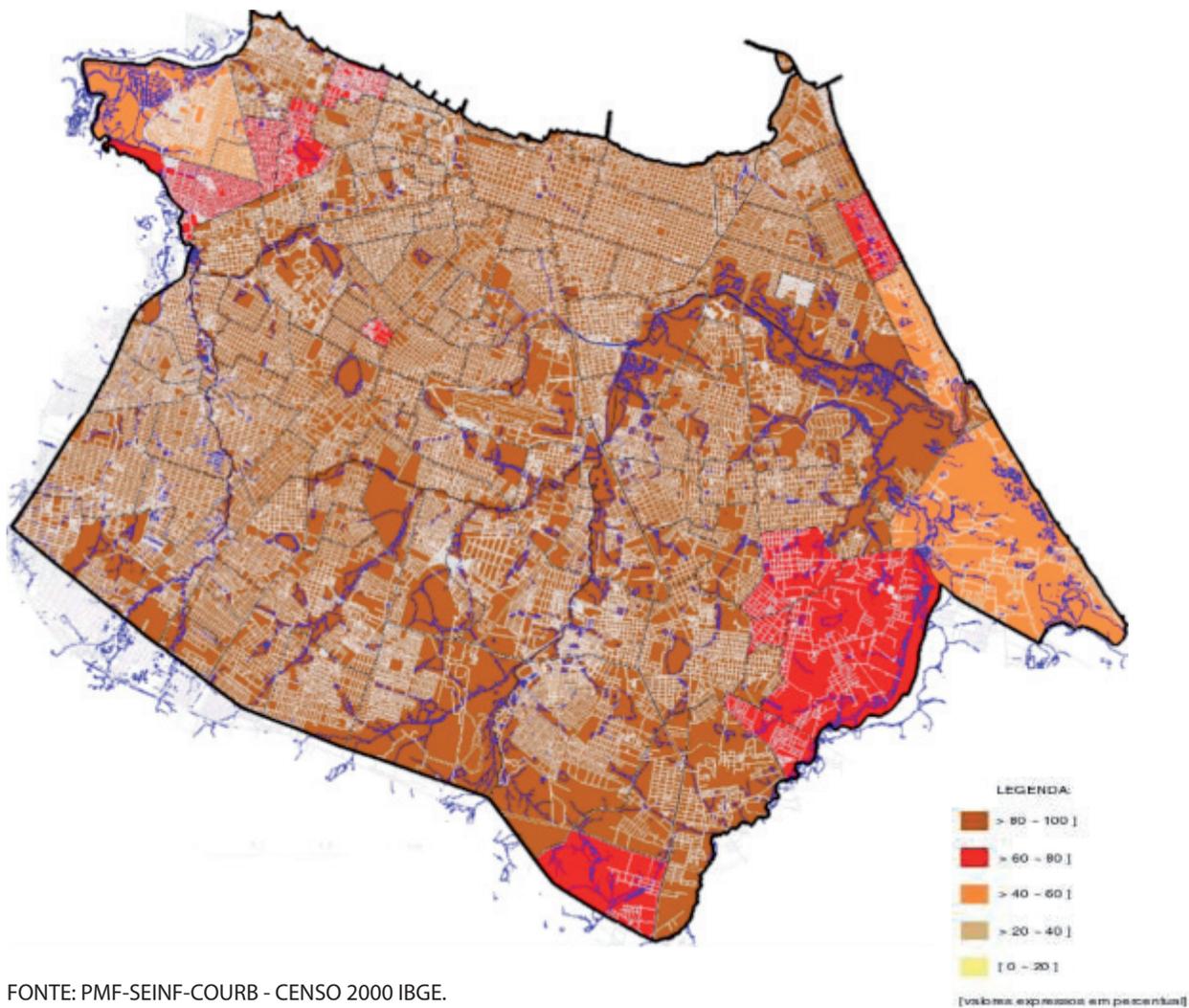
Em relação ao sistema produtor Gavião, a água bruta captada é transportada para a ETA Gavião, do tipo filtração direta descendente, cuja capacidade instalada permite produzir até 8,3 m³/s, em condições de atender até o horizonte de 2009 preconizado no Plano Diretor.

A ETA, inicialmente construída para utilização de tecnologia de tratamento do tipo convencional (câmara de mistura rápida e flocladores mecanizados, decantadores de fluxo horizontal e filtros rápidos por gravidade) teve modificada a tecnologia de tratamento de convencional para filtração direta descendente em 1995; esta modificação, associada a um aumento de 25% na área filtrante, elevou a capacidade de tratamento para 6,7 m³/s. A última ampliação na ETA Gavião foi inaugurada em junho de 2006, ocasião em que o volume de água produzido pela estação subiu para 8,3 m³/s. Nesta época, além da ampliação da ETA, foram duplicados o reservatório do Ancuri passando de 40.000m³ para 80.000m³ e a adutora ao Ancuri, com acréscimo de mais uma linha paralela com 1400mm de diâmetro, entre outras melhorias.

De acordo com o site da CAGECE, está em fase de conclusão uma nova ampliação da capacidade de tratamento da Estação de Tratamento de Água de 8,3 metros cúbicos por segundo para 10,5 metros cúbicos por segundo.

A rede geral de abastecimento de água na cidade de Fortaleza passou de 87,2% no ano 2000 (IBGE) para 99,8% no ano 2008 (Anuário do Ceará 2007-2008 – O Povo). A figura abaixo ilustra a como o sistema de abastecimento de água distribui-se na cidade e destaca em vermelho a situação da área de abrangência turística do PRODETUR.

FIGURA 17 – PORCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM REDE DE ÁGUA



FONTE: PMF-SEINF-COURB - CENSO 2000 IBGE.

Abaixo, detalha-se a situação da rede de abastecimento para a regional II, zona administrativa que abrange a área de influência do PRODETUR.

- REGIONAL II - 80.325 domicílios particulares onde 72.362 eram abastecidos pela rede geral de abastecimento de água, 6.520 utilizavam poço ou nascente e 1.443 eram abastecidos de outra forma. O bairro que possuía o maior número de domicílios ligados à rede geral era o Dionísio Torres com um percentual de 99%, em oposição encontrava-se a Praia do Futuro exibindo um percentual de 60,14%.

Os principais indicadores do serviço de abastecimento de água do sistema integrado da RMF (que inclui o abastecimento de água a outros municípios) são citados a seguir (ano 2005):

- O número de ligações totais ligadas representa 92,8% das totais, subindo a 92,9% no caso de economias;
- O número de ligações residenciais totais ligadas representa 95,0% do número total de ligações ligadas, baixando a 92,4% no caso de economias;
- O índice de hidrometração médio global é de 99,3%;
- O número médio de economias por ligação é de 1,27, variando desde 1,02 (industrial) até 5,64 (mista);
- O número médio de economias residenciais por ligação é de 1,23, sendo 1,71 para a UNMTL, 1,17 para a UNMTN, 1,13 para a UNMTO e 1,11 para a UNMTS;
- Considerando a diferença entre o valor máximo teórico de ligações (incluindo cortados, suprimidos, factíveis, potenciais, etc.) e as ligadas, o mercado poderia expandir-se em mais de 43%;
- Comparando os volumes distribuídos com os faturados (medidos e presumidos), o índice médio de perdas é de 34,7%, variando de 30,8% (Floresta) a 39,3% (José Walter). Estes índices não incluem as perdas na produção.

Associando os dados do SIG da CAGECE com os dados do IBGE, é possível ter uma ideia de outros indicadores para a RMF (Fortaleza e outros municípios), ainda que seus valores sejam aproximados, a seguir (ano 2005):

- A população total seria de 2,873 milhões de habitantes e o número de domicílios de 708 mil, com 4,06 habitantes por domicílio;
- A cobertura do serviço seria de aproximadamente 94,1%;
- O consumo per capita médio seria de 122,9 l/hab. dia sem perdas e de 188,3 l/hab. dia com perdas;
- Os mesmos indicadores, quando avaliados pelo número total de economias ligadas (exceto industrial) e a taxa de 4,06 hab./economia resultariam em 2,641 milhões de pessoas atendidas, 125,8 l/hab. dia sem perdas e de 192,8 l/hab. dia com perdas;
- A diferença entre os dois critérios mostrados acima é de apenas 2,4%, ou seja, é seguro afirmar que o consumo per capita médio no âmbito do sistema integrado é da ordem de 125 l/hab. dia sem perdas e da ordem de 190 l/hab. dia com perdas.

5.3.2.4.5. Sistema viário de transporte coletivo

A infraestrutura dos transportes municipais (Sistema viário) é definida como o conjunto das vias que possibilitam o deslocamento de pessoas e bens, consumidos e produzidos, de um local para outro dentro de uma determinada região, possibilitando a intercomunicação intramunicipal e inter-regional.

5.3.2.4.5.1 Acesso rodoviário regional

Um conjunto de 05 eixos composto por 05 Rodovias formam os corredores de acesso a Fortaleza que são: BR-222/BR-020 - é a via que faz a ligação com a zona norte do Estado do Ceará e os Estados do Piauí e Maranhão; BR-116 - é a via que liga Fortaleza aos municípios do Vale do Jaguaribe e do Cariri em seu encaminhamento rumo ao sul do Brasil; CE- 060 - estabelece a ligação, a sudoeste, com os municípios de Maracanaú, Pacatuba e Guaiúba, através da Av. Godofredo Maciel; CE-065-localizada a sudoeste do município estabelece as ligações com os municípios do maciço Baturité; CE040 - uma importante via urbana, a Av. Washington Soares, através de lei estadual, foi agregada à CE-040, constituindo-se o Acesso CE-040, que transpõe vasta extensão da zona leste da cidade.

5.3.2.4.5.2. Acesso rodoviário municipal

O Plano Diretor Participativo de Fortaleza 2009 (Lei Complementar nº. 062 de 02 de fevereiro de 2009) orientou a implantação do sistema viário municipal com o objetivo de ordenar territorialmente a malha viária dotando-a de uma infraestrutura satisfatória. As diretrizes das vias, em tais planos, foram ajustadas à topografia da cidade, que se caracteriza como uma região de baixa declividade, resultando em vias que se dispõem em um traçado do tipo em grelha, com alinhamentos dispostos, em sua maioria, no sentido norte/sul e leste/oeste, configurando uma grade ortogonal praticamente regular.

As vias do Sistema Viário de Fortaleza foram definidas como vias: i) Via de Ligação Regional (VLR): vias com capacidade de absorver elevado volume de tráfego, que suportam altos níveis de adensamento dos lotes lindeiros, bem como equipamentos de grande porte; ii) Via Estrutural 1 (VE1): vias com capacidade de absorver significativo volume de tráfego, que suportam moderados níveis de adensamento dos lotes lindeiros, bem como equipamentos de médio porte; iii) Via Estrutural 2 (VE2): vias com capacidade de absorver moderado volume de tráfego, que suportam baixos níveis de adensamento dos lotes lindeiros; iv) Via Complementar 1 (VC1): vias destinadas a coletar o tráfego das vias VC2, VL e VCS para as vias estruturais e que suportam moderados níveis de adensamento dos lotes lindeiros; v) Via Complementar 2 (VC2): vias destinadas a atender o tráfego local, com moderado volume de tráfego e com baixos níveis de adensamento dos lotes lindeiros; vi) Via Local (VL): vias destinadas a atender o tráfego local, com baixo volume de tráfego e com baixos níveis de adensamento dos lotes lindeiros; vii) Via de Comércio e Serviços (VCS): vias destinadas a atender o tráfego local, com considerável volume de tráfego e com uso dos lotes lindeiros predominantemente de comércios e serviços; viii) Via Paisagística (VPA): vias destinadas a atender baixo volume de tráfego, com objetivo de valorizar e integrar áreas especiais, de preservação, de proteção, de faixas de praia, de recursos hídricos, de dunas e de orla marítima, com uso do solo lindeiro restrito, ix) Via para Pedestres (VPE): vias destinadas à circulação prioritária de pessoas; x) Via para Ciclistas (VCI): vias destinadas exclusivamente para circulação de ciclos.

5.3.2.4.5.3. Acesso ferroviário

Com relação ao transporte ferroviário, a implantação do trem metropolitano de Fortaleza (METROFOR), tem como objetivo transformar o atual sistema ferroviário de transporte de passageiros (antigamente operado pela RFFSA), da área metropolitana de Fortaleza, em eficiente transporte de massa, colocando à disposição dos usuários equipamentos e serviços capazes de oferecer melhores condições de conforto, rapidez e segurança. As linhas ferroviárias de transporte de passageiros serão substituídas por duas linhas de transporte metroviário, ainda em implantação.

Assim, o METROFOR será constituído de duas linhas, Sul e Oeste, para o transporte de passageiros. Iniciam-se na Estação João Filipe, na área central de Fortaleza e finalizam-se nas Estações Ilha das Flores,

em Pacatuba (linha sul), e no Município de Caucaia (linha oeste).

Existe ainda o ramal Ferroviário Parangaba/Mucuripe, que possui 15 km de extensão no interior do território municipal com a finalidade de transportar cargas para o Porto do Mucuripe. É operado pela CFN – Companhia Ferroviária Nacional, uma vez que ainda não há prioridade em transportar passageiros. Planeja-se, em função da Copa de 2014, implantar o transporte de passageiros nesta via.

5.3.2.4.5.4. Acesso aeroviário

Através do Aeroporto Internacional Pinto Martins, Fortaleza tem acesso às rotas nacionais e internacionais percorridas pelas aeronaves. A mais recente rota implantada, Fortaleza – Atlanta (EUA) põe Fortaleza acessível ao mundo todo em função das numerosas conexões a partir dos EUA.

5.3.2.4.5.5. Acesso marítimo

A ligação Marítima com Fortaleza é realizada através de dois portos, o Porto do Mucuripe localizado na região leste do município e o Porto do Pecém, localizado no município de São Gonçalo do Amarante, na divisa com o município de Caucaia.

5.3.2.4.5.6. Transporte coletivo

O Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros de Fortaleza (STPP/FOR) é composto por dois subsistemas, são eles: o Regular (SIT/FOR) cuja frota é composta de veículos de média capacidade de transporte (ônibus e micro-ônibus) e o Complementar, composto de veículos de baixa capacidade de transporte (vans).

O SIT/FOR é composto por um conjunto de 219 linhas diurnas regulares, com frota operante de 1.672 veículos (ônibus e micro-ônibus), que movimentam 20,5 milhões de passageiros por mês com uma demanda média diária útil de 904 mil passageiros. Desse total das 219 linhas, 158 estão integradas nos terminais urbanos. Esse sistema permite o deslocamento em toda a área urbana de Fortaleza, mediante o pagamento de uma única tarifa, possibilitando a livre transferência nos sete terminais de integração existentes. Além desses, existem ainda dois terminais abertos localizados na área central. Quanto ao Sistema de Transporte Público Coletivo Complementar, este opera em complemento ao SIT/FOR, sendo composto por 16 linhas de vans e operadas por uma frota de 320 veículos.

O Sistema, no entanto, não se integra com a Região Metropolitana e nem com o Sistema Ferroviário, além de ter se mostrado desarticulado quanto à diminuição do trânsito na região central.

5.3.3. Aspectos Institucionais

5.3.3.1 Secretaria de Turismo de Fortaleza – SETFOR

A Secretaria de Turismo de Fortaleza - SETFOR, criada em 2005, pela Lei Complementar nº 24/2005, tem por finalidade ser um instrumento de transformação do turismo local, contribuindo para a melhoria da qualidade da vida urbana, da prestação de serviços públicos e da oferta de produtos, de forma a impulsionar a sustentabilidade da atividade turística do Município.

A SETFOR tem dentre suas funções o planejamento da atividade turística da cidade, o fomento das políticas de negócios turísticos, o desenvolvimento e a implementação de políticas de inclusão social pelo turismo, a definição de políticas de promoção e a qualificação do fluxo turístico.

Com base nisso, executa desde a sua criação, programas estratégicos que trabalham a consolidação da atividade turística em Fortaleza. Ações como capacitação e qualificação para o turismo, pesquisas,

enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e participação nas campanhas de sensibilização para a temática junto ao trade e a população local.

No campo do planejamento da atividade turística, a Secretaria de Turismo desenvolveu em 2006 um documento orientando o planejamento estratégico do turismo em Fortaleza, apresentado e aprovado pelo trade turístico. Todas as ações e diretrizes previstas em tal documento foram posteriormente monitoradas e controladas através do Plano de Monitoramento e Avaliação desenvolvido nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Com relação às relações institucionais, em 2007, a Secretaria de Turismo de Fortaleza se tornou membro afiliado à Organização Mundial do Turismo – OMT. Também assinou a tratativa para o Programa de cidades irmãs com Miami nos Estados Unidos; a cidade de Bolonha na Itália e Lion na França. Assinou Protocolo de intenções com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP para a construção da Casa da Lusofonia na Praia de Iracema e realizou o primeiro Festival dos Países de Língua Portuguesa “Na Ponta da Língua”, realizado no Centro Cultural Dragão do Mar. Participou em Portugal do encontro da Câmara de Comércio Brasil Portugal e de encontro na Apex Brasil em Lisboa, o que resultou na captação desse encontro para Fortaleza em 2010.

5.3.3.2. Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) foi criado pelo Decreto nº 12.039 de 30 de maio de 2006 que dispõe sobre o regulamento do COMTUR (finalidade, competência, composição, organização, atribuições dos membros, funcionamento). É um órgão colegiado composto por órgãos e entidades representantes do *trade* turístico e de setores ligados à atividade que tem como objetivo implementar a política municipal de turismo junto a SETFOR como órgão deliberativo, consultivo de assessoramento, responsável pela conjugação de esforços entre o poder público e a sociedade civil. O Decreto Nº 12.578, de 25/09/2009, altera o Decreto supracitado quanto à composição. Atualmente o COMTUR possui 55 Conselheiros.

5.3.3.3. Ações de outras instituições e secretarias no âmbito do turismo

A SETFOR atua especificamente no âmbito do Turismo, mas na esfera municipal existem outras secretarias que implementam ações que contribuem diretamente com a atividade turística. Por conseguinte para consolidação da Política de Turismo Municipal é necessário a identificação da atuação dessas secretarias, bem como desenvolver um planejamento articulado das ações desenvolvidas por elas.

A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura – SEINF**, criada em 26 de dezembro de 2001 pela Lei nº. 8.608, tem como meta a administração e a formulação de políticas públicas, diretrizes gerais, o acompanhamento e avaliação do sistema de infraestrutura e do desenvolvimento urbano, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

A **Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA**, enquanto responsável pela administração e a formulação de políticas públicas, diretrizes gerais, o acompanhamento e a avaliação dos sistemas de Meio Ambiente e de Serviços Urbanos. Criada em 26 de dezembro de 2001, pela Lei nº. 8.608, que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza, alterada pela Lei nº. 8.692, de 31 de dezembro de 2002 e regulamentada pelos Decretos de nº. 11.115, de 23 de Janeiro de 2002, e nº. 11.377, de 24 de março de 2003, a SEUMA tem por finalidade promover e executar a política municipal de meio ambiente, bem como implementar o controle urbano para o racional desenvolvimento do Município, responsabilizando-se pelo planejamento e articulação Inter setorial com as demais Secretarias Municipais.

A SEUMA tem as seguintes competências:

- Licenciamento Ambiental – Emissão de licenças prévias, licenças de instalação e operação de acordo com a legislação municipal;
- Educação Ambiental, Promoção de palestras, treinamentos e capacitações com todos os setores sociais;
- Planejamento Ambiental – Implementação de projetos socioambientais com vistas na melhoria da qualidade de vida da população;
- Desenvolvimento de Políticas Ambientais;
- Controle Ambiental – Monitoramento e controle ambiental das atividades licenciadas pela SEUMA;
- Controle da Poluição Sonora – Promoção de atividades de fiscalização, monitoramento, educação e emissão de autorizações;
- Poluição Visual – Promoção de campanhas de fiscalização, educação, cadastro, análise e emissão de licenças;
- Controle Urbano – Emissão de alvarás de construção mediante análise de projetos arquitetônicos.

A **Secretaria de Finanças do Município – SEFIN**, enquanto responsável pela definição das Políticas Financeira, Tributária, Fiscal e de administração da Dívida Ativa, bem como a execução e controle das atividades relativas àqueles serviços, à Contabilidade, e ao Processamento de Dados.

A **Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLA**, enquanto responsável pelo Planejamento e Orçamento do Município, mediante a formulação dos planos estratégico, tático e operacional; a consolidação, o acompanhamento e a avaliação do Orçamento Municipal e de informações Estratégicas e a indicação de prioridades que deverão nortear as ações governamentais.

As **Secretarias Executivas Regionais I, II, III, IV, V e VI**, enquanto responsáveis pela execução das políticas públicas definidas pelo Poder Executivo Municipal e a prestação de serviços, proporcionando a fiscalização e o atendimento às necessidades e demandas das comunidades, considerados em sua dinâmica de uso do espaço urbano e peculiaridades sociais, tendo em vista que as intervenções do Programa estão distribuídas nas seis regionais da estrutura administrativa municipal.

As secretarias executivas regionais foram criadas a partir da transformação do modelo Institucional de Fortaleza a partir de um novo conceito de descentralização e intersetorialidade, a partir de janeiro de 1997 com a lei nº. 8.000 de 29 de janeiro de 1997, aprovada pelo Poder Legislativo Municipal.

A criação das SERs, com a lógica da organização da Prefeitura do Município, foi com a função de identificar os problemas da comunidade de cada bairro na sua área de abrangência e encaminhar soluções integradas ao Poder Executivo Municipal. As Secretarias devem estabelecer objetivos e metas específicas para cada grupo ou grupos da população do seu território, prestando serviços em uma rede articulada de ação social e, sua principal meta é a execução das políticas públicas definidas pelo Poder Executivo Municipal e a prestação de serviços, proporcionando o atendimento às necessidades e demandas das comunidades, considerados em sua dinâmica de uso do espaço urbano e peculiaridades sociais, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

5.3.4. Aspectos Econômicos

A cidade de Fortaleza possui atividades econômicas pautadas nos setores de serviços, indústrias e agropecuária. Segundo dados do IPECE (Perfil Básico Municipal Fortaleza - 2011), estes setores foram res-

ponsáveis em 2008 por R\$28.350.622 do Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado no município de Fortaleza, enquanto no Estado do Ceará este valor é referente à R\$60.098.877. Em relação ao PIB per capita (R\$1,00), o valor do município foi de R\$11.461, enquanto no Estado foi de R\$7.112. Já o PIB por setor, os valores atingidos no município de Fortaleza foram de 0,18% (agropecuária), 20,26% (indústria) e 79,57% (serviços). No Estado do Ceará, os valores correspondentes foram de 7,06% (agropecuária), 23,61% (indústria) e 69,33% (serviços).

O item "Emprego e Renda" do Perfil Básico do Município de Fortaleza do IPECE (2011) demonstrou o número e saldo de empregos formais em 2010. A seguir a Tabela 8 discrimina as atividades referentes aos diversos setores interagindo com o número e saldo de empregos formais no município de Fortaleza e no Estado do Ceará.

TABELA 8 - NÚMEROS E SALDOS DE EMPREGOS FORMAIS EM FORTALEZA E NO CEARÁ

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS		SALDO DE EMPREGOS FORMAIS	
	MUNICÍPIO	ESTADO	MUNICÍPIO	ESTADO
Serviços	282.876	369.096	22.615	29.064
Administração Pública	157.368	387.697	538	873
Comércio	131.633	209.548	10.980	17.997
Indústria de Transformação	88.583	251.357	5.926	12.195
Construção Civil	58.194	75.973	8.180	13.941
Serviços Industriais de Utilidade Pública	4.786	7.187	86	78
Agropecuária	1.819	22.280	108	-1.551
Extrativa Mineral	266	2.654	33	190
Total das Atividades	725.525	1.325.792	48.466	72.787

FONTE: ADAPTADO DE RAIS/2010 E CAGED-TEM (IPCE 2011).

Percebe-se que as atividades voltadas aos serviços, administração pública e comércio estão entre as principais atividades econômicas da cidade de Fortaleza, seguidas da indústria da transformação e da construção civil. Serviços industriais de utilidade pública, agropecuária e extração mineral também geram emprego, porém em menor grau. Referente ao Estado do Ceará as atividades que geram mais empregos são respectivamente: administração pública; serviços; indústria de transformação; comércio; construção civil; agropecuária; serviços industriais de utilidade pública; e extrativa mineral.

Os maiores saldos de empregos formais em Fortaleza e no Ceará são do setor de serviços, comércio e construção civil.

Sendo o turismo parte dos setor de serviços, e por se caracterizar como uma atividade econômica de grande relevância, este setor representa aproximadamente 38% dos empregos formais gerados no município. Vale ressaltar que a maior concentração de equipamentos turísticos concentra-se dentro do perímetro administrativo da Regional II, localizada nas áreas turísticas a serem beneficiadas pelo PRODETUR.

5.4. Caracterização dos Aspectos Ambientais

5.4.1 Conceitos e princípios

Quando nos referimos a biomas, estamos nos referindo à ecossistemas associados, ou seja, conectados entre si mantendo uma relação mútua de autorregulação e cooperação. As intervenções do Programa se concentram principalmente nos ambientes litorâneos, nas faixas de praia, áreas estas muito frágeis e instáveis como veremos mais adiante. Porém, por se tratarem de ecossistemas dinâmicos, ao interferirmos em um habitat, microhabitat ou ecossistema, estando influenciando toda uma cadeia de fluxo de matéria e energia dependentes. Portanto, as questões ambientais aqui levantadas são referentes a todos os ecossistemas presentes no município, sendo que as intervenções/ações do Programa consequentemente atingirão todos estes, seja de maneira direta ou indireta. A AAE e demais produtos do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA, vem com intuito de orientar tais ações para que se promova o mínimo de impactos negativos somados as medidas mitigadoras e potencialize os positivos nesses ecossistemas/bioma.

Para a caracterização dos aspectos ambientais das áreas abrangentes no Programa, utilizou-se como referência bibliográfica principalmente o “Diagnóstico Geoambiental do Município de Fortaleza: Subsídios ao Macrozoneamento Ambiental e a Revisão do Plano Diretor Participativo - PDPFor”, publicado pela Prefeitura de Fortaleza em 2009. Também foram utilizados como base de dados os seguintes documentos: Plano Diretor Participativo e Projeto Orla. Para verificação dos resultados analisados, foram realizadas visitas técnicas em janeiro de 2011 para averiguação dos dados obtidos em campo.

Quando falamos em meio ambiente ou aspectos ambientais, estamos nos referindo aos diversos atributos de distintas naturezas, sejam elas de ordem física, biológicas ou antrópicos. A soma, ou melhor, a interação destes atributos, formam sistemas dinâmicos que se autorregulam e trocam matéria e energia com outros sistemas. Portanto, os sistemas são delimitados em função de variadas interações específicas entre os componentes geoambientais. Quando definimos uma paisagem, esta estará assumindo um papel de sistema geoambiental.

5.4.2. Contextualização ambiental no município de Fortaleza

Fortaleza está situada na porção norte do Estado do Ceará, ocupando uma área de aproximadamente 314 Km², limitando-se ao norte do Oceano Atlântico; a o sul com os Municípios de Maracanaú, Itaitinga e Pacatuba; ao oeste com Eusébio e Aquiraz; ao leste com o Município de Caucaia.

O município de Fortaleza apresenta 4 unidades fitoecológicas, sendo elas: Complexo Vegetacional Litorâneo, Mata de Tabuleiro, Caatinga e Cerrado. As mais representativas no município são o Complexo Vegetacional Litorâneo e a Mata de Tabuleiro. Outros sistemas ambientais identificados foram à planície litorânea, tendo como subsistemas dunas móveis, dunas fixas, faixa de praia/ terraços litorâneos e complexo flúvio-marinho; planícies lacustres; planície fluviais; tabuleiros pré-litorâneos; transição tabuleiro/depressão sertaneja, morros e cristas residuais.

A planície litorânea se trata de uma estreita faixa de terras, com largura média de 2,5 – 3,0 km. Este ambiente é caracterizado pelo alto potencial de recursos hídricos superficiais e subsuperficiais, com frequência de estuários, lagoas e lagunas. A disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas na planície litorânea depende essencialmente das condições climáticas, dos terrenos, das características geomorfológicas e fitoecológicas.

O ecossistema manguezal (pertencente ao subsistema planície flúvio-marinha) possui uma vegetação arbórea halofítica, composta por cinco espécies principais, que possuem uma distribuição distinta nas

planícies fluviomarinhas. A exuberância de algumas espécies do mangue exibem estágio climáxico, ou seja, um nível sucessional tardio na formação florestal. Essa unidade de vegetação é muito importante para a regulação do ecossistema, sendo dotado de maior produtividade no litoral do Município, atuando na fertilização de suas águas mediante o aporte de matéria orgânica. As áreas relacionadas ao mangue são: rios Ceará, Cocó e Pacoti, fundamentais para a manutenção da qualidade do ambiente urbano. Porém, os dois primeiros são os que mais sofrem a ação antrópica. Já na Barra do Rio Ceará, encontra-se o trecho densamente urbanizado, com grande número de habitações de baixa renda. Nos trechos do Rio Cocó, a vegetação predominante é de mangue regenerada, resultado de um processo de recomposição faunística através do aparecimento de aves características da área. Dentre as situações, a mais preservada, que apresenta uma vegetação de mangue bastante densa, de porte elevado, formando uma floresta, pode ser encontrada na parte Norte da Barra do Rio Pacoti.

A faixa de praia e os terraços marinhos (subsistema pertencente ao sistema de planície litorânea) são recobertos por uma vegetação pioneira herbácea, formando um substrato rasteiro, composto, essencialmente, por gramíneas adaptadas a elevada salinidade, intensidade dos ventos e radiação solar. As praias percorrem todo litoral de Fortaleza, sendo divididas na ponta do Mucuripe e pelos estuários dos rios Ceará, Cocó e Pacoti. Este ambiente é muito instável devido aos processos morfogenéticos, que são responsáveis pela ação da dinâmica externa e esculturação das formas de relevo.

Outro subsistema são as dunas móveis, que são compostas por sedimentos que sofrem constantes mobilizações, não apresentando processos pedogenéticos (formação de solos). Devido a ausência de solos, não ocorre cobertura vegetal, porém, as vezes apresenta uma vegetação pioneira psamófila, que significa um início de processo de colonização vegetal herbácea de dunas, contribuindo assim na fixação das dunas e consequentemente no início do processo de formação de solo (pedogênese). Ou seja, as dunas móveis são associadas às dunas fixas e semifixas, que juntos formam o campo de dunas da planície litorânea. Em ambientes urbanizados com desordenamento do uso e ocupação da terra, a interferência do vento na movimentação dos sedimentos (deflação eólica) pode vir a causar muitas vezes o soterramento de moradias e vias de acesso, caso comum ocorrente na Sabiaguaba, Praia do Futuro I e II, Goiaberas e Barra do Ceará.

A presença de dunas fixas (com processo de pedogênese), a via de regra estão localizadas após o cordão de dunas móveis, área limite da região dos tabuleiros pré-litorâneos, ocorre a área de contato da planície litorânea (dunas fixas e planície flúviomarinha) com os tabuleiros pré-litorâneos, favorecendo o aumento de águas subsuperficiais. Em um ambiente equilibrado, as relações entre pedogênese e morfogênese, garantem uma certa estabilidade ambiental, fornecendo além de uma bela paisagem, reservas de águas subterrâneas.

As planícies fluviais são as formas características de acumulação decorrentes da ação fluvial, se distribuindo em escala longitudinal acompanhando a calha dos rios Maranguapinho, Ceará, Cocó e Pacoti. Já as planícies lacustres são áreas de acumulação inundáveis, ou seja, bordejam, transbordam as lagoas perenes e semiperenes existentes no litoral e nos tabuleiros pré-litorâneos de rios principais que drenam a maior parte de Fortaleza (Rio Cocó e Rio Maranguapinho). Devido à falta de ordenamento do uso e ocupação do solo e o alto nível de acúmulo de resíduos sólidos neste locais, essas áreas hoje são caracterizadas como áreas de riscos em Fortaleza, estando constantemente sujeitas a inundações.

Os tabuleiros pré-litorâneos se inserem de modo paralelo à linha de costa e à retaguarda dos sedimentos eólicos, marinhos e flúviomarinhas que compõem a planície litorânea. Sua vegetação não é homogênea, principalmente se analisada sob o ponto de vista fisionômico. São duas feições diferentes encontradas: subperenifólia e caducifólia. Esta vegetação é constituída por espécies de porte arbóreo/

arbustivo, e à medida que se aproxima do contato com a depressão sertaneja, passa haver uma predominância de espécies caducifólias, configurando certa semelhança com os ambientes da caatinga. Porém, a descaracterização paisagística devido a crescente expansão urbana, faz com que a mata de tabuleiro entre em processo de dissolução, sendo hoje existente no sítio Curió e no campus do Pici da Universidade Federal do Ceará. São os últimos resquícios do padrão de vegetação primitivo do Município, somado a pequena reserva de vegetação de cerrado, em áreas de tabuleiros arenosos encontrados no bairro Cidade dos Funcionários.

A transição entre os tabuleiros e a depressão sertaneja corresponde à porção meridional do Município. Conhecido também com Caatingas (Mata Branca) possui variados padrões fisionômicos e florísticos, sempre prevalecendo nos sertões circunjacentes do semi-árido. A via de regra o padrão vegetacional é arbustivo denso ou aberto. Quando as áreas de caatinga se encontram mais fortemente degradada, tais condições fisionômicas tendem a apresentar um tapete herbáceo extensivo, ao lado de árvores e arbustos esparsos. Seus solos têm predominância de Argissolos Vermelho-Amarelos pouco profundos, moderadamente drenados, com textura média, cascalhentos e com fertilidade natural média.

Os morros residuais ocorrem nos morros do Caruru e Ancuri. O Caruru apresenta-se em forma típica de neck vulcânico, localizado entre as desembocaduras dos rios Cocó e Pacoti. Já o Ancuri localiza-se na porção sul do Município, no limite geográfico com Iaitinga. Trata-se de um relevo residual de forma Elipsoidal, sendo áreas que devem ser destinadas à preservação ambiental, devido a sua inclinação das vertentes, pouco desenvolvimento de solos e elevado grau de impactos desencadeados pela mineração no Caruru e o caráter estratégico do Ancuri para o abastecimento de água da Capital. A degradação dessas áreas podem causar catástrofes ambientais como deslizamento de morro, fato ocorrente em muitos municípios do Brasil, inclusive em Fortaleza.

O processo de urbanização/antropização gerou o desmatamento da cobertura vegetal, consequentemente na redução dos habitats naturais, restando ainda alguns bolsões verdes na forma de parques e áreas de preservação ambiental. O município de Fortaleza apresenta uma fauna costeira, onde se destacam principalmente as aves insetívoras, répteis e crustáceos, além da fauna urbana que corresponde aos roedores e seus predadores naturais, assim como a fauna de florestas nativas remanescentes.

Os principais impactos verificados no município de Fortaleza referente a desordenada e acelerada urbanização são:

- Supressão da cobertura vegetal;
- Assoreamento de rios, riachos e lagoas;
- Soterramento de corpos lacustres e canais;
- Impermeabilização do solo;
- Aumento da velocidade e quantidade de fluxo do escoamento superficial;
- Ocupação das planícies fluviais, lacustres, fluviomarinhas e áreas de inundação sazonal;
- Interrupção no fluxo de sedimentos fluviais e da deriva litorânea;
- Mineração no campo de dunas e morros residuais;
- Reativação e intensificação dos processos erosivos;
- Contaminação e poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;
- Redução da biodiversidade;
- Aumento da temperatura com formação de “ilhas de calor” nas áreas centrais;

- Redução do tempo de retorno para as ondas de cheias; e
- Magnificação das cheias e aumento das áreas de espriamento.

Para sanar os devidos problemas/impactos são necessários programas estratégicos que visem a regulação do uso e ocupação do solo; uso e conservação da biodiversidade; controle da qualidade ambiental; gestão dos recursos hídricos; além da identificação das áreas mais suscetíveis e frágeis do município. A AAE vem com intuito de colaborar e orientar tais ações.

Para apresentar as principais áreas frágeis, medianamente frágeis e medianamente estáveis segundo o “Diagnóstico Geoambiental do Município de Fortaleza: Subsídios ao Macrozoneamento Ambiental e a Revisão do Plano Diretor Participativo - PDPFor”. A seguir na Tabela 9 adaptada deste estudo identificando e categorizando unidades de intervenções segundo o grau de instabilidade ou estabilidade de cada ecossistema.

TABELA 9 - UNIDADES DE INTERVENÇÃO

ÁREAS	MEIO ECODINÂMICO	SISTEMAS AMBIENTAIS ASSOCIADOS	DIRETRIZES AMBIENTAIS
Frágeis.	Ambientes Fortemente Instáveis.	Faixa de praia e terraços marinhos; planícies fluviomarinhas; dunas móveis e fixas; planícies fluviais e lacustre; áreas de inundação sazonal.	Áreas que apresentam fortes problemas relacionados ao uso e ocupação, pela alta susceptibilidade aos processos degradacionais e baixa capacidade de suporte.
Medianamente Frágeis.	Ambientes de Transição.	Setores mais abrigados das planície lacustres e fluviais; dunas fixas; áreas de inundação sazonal.	Áreas que devem ser ocupadas mediante critérios específicos em face da baixa capacidade de suporte dos sistemas ambientais e ao frágil equilíbrio ambiental.
Medianamente Estáveis.	Ambientes Estáveis.	Tabuleiros pré-litorâneos e faixa de transição tabuleiros – depressão sertaneja.	Áreas que não apresentam maiores problemas de uso, desde que asseguradas boas condições sanitárias-ambientais, incluindo áreas vegetadas e com altas taxas de permeabilidade.

FONTE: ADAPTADO “DIAGNÓSTICO GEOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: SUBSÍDIOS AO MACROZONEAMENTO AMBIENTAL E A REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO - PDPFOR”.

5.4.2.1. Ambientes artificiais urbanos

O meio ambiente não é definido apenas como natural, possui também outras definições como: meio ambiente artificial e meio ambiente cultural. Meio ambiente artificial entende-se entre a relação do espaço urbano construído e os bens públicos de uso comum exercendo uma função social, com o intuito de gerar bem-estar a população. A municipalidade deve buscar em proveito de seus habitantes, a qualidade de vida digna e satisfação com seus direitos fundamentais. Neste contexto, podemos classificar os ambientes artificiais urbanos em quatro funções sociais básicas do município: a habitação, a circulação, o lazer e o trabalho.

Os Parques Urbanos de Fortaleza são espaços que requerem atenção pública constante, são: as praças, os parques e os pólos de lazer (PL). Quanto aos parques, Fortaleza já apresenta um número razoável de exemplos, como:

- Parque Adahil Barreto, criado pela Lei nº 5.754, de 8 de novembro de 1983, localizado no Parque do Cocó;
- Parque Ecológico do Lago Jacarey, criado pela Lei nº 7.004, de 4 de Novembro de 1991, situado na Cidade dos Funcionários;
- Parque Ecológico do Riacho Maceió, criado pela Lei nº 7.549, de 21 de junho de 1994, situado no bairro do Mucuripe;
- Parque Ecológico da Lagoa de Porangabussu, no bairro homônimo, criado pela Lei nº 7.728, de 22 de Junho de 1995; e
- Parque Ecológico da Lagoa da Parangaba, no bairro do mesmo nome, criado através da Lei nº 7.842, de 6 de Dezembro de 1995.

Referente aos Polos de Lazer, encontramos o P.L. da Maraponga, P.L. da Barra do Ceará, P.L. da Av Sargento Hermínio, dentre outros, os quais são utilizados invariavelmente para festas e eventos, públicos ou privados, que necessitam de um espaço para comportar um número elevado de pessoas.

As praças centrais e históricas do município de Fortaleza são:

- Praça do Ferreira;
- Praça José de Alencar;
- Praça dos Leões;
- Praça do Cristo Redentor e;
- Passeio Público.

Aos locais que apresentam equipamentos turísticos propícia para a realização de feiras são:

- Praça Almirante Saldanha: ligada ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura;
- Praça da Sé: ligada ao centro histórico e ao "Shop Chão";
- Praça 31 de Março: na Praia do Futuro;
- Calçadão da Av. Beira Mar;
- Praça Martins Dourado: no bairro Cidade 2000 com a feira gastronômica;
- Praça Luíza Távora: com a CEART;
- Praça dos Caboclos: ligada a ginásio, restaurante e à lagoa da Parangaba;
- Praças da Gentilândia I e II: com a feira de frutas, hortaliças, artesanato e comidas.

Outras áreas verdes existentes com grande potencial paisagístico são:

- Parque Zoológico Sargento Prata: dentro do Parque Ecológico do Passaré e;
- Horto Florestal Falconete Fialho;
- A área particular CEU/ Condomínio Espiritual Uirapuru: onde se encontra a Lagoa do Uirapuru, próximo ao Aeroporto Internacional Pinto Martins.

5.4.2.2. Recursos Naturais e Unidades de Conservação

A Lei Federal Nº 9.985/ 2000 regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Esta lei estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

No município de Fortaleza, as atividades turísticas se desenvolvem de maneira mais acentuada no litoral, muitas vezes dificultando a gestão das unidades de conservação inseridas neste ecossistema de praias, que são sistemas frágeis e instáveis como visto acima nas unidades de intervenção (Tabela 9). São muitos os impactos relacionados ao turismo nestas áreas, entre eles: tráfego de automóveis, quadricículos, motos, entre outros em áreas de dunas fixas e móveis (área de preservação permanente); poluição e ineficiente gerenciamento dos resíduos sólidos; falta de estudos de capacidade suporte; falta de saneamento básico; tráfego irregular de veículos pluviais/marítimos; poluição sonora; pesca predatória; etc. O Programa visa contribuir com o planejamento turístico nas áreas de atuação. Sendo o litoral uma das principais áreas de intervenções, é necessário ter o conhecimento das Unidades de Conservação (UCs) presentes nesses ecossistemas praianos e em outros ecossistemas inseridos dentro do município de Fortaleza, visando estratégias de uso e ocupação do solo, gestão dos recursos naturais, bem como potenciais ecoturísticos. As UCs presentes em Fortaleza são:

- **Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Pacoti:** unidade de conservação de uso sustentável, criada por meio do DECRETO Nº 25.778, de 15 de fevereiro de 2000, abrange uma área de 2.914,93 hectares e localiza-se em áreas dos Municípios de Fortaleza, Eusébio e Aquiraz, a aproximadamente, 30 km do centro de Fortaleza. O principal acesso a esta unidade de conservação se dá pela Avenida Washington Soares e em seguida pela Rodovia CE 025 Km. O gerenciamento desta APA se dá por parte do Estado através do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM;
- **Área de Proteção Ambiental (APA) do Estuário do Rio Ceará:** unidade de conservação de uso sustentável, criada por meio do DECRETO Nº 25.413, de 29 de março de 1999, abrange uma área de 2.744,89 hectares e localiza-se na divisa dos Municípios de Fortaleza e Caucaia, a aproximadamente, 20 km do Centro de Fortaleza. Tem seu acesso pela Av. Francisco Sá e em seguida pela Av. Ulisses Guimarães; pela BR 222 no entroncamento com a CE 090, rodovia estadual que dá acesso às praias de Icaraí, Cumbuco, Tabuba e Lagoa do Banana. O gerenciamento desta APA se dá por parte do Estado através do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM;
- **Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba:** Criado pelo Decreto Municipal nº 11.986, de 20 de fevereiro de 2006, o parque é dotado de ecossistema litorâneo que se faz merecedor de atenção por parte da Administração municipal através da Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano - SEUMA;
- **Área de Proteção Ambiental (APA) de Sabiaguaba:** criada pelo Decreto nº 11.987, de 20 de fevereiro de 2006, também dotada de ecossistema litorâneo que se faz merecedor de atenção por parte da Administração municipal através da Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano - SEUMA;
- **Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Sítio Curió:** primeira Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Estado do Ceará, localizada em Fortaleza, protegendo o último enclave de Mata Atlântica na zona urbana;
- **Reserva Ecológica Particular (REP) da Lagoa da Sapiranga:** de acordo com Decreto Estadual Nº 24.220, de 12 de Setembro de 1996, é uma Unidade de Conservação a ser especialmente protegida, por iniciativa de seu proprietário.

- **Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio:** criado através da Lei Estadual Nº 12.717 de 05 de Setembro de 1997. É a única Unidade de Conservação Marinha do Estado do Ceará, com uma área de 33,20 km² distante a 10 milhas náuticas (aproximadamente 18,5 km) do Porto do Mucuripe, em Fortaleza, na direção 60° NE (sessenta graus nordeste);
- **Paque Ecológico do Rio Cocó:** o governo estadual através do DECRETO Nº 20.253, de 05 de Setembro de 1989 declarou de interesse social para fins de desapropriação as áreas de terra que indica compreendidas no contorno do Projeto do Parque Ecológico do Cocó e do DECRETO Nº 22.587, 08 de Junho de 1993, declarou de interesse social, para fins de desapropriação, as áreas destinadas a ampliação do Parque Ecológico do Cocó. A área do Parque Ecológico do Cocó abrangida pelos decretos compreende o trecho da BR-116 à foz do Rio Cocó, localizado no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, perfazendo um total de 1.155,2 hectares .

Destacam-se como potenciais turísticos relevantes para estas UCs:

- Navegabilidade dos rios Cocó e Ceará;
- Balneabilidade de praias;
- Atividades ecológicas em estuários, mangues e dunas;
- Paisagem das lagoas e litoral;
- Esportes de aventura como o surf entre outros no litoral, e a prática do mergulho na Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio; e
- Trilhas Ecológicas.

Os principais desafios atuais quanto às unidades de conservação, encontram-se na preservação dos recursos naturais, na conciliação de atividades como turismo e agricultura de forma sustentáveis referentes às Ucs de uso sustentável; a implementação do plano de manejo dessas unidades; além da integração entre gestores estaduais, municipais, federais e sociedade civil.

5.4.2.3. Meio Biológico

O ambiente do Complexo Vegetacional Pre-litorâneo domina na faixa litorânea Norte dos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, entre a faixa praiana e o semiárido. Neste ambiente costeiro encontram-se sobretudo os seguintes ecossistemas: ambiente praiano, vegetação do berma (planície costeira), campos de dunas, vegetação do tabuleiro pré-litorâneo, manguezal, dentre outros.

A capital cearense vem sofrendo, no decorrer das últimas décadas, grande pressão antrópica, em parte decorrente do êxodo rural que impulsiona o já acentuado crescimento populacional, contribuindo para o surgimento de loteamentos irregulares e por consequência as favelas. Outro fator que vem ocasionando grandes alterações na paisagem natural é o forte crescimento imobiliário do município de Fortaleza que vem ao longo dos anos modificando a paisagem natural com a construção de vários empreendimentos, impulsionado também pela grande demanda turística na capital cearense.

A biodiversidade fortalezense, em especial a flora, vem ao longo do tempo, adaptando-se fisio-morfológicamente, as adversidades do ambiente costeiro, tais como: forte ação eólica, solo pobre em nutrientes, ação da maresia, clima árido, dentre outras.

A fauna e em especial a flora desta área vem, ao longo do tempo, se adaptando à pressão antrópica local, sendo paulatinamente substituída por espécies exóticas e invasoras.

5.4.2.3.1 Ambiente praiano

A região dos arrecifes costeiros ou “beach roch” encontra-se recoberta por uma biota bastante rica e diversificada, como: *Teredo sp.* (molusco), *Cathamalus sp.* (craca), *Balanus sp.* (craca), *Crassostrea rhizophora* (ostra), *Polychaeta* (anelídeo), dentre inúmeros outros.

Algumas aves migratórias intercontinentais passam por esta região rumo ao extremo Sul do continente latino, merecendo destaque as seguintes espécies: *Charadrius semipalmatus* (maçarico), *Charadrius collaris* (maçarico), *Pluvialis dominica* (tarambola), *Tringa solitaria* (maçarico), *Actitis macularia* (maçariquinho), *Arenaria interpres* (maçarico), *Calidris alba* (maçarico), etc. Boa parte destes maçaricos alimentam-se de insetos e polychaetos.

5.4.2.3.1.1 Ambiente da Planície Bermal (Berma)

A vegetação do Berma inicia-se logo após a linha do estirâncio (maré mais alta), indo até o início do complexo dunar. As suas principais espécies florísticas são: *Ipomoea pres-caprae* (salsa), *Paspalum maritimum* (capim gengibre), *Indigofera sp* (anil), *Remirea maritima* (cipó-da-praia), *Iresine portulacoides* (breitinho); *Cyperus sp.* (capim), etc, as quais também são conhecidas genericamente por espécies pioneiras.

Este ambiente possui característica típica de área de acúmulo e transporte de sedimentos de areias de quartzitos, via predomínio da ação eólica. Assim sendo, a fixação do berma pelas espécies pioneiras acima citadas, é de grande importância para a dinâmica costeira, pois sem esta vegetação haveria um crescente aumento de acúmulos e transporte de quartzitos nos corredores eólicos.

A inexistência de extrato arbóreo e do extrato arbóreo/arbustivo deve-se, sobretudo ao constante movimento das dunas sobre as mesmas, pois uma vez soterradas dificilmente sobreviverão, enquanto as gramíneas e demais herbáceas possuem uma maior capacidade de ressurgirem logo após a passagem da duna. Outro fenômeno interessante oriundo desse movimento dunar é a formação de lagoas intermitentes.

A cobertura vegetal do berma e das dunas deve ser preservada, pois é neste ambiente onde se verifica o maior acúmulo e transporte de sedimentos areno-quartzosos. Assim, um simples corte de estrada pode desagregar seu solo, reiniciando um possível transporte desse material por via eólica.

A fauna desse ambiente depende do fornecimento energético das herbáceas, tanto para a pastagem foliar como para o consumo de frutos, sementes e néctar. Normalmente os Insetos (ortópteros, lepidópteros, coleópteros, etc.), juntamente com os mamíferos roedores e aves frugívoras/graminívoras, constituem a base trófica alimentar formada pelos consumidores primários os quais fornecem nutrientes e energia para os demais níveis tróficos, mostrando assim que o ambiente do berma comumente recicla seus nutrientes sem a interferência direta dos demais ambientes circunvizinhos.

A fauna, mais comum, deste ambiente são as aves migratórias (vermífugas/insetívoras) e residentes, além de artrópodes (crustáceos), moluscos (gastrópodes), mamíferos especialmente roedores, e certos vermes (polychaetas).

As aves do berma normalmente são de hábitos terrícolas, consumidoras de sementes, insetos e vermes, dentre as quais mencionam: *Vanellus chilensis* (te-teu), *Anthus lutencens* (caminheiro-do-campo), *Himantopus himantopus* (pernilongo), *Charadrius collaris* (maçarico-de-colar), *Calidris melanotus* (maçariquinho), *Sterna hirundo* (trinta réis), *Sterna supercilialis* (trinta-réis), *Anous stolidus* (andorinha-do-mar), etc. As aves dos gêneros *Sterna*, *Larus*, *Calidris* e *Charadrius* (Charadriiformes), são em geral, migratórias, provindas do extremo boreal, de onde anualmente durante os meses de outubro a dezembro, voam em direção ao Sul da Patagônia/Argentina, passando pelo Nordeste Brasileiro, voltando para o Norte do Canadá e Eurásia em fevereiro, de todos os anos.

É possível encontrar também alguns répteis a procura de alimento escondidos nas herbáceas como *Tropidurus torquatus* (calango), *Cnemidophorus ocellifer* (tijubina) e ofídios diversos.

5.4.2.3.1.2. Vegetação e fauna dos campos dunares

O complexo dunar compreende a região da planície litorânea com relevo acidentado e razoavelmente ondulado, com solos areno-quartzoso ocorrendo três formações fitossociologia: dunas móveis (sem vegetação), dunas semifixas (com herbáceas e arbustos dispersos) e dunas fixas (com vegetação arbórea de forma adensada).

No ambiente de dunas semifixas, existem a predominância do estrato herbáceo compreendendo diversas espécies, tais como: *Stylosanthes humilis* (vassourinha); *Indigofera microcarpa* (anil), *Phaseolus sp* (feijão-da-praia), *Paspalum maritimum* (gengibre), *Remirea maritima* (cipó da praia), *Iresine portulacoides* (bretinho); *Ipomoea pes-caprae* (salsa); *Cyperus sp.* (tiririca), *Digitaria sp.* (capim d'água); etc.

São encontrados também alguns arbustos dispersos representados essencialmente por: *Brysonima sp* (murici); *Cereus sp* (jamacaru); *Jatropha pohliana* (pinhão); *Calotropis gigantea* (hortênsia), *Ricinus communis* (carrapateira), dentre outras.

A fauna dominante das dunas fixas são aves insetívoras e (ou) frutívoras. Dentre os quais se destacam: *Pitangus sulphuratus* (bem-ti-vi), *Tyrannus melanocholicus* (siriri), *Polyborus plancus* (carcará), *Speotyto cunicularis* (coruja buraqueira), *Columbina picui* (rolinha da praia), *Mimus gilvus* (sabiá da praia), *Anthus lutencens* (caminheiro do campo), *Columbina talpacoti* (rolinha comum), *Columbina passerina* (rolinha da praia), *Forpus xantopterygius* (papacu), *Thraupis sayaca* (sanhaço), etc. Ocorrem também, Squamatas em especial sáurios; alguns mamíferos herbívoros: *Cavia aperea* (preá), *Euphactus sexcinctus* (peba), *Didelphis sp* (casaco), *Cerdocyan thous* (raposa), *Quiróptero* (morcego), etc.

5.4.2.3.2. Ambientes ribeirinhos

Nos leitos dos rios da Bacia Vertente Marítima, em especial a foz do Rio Ceará e a foz do Rio Cocó, verifica-se parte do manguezal bem como a vegetação do berma ou planície costeira. Nos taludes do rio Ceará próxima de sua foz, inexistente mata nativa, a qual vem sendo substituída por edificações e espécies exóticas, no entanto ainda é possível encontrar: *Mimosa pigra* (calumbi), *Chrysobalanus icaco* (guajiru), *Byrsonima sp* (murici), *Conocarpus erectus* (mangue-botão) etc.

A ictiofauna dominante desses cursos d'água são peixes marinhos e alguns de água salobra. Ocorrem também moluscos, insetos aquáticos, alguns crustáceos como *Malabaricus sp.* (camarão), podem também ser encontrado na região.

As aves encontradas nestes ambientes são predominantemente aves migratórias como *Charadriidae* (maçaricos) e *Laridae* (gaivotas) além de aves paludícolas, dentre as quase podem mencionar: *Gallinula choropus* (galinha-d'água), *Chloroceryle americana* (martim-pescador), *Arundinicola leucocephala* (vovó), *Jacana jacana* (jaçanã), *Egretta thula* (garça), *Butorides stratus* (socó); *Vanellus chilensis* (te-téu), *Fluvicola nengeta* (lavandeira), etc.

Algumas aves da ordem dos Charadriiformes costumam caçar vermes e artrópodes na praia do estuário, durante o refluxo marinho, como sejam: *Charadrius colaris* (maçarico de colar), *Gallinago* (narceja pequena), *Tringa flavipes* (maçarico), *Arenaria interpres* (maçarico) etc. Enquanto, algumas outras aves preferem voar sobre o rio a espreita de insetos, como: *Sterna nilotica* (gaivota), *Larus dominicus* (gaivotão), *Anous minutus* (andorinha do mar), *Tachycineta albiventer* (andorinha do rio) dentre outras.

Os manguezais dos rios Ceará e Cocó situam-se próximo da foz adentrando no continente até onde se verifica a influencia da maré. A principal espécie florística ainda visível no final dos manguezais é o *Conocarpus erectus* (mangue-botão), juntamente com *Batis maritimo* (bredo), *Iresine sp.* (beldroega), etc. Nas zonas lamacentas destes ambientes, verificam-se algumas aves migratórias limnícolas a procura de alimento.

Os crustáceos e moluscos dos rios Ceará e Cocó encontram-se representados principalmente por: *Cardissoma guanhomi* (guaiamum), *Goniopsis cruenta* (aratú), *Penaeus sp.* (camarão), *Callinectes bocautii* (siri), *Littorina angulifera* (búzio-do-mangue), *Neritina virginea* (aroá-do-mangue), *Mytella sp.* (sururu), *Grassostrea rhizophorae* (ostra), *Tageleus plebeus* (unha-de-velho) etc.

Nos estuários, não se verificam Angiospermas, porém há abundância de *Talófitas* (algas) e zoo e fitoplâncton. O nécton, por sua vez, está constituído essencialmente de peixes adultos e (ou) jovens, dentre os quais destacam: *Mugil curema* (tainha); *Sphaeroides testudineus* (baiacú), *Xenomelaris brasiliensis* (charutu), *Anchovia spinifer* (manjuba), *Diapterus olisthostomus* (carapeba-branca), *Achirus lineatus* (solha), *Syacium mictatum* (linguado) etc.

5.4.2.3.3. Aspectos Faunísticos

Devido à pressão urbana consequência do alto crescimento populacional, espaços de sítios naturais começaram a ser colonizados pelo homem e assim paisagens naturais começaram a se fragmentar. Esta fragmentação gera um impacto direto nas populações vegetais que interferem nas populações animais. A falta de alimentos e mesmo de espaço, fazem com que muito animais tentem migrar para outras áreas, outros fragmentos, porém, no percorrer se faz de infraestruturas urbanas que ameaçam a vida dessas espécies. Estas implicações fazem com que os animais fiquem reclusos em seus fragmentos e também sofram desequilíbrios por falta de alimentos, sobreposições de nichos ecológicos e déficit de fluxo gênico.

Apesar desta pressão antrópica, ainda é possível encontrar na orla de Fortaleza alguns táxon representativos da fauna, sobretudo aves insetívoras, pequenos répteis, roedores e invertebrados.

Cinco espécies de mamíferos foram identificadas, entre eles roedores, gambás e saguis. Os roedores identificados foram: *Mus musculus* (catita) e *Rattus norvegicus* (ratazana). Foram também levantados as espécies *Callithrix jacchus* (sagüi) e *Didelphis sp.* (casaco), os quais costumam habitar as praças e quintais da região devido à presença de alimentos humanos e resíduos orgânicos.

Em relação á avifauna, espécies que se adaptam melhor a fragmentação de habitats naturais devido a facilidade de migração através do voo, é mais diversificada, constatando 27 espécies, ocupando todos os ambientes e nichos tróficos. Nos ambientes de Praia e Berma as aves dominantes são as migratórias, especificamente as espécies *Charadriiformes* (maçaricos). Já nos Ambientes Ribeirinhos às aves limno/paludícolas possuem melhor adaptação a estes habitats. Nas dunas verificam-se preferencialmente espécies terrícolas consumidoras de insetos e sementes, como *Columbidae* (rolinhas) e alguns Passeriformes. Muitas destas espécies servem de alimentos para mamíferos, répteis e (ou) aves de rapina.

O desequilíbrio ambiental gerado em decorrência da desordenada ocupação antrópica, faz com que muitas espécies de aves sejam eliminadas devido à concorrência de nichos com espécies urbanas (fauna sinantrópica), tais como: *Passer domesticus* (pardal), *Thraupis sayaca* (sanhaçu), *Troglodytes aedon* (rixinó), *Coereba flaveola* (sibite), *Pitangus sulphuratus* (bem-ti-vi), *Columbina talpacoti* (rolinha), dentre outras.

Referente a herpetofauna, foram levantadas 14 espécies, prevalecendo os sáurios, ofídios e anuros, como: *Iguana iguana* (camaleão), *Tropidurus hispidus* (calango), *Bufo sp.* (sapo), *Hyla sp.* (rã), etc.

O levantamento dos invertebrados demonstrou a alta ocorrência de artrópodes (insetos, aracnídeos),

vermes (anelídeos), etc. Estas espécies participam da cadeia alimentar de muitas aves, répteis e até alguns mamíferos, sendo ótima fonte de proteínas. Os insetos levantados foram: *isópteros* (cupins), *himenópteros* (formigas), *lepidópteros* (borboleta), *ortópteros* (grilos, gafanhotos), etc.

5.4.2.3.4. Distribuição da fauna e flora por bacia hidrográfica

5.4.2.3.4.1 Bacia vertente marítima

A Bacia Hidrográfica da Vertente Marítima, com uma área de 3.749,14ha (correspondendo a 11,83% da área municipal) apresenta duas tipologias florestais remanescentes, totalizando 19,76ha (0,52% da bacia): a vegetação de dunas com uma área de 8,05ha (0,21% da bacia) e a vegetação de matas de tabuleiro litorâneo com 11,71ha (0,31% da bacia).

As dunas fixas, que ocorrem na bacia da Vertente Marítima, mostram-se cobertas por uma vegetação, representada por elementos com características da vegetação do complexo litorâneo, vegetação de tabuleiro litorâneo e da vegetação de dunas.

A vegetação de Tabuleiro Litorâneo tem sua composição florística apresentando três estratos distintos, tendo o dossel superior formado por sete espécies, destacando-se as seguintes: Ingazeira com 9,00m de altura, canela de veado com 7,00m, azeitona com 7,00m e o Mororó com 5,00m.

O estrato Intermediário composto por cinco espécies (café bravo, ameixa, goiabinha, mangaba e murici) é o mais importante, apresentando uma abundância entre as espécies de 45,28% e uma dominância de 26,59%.

A bacia Vertente Marítima contempla, sobretudo, a fauna costeira e os ambientes praianos, bem como da vegetação do berma e das dunas. Destaca-se também a fauna urbana do tipo edificada nessa bacia, em decorrência da ocupação dessa área, onde boa parte dos espécimes obtém seus alimentos nos diversos logradouros públicos (praças) da região. Nesse contexto, se destacam as seguintes aves: pardal, pombo, rolinhas, sanhaço, sibite, dentre outras.

A fauna lacustre/ ribeirinha encontra-se severamente comprometida, em decorrência da forte ação antrópica. Verifica-se, com isso, o aumento da fauna oportunista como roedores e invertebrados que procura nos restos e despejos de lixos humanos sua fonte de alimento; que, por sua vez, favorecem a existência de seus predadores como: corujas, rasga-mortalhas, gaviões e serpentes.

5.4.2.3.4.2. Bacia do Rio Cocó

A Bacia Hidrográfica do Rio Cocó, sendo a mais extensa e de maior área física na Região Metropolitana de Fortaleza com cerca de 19.100,85ha (correspondendo a 60,28% da área municipal), apresenta todas as tipologias florestais identificadas durante o mapeamento e confirmadas no inventário florestal/ fitossociológico de Fortaleza. A área total de vegetação ocupa 1.877,48ha da bacia, correspondendo a 9,83%. Iniciando a estratificação da cobertura vegetal em tipologias florestais ou unidades ecológicas, a partir da linha de praia foram selecionadas as seguintes tipologias: Vegetação de Mangue, Vegetação de Dunas, Vegetação de Cerrado, Vegetação de Matas do Tabuleiro Litorâneo, Vegetação de Transição entre as Matas de Tabuleiro Litorâneo e de Caatinga e, Mata Ciliar ou Lacustre.

O mangue do Rio Cocó tem sua vegetação florestal constituída por três espécies: a *Avicennia shaueriana* (família das Verbenaceas), a *Laguncularia racemosa* (família das Combretaceas) e a *Rhizophora mangle* (família das Rhizophoraceas). Ocupa uma área de 567,91ha (2,97% da bacia) e todas as três espécies encontram-se no dossel superior, com uma altura média de 6,20m, sendo a mais alta a *Rhizophora mangle* com cerca de 7,50m. A *Laguncularia shaueriana*, destaca-se por sua abundância representando 81,76% dos indivíduos deste ecossistema, apresentando ainda a maior dominância, frequência, valor de importância e valor de cobertura.

As dunas fixas, muitas vezes bem edafizadas, que ocorrem na bacia do rio Cocó, mostram-se cobertas por uma vegetação bem diversificada, ocupando uma área de 222,93ha (1,17% da bacia), está representada por elementos com características distintas da vegetação do complexo litorâneo, vegetação de cerrado, vegetação de tabuleiro litorâneo e da vegetação de caatinga. Em sua composição florística, apresenta três estratos distintos. O dossel superior com uma altura média de 5,90m, se destacando como o principal representante, o Pau Ferro com 6,30m de altura. Este estrato está formado por quatro espécies que apresentam uma abundância de 36% em relação aos outros estratos e uma dominância entre as espécies de toda a tipologia florestal de 78,72%. O pau Ferro destaca-se como a espécie mais importante, seguindo-se do Jucá, Araticum e Cajueiro Bravo.

A mata lacustre ou mata ciliar praticamente não existe, não sendo possível a sua identificação em mapas. É uma vegetação arbórea que, devido às ótimas condições hídricas e solos, desenvolvia-se às margens dos rios, riachos e lagoas de Fortaleza. Apresenta também três estratos distintos. O estrato superior apresentando dez espécies e uma altura média de 6,85m, o estrato intermediário, quatro espécies e o inferior, três. Nestas áreas o cajueiro apresenta-se como espécie emergente, com 15,00m de altura, seguindo-se da ingazeira com 9,30m, da timbaúba com 8,00m e do mororó com 6,40m.

A fauna existente na bacia do Cocó aloja-se sobretudo na sua área central, contemplando principalmente os ambientes do manguezal e da vegetação do tabuleiro pré-litorâneo. Conforme a localização de suas sub-bacias verificam-se diversas zonas da fauna, como sejam: fauna estuarina, fauna florestal e fauna urbana.

No estuário e manguezal do rio Cocó há uma excelente área verde imprescindível para a sobrevivência da fauna regional, onde se pode observar: guaxinim alimentando-se de crustáceos e anfíbios; maçaricos e gaivotas ao longo de sua rota migratória, sericoias e carão vocalizando ao entardecer; garças, socós e demais aves lacustres alimentando-se; martins-pescadores capturando seus peixes, etc.

O manguezal do Cocó, também é rico em diversas espécies de peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados, os quais procuram abrigo, alimento local para procriar nesse ambiente.

Os crustáceos colonizam basicamente todos os habitats do manguezal, conforme cada especialidade e seu nicho ecológico. Assim, partindo do oceano em direção do estuário, tem-se em primeiro plano as espécies marinhas polialinas, as quais dominam as águas oceânicas, como: *Ocypoda quadrata* (espia maré), *Alpheus heterochaelis* (tamaru, escava tocas nas bases das raízes do mangue). As espécies oligoalinas, apresentam maior influência da água doce provinda dos cursos d'água, tendo como principais representantes os seguintes: *Macrobrachium spp.* e *Palaemon sp.* (camarões). Todavia, algumas espécies, como *Aratus sp.* (aratu) *Pachygrapsus sp.* (aratu), *Sesarma sp.* (aratu), preferem habitar sobre os troncos de *Rhizophora mangle*, enquanto outras, como *Upogebia sp.* (tamaru), *Luridium sp.* (caranguejo), preferem viver nos bancos de ostra. Diversamente, alguns decápodes costumam passar algum tempo na terra firme, tal como os *Cadissoma sp.* (guaiaumum), *Ucides sp.* (uçã) e *Uca sp.* (espia maré).

Nas dunas e no berma, contidas na planície costeira, vislumbra-se o sabia-da-praia e o aminheiro-do-campo respectivamente, nidificando e alimentando-se de grãos, frutos e insetos. No seu solo podem-se encontrar ninhos da coruja-buraqueira, a qual caça insetos e pequenos vertebrados na região.

Nos sítios e parques dessa bacia encontram-se diversos representantes da fauna sub-urbana denominadas de fauna urbana / sítios, onde se vê o predomínio de espécies frutívoras como: soim, casaco, sanhaço, azulindo, vem-vem, dentre outros.

5.4.2.3.4.3. Bacia do Maranguapinho/Ceará

A bacia dos rios Maranguapinho e Ceará apresenta três tipologias florestais remanescentes: a Vegetação de Mangue do Rio Ceará, a Vegetação de Matas de Tabuleiro Litorâneo e a Vegetação de Transição entre as Matas de Tabuleiro Litorâneo e a Caatinga. A área total de vegetação ocupa 235,53ha da bacia, correspondendo a 2,76%.

A vegetação de Mangue do Rio Ceará recobre uma área de 166,81 ha (1,96% da bacia), estando representada por quatro espécies pertencentes a três famílias: a *Avicennia shaueriana* e a *Avicennia germinans* (família das Verbenáceas), a *Laguncularia racemosa* (família das Combretaceas) e a *Rhizophora mangle* (família das Rhizophoraceas). Nesta tipologia o estrato superior tem destaque para a *Rhizophora* e a *Laguncularia* com alturas médias de 7,00m. A *Avicennia shaueriana* é a espécie mais abundante com 39,62% das árvores, seguida da *Laguncularia racemosa* com 32,08%, da *Avicennia germinans* com 18,87% e da *Rhizophora mangle* com 9,43% das árvores. Para este ecossistema a espécie mais importante é a *Laguncularia* seguida da *Avicennia shaueriana*.

A vegetação de Matas de Tabuleiro Litorânea recobre uma área de apenas 42,12ha (0,49% da bacia), sendo semelhante ao Tabuleiro Litorâneo da Bacia do Rio Cocó, constituindo-se em terrenos arenosos, planos ou levemente ondulados, recobertos por uma vegetação que se mostra como um complexo florístico bem caracterizado, com espécies da caatinga, da mata seca, do cerrado, da mata ciliar ou lacustre e com vegetação de dunas.

A fauna da Bacia do Maranguapinho/Ceará contempla os ambientes do manguezal do rio Ceará e o Tabuleiro Pré-litorâneo. Verificam-se principalmente as zonas da fauna estuarina e urbana, sobressaindo esta última em decorrência da forte ação antrópica na região.

Em decorrência da forte ação antrópica regional, quase inexistente representante da fauna silvestre nesta bacia, salvo nas várzeas no extremo Sul da mesma, na altura do Siqueira e circunvizinhanças, onde se pode observar raposa, guaxinim, casaco, diversas aves (Psitacíformes, Picíformes, Strigíformes, Passeríformes, etc.) e répteis.

No estuário e manguezal do rio Ceará, verifica-se o domínio de aves migratórias, principalmente maçaricos e gaivotas, provindas do hemisfério boreal em busca de alimento e de descanso ao longo de sua jornada em direção do extremo sul do Brasil e da Argentina.

Na lagoa de Parangaba (sub-bacia C3), pode-se observar *Caiman sp.* (jacaré) em suas margens, os quais devem ter sido oriundos de solturas indevidas por parte de comerciantes da fauna ilegal na região, prática corriqueira nesta localidade.

5.5. Identificação e Análise da Base Legal

5.5.1 A Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal

- Base Legal Turística (Federal)

A legislação federal do Turismo tem como base uma Lei única, de caráter Geral denominada “Lei Geral do Turismo” e foi criada com o objetivo de orientar o planejamento e o desenvolvimento do turismo no Brasil.

Além desta lei, estão descritas abaixo outras leis ou normas consideradas relevantes no contexto desta avaliação.

NOME DA LEI / NORMA	LEI / NORMA	COMPETÊNCIA / ÓRGÃO	BREVE DESCRIÇÃO
Lei Geral do Turismo	Lei nº - 11.771 / 2008	Congresso Nacional	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.
Programa de qualificação dos serviços turísticos	Lei nº 11.637 / 2007	Congresso Nacional	Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos, que instituirá o Selo de Qualidade Nacional de Turismo, destinado a classificar os padrões dos serviços de empresas ou entidades prestadoras de serviços turísticos no território nacional.
Decreto nº 7.381, de 02 de Dezembro de 2010	Decreto nº 7.381 / 2010	Congresso Nacional	Regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.

- Base Legal Ambiental (Federal)

A Legislação Ambiental de caráter normativo relevante para elaboração da presente Avaliação Ambiental Estratégica está constituída por normas, leis, decretos e resoluções, considerando tudo que possa ser considerado como regra em relação à sustentabilidade e preservação do meio ambiente. São elas:

NOME DA LEI / NORMA	LEI / NORMA	COMPETÊNCIA / ÓRGÃO	BREVE DESCRIÇÃO
Política Nacional de Meio Ambiente	Lei nº 6.938 / 1981	Congresso Nacional	A Lei Nº. 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Constitui o SISNAMA e institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades e instrumentos de defesa ambiental, tem como objetivo a preservação e recuperação da qualidade ambiental, assegurando condição de desenvolvimento econômico-social, compatibilizando com a preservação da qualidade do meio ambiente.
Novo Código Florestal Brasileiro	Lei nº 12.651 / 2012	Congresso Nacional	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)	Lei nº 9.433 / 1997	Congresso Nacional	O Plano Nacional de Recursos Hídricos estabelece diretrizes objetivando alcançar o cenário desejado na evolução da gestão dos recursos hídricos, tanto no contexto das bacias hidrográficas quanto das áreas especiais de planejamento. Além disso, propõe a implementação de programas nacionais e regionais e a adequação das políticas públicas relacionadas ao tema, em especial daquelas referentes aos setores usuários de recursos hídricos, objetivando o uso racional e sustentável da água.

NOME DA LEI / NORMA	LEI / NORMA	COMPETÊNCIA / ÓRGÃO	BREVE DESCRIÇÃO
Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)	Lei nº 9.985 / 2000	Congresso Nacional	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) tem como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei do SNUC. Este grupo é composto por duas categorias de unidades de conservação: 1) Unidades de Proteção Integral: Estação ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de vida Solvestre; 2) Unidades de uso sustentável: Área de proteção Ambiental (APA), Área de relevante interesse ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).
Resolução CONAMA	Resolução 237 / 2007	Ministério do Meio Ambiente	Define os conceitos de: Licenciamento Ambiental, Licença Ambiental, Estudos Ambientais, Impacto Ambiental Regional. Esta lei regulamenta o licenciamento prévio da localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras. Regulamenta igualmente o licenciamento prévio da localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Dispõe ainda ao órgão ambiental competente o poder de verificar que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, e de definir os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento.
Resolução CONAMA	Resolução 01/86	Ministério do Meio Ambiente	A Resolução CONAMA 1/86 dispõe sobre procedimentos relativos a Estudo de Impacto Ambiental. Essa resolução estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental comum dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente como: a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais, só para citar alguns dos pontos a serem abordados.
Lei da Fauna	Lei nº 5.197	Congresso Nacional	O Código de proteção da fauna trata da proteção dos animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vive naturalmente fora ou dentro do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, assim como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, caça ou apanha.

NOME DA LEI / NORMA	LEI / NORMA	COMPETÊNCIA / ÓRGÃO	BREVE DESCRIÇÃO
Política Nacional Dos Resíduos Sólidos	Lei nº 12.305	Congresso Nacional	A Lei Nacional dos Resíduos Sólidos, que foi sancionada recentemente, tem como diretrizes: A proteção da saúde pública e da qualidade do meio ambiente; não geração, redução, reutilização e tratamento de resíduos sólidos, bem como destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos; desenvolvimento de processos que busquem a alteração dos padrões de produção e consumo sustentável de produtos e serviços; educação ambiental; adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias ambientalmente saudáveis como forma de minimizar impactos ambientais; incentivo ao uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados; gestão integrada de resíduos sólidos; articulação entre as diferentes esferas do Poder Público, visando à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos; capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos entre outras.

O Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA é constituído por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

A estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente é gerida através do Conselho do Governo, considerado como Órgão Superior (Órgão superior que tem a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais), que tem no Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, o seu órgão Consultivo e Deliberativo (tem a função de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais e deliberar sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida).

Esse Conselho de Governo auxilia o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal – MMA que tem a função de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, considerado como o Órgão Central, que tem no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e do Instituto da Biodiversidade Chico Mendes, seus órgãos executores, que possuem a função de executar e fazer executar a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.

Os Órgãos Seccionais são aqueles órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar degradação ambiental e os Órgãos Locais são os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização de atividades nas suas respectivas jurisdições.

- Base Legal Turística (Estadual)

No âmbito Estadual, o que se observa é uma orientação baseada predominantemente na Lei Geral do Turismo (Federal), sendo as demais leis apresentadas a seguir complementares a esta.

NOME DA LEI / NORMA	LEI / NORMA	COMPETÊNCIA / ÓRGÃO	BREVE DESCRIÇÃO
CTI / NE	Lei 13.117 / 2001	Governo do Estado do Ceará / Assembléia Legislativa	Autoriza o Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria do Turismo – SETUR, a participar na qualidade de instituidor/mantenedor, da Fundação Comissão de Turismo Integrado de Nordeste-CTI/NE, e de outros organismos nacionais e internacionais, visando consolidar o turismo como vetor de desenvolvimento regional e dá outras providências.
Conselho Estadual de Turismo	Lei 13.344 / 2003	Governo do Estado do Ceará / Assembléia Legislativa	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo, e dá outras providências.
Dia Estadual do Turismo	Lei 13.653 / 2005	Governo do Estado do Ceará / Assembléia Legislativa	Institui o Dia Estadual do Turismo.
Política Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso	Lei 13.634 / 2005	Governo do Estado do Ceará / Assembléia Legislativa	Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências.
Política Estadual do Gerenciamento Costeiro	Lei 13.796 / 2006	Governo do Estado do Ceará / Assembléia Legislativa	Fica instituída a Política Estadual do Gerenciamento Costeiro abrangendo o conjunto de definições, princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos e atividades voltados a condicionar a ação governamental e a sociedade quanto à utilização sustentável dos recursos ambientais da zona costeira do Estado do Ceará.

- Base Legal Ambiental (Estadual)

O Estado do Ceará tem uma legislação ambiental bastante desenvolvida e específica, dada as suas peculiaridades naturais. Considerando o contexto da atividade turística, apresenta-se no quadro a seguir as leis ambientais mais relevantes para esta Avaliação Ambiental Estratégica.

No Ceará a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE é o Órgão Seccional e é responsável pelos licenciamentos ambientais.

O licenciamento ambiental é o procedimento no qual o poder público, representado pelos órgãos ambientais, licencia a localização, concepção, construção, instalação, ampliação, reforma, operação e/ou a desativação de empreendimentos ou atividades utilizadores de recursos naturais e/ou consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

NOME DA LEI / NORMA	LEI / NORMA	COMPETÊNCIA / ÓRGÃO	BREVE DESCRIÇÃO
Disciplinamento do uso do solo para proteção dos recursos hídricos	Lei nº 10.147 / 1977	SEMACE	Dispõe sobre o disciplinamento do uso do solo para proteção dos recursos hídricos da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF – e dá outras providências.
Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA	Lei nº 11.411 / 1987	SEMACE	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, e dá outras providências.

NOME DA LEI / NORMA	LEI / NORMA	COMPETÊNCIA / ÓRGÃO	BREVE DESCRIÇÃO
Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA	Lei nº 11.678 / 1990	SEMACE	Acrescenta competência ao CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, estabelecidas pela Constituição do Estado do Ceará e pela Lei nº 11.564, de 26 de junho de 1980.
Política Estadual de Recursos Hídricos	Lei nº 11.996 / 1992	SEMACE	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH e dá outras providências.
Auditorias Ambientais	Lei nº 12.148 / 1993	SEMACE	Dispõe sobre a realização de Auditorias Ambientais e dá outras providências.
Coleta Seletiva	Lei nº 12.225 / 1993	SEMACE	Considera a coleta seletiva e a reciclagem do lixo como atividades ecológicas de relevância social e de interesse público no Estado.
Política Florestal	Lei nº 12.488 / 1995	SEMACE	Dispõe sobre a Política Florestal do Ceará e dá outras providências.
Emissão de Poluentes	Lei nº 12.494 / 1995	SEMACE	Dispõe sobre a fiscalização e controle da emissão de poluentes atmosféricos por veículos automotores no Estado do Ceará.
Áreas especialmente protegidas	Lei nº 12.522 / 1995	SEMACE	Define como áreas especialmente protegidas as nascentes e olhos d'água e a vegetação natural no seu entorno e dá outras providências.
Política Estadual de Resíduos Sólidos	Lei nº 13.103 / 2001	SEMACE	Dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e dá providências correlatas.
Condomínios e Edificações	Lei nº 13.688 / 2005	SEMACE	Estabelece diretrizes e condicionantes ambientais para a constituição de condomínios de qualquer natureza e edificações para serviços de hospedagem, hotelaria e lazer, na área de proteção ambiental da Serra de Baturité, e dá outras providências.
Educação Ambiental	Lei nº 14.892 / 2011	SEMACE	Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a política estadual de Educação Ambiental e dá outras providências.
SEUC	Lei nº 14.950 / 2011	SEMACE	Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Ceará (SEUC) e dá outras providências.

- Base Legal Turística (Municipal)

A legislação turística municipal tem como base as leis descritas no quadro a seguir, cujas especificidades são tratadas em demais leis complementares que, por possuírem caráter muito específicos não foram listadas abaixo.

NOME DA LEI / NORMA	LEI / NORMA	COMPETÊNCIA / ÓRGÃO	BREVE DESCRIÇÃO
Lei Orgânica do Município de Fortaleza	Capítulo VII	Prefeitura Municipal de Fortaleza	Capítulo que trará especificamente das condições relacionadas ao Desporto, Lazer e Turismo.

NOME DA LEI / NORMA	LEI / NORMA	COMPETÊNCIA / ÓRGÃO	BREVE DESCRIÇÃO
Código de Obras e Posturas	Lei ordinária nº 5530 / 1981	Prefeitura Municipal de Fortaleza	Dispõe sobre o código de obras e posturas do município de Fortaleza e da outras providências. Esta Lei dispõe sobre a execução de obras públicas ou particulares, no Município de Fortaleza, sobre as medidas de polícia administrativa de competência do município. No que diz respeito à ordem pública, higiene, instalação e funcionamento de equipamentos e atividades.
Plano Diretor do Município de Fortaleza	Lei complementar nº 062 / 2009	Prefeitura Municipal de Fortaleza	Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. Delimita e implementa as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural de interesse artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (ZEPH) em áreas onde existam imóveis, conjuntos edificados ou paisagens de interesse de preservação.

O Capítulo III (Da Política de Meio Ambiente), Art. 9º do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, estabelece as diretrizes da política do meio ambiente quanto à preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas e recursos, estabelecimento de medidas de controle da qualidade socioambiental com vistas à compensação, à proteção e ao disciplinamento do uso dos recursos naturais disponíveis.

- Base Legal Ambiental (Municipal)

Em Fortaleza, a SEUMA (anteriormente SEMAM) é o órgão Local responsável pelos licenciamentos e acompanhamento das questões relacionadas ao meio ambiente. Esta instituição tem como base principalmente as leis descritas no quadro abaixo.

NOME DA LEI / NORMA	LEI / NORMA	COMPETÊNCIA / ÓRGÃO	BREVE DESCRIÇÃO
Lei Municipal nº 8.738 / 2003	Lei Municipal nº 8.738 / 2003	SEMAM	Determina que "A fiscalização e o monitoramento ambiental de empreendimentos, obras e as demais atividades impactantes localizadas no município de Fortaleza seguirão as normas e procedimentos constantes da Lei nº 8.000, de 29 de janeiro de 1997, e legislação complementar."; e em seu Art. 4º dá as diretrizes de análise e aprovação dos empreendimentos pela SEMAM
Lei Ordinária nº 9502/2009	Lei Ordinária nº 9502/2009	Prefeitura Municipal de Fortaleza	Dispõe sobre a criação da áreas de relevante interesse ecológico (ARIE) Dunas do Cocó e da outras providências
Lei Ordinária 8821/2004	Lei Ordinária 8821/2004	Prefeitura Municipal de Fortaleza	Dispõe sobre medidas auxiliares ao saneamento básico do município e da outras providências.

- Uso e Ordenamento do Solo

NOME DA LEI / NORMA	LEI / NORMA	COMPETÊNCIA / ÓRGÃO	BREVE DESCRIÇÃO
Lei de Uso e Ocupação do Solo	Lei Ordinária 7987/1996	Prefeitura Municipal de Fortaleza	Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no município de Fortaleza, e adota outras providências.

5.5.2. O Plano Diretor Participativo de Fortaleza

O Plano Diretor de Fortaleza estabelece as seguintes diretrizes municipais referentes ao meio ambiente e às políticas de uso e ocupação do solo:

5.5.2.1 Da política de meio ambiente

Segundo o Plano diretor de Fortaleza, são diretrizes da política de meio ambiente: Art. 9º I - preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas e recursos naturais; II - ampliação, conservação, fiscalização, monitoramento, manejo e gestão democrática dos sistemas ambientais, das áreas verdes, das unidades de conservação e dos espaços públicos; III - compatibilização do desenvolvimento econômico, social, cultural, étnico e dos saberes tradicionais com a preservação e conservação dos sistemas socioambientais, promovendo políticas de desenvolvimento sustentável para a cidade; IV - fortalecimento e valorização do Poder Público como promotor de estratégias de desenvolvimento sustentável; V - estabelecimento de medidas de controle da qualidade socioambiental com vistas à compensação, à proteção e ao disciplinamento do uso dos recursos naturais disponíveis; VI - redução dos riscos socioambientais; VII - redução dos níveis de poluição sonora, visual, do ar, das águas e dos solos; VIII - estímulo ao uso de fontes de energia não poluidoras; IX - promoção da educação ambiental; X - estímulo ao desenvolvimento de pesquisas sobre o uso adequado dos recursos naturais; XI - garantia da participação da população no planejamento, acompanhamento e gestão da política ambiental; XII - fortalecimento dos processos democráticos na formulação, implementação e controle dos recursos públicos destinados à política de meio ambiente; XIII - promover a efetiva gestão democrática na política de meio ambiente, a partir da participação da sociedade civil junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), paritário e deliberativo, sendo garantida a representação de entidades ambientalistas, entidades de classe e movimentos sociais, com poder de voto; XIV - implementação da gestão democrática do Fundo de Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA) através da participação direta da sociedade civil e seus segmentos; XV - fortalecimento de parcerias para a defesa, preservação, conservação e manejo do meio ambiente entre as diversas esferas do setor público e a sociedade civil; XVI - garantia do acesso público às praias e a preservação de dunas, mangues e recursos hídricos; XVII - preservação e conservação de praias, dunas, mangues, lagoas e os demais recursos hídricos.

Art. 10 São temáticas das ações estratégicas da política de meio ambiente: I - regulação do uso e ocupação do solo; II - uso, preservação e conservação da biodiversidade; III - controle da qualidade ambiental; IV - áreas verdes; V - monitoramento dos recursos hídricos; VI - educação ambiental; VII - Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA).

5.5.2.2. Da regulação do uso e ocupação do solo

Ainda conforme o Plano Diretor de Fortaleza, Art. 11 - é objetivo da regulação do uso e ocupação do solo definir a utilização potencial do solo urbano para sua produção, preservação e conservação.

Art. 12 - São ações estratégicas para a regulação do uso e ocupação do solo no âmbito da política de meio ambiente: I - elaborar a Agenda 21 do Município de Fortaleza, entendida como um processo de planejamento participativo, com a mobilização de todos os segmentos da sociedade, que diagnostica e analisa a situação do Município e estabelece uma estratégia de ação, baseada em compromissos de mudanças, democratização e descentralização; II - realizar inventário das fontes de poluição, de contaminantes e de seus níveis de risco nos diferentes sistemas ambientais e nas bacias hidrográficas que drenam o Município, vinculando-o ao SIM; III - criar incentivos para o reflorestamento das áreas de matas ciliares com espécies nativas e/ou compatíveis componentes do revestimento vegetal primário;

IV - promover o zoneamento ecológico-econômico do Município para subsidiar a regulação do uso e ocupação do solo e o gerenciamento das unidades de conservação já estabelecidas ou em fase de implementação; V - garantir a participação dos moradores do entorno dos empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental, classificados como Empreendimentos Geradores de Impactos, nas discussões sobre sua viabilidade, através de audiências públicas; VI - promover ações conjuntas entre os órgãos ambientais e a vigilância sanitária e ambiental.

5.5.2.3. Do uso, preservação e conservação da biodiversidade

Ainda conforme o Plano Diretor de Fortaleza, Art. 13 - o uso, preservação e conservação da biodiversidade objetiva implementar e ampliar as unidades de conservação no Município, compatibilizando-as com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Art. 14 - São ações estratégicas para o uso, preservação e conservação da biodiversidade: I - criar unidades de proteção integral e de uso sustentável nas áreas de abrangência dos sistemas ambientais frágeis, mediamente frágeis e de significativa relevância ambiental, compatibilizando-as com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); II - elaborar programas de recuperação das áreas degradadas e a recomposição da vegetação através de manejo florestal utilizando espécies nativas e frutíferas; III - estabelecer Comitê Gestor e elaborar plano de manejo para as unidades de conservação com ampla participação popular; IV - elaborar um sistema de gestão das unidades de conservação integrado com os 3 (três) entes federativos; V - criar corredores ecológicos nos principais rios e riachos das bacias do Cocó, do Pacoti, do Maranguapinho/Ceará e da Vertente Marítima; VI - assegurar que os recursos arrecadados por medidas compensatórias ambientais sejam preferencialmente aplicados nas unidades de conservação, conforme previsto na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); VII - criar unidades de conservação no remanescente de cerrado (bairro Cidade dos Funcionários), na mata da Praia Mansa (Cais do Porto) e nas dunas móveis da Praia do Futuro; VIII - promover a criação da unidade de conservação do riacho Alagadiço em todo o seu percurso, no trecho compreendido entre a lagoa da Agronomia e a sua foz; IX - realizar o inventário da flora e da fauna das unidades de conservação; X - incentivar a criação de reservas particulares do patrimônio natural - RPPN; XI - inventariar conhecimentos e práticas de comunidades pesqueiras, étnicas e tradicionais relevantes para a proteção e para o uso sustentável da biodiversidade; XII - desenvolver sistemas tecnológicos capazes de promover a recuperação e/ou regeneração e monitoramento de sistemas ambientais degradados. Parágrafo Único - A criação das unidades de conservação Sítio Curió, Lagoa Redonda, nascente do riacho da lagoa da Itaperaoba e do Riacho Alagadiço de que tratam os incisos VII e VIII deste artigo está condicionada a estudos técnicos que comprovem sua viabilidade.

Art. 15 - Integra o patrimônio público municipal o Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba, localizado no bairro de Sabiaguaba, Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, com área aproximada de 467,60 hectares, com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de ecoturismo e turismo comunitário compatíveis com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. § 1º - O subsolo da área descrita no caput deste artigo integra os limites do Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba. § 2º - Caberá ao órgão municipal competente administrar o Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba, adotando as medidas necessárias para sua efetiva proteção, implantação e controle, na forma do art. 22 e seguintes da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. § 3º - O órgão municipal competente deverá proceder à elaboração do plano de manejo do Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba no prazo previsto em lei. § 4º - A área de delimitação do Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba tem os limites descritos no anexo 7.

Art. 16 - Integra o patrimônio público municipal a área de proteção ambiental de Sabiaguaba, localizada no bairro da Sabiaguaba, Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, com área aproximada de 1.009,74 hectares, tendo como objetivos: I - proteção dos remanescentes de vegetação do complexo litorâneo; II - proteção dos recursos hídricos; III - melhorar a qualidade de vida da população residente, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais; IV - fomentar e incentivar o ecoturismo sustentável e a educação ambiental; V - preservar as culturas e as tradições locais. § 1º - A área de proteção ambiental de Sabiaguaba tem os limites descritos a partir das cartas topográficas inseridas no anexo 8. § 2º - Caberá ao órgão municipal competente administrar a área de proteção ambiental de Sabiaguaba, adotando as medidas necessárias para sua efetiva proteção, implantação e controle, na forma do art. 22 e seguintes da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho 2000. 3º - O órgão municipal competente deverá proceder à elaboração do plano de manejo da área de proteção ambiental de Sabiaguaba, no prazo previsto em lei. § 4º - Fica excluído dos limites da área de proteção ambiental de Sabiaguaba o Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba.

5.5.2.4. Do controle da qualidade ambiental

Art. 17 - O controle da qualidade ambiental visa a fortalecer e colaborar com o sistema de licenciamento de atividades poluidoras, de atividades de recuperação, monitoramento e fiscalização de áreas degradadas e da adoção de mecanismos de incentivo à compensação ambiental e de certificação ambiental.

Art. 18 - São ações estratégicas do controle da qualidade ambiental: I - definir a política municipal para o controle e licenciamento das poluições do solo, hídrica, atmosférica, visual e sonora; II - implementar mecanismos de compensação, controle e licenciamento ambiental na implantação e funcionamento das fontes potencialmente poluidoras; III - ampliar a capacidade de pessoal, operacional, instrumental e técnica do setor de fiscalização e monitoramento ambiental, tornando-a compatível com a área e população do Município, através de concurso público para técnicos e fiscais, e aquisição de equipamentos necessários para exercer a fiscalização; IV - ampliar o programa de controle, monitoramento e fiscalização das emissões de gases dos veículos que circulam no Município, considerando ainda o estímulo à utilização de tecnologia limpa pelos veículos da frota municipal e de transporte coletivo; V - intensificar a fiscalização em horário noturno, finais de semana e feriados, agravando as penalidades administrativas dos atos praticados contra o meio ambiente em tais circunstâncias e nos casos de reincidência, sem prejuízo da aplicação das medidas judiciais cabíveis; VI - divulgar a sistemática de desenvolvimento limpo e seus mecanismos, estimulando a certificação pertinente; VII - promover ações para a redução dos níveis de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores; VIII - mitigar o consumo energético e o impacto ambiental do sistema de transporte; IX - definir regras para implementação, licenciamento e controle da publicidade exterior.

5.5.2.5. Do sistema de áreas verdes

Art. 19 - Integram o sistema de áreas verdes os espaços ao ar livre, de uso público ou privado, que se destinam à criação ou à preservação da cobertura vegetal, a pratica de atividades de lazer, recreação e à proteção ou ornamentação de obras viárias.

Art. 20 - São ações estratégicas para o sistema de áreas verdes: I - promover o adequado tratamento da vegetação enquanto elemento integrador na composição da paisagem urbana; II - a gestão compartilhada com a sociedade civil e iniciativa privada das áreas verdes públicas significativas; III - a disciplina das áreas verdes particulares significativas pelo sistema de áreas verdes dentro do Sistema Municipal de Meio Ambiente, vinculando-as às ações da municipalidade destinadas a assegurar sua preservação e seu uso; IV - a manutenção e ampliação da arborização de vias públicas, criando faixas verdes que co-

nectem praças, parques ou áreas verdes; V - a recuperação de áreas verdes degradadas, de importância paisagístico-ambiental; VI - o disciplinamento do uso, nas praças e nos parques municipais, das atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse comercial e turístico, compatibilizando-os ao caráter público desses espaços; VII - estabelecer programas de recuperação das áreas verdes, principalmente daquelas localizadas no entorno das nascentes e dos recursos hídricos; VIII - implantar programa de arborização nas escolas públicas, postos de saúde, creches e hospitais municipais; IX - estabelecer parceria entre os setores público e privado, por meio de convênios, incentivos fiscais e tributários, para a implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados, atendendo a critérios técnicos estabelecidos pelo Município para o uso e a preservação dessas áreas; X - implementar o Sistema Municipal de Áreas Verdes; XI - elaborar diagnóstico e zoneamento ambiental de Fortaleza, contendo as áreas verdes e, dentre outros, o mapa de potencial de regeneração das áreas de preservação permanente para o desenvolvimento de programas e projetos de recuperação ambiental; XII - o Município deverá proceder, por meio de lei específica, à delimitação de suas faixas de preservação nas áreas urbanas situadas no âmbito de seu território, observando as diretrizes contidas no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; XIII - implantar parques urbanos; XIV - elaborar e implementar o plano municipal de arborização.

5.5.2.6. Do monitoramento dos recursos hídricos

Art. 21 - O monitoramento dos recursos hídricos visa à proteção, à recuperação, à revitalização e uso de instrumentos de gestão, objetivando o aumento, em qualidade e quantidade, da disponibilidade dos recursos, de forma integrada.

Art. 22 - São ações estratégicas do monitoramento dos recursos hídricos: I - conservar os recursos hídricos superficiais e subterrâneos visando ao aumento da sua disponibilidade, desenvolvendo ações capazes de prevenir a escassez e a diminuição da qualidade da água nos mananciais; II - recuperar, revitalizar, preservar e conservar, de forma integrada, as bacias hidrográficas que drenam o território municipal; III desenvolver indicadores de avaliação da qualidade e da escassez de recursos hídricos; IV - classificar os corpos de água, especificando-se a qualidade do recurso hídrico e ecossistemas associados; V - exigir a efetiva elaboração, execução e operacionalização, por parte das empresas causadoras de degradação dos recursos hídricos, de projetos de recuperação, despoluição e revitalização dos rios, riachos e lagoas; VI - difundir políticas sustentáveis de conservação, do uso e reuso da água; VII - zelar pela preservação e conservação dos recursos hídricos, promovendo programas de fiscalização, recuperação, monitoramento e despoluição dos recursos hídricos situados no Município; VIII - criar programa para captação das águas pluviais, formulando e implementando políticas para reaproveitamento, conservação, armazenamento e tratamento; IX proteger os mananciais de nossa cidade, garantido distância mínima de 500,00m (quinhentos metros) para a construção de postos de combustíveis ou empreendimentos que visem a produzir qualquer tipo de agentes poluidores químicos próximos aos mananciais.

5.5.2.7. Da Educação Ambiental

Art. 23 - A educação ambiental objetiva a execução de atividades de formação que levem a sociedade a proteger, preservar, conservar e conhecer o meio ambiente, suas interações culturais, sociais e ambientais, bem como implicações de sua degradação e de seu desperdício, para a utilização dos recursos naturais de modo socioambientalmente adequado, e garantindo ações continuadas e permanentes para o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente, em suas múltiplas e complexas relações socioambientais, culturais, étnicas, econômicas e religiosas.

Art. 24 - São ações estratégicas para a educação ambiental: I - estabelecer integração da educação ambiental com outras iniciativas, priorizando a rede de educação formal, a formação de professores, os núcleos de educação ambiental capazes de implementar projetos nos sistemas de ensino público e privado; II - garantir uma política de incentivo à pesquisa voltada aos conhecimentos populares e à produção de material instrutivo no que tange à educação ambiental; III - incentivar o uso da educação ambiental com metodologias participativas, na elaboração de projetos e programas que visem à conservação, à preservação e ao manejo sustentável dos recursos naturais; IV - elaborar e implementar o programa municipal de educação ambiental; V - implementar um programa de capacitação em educação ambiental para os educadores da rede formal de ensino, envolvendo também os atores que atuam no âmbito da educação não formal; VI - implementar mecanismos de divulgação das questões relacionadas ao meio ambiente pelos meios de comunicação de massa e comunitários; VII - ampliar ações de educação ambiental junto aos órgãos públicos, instituições da sociedade civil e população em geral; VIII - apoiar os programas de educação ambiental para a formação de consumidores conscientes, assim como apoiar os movimentos sociais organizados, articulando-os com a rede de economia solidária e outras instituições; IX - implementar rede de educadores socioambientais, formada por moradores das comunidades a serem beneficiadas pelas ações socioeducativas.

5.5.2.8. Do Sistema Municipal de Meio Ambiente

Art. 25 - O Sistema Municipal de Meio Ambiente deve definir, implantar, fortalecer e criar mecanismos para a efetiva execução e gestão das políticas públicas municipais para o meio ambiente.

Art. 26 - São ações estratégicas do Sistema Municipal de Meio Ambiente: I - aperfeiçoar a implantação do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA) com a função de organizar, coordenar e integrar as ações dos diferentes órgãos e entidades da administração pública municipal; II - manter atualizado o Sistema de Informações Municipal (SIM) no que se refere ao meio ambiente do Município; III - implementar a gestão democrática do Fundo de Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA), através da participação direta da sociedade civil e de seus segmentos; IV - democratizar o acesso aos recursos do Fundo de Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA), prioritariamente por meio de editais públicos objetivando ações voltadas à educação ambiental, estudos, pesquisas e recuperação ambiental em áreas degradadas e unidades de conservação; V - compatibilizar o sistema de multas do Município aos valores adotados pela Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; VI - regulamentar a adoção de medidas compensatórias, vetando sua aplicação para infratores reincidentes, sendo os recursos obtidos destinados preferencialmente ao Fundo de Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA); VII - incorporar no registro cadastral da Secretaria de Administração do Município, vinculado ao SIM, as informações referentes a penalidades decorrentes de crime ambiental, excluindo as pessoas jurídicas infratoras de participação em processos licitatórios e convênios com o Município; VIII - definir a política municipal para o controle, licenciamento e implantação da publicidade exterior.

5.6. Identificação e Análise das Interações Institucionais

As instituições públicas referentes às três esferas administrativas (municipal, estadual e federal) devem se interagir com intuito de aumentar o potencial das ações, sempre concomitantemente em acordo e ciência com a sociedade civil.

Diversos setores do Poder Público, assim como: Universidades; Associações; Empresas privadas; Institutos; Sindicatos; Federações; Bancos; entre outros. Possuem responsabilidades e dependência com o desenvolvimento do turismo no município de Fortaleza. Portanto, com bases em fontes da Secretaria Executiva do COMTUR (2010), a seguir foram identificadas diversas instituições nas mais variadas esferas, com a discriminação de suas respectivas finalidades:

Gabinete do Prefeito

Objetivo: Tem o objetivo de garantir o apoio técnico e logístico das ações promovidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, bem como dar apoio ao Conselho de Orientação Política e Administrativa Municipal - COPAM e ao Conselho de Planejamento Econômico - CPE na execução de suas tarefas e articulações;

Endereço: Rua São José, 01 – Centro - Fortaleza - CE - Tel: +55 (85) 3105-1464

Secretaria de Turismo de Fortaleza – SETFOR

Objetivo: Ser um instrumento de transformação do turismo local, contribuindo para a melhoria da qualidade da vida urbana, da prestação de serviços públicos e da oferta de produtos, de forma a impulsionar a sustentabilidade da atividade turística do Município;

Endereço: R Leonardo Mota, 2700 Aldeota - Fortaleza - CE - Tel: +55 (85) 3105-1464

Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza – SECEL

Objetivo: A administração e a formulação de políticas públicas de Esporte e Lazer visando à melhoria da qualidade de vida da população e a construção de uma cultura corporal libertadora;

Endereço: Rua Ildefonso Albano, 2050 – Dionísio Torres – Telefone: 85 - 3254-5309

Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza – GMF

Objetivo: É um instrumento de segurança urbana e difusão de cidadania, com a missão de proteção preventiva e ostensiva dos bens públicos municipais, do patrimônio histórico do município e da segurança de autoridades. No que concerne a Defesa Civil, o órgão atua em ações preventivas e emergenciais, procurando reduzir danos quando da ocorrência de chuvas de grande proporção, incêndios e desastres;

Endereço: R Delmiro de Farias 1900 - Rodolfo Teófilo - Fortaleza, ce | CEP: 60430-170 - (85) 3066-2300

Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza – SDH

Objetivo: Promover e coordenar a política municipal de direitos humanos de Fortaleza, atuando de forma transversal a todos os órgãos da gestão municipal. Dar especial destaque para as políticas de geração – infância, adolescência e população idosa – população negra, diversidade sexual e pessoas com deficiência, garantindo espaços de participação desses segmentos nas ações desenvolvidas pela SDH. Manter relação direta com a sociedade civil para fortalecer as redes de direitos humanos da cidade; Cidade da Criança/ Parque da Liberdade

Endereço: Rua Pedro I, s/n, Centro. Fortaleza-CE - Telefone: (85) 3452 23 23 / 3452 23 20/ 3452 2324

Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização – EMLURB

Objetivo: Planejar, avaliar e controlar o paisagismo e a limpeza pública urbana de Fortaleza, visando à melhoria da qualidade de vida e à preservação do meio ambiente;

Endereço: Av Visconde do Rio Branco 3491 cais 2 - Joaquim Távora Fortaleza, ce | (85) 3257-1466

Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE

Objetivo: Implementar ações estratégicas de desenvolvimento econômico autossustentado no Município de Fortaleza, envolvendo iniciativas de fortalecimento do sistema produtivo formal e informal, abrangendo os segmentos de comércio, indústria, serviços, trabalho, tecnologia e turismo;

Endereço: Av. Aguanambi, 1770 – Fátima - Cep: 60055-403 - Fortaleza-CE. Fone: (085) 3105-1573/74 - Cel. (085) 8890-9978

Secretaria de Cultura de Fortaleza – SECULTFOR

Objetivo: Promover e difundir a cultura na capital, incentivando as manifestações culturais populares, sejam elas tradicionais ou modernas;

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, nº 04, Centro - CEP 60160-150 - Fortaleza – Ceará

Telefone: 3105.1146

Autarquia Municipal de Trânsito e Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza – AMC

Objetivo: Promover a educação no trânsito e garantir o direito de ir e vir com segurança, desempenhando tarefas de sinalização, fiscalização, aplicação de penalidades e educação de trânsito;

Endereço: Av. Aguanambi, 90 - José Bonifácio - Fortaleza - Ceará

Telefones Recepção: (85) 34339700 / 34525830

Ocorrências de trânsito: 190 / Iluminação pública: 0800 280 2115

Comissão de Turismo, Indústria e Comércio da Câmara Municipal de Fortaleza

Objetivo: Discutir e emitir parecer sobre projetos de lei; realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e demais órgãos públicos; exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Poder Executivo e da administração indireta;

Endereço: R. Dr. Thompson Bulcão, 830 - Conjunto Luciano Cavalcante, Fortaleza - CE, 60810-460 / Telefone: (85) 3444-8300

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS

Objetivo: Coordenar, controlar e integrar as ações da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Institutos de Polícia Científica e da Corregedoria;

Endereço: Av. Bezerra de Menezes, 581, São Gerardo, CEP: 60325-003

Secretaria do Turismo do Estado do Ceará –SETUR

Objetivo: Fortalecer o Estado como destino turístico nacional e internacional, de forma sustentável, com foco na geração de emprego e renda, na inclusão social e na melhoria de vida do cearense;

Endereço: Centro Administrativo Gov. Virgílio Távora – Cambéba - Edifício Seplag – Fone: 3101-4669

Delegacia de Proteção ao Turista –DEPROTUR

Objetivo: Dar apoio e atender ao turista na circunscrição do estado do Ceará no que concerne a sua integridade física e psíquica e a atos de cidadania, bem como prevenir e reprimir crimes da competência estadual em que o turista seja a vítima, incluindo as atividades de polícia judiciária;

Endereço: Av. Alm. Barroso, 805 - Praia de Iracema Fortaleza – CE – Fone: (85) 3101-2488

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO

Objetivo: Prover infraestrutura e serviços aeroportuários e de navegação aérea, contribuindo para a integração nacional e o desenvolvimento sustentável do país;

Endereço: Estrada do Aeroporto, Setor de Concessionárias, Lote 5 - Edifício Sede CEP 71608-050 - BRASÍLIA - DF – BRASIL - **Telefone:** (61) 3312-3222

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Objetivo: É uma autarquia do Governo do Brasil, vinculado ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do acervo patrimonial, tangível e intangível, do país;

Endereço: SEPS Quadra 713/913 Sul, Bloco D, Edifício IPHAN – Asa Sul – Brasília / DF

Universidade Federal do Ceará – UFC

Objetivo: Formar profissionais de mais alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores artísticos e culturais, constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará, do Nordeste e do Brasil;

Endereço: Av. da Universidade, 2853 – Benfica - Fortaleza – CE - (85) 3366-7300

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Objetivo: Formar profissionais, produzir e disseminar conhecimentos, visando ao desenvolvimento sustentável como universidade pública e gratuita;

Endereço: Av. Dedé Brasil, 1700 – Itaperi - Fortaleza – CE - (85) 3101-9863

Universidade de Fortaleza – UNIFOR

Objetivo: Promover a produção e difusão do saber, por meio do ensino, pesquisa e extensão, articulados, visando a formação integral do cidadão e à sua qualificação para o exercício profissional;

Endereço: Av. Washington Soares, 1321 - Eng. Luciano Cavalcante Fortaleza - CE, - (85) 3477-3400

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

Objetivo: Produzir, disseminar e aplicar o conhecimento técnico e acadêmico para formação cidadã, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico local, regional e nacional;

Endereço: Avenida 13 de Maio, 2081 – Benfica - Fortaleza / CE - CEP: 60040-531

Telefone: (85) 3307-3666; 3307-3374 - Fax: (85) 3307-3711

Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV

Objetivo: Congregar e representar suas associadas; defender os interesses dos agentes de viagens e os legítimos anseios da Indústria do Turismo como um todo; colaborar com os poderes públicos nos

estudos e soluções dos problemas do Setor (que ocupa a liderança mundial na geração de empregos e distribuição de renda) e, assim, fomentar o desenvolvimento sustentável do Turismo Nacional;

Endereço: Av. São Luís, 165 1º andar, Cj. 1 B - Centro – Cep 01046-001 – São Paulo - SP
Fone / Fax: (11) 3231-3077 - abav@abav.com.br

Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH

Objetivo: Amparar e defender os legítimos interesses dos meios de hospedagem, colaborando com os poderes públicos como órgão técnico, consultivo e deliberativo, no estudo e solução dos problemas da classe congregada, amparando e defendendo seus associados, quantas vezes solicitarem, por intermédio da ABIH estadual a qual pertence;

Endereço: SHN Quadra 02 – Bloco J – Sala 218 – Brasília / DF

Associação Brasileira de Bares e Restaurantes e Empresas de Entretenimento – ABRASEL

Objetivo: Representar e desenvolver o setor de alimentação fora do lar, promovendo ações que contribuam para o crescimento sustentável do Brasil;

Endereço: Rua Bambuí, 20 cj 102 – Serra - Belo Horizonte MG – presidenciabr@abrase.com.br

Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo – ABBTUR

Objetivo: Congregar, defender e representar os bacharéis em turismo promovendo ações que favoreçam maior atuação dos profissionais no mercado de trabalho de forma ética e comprometida;

Endereço: Rua Sete de Setembro, 2.030 - Sala B-Centro - CEP: 79020210 / CAMPO GRANDE - MS / Fone: 67-312-3566 Fax: 67-383-6835 / E-mail: ms@abbtur.com.br

Fortaleza Convention & Visitors Bureau– FCVB

Objetivo: Fundação independente que promove e divulga a imagem da capital cearense e estimula o crescimento e o desenvolvimento do turismo do estado;

Endereço: Av. Eng. Santana Júnior, 2500 - Cocó, Fortaleza - CE, Telefone: (85) 3258-5888

Associação dos Meios de Hospedagem de Turismo do Ceará – AMHT

Objetivo: Congregar e defender pequenos e médios hotéis do Estado, consolidando-os através de ações que garantam o pleno crescimento e desenvolvimento de suas atividades;

Endereço: R. Barbosa de Freitas, 2339 / Dionísio Torres Fortaleza - CE, Fone: (85) 3272-4573

Cooperativa de Táxi e Turismo – COOPETUR

Objetivo: Congregar os profissionais proprietários e/ou motoristas de táxis;

Endereço: R. Sólon Pinheiro, 868 - José Bonifácio - Fortaleza/CE, Fone: (85) 9991-0230

Associação dos Lojistas do Mercado Central – ALMEC

Objetivo: Administrar e representar os permissionários e seus interesses e divulgar o Mercado Central;

Endereço: Av Alberto Nepomuceno 199 - Centro Fortaleza, CE | (85) 3454-8586

Associação dos Lojistas da Monsenhor Tabosa – ALMONT:

Objetivo: Congregar os dirigentes do comércio logístico da Av. Monsenhor Tabosa e adjacências, cooperando com a atividade pública e privada, realizando em caráter permanente estudos e pesquisas;

Endereço: Av. Monsenhor Tabosa, 403 - Praia de Iracema / Fortaleza/CE, Fone: (85) 3219-6209

Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo – ABRAJET-CE

Objetivo: Congregar jornalistas e escritores e atuar na divulgação do setor turístico e em parcerias que assegurem e promovam eventos e projetos voltados para o fortalecimento da atividade;

Endereço: Joaquim Sá, 545, Dionísio Torres - Fone/Fax: (85) 3272.2966/3247.1094/8644-6096 contato@sindjorce.org.br

Associação Brasileira das Empresas Organizadoras de Eventos – ABEOC

Objetivo: Congregar as empresas organizadoras e prestadoras de serviços especializados em eventos, cadastradas no Ministério do Turismo, conforme Lei Geral do Turismo 11.771/08 e seu Decreto Regulamentador;

Endereço: Rua Feliciano Nunes Pires, 35, Térreo. Centro / Florianópolis - SC. CEP: 88015-220. Fone/fax: (48) 3039 1058

Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes Objetivo: composto por atores do Estado e da Sociedade Civil Organizada, com a finalidade de avaliar e monitorar a efetivação do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes lançado no ano de 2001, que visa traçar metas e estabelecer estratégias de enfrentamento da violência sexual contra o público infanto-juvenil;

Endereço: Rua Deputado João Lopes, 83, Centro, Fortaleza - Ceará. Fone/Fax: (85) 3252.4202

Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Ceará – FCDL

Objetivo: Congregar as câmaras de dirigentes lojistas do estado do Ceará, formada por empresas associadas que se reúnem regularmente para, em conjunto, deliberar sobre providências, ações, estudos, estratégias, trocas de ideias e informações, bem como todo o necessário para o desenvolvimento da atividade lojista;

Endereço: R. Vinte e Cinco de Março, 882 – Centro Fortaleza - CE, 60060-120 (85) 3454-1730

Federação do Comércio do Estado do Ceará – FECOMÉRCIO

Objetivo: Orientar, coordenar, proteger e, representar as categorias econômicas compreendidas no plano da Confederação Nacional do Comércio, bem como defender os princípios da liberdade do comércio, em harmonia com o bem-estar social;

Endereço: Praça Capistrano de Abreu, S/N 1º Andar, Centro Fortaleza - CE, Fone: (85) 3270-4250

Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC

Objetivo: Representar, defender e coordenar os interesses gerais da indústria cearense, contribuindo, direta ou indiretamente, para fomentar a expansão e a competitividade do setor industrial e o desenvolvimento econômico e social do Estado do Ceará; Desenvolver iniciativas e propô-las à Confederação Nacional da Indústria (CNI), objetivando a formulação da política de desenvolvimento industrial do país;

Endereço: Av. Barão de Studart, 1980 - Aldeota - Fortaleza - CE, Fone: (85) 3466-5400

Fórum de Turismo do Ceará – FORTUR

Objetivo: Integrar e fomentar as ações de desenvolvimento do turismo sustentável;

Telefone: 8815-5303 / 8879-7580

Skal Clube de Fortaleza – SKAL

Objetivo: congregar todos os ramos do setor de turismo em um só ambiente: transportes aéreos, marítimos, ferroviários e rodoviários, agências de viagens, hotéis, eventos, lazer, serviços, organismos oficiais de turismo, mídia especializada entre outros segmentos que compõem o trade turístico mundial;

Endereço: Av. Santos Dumont, 304 - Centro - Fortaleza - CE, Fone: (85) 3254-4711

Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconômica Solidária

Objetivo: Implantar programas e projetos de trabalho e geração de renda, utilizando sistemas econômicos solidários, na perspectiva de superação da pobreza urbana;

Endereço: R. Valparaíso, 698 - Conjunto Palmeiras - Fortaleza - CE, Fone: (85) 3250-8279

Sindicato Estadual dos Guias de Turismo – SINDEGTUR

Objetivo: Unir discussões, reflexões sobre a atuação do guia de turismo e que atribuições este profissional pode dar na construção de atrativos turísticos de cunho cultural;

Endereço: R. Sen. Pompeu, 350 - Fortaleza - CE, Fone: (85) 3454-8941

Sindicato dos taxistas – SINDITAXI

Objetivo: Congregar os profissionais proprietários e/ou motoristas de táxis;

Endereço: R Solon Pinheiro 868 - Centro - Fortaleza, ce | Fone: (85) 3226-0786

Sindicato dos Ônibus – SINDIÔNIBUS

Objetivo: Estudar, coordenar, proteger e representar os interesses da classe econômica na área de transporte coletivo urbano e metropolitano;

Endereço: Av. Borges de Melo, 60, Aerolândia - Fortaleza - CE, Fone: (85) 4005-0990

Sindicato Intermunicipal de Trabalhadores do Comércio de hotéis, Bares, Similares e Restaurantes de Turismo e Hospitalidade do Ceará – SITRAHORTUH – CE

Objetivo: Representar trabalhadores de Hotéis, Tem como missão defender os direitos individuais ou coletivos da categoria que representa, bem como representá-los judicial ou extrajudicialmente e participar das negociações coletivas com a finalidade de celebrar convenções e acordos coletivos de trabalho. Promover o aperfeiçoamento profissional através de cursos de capacitação, qualificação e aperfeiçoamento, funcionando ainda como órgão técnico e consultivo junto ao setor público e privado;

Endereço: R Caubi 692 - Barra Ceará - Fortaleza, ce | CEP: 60331-100 Fone: (85) 3485-5901

Sindicato das Empresas Organizadoras de Eventos e Afins do Estado do Ceará – SINDIEVENTOS

Objetivo: Orientar e defender os interesses dos seus associados, empresas organizadoras, promotoras e prestadoras de serviços para eventos;

Endereço: Rua São Paulo S/N - Edifício Palácio do Comércio 1º Andar – Centro – Fortaleza / Ce | sindieventosce@gmail.com | Fone: (85) 3258.3100

Serviços de Apoio a Micros e Pequenas Empresas do Ceará – SEBRAE/CE

Objetivo: Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte;

Endereço: Av. Monsenhor Tabosa, 777 - Meireles - CEP: 60.150.010 - Fortaleza/CE. Telefone: (85) 3255.6600

Serviço Nacional do Comércio – SENAC

Objetivo: Educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo;

Endereço: Av. Tristão Gonçalves, 1245 – Centro – Fortaleza (CE) – CEP: 60015-002
Tel: (85) 3452 7005 / Fax: (85) 3452 7070

Serviço Social do Comércio – SESC

Objetivo: Atuar como agente facilitador de transformação da sociedade, disseminando conhecimento e o desenvolvimento da cidadania, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos comerciários e comunidade, através de ações em educação, cultura, lazer, saúde e promoção social;

Endereço: Av. Dq. de Caxias, 1701 - Centro, CEP 60035.111 - Fortaleza/CE | (85) 3452 9000

Caixa Econômica Federal – CEF

Objetivo: Promover o desenvolvimento urbano, ao priorizar setores como saneamento básico e infraestrutura, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população, em especial e da baixa renda;

Endereço: Av. Francisco Sá, 3832 - Carlito Pamplona – Fortaleza / Fone: (85) 3131-1200

Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Objetivo: Atuar na capacidade de instituição financeira pública como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional.

Endereço: Av. Pedro Ramalho, 5700, Passaré – Fortaleza – Fone: (85) 3299-3000

5.7. Identificação dos Principais Planos, Programas e Projetos

Na tabela a seguir está demonstrado um resumo dos temas que serão abordados a seguir com uma maior profundidade.

As principais implicações e influências desses planos, programas e projetos no PRODETUR, se da por meio de melhorias em diversos setores do município, como: transporte; saúde; educação; comércio; construção civil; uso e ocupação do solo; qualidade ambiental; tecnologia; recuperação ambiental; serviços ambientais; turismo; inclusão social; entre outras.

O PRODETUR NACIONAL FORTALEZA tem como objetivo geral promover a integração, urbanização e o reordenamento da faixa litorânea de Fortaleza (CE), com base no desenvolvimento sustentável e na distribuição de renda para a população local. Portanto, as metas do programa se assemelham as metas dos projetos citados acima, sendo que alguns estão inseridos no próprio programa como será descrito no próximo tópico. Através da integração e constante comunicação intersetorial/interinstitucional, as ações previstas podem ser realizadas de maneira reforçada, sem dispêndio de força.

TABELA 10 - IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS

TEMA	NOME DO PLANO, PROGRAMA OU PROJETO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO ATUAL	IMPLICAÇÕES PARA O PRODETUR*
Turismo, Infraestrutura e Meio Ambiente.	Prodetur Nacional Fortaleza - Aprimorar a infraestrutura pública e melhorar a prestação de serviços essenciais (como drenagem e saneamento básico, limpeza, transporte público, dentre outros).	SETFOR	Em Andamento	Os principais projetos na área do turismo para Fortaleza estão dentro do próprio PRODETUR NACIONAL do Município de Fortaleza, embora haja outros que com estes interatuam conforme será visto no item 1.7.1
Turismo, Infraestrutura e Meio Ambiente.	Projeto Vila Do Mar - O projeto tem como enfoque a utilização racional de ocupação das áreas litorâneas da cidade de Fortaleza que apresente como fator básico a inclusão social e a promoção da população residente da área.	SETFOR	Em Andamento	Colaborar no estabelecimento de uma nova prática de ocupação das áreas litorâneas da cidade, hoje considerado como uma problemática sócioambiental.
Turismo, Infraestrutura e Meio Ambiente.	Projeto Orla - O projeto busca aplicar as diretrizes gerais de ordenamento do uso e ocupação da Orla Marítima em escala nacional.	SEUMA	Em Andamento	Descentralização das ações de planejamento e gestão da Orla marítima, além do fortalecimento institucional dada a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal
Turismo, Infraestrutura e Meio Ambiente.	Projetos PAC-2 - O PAC-2 promoverá intervenções como a urbanização das áreas do Titanzinho e Serviluz, integrando-as à cidade, favorecendo a atividade turística e o desenvolvimento socioeconômico e urbano do lugar.	MINISTERIO DAS CIDADES	Em Andamento	Promover a urbanização de áreas críticas da cidade, favorecendo a atividade turística e o desenvolvimento socioeconômico e urbano do lugar, garantindo a sustentabilidade da função social e da propriedade aos que lá habitam
Turismo, Infraestrutura	Projeto COPA 2014 - As obras compreendem a reforma do Estádio Castelão e a ampliação do sistema de transporte da cidade, construção de VLT.	SECOPA	Em Andamento	Favorecerá à atividade turística tanto no período de realização do evento quanto em período posterior, uma vez que a cidade como um todo será beneficiada com obras de infraestrutura e principalmente por meio das obras de mobilidade urbana

TEMA	NOME DO PLANO, PROGRAMA OU PROJETO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO ATUAL	IMPLICAÇÕES PARA O PRODETUR*
Turismo, Infraestrutura e Meio Ambiente.	Projeto ALDEIA DA PRAIA - Estimular o desenvolvimento das potencialidades turísticas da região e a implantação de infraestrutura turística. Melhorar as condições de meio-ambiente através da recuperação de áreas degradadas. Implantar equipamentos destinados ao lazer e ao turismo.	SETFOR	Em Andamento	Estímulo ao desenvolvimento das potencialidades turísticas da região e a implantação de infraestrutura turística, além da melhoria das condições de meio-ambiente através da recuperação de áreas degradadas;
Infraestrutura e Meio Ambiente	DRENURB - O programa tem por objetivo geral contribuir para melhoria da qualidade de vida e das condições sanitárias e ambientais da população de Fortaleza, através da adoção de ações para o controle de enchentes, a recuperação e a preservação do meio ambiente natural e o saneamento de bacias hidrográficas.	SEINF	Em Andamento	Melhoria das condições sanitárias e ambientais da cidade de Fortaleza, além da adoção de ações para o controle de enchentes, a recuperação e a preservação do meio ambiente natural
Infraestrutura e Meio Ambiente	ÁGUAS DA CIDADE – Projeto que visa a limpeza e revitalização dos principais corpos hídricos da cidade e suas áreas de entorno, com priorização daqueles com influência direta na zona de praia	SEUMA	Em Andamento	Melhoria das condições ambientais dos corpos hídricos da cidade e da orla como um todo, hoje principal área da cidade destinada para o turismo
Infraestrutura	METROFOR - O Projeto é referente a modernização dos serviços ferroviário com a implantação de um sistema de Metro na cidade de Fortaleza, proposta esta que possibilitará a redução da poluição ambiental, redução do congestionamento das vias urbanas, redução de acidentes de trânsito e diminuição efetiva nos tempos de viagens.	SEINFRA	Em Andamento	Melhoria das condições de segurança, rapidez e pontualidade na locomoção das pessoas e possível requalificação do centro de Fortaleza

TEMA	NOME DO PLANO, PROGRAMA OU PROJETO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO ATUAL	IMPLICAÇÕES PARA O PRODETUR*
Turismo, Infraestrutura	TRANSFOR - O objetivo do projeto é de Integrar o serviço de transporte de Fortaleza aos existentes nas demais cidades da Região Metropolitana e, inclusive, com o Metrofor.	SEINF	Em Andamento	Integração do serviço de transporte de Fortaleza aos existentes nas demais cidades da Região Metropolitana e, inclusive, com o METROFOR
Infraestrutura e Meio Ambiente	RECICLANDO ATITUDES – Projeto cujo propósito é promover educação ambiental e regulamentação quanto à destinação de resíduos como recicláveis e o OGR, além de resíduos orgânicos como cascas de coco, caranguejo e camarão	SEUMA	Em Andamento	Melhoria das condições sanitárias e ambientais das áreas de praia de Fortaleza
Infraestrutura e Meio Ambiente	ORLA 100% BALNEÁVEL – Projeto de recuperação da balneabilidade das praias de Fortaleza envolvendo despoluição dos corpos hídricos, limpeza das areias de praia, destinação adequada de resíduos e educação ambiental	SEUMA	Em Andamento	Melhoria das condições sanitárias e ambientais das áreas de praia de Fortaleza
Infraestrutura e Meio Ambiente	REGULAMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO – Projeto cujo propósito é regulamentar o Plano Diretor de Fortaleza por meio da criação/atualização de suas Leis complementares	SEUMA	Em Andamento	Melhoria das condições sanitárias e ambientais das áreas de praia de Fortaleza

* INFORMAÇÕES DAS IMPLICAÇÕES COMPLEMENTADAS NOS ITENS 5.7.1 À 5.7.13

5.7.1 Prodetur Nacional Fortaleza

Com base no PDITS do PRODETUR Nacional Fortaleza, apresenta-se na Tabela 11, os principais projetos estabelecidos no Plano de Ação de acordo com os componentes estratégicos do PDITS:

TABELA 11 - PLANOS DE AÇÃO DOS COMPONENTES ESTRATÉGICOS DO PDITS – FORTALEZA

Situação Atual	Componentes/Intervenções	Descrição
Estratégia do Produto Turístico		
Ação Concluída	Plano de reordenamento geral e projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos para a Av. Beira Mar.	Projeto básico executivo de urbanização para a Avenida Beira Mar proveniente do Edital de Licitação do Concurso Nacional de Ideias.

Situação Atual	Componentes/Intervenções	Descrição
Ação em planejamento	Plano estratégico do Município de Fortaleza focado no estudo de indicadores do turismo na cidade de Fortaleza	Este plano, que indicará uma matriz de indicadores de turismo, irá orientar as estratégias da atividade turística para o município de Fortaleza em curto, médio e longo prazo. Constitui-se em elemento imprescindível para o planejamento da atividade turística no município.
Ação em planejamento	Estudos de mercado para estratégias de desenvolvimento do destino Fortaleza.	Estudo de mercado é uma análise das localidades turísticas com relação à demanda e oferta. Os objetivos do estudo de mercado são os seguintes: (i) atender os fatores que afetam a demanda atual do destino Fortaleza, (ii) atender os fatores que afetam a demanda potencial do destino turístico e (iii) atender a demanda atual da oferta turística.
Ação em andamento	Reordenamento da Av. Beira Mar	Implantação do projeto de Urbanização da Av. Beira Mar.
Ação concluída	Projeto de Valorização do Destino – Elaboração do Plano Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)	Proposta de priorização das ações turísticas no município de Fortaleza, essencial no processo de desenvolvimento da atividade turística no município. Além do plano de ações, alguns projetos relacionados como prioritários para a atividade turística serão elaborados e implantados na cidade.
Ação em andamento	Inventário da Atividade Turística de Fortaleza	Identificação dos Ativos Turísticos da cidade com propostas de valorização de cada ativo. (Ex.: área gastronômica da Beira Mar, Polo de Turismo da Praia do Futuro, etc.)
Estratégia de comercialização		
Ação em planejamento	Elaboração do Plano de Promoção e Marketing	Estabelecer as diretrizes da promoção e marketing turístico, definir as ações de promoção e marketing turístico, buscar o planejamento e a consolidação das ações continuadas, num contexto amplo e integrante, garantir os benefícios esperados do Programa e não perderem-se os esforços empreendidos.
Ação em planejamento	Execução do Plano de Promoção e Marketing	Executar as diretrizes da promoção e marketing turístico, ora definidos no plano de promoção e marketing turístico, consolidado as ações predefinidas num contexto amplo e integrante, o que garante os benefícios esperados e os esforços empreendidos de implementação das ações de promoção e marketing turístico.
Fortalecimento Institucional		
Ação em planejamento	Fortalecimento Institucional – SETFOR (Incluindo o diagnóstico e Plano de Ação para a capacitação de mão-de-obra do setor do turismo e apoio para o empresariado turístico).	Elaboração de um programa para fortalecer a SETFOR em áreas que existem algumas fragilidades. Algumas destas já identificadas podem ser resumidas: (i) Formação da equipe de acompanhamento; (ii) Planejamento estratégico do turismo de Fortaleza (iii) Diagnóstico Organizacional da SETFOR; (iv) Planejamento estratégico da SETFOR; (v) Implantação de um modelo de gestão por indicadores para a SETFOR; (vi) Redesenho dos processos da SETFOR; (vii) Reestruturação organizacional da SETFOR; (viii) Realizar estudo técnico para o redimensionamento do hardware da SETFOR; (ix) Modelo de gestão por competência na SETFOR; (x) Projeto conceitual para viabilizar a contratação de Sistema Integrado de gestão para a SETFOR. Os estudos visam também elaborar o diagnóstico e o plano de ação visando a capacitação da mão-de-obra do setor do turismo, e apoiar o empresariado turístico.

Situação Atual	Componentes/Intervenções	Descrição
Ação concluída	Fortalecimento institucional da gestão municipal do turismo no âmbito do Prodetur Nacional Fortaleza.	Estudos que têm como objetivo principal orientar a implementação do fortalecimento institucional da gestão municipal do turismo, no âmbito do prodetur nacional Fortaleza, com visitas e dotar a SETFOR dos instrumentos necessários para o aperfeiçoamento da capacidade de gestão pública do turismo, em prol do desenvolvimento sustentável da atividade. As ações são de Qualificação dos servidores e gestores da Gestão Municipal do Turismo e Execução de serviços técnicos especializados para a Gestão Municipal do Turismo.
Ação em planejamento	Sistema de Informação da atividade turística de Fortaleza.	Implementar organismos de pesquisa da atividade turística de modo a fomentar a economia urbana (poder público, investidores, meios de comunicação) com dados relacionados à atividade.
Infraestrutura e Serviços Básicos		
Ação em andamento	Remodelamento da Praia do Futuro (Av. Zezé Diogo, Av. Dioguinho e Av. José Saboia)	Implementar obras na via de acesso a Praia do Futuro, transformando a paisagem urbana e dando conotação turística. Tais vias fazem parte das obras de ligação com o Litoral através da conclusão das obras da ponte sobre o rio Cocó.
Ação em andamento	Reforma da Praça do Futuro/31 de Março	Implementar obras na Praça 31 de Março de modo a viabilizar a visitação e a melhoria da paisagem urbana.
Ação em andamento	Urbanização da Encosta do Conj. Santa Terezinha.	Implementar obras na encosta do morro Santa Terezinha de modo a viabilizar a visitação e a melhoria da paisagem urbana do lugar.
Gestão Ambiental		
Ação em andamento	Avaliações Ambientais Estratégicas	Realizar as avaliações ambientais estratégicas (AAE) para a consolidação da Matriz de Investimentos dos PDITS Fortaleza. As avaliações são necessárias e obrigatórias dentro do componente Gestão Ambiental e servem como subsídio ambiental para aprovação dos projetos PRODETUR NACIONAL Fortaleza.
Ação em planejamento	Auditorias socioambientais da execução dos investimentos em obras selecionadas.	A auditoria ambiental é um instrumento de gestão que permite fazer uma avaliação sistemática, periódica, documentada e objetiva dos sistemas de gestão e do desempenho dos equipamentos instalados, para fiscalizar e diminuir o impacto sob o meio ambiente.
Gestão do Programa		
Ação em andamento	Apoio à supervisão e fiscalização das obras	Para o êxito do programa prodetur nacional Fortaleza há a necessidade de supervisionar as obras para garantir que estas sejam executadas dentro dos padrões técnicos requeridos e dentro do orçamento e prazos previstos.
Ação em andamento	Auditoria Externa	Obrigatória para Execução do Programa.
Ação em planejamento	Avaliação intermediária e final do programa	Obrigatória para Execução do Programa.
Ação em planejamento	Apoio à Unidade Coordenadora do Programa (UCP) para gerenciamento do programa	Para o êxito do programa prodetur nacional Fortaleza há a necessidade de apoio à UCP para garantir que suas atribuições sejam executadas dentro dos prazos contratuais previstos no acordo de empréstimo.

No que se refere às **implicações e nível de interferência das iniciativas no Programa**, Conforme já mencionado, os principais projetos na área do turismo para Fortaleza estão dentro do próprio PRODETUR NACIONAL do Município de Fortaleza, e diante disso, considera-se como implicação direta o alcance dos objetivos estabelecidos no PDITS, ou seja:

- Deverá contribuir para aprimorar a infraestrutura pública e melhorar a prestação de serviços essenciais (como drenagem e saneamento básico, limpeza, transporte público, dentre outros);
- Colaborar na execução de ações para a recuperação do patrimônio histórico e ambiental do município, bem como para a melhoria e remodelação de equipamentos públicos e privados;
- Contribuir na coordenação das ações entre a Prefeitura de Fortaleza, os Governos Federal e Estadual e a iniciativa privada para o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo;
- Viabilizar a implementação de políticas de capacitação dos recursos humanos;
- Promover ações de marketing para a promoção do destino turístico “Fortaleza”, onde se destaquem seus principais atrativos;
- Diversificar a oferta turística, com investimento na qualificação de bens e serviços.

5.7.2. Projeto Vila Do Mar

O Projeto Vila do Mar, localizado na costa oeste de Fortaleza, contempla os Bairros Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu. Em fase de construção, o Projeto tem como objetivo inaugurar uma nova prática de ocupação das áreas litorâneas da cidade.

Compreende a instalação de infraestrutura para urbanização (sistema viário, calçadão, ilhas de esportes e centro de artes e ofícios) e habitação (uso residencial e comercial). O projeto compreende, principalmente: Implantação de uma via litorânea denominada de Via Paisagística, com extensão de 5400 metros, com pista de tráfego leve, ciclovia e calçadão ao lado da praia; Implantação de 2.860 metros de vias paralelas à Via Paisagística; Implantação de 344 habitações nas quadras residenciais, reservadas preferencialmente para a população local que se dedica à pesca; Implantação de Centro de Artes e Ofícios comunitário; Implantação da Praça do Peixe (estabelecimentos comerciais voltados para o segmento de alimentação e lazer, tais como bares, restaurantes e lanchonetes, além de vários pontos de venda de peixe fresco); Implantação de ilhas de esporte anexas ao calçadão do lado da praia; Recuperação e ampliação de nove espigões existentes; Construção de espigão com 220 metros de comprimento e 9 metros de largura e; Aterro hidráulico com areia para recuperação da faixa de praia.

Em termos de **implicações e nível de interferência das iniciativas no Programa**, pode-se afirmar que o Projeto baseou-se em análise crítica de antigos projetos que foram apresentados para a área em questão e tem como enfoque a utilização racional de ocupação das áreas litorâneas da cidade de Fortaleza que apresente como fator básico a inclusão social e a promoção da população residente da área.

O conceito do projeto sublinha as características culturais e práticas sociais dessas populações, corrigindo e disciplinando distorções e oferecendo oportunidades de promoção social, emprego e renda, o que deverá interferir diretamente para o bom andamento tanto deste projeto como nos demais, uma vez que a população passará a se sentir contemplada e integrada aos benefícios promovidos pelo desenvolvimento da atividade turística em Fortaleza.

Sobre isso, ressalta-se que a recuperação da área vem atender aos anseios e reclames da população residente ou frequentadora daquela região, carente de áreas verdes e espaços públicos, além de coibir a ocupação irregular e possibilitando o resgate do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade de Fortaleza.

Sob o ponto de vista do turismo propriamente dito, o Projeto Vila do Mar deverá interferir de maneira positiva para o setor, pois se tornará mais um território da cidade em condições de receber visitantes que poderão passear pelos calçadões, além de melhorar a paisagem urbana da cidade.

5.7.3. Projeto Orla

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente - MMA, por meio da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, e da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPU/MPOG. O projeto busca aplicar as diretrizes gerais de ordenamento do uso e ocupação da Orla Marítima em escala nacional.

No âmbito do Município de Fortaleza, o desenho institucional do Projeto Orla orientou-se de modo a descentralizar ações de planejamento e gestão da orla marítima, tendo envolvido diferentes secretarias em articulação com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará – SEMACE e a Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU, que fazem a coordenação estadual do Projeto Orla.

Fortaleza apresenta peculiaridades importantes na sua orla marítima. Ao contrário de muitas capitais brasileiras, sua faixa de orla é ocupada por comunidades de baixa renda, com exceção da Praia do Meireles e trechos das praias de Iracema, do Futuro e do Mucuripe. As ocupações caracterizam-se pela precariedade das moradias e pela ausência de titulação quanto à posse dos moradores. O estágio de consolidação é variado, existindo comunidades tradicionais, bem como áreas de risco e ocupações recentes. Nesse contexto, a regularização fundiária, um dos instrumentos da política urbana, conforme estabelece o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), surge como ferramenta fundamental de planejamento sustentável da orla marítima de Fortaleza, visando garantir a proteção jurídica da posse e a melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda.

No âmbito institucional, **a principal implicação e interferência** se dá por meio do fortalecimento e articulação de diferentes atores de modo a compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial do governo federal com as políticas locais, com consequente diminuição de problemáticas de cunho ambiental.

Além disso, o projeto tem a característica de promover a descentralização da gestão da orla, e sua efetivação depende da articulação entre governos federal, estaduais e, principalmente, municipais, estes últimos sendo responsáveis diretos pela condução dos Planos de Gestão Integrada.

No que diz respeito às implicações sociais, as quais interferem diretamente nas iniciativas, planos e programas do PRODETUR, a possibilidade de trazer para a população uma possível regularização dos domicílios nas comunidades tradicionais que habitam na orla de Fortaleza, interferirá principalmente na qualidade de vida desta população que possivelmente se manterá em seus locais de origem, evitando dessa forma, novas ocupações irregulares que poderiam afetar a qualidade dos locais destinados ao turismo em Fortaleza.

5.7.4. Projetos PAC-2

O PAC-2, já aprovado para Fortaleza, considera várias intervenções para as áreas do Titanzinho e Servi-luz, enquadradas nos componentes “Urbanização de Assentamentos Precários” e “Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas”.

A praia do Titanzinho é uma pequena baía artificial. Fica entre a praia Mansa, formada depois da construção do espigão do Porto do Mucuripe, que avança 1,9 quilômetro no mar, e outro espigão, esse de 900 metros, que faz limite com a Praia do Futuro.

Atualmente, um grande número de pessoas habitam na praia do Titanzinho e o referido espigão serve de cais para os pescadores artesanais do Serviluz. Além disso, esta praia é berço da maioria dos surfistas de elite da cidade, e caracteriza-se como um reduto de ondas, lazer e autoestima da população.

A região foi alvo de um intenso debate no primeiro semestre de 2010, quando o Governo do Estado demonstrou o interesse de construir um estaleiro na Praia do Titanzinho, porém a prefeitura apresentou como alternativa o projeto Aldeia da Praia, que prevê ações de requalificação urbana, social e ambiental na área do Titanzinho e Serviluz, como a construção da praça Jardim da Praia - próximo ao farol do Mucuripe -, com quadras poliesportivas, quadra de areia, skate park, playground, área para musculação e um mirante. Além disso, prevê também implantar uma Via Paisagística no entorno do Serviluz, com três pistas de tráfego, calçadão, ciclovia e arborização.

Com relação às **implicações e nível de interferência das iniciativas no Programa** as intervenções previstas visam promover a urbanização das áreas do Titanzinho e Serviluz, integrando-as à cidade, favorecendo a atividade turística e o desenvolvimento socioeconômico e urbano do lugar, garantindo a sustentabilidade da função social e da propriedade aos que lá habitam, assim como a participação da comunidade nos processos de concepção e decisão.

O Projeto tem por objetivo, também, resgatar orla marítima do lugar para o Turismo, restaurar sua beleza cênica e permitir a inclusão do turismo esportivo internacional no melhor local de surf e mergulho submarino do Brasil.

5.7.5. Projeto Copa 2014

Fortaleza, uma das sedes da copa, foi escolhida por ter o segundo maior PIB das capitais do Nordeste, com 22,5 bilhões de reais. Além da 9ª economia entre as capitais brasileiras, é um importante centro industrial e comercial do Brasil com o sétimo maior poder de compra do país. No turismo a cidade alcançou a marca de destino mais procurado no Brasil em 2004.

As obras previstas em Fortaleza compreendem a reforma do Estádio Castelão e a ampliação do sistema de transporte da cidade, com a construção de quatro corredores exclusivos para ônibus, construção de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) entre Parangaba e Mucuripe, melhorias no Corredor Norte-Sul (Via Expressa), e implantação de duas novas estações de metrô (Padre Cícero e Montese). O valor das ações previstas para o evento alcançam a soma de R\$ 1,57 bilhões.

As intervenções previstas são as seguintes:

- **Aeroporto Pinto Martins:** Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário: O Aeroporto Internacional Pinto Martins de Fortaleza-CE passará por reformas. O projeto inclui a reforma e ampliação do terminal de passageiros juntamente com a adequação do sistema viário.

FOTO 4 - AEROPORTO PINTO MARTINS, FORTALEZA/CE



FONTE: SETFOR

- **Terminal Marítimo de Mucuripe:** Será construído o Terminal Marítimo do Mucuripe. O projeto engloba a construção de terminal marítimo de passageiros, a construção de cais/berço, a pavimentação e urbanização de acessos e o estacionamento.
- **Reforma do Estádio Castelão:** O projeto de modernização e adequação às exigências da Fifa do estádio Castelão abrangerá todas as estruturas da arena esportiva, como gramado, camarotes, setor de imprensa, arquibancadas, cobertas, vestiários, entre outras. Também serão criados novos espaços como edifício-garagem com quatro mil vagas, 72 camarotes, três mil business places com lounges, vips lounges com 10.000 metros quadrados, área mista, praça de acesso e restaurantes.

FIGURA 18 - CONCEPÇÃO ARTÍSTICA DO ESTÁDIO CASTELÃO



FONTE: SETFOR

- **Mobilidade Urbana:** Os empreendimentos priorizam a implementação e a melhoria de sistemas de transportes coletivos e de meios não motorizados – voltados para pedestres e ciclistas –, bem como a integração entre diversas modalidades de transportes, com a constante preocupação de se alcançar o conceito de acessibilidade universal, garantindo a mobilidade de idosos e de pessoas com deficiências ou restrição de mobilidade. São os seguintes os principais componentes do sistema de mobilidade urbana:
- **BRT: Avenida Alberto Craveiro:** O projeto BRT (Bus Rapid Transit) para a Avenida Alberto Craveiro irá abranger a complementação da ligação viária entre o setor hoteleiro principal da cidade ao Estádio Castelão, com o objetivo de melhorar o trânsito das pessoas durante a Copa 2014. Os serviços serão compostos de drenagem, terraplenagem, pavimentação, urbanização, paisagismo e sinalização viária, entre outros. Estão inseridas, no custo do projeto, as ações necessárias ao alargamento da via, que ficará com quatro faixas de trânsito até o Castelão.
- **BRT: Avenida Paulino Rocha:** Trata-se da obra de complementação da ligação viária entre o 3º anel arterial, passando pelo principal canal de acesso regional da cidade (rodovia BR-116), ao Estádio Castelão, por meio de sistema de BRT (Bus Rapid Transit). Os serviços serão compostos de drenagem, terraplenagem, pavimentação, urbanização, paisagismo e sinalização viária, entre outros. Estão inseridas, no custo das obras, as ações necessárias ao alargamento da via.
- **BRT: Avenida Dedé Brasil:** A Avenida Dedé Brasil, em Fortaleza (CE), representa a principal ligação viária entre o terminal rodo-metroviário de passageiros da Parangaba e o Estádio Castelão. As obras de melhoria da via previstas para a Copa 2014 envolvem a construção de um sistema BRT (Bus Rapid Transit) de transporte, com a criação de uma faixa exclusiva para ônibus. O objetivo é que, com o projeto, a capacidade de circulação de carros de passeios na avenida por hora aumente de 2,7 mil para 4 mil unidades. As obras serão compostas de drenagem, terraplenagem, pavimentação, urbanização, paisagismo e sinalização viária, entre outras atividades.
- **BRT: Projeto Raul Barbosa:** O projeto BRT (Bus Rapid Transit) para a Avenida Raul Barbosa envolve a complementação da ligação viária entre o setor hoteleiro principal da cidade ao Estádio Castelão, e o objetivo é melhorar as condições de mobilidade urbana para a Copa 2014. Os serviços serão compostos de drenagem, terraplenagem, pavimentação, urbanização, paisagismo e sinalização viária, entre outros.
- **Corredor Norte-Sul (Via Expressa):** O Corredor Norte-Sul (Via Expressa) da capital cearense representa uma importante ligação viária entre o setor hoteleiro da cidade e o Estádio Castelão. Nesta via, os projetos de mobilidade urbana previstos para a Copa 2014 serão compostos de obras de drenagem, terraplenagem, pavimentação, urbanização, paisagismo e sinalização viária, entre outras.
- **Estações Padre Cícero e Montese:** Entre os projetos de melhoria de mobilidade urbana na cidade, previstos para a Copa 2014, está a implantação de duas novas estações de metrô (Padre Cícero e Montese) na Linha Sul do metrô de Fortaleza (Metrofor).
- **VLT Parangaba/Mucuripe:** O Ramal VLT Parangaba/Mucuripe servirá de ligação da região hoteleira ao centro da cidade (na integração com a Linha Sul do Metrofor) e região do bairro da Parangaba, assim como integração com o ramal Parangaba/Castelão. O projeto compreende a execução de 10 estações em superfície, 13 quilômetros de via remodelada e seis obras de arte especiais (quatro passagens subterrâneas rodoviárias, um elevador ferroviário e um viaduto rodoviário).

As **implicações e nível de interferência desta iniciativa no Programa** podem ser observadas considerando-se que a Copa do Mundo de 2014 deverá produzir um efeito surpreendente nos investimentos realizados na cidade sede, pois espera-se que a economia deslanche, sendo capaz de quintu-

plicar o total de aportes aplicados diretamente na concretização do evento e impactar diversos setores.

No que se refere ao Brasil de modo geral, além dos gastos de R\$ 22,46 bilhões relacionados à Copa para garantir a infraestrutura e a organização, a competição deverá injetar, adicionalmente, R\$ 112,79 bilhões na economia brasileira, com a produção em cadeia de efeitos indiretos e induzidos.

No total, o País movimentará R\$ 142,39 bilhões adicionais no período 2010-2014, gerando 3,63 milhões de empregos-ano e R\$ 63,48 bilhões de renda para a população, o que vai impactar, inevitavelmente, o mercado de consumo interno.

Para o Brasil receber a Copa do Mundo de Futebol em 2014, será necessária a realização de obras e empreendimentos nas cidades que irão sediar os jogos, com o objetivo de melhorar aspectos relativos, entre outros, à mobilidade urbana e às instalações de estádios e arenas esportivas. As ações serão desenvolvidas por meio de parceria entre os governos federal, estaduais e municipais, além de que também contarão com a participação de clubes de futebol.

Um dos principais legados da Copa do Mundo de 2014 para Fortaleza serão as melhorias nos sistemas de mobilidade urbana, e considera-se dessa forma como principal implicação do Projeto a promoção da articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade, a fim de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável.

5.7.6. Projeto Aldeia da Praia

As principais ações previstas nesse programa localizam-se no litoral de Fortaleza, nos extremos oeste e leste, especificamente, o Pirambu e a Praia do Futuro. Alguns equipamentos, porém, localizam-se fora destas duas áreas prioritárias, mas sem destoar dos objetivos do Programa.

De forma mais específica sabe-se que o Projeto Aldeia da Praia contempla o litoral na avenida Beira Mar - do espigão grande da Rui Barbosa à praia do Náutico - e a parte do litoral que vai da Praia do Titanzinho até a Praia do Futuro e extensão a Praia do Caça e Pesca/ Foz do Rio Cocó.

Compreende-se com **principais implicações e interferências** deste projeto para a atividade turística como um todo:

- O desenvolvimento econômico e social da área de abrangência e dos bairros adjacentes;
- Melhoria das condições de acesso à área litorânea leste de Fortaleza para a população local e oriunda de outras regiões da cidade, através da requalificação viária, facilitando o acesso à área e melhores serviços de transporte público e segurança;
- Melhoria das condições de vida da população que vive na área de intervenção, através da ampliação da acessibilidade e da cobertura de serviços públicos como saúde, segurança pública, coleta de lixo e lazer;
- Ampliação da cobertura de infraestrutura pública, de drenagem de águas pluviais e de saneamento básico, além de melhores condições de habitabilidade;
- Melhoria da qualidade de vida dos moradores que serão removidos das áreas do programa em razão das intervenções que aí serão realizadas.
- Estímulo ao desenvolvimento das potencialidades turísticas da região e a implantação de infraestrutura turística;
- Melhoraria das condições de meio-ambiente através da recuperação de áreas degradadas;
- Implantação de equipamentos destinados ao lazer e ao turismo.

5.7.7. DRENURB

O programa DRENURB- FORTALEZA tem por objetivo geral contribuir para melhoria da qualidade de vida e das condições sanitárias e ambientais da população de Fortaleza, através da adoção de ações para o controle de enchentes, a recuperação e a preservação do meio ambiente natural e o saneamento de bacias hidrográficas. Seus objetivos específicos são:

- Melhoria da qualidade de vida através de melhores coberturas de serviços de infraestrutura pública, de drenagem de águas pluviais e melhores condições de habitabilidade;
- Redução dos riscos de enchentes, diminuindo os danos e traumas que estas provocam;
- Recuperação das áreas degradadas e preservação das condições naturais dos corpos hídricos eleitos;
- Melhorar a acessibilidade e a integração da cidade através da melhoria da malha viária na área de influência dos corpos hídricos;
- Reduzir a incidência de enfermidades de veiculação hídrica e os focos de propagação de moléstias transmissíveis por insetos e roedores.

Com base nos dos objetivos mencionados, compreende-se que as intervenções do programa terão como principais implicações:

- Resultados estratégicos importantes para a administração municipal, relacionadas principalmente aos fatores ambientais, sociais e relacionados ao turismo;
- Redução da demanda por postos de saúde e unidades hospitalares para diminuição da incidência de doenças, reduzindo a sobrecarga sobre o orçamento municipal que poderá investir em outros setores;
- Melhoria das condições de limpeza e segurança que afetam diretamente a atividade turística;
- Permitir que as lagoas voltem a serem opções de lazer para a população, representando um equipamento importante na dinâmica urbana e ambiental.

5.7.8. ÁGUAS DA CIDADE

Recuperação da qualidade dos principais corpos hídricos de Fortaleza, (rios, riachos, lagoas e açudes públicos), fundamental para o êxito da recuperação da balneabilidade da Orla.

São previstas análises laboratoriais para as condições de balneabilidade; formação de anéis sanitários no entorno das lagoas por meio do tamponamento das ligações clandestinas de esgotos; ações de educação ambiental; acompanhamento e coordenação da limpeza; e retirada de moradias em condições de subnormalidade e ocupações indevidas.

5.7.9. METROFOR

O Projeto METROFOR prevê a implantação de várias etapas dividida e apresentadas em três estágios, a saber:

- **Primeiro estágio:** Linha Sul (Vila das Flores/João Felipe): Via permanente de 24,1 km em via dupla, sendo 18 km em superfície, 3,9 km subterrâneo e 2,2 km em elevado, mais eletrificação, sinalização, telecomunicações, reforma e construção de estações, oficinas, centro administrativo e operacional, aquisição de 10 TUEs, separação dos sistemas cargas e passageiros, desapropriações e remanejamento de interferências, oferta de trens na hora-pico a cada 6 minutos no trecho Conjunto Espe-

rança/João Felipe e a cada 12 minutos no trecho Vila das Flores/Conjunto esperança.

- **Segundo estágio:** Linha Oeste (Vila das Flores/Caucaia): Via permanente em 19 km em via dupla, sendo 17 km em superfície e 2 km em elevado, mais obras de arte especiais de transposição da via, eletrificação, sinalização, telecomunicações, reforma e construção de estações e urbanização dos entornos da Linha Oeste, aquisição de 8 TUEs, complementação do centro administrativo e operacional, construção de novas oficinas para o sistema carga, construção de nova oficina de pequenos reparos para o sistema metroviário, conclusão da segregação da linha de carga, oferta de trens na hora-pico a cada 6 minutos no trecho Conjunto Esperança/São Miguel e a cada 12 minutos nos trechos Vila das Flores/Conjunto Esperança e São Miguel/Caucaia, além de obras viárias, sendo um dos vetores de indução à requalificação do Centro de Fortaleza.
- **Terceiro estágio:** linha oeste e sul e integração com o município de Maranguape: Complementação dos sistemas e construção de estações nas Linhas Oeste e Sul; integração do município de Maranguape ao sistema metroviário; aquisição de 9 TUEs; oferta de trens na hora-pico a cada 4 minutos no trecho Conjunto Esperança/Antônio Bezerra e a cada 8 minutos nos trechos Vila das Flores/Conjunto Esperança e Antônio Bezerra/Caucaia.

No que diz respeito às **implicações e nível de interferência da iniciativa no Programa**, entende-se que a modernização dos serviços proposta possibilitará a redução da poluição ambiental, redução do congestionamento das vias urbanas, redução de acidentes de trânsito, diminuição efetiva nos tempos de viagens, redução dos tempos de espera para os usuários e redução do custo operacional dos ônibus, pela racionalização prevista na concepção de integração dos sistemas, melhorando qualitativamente a vida da população e dos visitantes da cidade que também poderão usufruir desse meio de transporte.

- Além disso, o Projeto é considerado de elevada relevância social por beneficiar contingente populacional de baixa renda e oferecer condições de segurança, rapidez e pontualidade na locomoção das pessoas, além de propiciar uma profunda reformulação do sistema urbano, em especial na questão da requalificação do centro de Fortaleza e de possibilitar a implantação de um novo modelo de transporte público de passageiros na RMF transportando, ao final das três etapas de implantação, cerca de 350.000 passageiros por dia.
- No tocante a requalificação do centro de Fortaleza, é importante ressaltar que o projeto poderá contribuir sobremaneira para a ampliação da visitação de turistas ao centro da cidade, o que poderá promover a médio prazo uma valorização do patrimônio histórico-cultural de Fortaleza.

5.7.10. TRANSFOR

O projeto orçado em US\$ 142 milhões tem o suporte do BID, onde o Poder Municipal precisa investir US\$ 56,8 milhões em cinco anos (2006/2011). As mudanças na cidade serão importantes possibilitando a qualidade de vida para os usuários dos transportes coletivos que são prioridade na administração municipal.

Na primeira etapa do Transfor, estão sendo construídos 82 quilômetros de malha viária (ver figura 19), com 30 quilômetros de ciclovias feitas de maneira a ficarem interligadas com os terminais de ônibus. Os terminais de ônibus continuarão e, quatro deles, o do Antônio Bezerra, Papicu, Siqueira e Parangaba, serão ampliados para atender a demanda crescente do transporte público.

A principal implicação e interferência desta iniciativa no Programa será a integração do serviço de transporte de Fortaleza aos existentes nas demais cidades da Região Metropolitana e, inclusive, com o METROFOR. A partir da implementação do Programa de Transporte Urbano de Fortaleza (Transfor), a prefeitura fará uma integração física, operacional e tarifária entre o setor de transporte desses municí-

pios, adotando uma mesma política para o setor.

Vale ressaltar que para o PRODETUR Fortaleza, a referida integração deverá contribuir para a ampliação da permanência de turistas na cidade de Fortaleza, uma vez que na atualidade a capital é utilizada muitas vezes somente como portão de entrada e saída de turistas, que preferem hospedar-se em municípios vizinhos por conta das praias. Com esta integração os turistas poderão se locomover com maior facilidade entre os destinos turísticos.

5.7.11. RECICLANDO ATITUDES

Por meio desse projeto a Prefeitura vem garantindo o processo de coleta seletiva dos resíduos gerados em grandes eventos, cada vez mais frequentes na cidade por conta dos investimentos que tem sido feito na busca pela ampliação desse segmento do turismo. O Projeto funciona por meio da articulação e acompanhamento das atividades da Rede de Catadores.

5.7.12. ORLA 100% BALNEÁVEL

O Projeto Orla 100% Balneável propõe a recuperação da balneabilidade das praias de Fortaleza, envolvendo desde a foz do Rio Ceará, do lado Oeste da cidade, até a Foz do Rio Pacoti, extremo leste do município.

Sua área de atuação abrange essencialmente o município de Fortaleza com influência indireta nos municípios vizinhos: Caucaia e Aquiraz.

Para a efetiva execução do projeto, o mesmo vem sendo realizado em etapas que vão desde o processo de sensibilização da população por meio de uma educação ambiental cidadã, até intervenções por meio de obras relacionadas ao sistema de drenagem da cidade, além de tamponamento de ligações clandestina de esgoto.

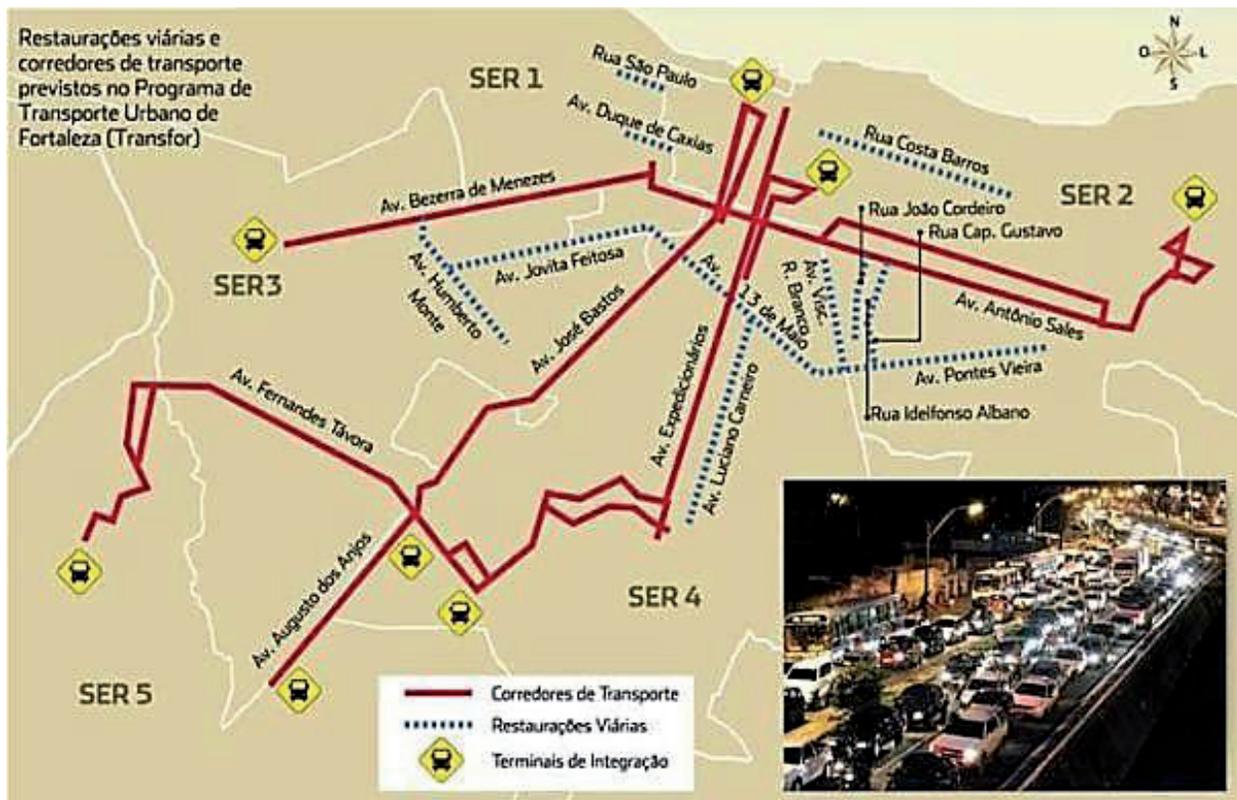
Este projeto possui impacto positivo direto para o turismo na cidade de Fortaleza, uma vez que suas praias são cartões postais reconhecidos internacionalmente, sendo a possibilidade de balneabilidade um forte atrativo, inclusive para uma maior permanência na cidade.

5.7.13. REGULAMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

O projeto refere-se à atualização e/ou elaboração das leis complementares do Plano Diretor Participativo, necessárias para a regulamentação deste instrumento de gestão da cidade.

Por se tratar do instrumento máximo de gestão e regulamentação urbanística de Fortaleza, possui impacto direto em todas as atividades econômicas realizadas na cidade, bem como no estabelecimento de infraestruturas essenciais.

FIGURA 19 - OBRAS CONTEMPLADAS NO TRANSFOR



FONTE: SETFOR

5.8. Outras Iniciativas de Desenvolvimento

5.8.1 Centro Multifuncional de Feiras e Eventos

O Governo do Estado do Ceará tem investido igualmente em projetos para a consolidação da atividade turística em escala estadual. Uma das ações está na construção do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos a fim de aumentar a competitividade do Ceará na captação de turistas dentro do cenário de competição com outros estados nordestinos. Assim, espera-se que o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos seja palco de eventos, palestras, feiras, shows, congressos, workshops, exposições, seminários, eventos esportivos, entre outros. O Centro Multifuncional está projetado para tornar-se o segundo maior espaço para a realização de eventos do Brasil, podendo receber até 30 mil pessoas, quando completo.

5.8.2. Urbanização e Requalificação do Centro de Fortaleza

Atualmente, a Prefeitura de Fortaleza busca fortalecer o potencial habitacional do centro da cidade, que é uma região dotada de infraestrutura urbana e de serviços, mas pouco usada como moradia. Hoje, os terrenos e prédios habitáveis que existem nessa área estão, em grande parte, abandonados. Uma série de programas governamentais, no âmbito federal ao municipal, preveem ações para reverter esse cenário. O programa federal trabalha com a execução de urbanização de áreas ocupadas, construção e melhoria dos equipamentos públicos, mobiliário urbano e acessibilidade. O estímulo à utilização dos imóveis ociosos é prioritário para famílias com renda de até seis salários mínimos. Em Fortaleza, a Prefeitura ainda está concluindo o levantamento de imóveis subutilizados. Hoje, o Centro de Fortaleza possui grande quantidade de espaços vazios apesar da infraestrutura e serviços já instalados. É região com fácil acessibilidade onde milhares de pessoas circulam todos os dias, além de ser o celeiro principal da história da cidade, sendo assim um forte ativo turístico potencial.

5.8.3. Investimento Hoteleiro na Área de Influência

Atualmente, há uma forte presença de investimentos privados estrangeiros no setor hoteleiro onde os grupos portugueses e espanhóis ganham destaque. O Ceará é um dos estados mais contemplados com novos investimentos, juntamente com a Bahia. Entre os grupos empresariais de maior destaque encontram-se as redes hoteleiras Espírito Santo, Vila Galé, Dorisol, Reta Atlântico, Somague, Tivoli e Iberostar. Consórcios luso-brasileiros e hispano-brasileiros também têm sido feitos para o desenvolvimento do turismo. Estas redes hoteleiras exploram como ativo turístico principalmente as paisagens cênicas presentes na região que possui uma beleza natural única, formada por vários ecossistemas, como dunas, mangues, falésias, caatinga, reserva de mata atlântica, praias de águas mornas e cristalinas, além de uma cultura rica e diversificada, sem sofrer as intempéries e desastres naturais que assolam as ilhas polinésias, do Pacífico Sul, ou Caribe. Assim, os diferentes governos estaduais, entre eles o Governo do Estado do Ceará, têm investido largamente em infraestrutura, melhoria das estradas, dos aeroportos, de centrais de tratamento de esgotos e na qualificação da mão de obra local para contemplar os novos empreendimentos.

Os investimentos das grandes redes hoteleiras privilegiam áreas exclusivas para o entretenimento com clubes desportivos e culturais, restaurantes, bares, lojas, campos de golfe. Em alguns casos, a praia chega a ser privativa. Esses investimentos estão inseridos dentro da lógica de condomínios de alto padrão voltados para o turismo e lazer. Seguindo esta mesma lógica, podemos citar os empreendimentos: (i) Vila Galé Dunas, um apart-hotel situado em Fortaleza com 360 apartamento; (ii) e Dorisol Fortaleza, que atende aos mais modernos padrões da hotelaria moderna internacional com 230 apartamentos distribuídos em 18 andares. Os investimentos no setor hoteleiro no Ceará estão em crescimento, principalmente nos municípios de Aquiraz, Beberibe, Cascavel, Caucaia, Fortaleza e Icapuí. A soma de todos os investimentos previstos supera R\$ 1,9 bilhão, com geração de 12.089 empregos diretos e 23.904 indiretos.

5.8.4. Requalificação do Parque do Cocó

O Parque do Cocó é o maior parque urbano de manguezal da América Latina e tem papel central na promoção de melhorias do espaço público para a população de Fortaleza. Recentemente foi realizado um serviço de urbanização e melhoramento no passeio da Avenida Raul Barbosa. Ao todo foram 1.280 metros que vão da Companhia de Policiamento do Meio Ambiente (CPMA) até o cruzamento da Av. Raul Barbosa com Av. Murilo Borges. O local recebeu benfeitorias no calçadão, ilhas de descanso (recuos) para coopistas, bancos, campo de futebol, playground, além da construção de uma pista de skate.

Além de ser um ótimo espaço de lazer, o Parque do cocó tem um papel fundamental no funcionamento do ecossistema local. Possui um manguezal rico em biodiversidade e ajuda a regular o clima, assim como controlar enchentes e é berçário de várias espécies marinhas. Os manguezais são hoje um dos ecossistemas mais ameaçados apesar do seu papel ecológico crucial. Esse é uma das razões pelas quais o Parque do Cocó merece especial atenção no quadro de desenvolvimento econômico da cidade. Além do Cocó, Fortaleza ainda possui manchas de manguezal nos estuários dos Rios Ceará e Pacoti.

5.8.5. Programas de qualificação

O governo municipal, com o apoio do governo federal, está fazendo sua parte como indutor do desenvolvimento, como provedor de políticas voltadas para uma melhor qualificação do trabalhador. Para receber novos clientes, como os turistas da melhor idade, os aeroportos, hotéis, táxis e restaurantes precisarão contar com pessoal preparado para atender esse público. Isso tudo representa a abertura de milhares de novos postos de trabalho. Isso deve funcionar da melhor forma possível. O governo, também faz a sua parte, com investimentos e políticas tarifárias voltadas para receber esse novo público de aposentados, trabalhadores e estudantes na baixa ocupação.

5.9. Identificação das Principais Tensões e Conflitos

Os grandes empreendimentos sejam eles econômicos, turísticos, industriais ou imobiliários, que em maior ou menor escala foram ou irão ser implantados em Fortaleza, podem ser avaliados, ainda que qualitativamente, através dos danos causados ou dos benefícios auferidos pela implantação dos mesmos. Além dos impactos ao ambiente natural, não há como implantar empreendimentos sem causar impactos, sejam estes positivos ou negativos, na vida social e cultural da localidade, traduzida especialmente por novos hábitos de consumo e necessidades monetárias e apropriação de atividades inerentes ao turismo.

Consequentemente, com o processo de expansão urbana associada ao crescimento populacional e desenvolvimento econômico da cidade de Fortaleza, inicia-se uma intensa intervenção em ambientes naturais, que já havia começado desde a implantação do Porto do Mucuripe, com a construção de espigões ao longo da costa do município de Fortaleza. Isto pode ter resolvido problemas de assoreamento nas praias do leste da orla mas provocou uma acentuação dos processos erosivos nas do oeste, nivelando a linha de praia de um lado e rebaixando do outro, fazendo aflorar blocos de recifes de arenito.

Conforme informações da Secretaria de Turismo do Ceará - SETURCE (2007) houve um crescimento expressivo do fluxo turístico via Fortaleza. Em 2007 existiam mais de US\$ 1 bilhão em investimentos privados no Estado. Como são milhões de pessoas que se deslocam diariamente, de um ponto a outro, a atividade torna-se impactante, afetando aspectos econômicos, sociais e ambientais, a intensidade dos impactos depende das próprias características dos turistas e da forma como o planejamento é realizado.

Levando em consideração as questões levantadas, o desenvolvimento da atividade deve ser amplamente discutido, buscando-se evitar proposições equivocadas e que resultem em impactos negativos irreversíveis. O turismo quando bem planejado deve buscar maximizar os impactos positivos e minimizar possíveis impactos negativos.

O turismo cria um elevado número de postos de trabalho quando comparado a outros setores econômicos. No entanto, grande parte deles caracteriza-se como empregos de baixa qualidade, que não oferecem muitas perspectivas de ascensão pessoal, funcional e profissional, oferecendo baixo nível de remuneração. As empresas necessitam de mão-de-obra qualificada, porém quando essa não existe na localidade são contratadas de outros lugares.

Outro aspecto importante a ressaltar é o desenvolvimento do turismo nas áreas naturais e a necessidade de implantação de planos de manejo para as áreas de proteção ambiental, pois como se identificou, os mesmos são inexistentes e sem eles a possibilidade de impactos negativos aumenta exponencialmente.

O patrimônio ambiental é um elemento essencial para o desenvolvimento turístico. Ele é extremamente frágil e algumas explorações intensivas o alteram de forma irreversível. É fundamental que a comunidade valorize e se preocupe com a preservação do local.

Alguns dos principais impactos negativos que podem ser gerados:

- Alterações no uso do solo, mediante a construção de equipamentos e de facilidades sem o devido respeito às leis ambientais ou as de uso e ocupação do solo;
- Fuga da fauna local, provocado pelo desmatamento ou ruídos;
- Especulação imobiliária, ocasionada pelo intenso afluxo de turistas, gerando expectativas aos proprietários locais que, vislumbrando oportunidades de altos rendimentos, supervalorizam os valores de suas terras, onerando o processo;
- Descaracterização das tradições locais, devido ao efeito “demonstração” dos turistas, fazendo com que os autóctones mudem seus hábitos tradicionais;

- Sobrecarga dos serviços de saneamento, principalmente água e esgoto (ou então a contaminação de lençóis freáticos pela ausência dos serviços de saneamento/tratamento);
- Aumento dos preços das mercadorias em geral, não só para os turistas como também para moradores locais;
- Alteração dos hábitos alimentares devido à mudança na forma de geração de renda;
- Destruição de dunas a partir de construções ou do aumento do tráfego de pessoas/veículos;
- Transformação da paisagem devido às construções irregulares e/ou o desmatamento provocado no sentido de se ocupar áreas para a instalação de equipamentos e facilidades para os turistas ou moradias secundárias;
- Possibilidade do crescimento dos “lixões”.

TABELA 12 - IMPACTOS SOCIAIS E IMPACTOS AMBIENTAIS POSSÍVEIS

IMPACTOS SOCIAIS	IMPACTOS AMBIENTAIS
Aumento do contingente populacional	Alteração da paisagem natural
Aumento significativo do fluxo de veículos	Alteração da ecodinâmica costeira
Importação de doenças	Alteração na forma de ocupação e uso da área
Choque cultural	Aceleração dos processos erosivos
Aumento do volume do lixo	Alteração da qualidade das águas e do ar
Modificação na estrutura imobiliária local	Assoreamentos
Aumento da demanda de imóveis	Alteração na dinâmica das feições geomorfológicas
Processo acelerado de urbanização	Alteração da linha da costa
Alteração da rotina da comunidade, rompendo tradições	Poluição indiscriminada dos cursos de água
Incremento do setor terciário	Perda da qualidade de vida da fauna aquática
Necessidade de policiamento nas áreas turísticas	Alteração do ecossistema de manguezal

FONTE: PDTIS FORTALEZA, 2008.

6. DIAGNÓSTICO INTEGRADO

Os dados levantados na Linha de Base foram previamente analisados e apresentados, de forma objetiva e tecnicamente embasada, por área turística contemplada pelo PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional para o Município de Fortaleza) em oficina participativa realizada em 23 de Dezembro de 2010, ocorrida na Secretaria de Turismo de Fortaleza - SETFOR. A oficina teve como objetivo principal dialogar com os atores envolvidos no processo de transformação da cidade, visando construir, de forma democrática, um cenário de desenvolvimento e sustentabilidade da atividade turística. Destarte, pretendeu-se gerar elementos de apoio à tomada de decisões sobre a implantação de projetos isolados e discutir o contexto geral do turismo em Fortaleza, dando subsídios para conclusão desse diagnóstico.

Para implementação de cada projeto viabilizado pelo PRODETUR, a AAE estipula, desde a concepção até a execução, incluído todo processo de gerenciamento de dados, os seguintes preceitos e objetivos:

- Assegurar que as considerações ambientais sejam explicitamente tratadas e incorporadas ao processo decisório;
- Antecipar, evitar, minimizar ou compensar os efeitos negativos relevantes;
- Proteger a produtividade e a capacidade dos sistemas naturais, assim como os processos ecológicos que mantêm suas funções;
- Promover o desenvolvimento sustentável e otimizar o uso e as oportunidades de gestão de recursos.

O turismo pode contribuir de maneira efetiva para o crescimento econômico do município, gerando divisas e empregos e direcionando o desenvolvimento e a renda para comunidades isoladas, reduzindo o desequilíbrio econômico regional. Para se constituir um destino turístico de qualidade não bastam atrativos. Além da infraestrutura de saneamento ambiental e serviços urbanos adequados à população flutuante, é preciso ter preocupação para com a preservação de seus ativos, sejam eles arquitetônicos, culturais ou naturais, bem como para a promoção da qualidade de vida da população residente assim como a inserção social de quem vive e trabalha no destino.

Tendo em vista consolidar diretrizes para desenvolvimento dos empreendimentos que visam melhoria da qualidade ambiental com vistas para o turismo no município, essa Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) busca identificar pontos críticos dos empreendimentos propostos pelo PRODETUR, indicando como as atividades e práticas desenvolvidas possam, além de atender às necessidades do negócio turismo, aos investidores e ao mercado de viagens, atender também aos preceitos ambientalmente responsáveis, sustentando e valorizando os recursos humanos e naturais, necessários para as futuras gerações de empresários do turismo e viajantes. Para tanto, apesar das discussões sobre a definição de turismo sustentável serem abrangentes e dinâmicas, procurou-se utilizar os seguintes supostos para discussão lançada na elaboração da AAE do PRODETUR Nacional do Município de Fortaleza:

- Otimizar o uso dos recursos naturais que constituem um elemento fundamental para o desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade;
- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades receptoras, conservar o seu patrimônio cultural e arquitetônico e seus modos de vida tradicionais, além de contribuir para a compreensão intercultural e a tolerância;
- Garantir operações econômicas viáveis e de longo prazo, gerando benefícios socioeconômicos

que sejam distribuídos de forma justa entre todos os atores envolvidos, incluindo empregos permanentes, oportunidades de apropriação de renda e serviços sociais para as comunidades receptoras, contribuindo para a redução da pobreza.

6.1 Considerações sobre Área de Abrangência do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA

O desenvolvimento do turismo e a preservação dos recursos naturais experimentam uma espécie de cumplicidade: se por um lado o turista é atraído por belezas naturais, a atividade turística demanda recursos que são potencialmente agressivos ao meio ambiente. Nesse contexto, o desenvolvimento do turismo deve pautar-se nos horizontes de sustentabilidade, garantindo que os ativos turísticos continuem disponíveis, garantindo a longevidade da atividade no estado.

O Ceará apresenta um grande potencial para o desenvolvimento do turismo, principalmente a partir de seus atrativos naturais. Grande parte dos impactos do turismo no meio ambiente físico e biológico são causados de forma indireta, normalmente associados à escala em que a atividade ocorre e à diversidade das relações da atividade turística com outros setores produtivos, como indústrias, serviços urbanos de energia e transporte, dentre outros.

A atividade turística afeta diretamente as condições dos destinos, as comunidades e os ecossistemas receptores, e quando esta é mal planejada torna-se potencialmente danosa ao ambiente natural podendo resultar, em última instância, na perda de atratividade dos destinos. Visto isso como diretriz, essa AAE estabelece que para cada obra elencada no PDITS, sejam respeitadas a legislação ambiental e as etapas e critérios do licenciamento, garantindo a participação pública e a transparência do processo, de forma a assegurar o respeito à Constituição Federal, que estabelece: Art. 225. "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."; e ainda pormenoriza: Art.225 § 1º "Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Desde a década de oitenta, certas áreas da orla de Fortaleza vêm sofrendo interferência da atividade turística na formação do seu espaço urbano. A construção do calçadão da Beira Mar, a verticalização do Meireles, a migração da população de baixa renda devido à especulação imobiliária, são acontecimentos que estão intimamente relacionados ao desenvolvimento da atividade turística na cidade de Fortaleza.

A atividade turística na cidade de Fortaleza concentra-se na orla da Praia de Iracema à Praia do Futuro. Apesar de a atividade turística ser bem consolidada nestas áreas, ainda pode-se observar problemas importantes de ordem socioambiental, entre os quais: (i) a ocorrência de esgotos clandestinos pela rede de galerias pluviais; (ii) intensa verticalização e mancha urbana contínua com alta concentração equipamentos exclusivamente voltada para a atividade turística; (iii) ausência de áreas verdes. As outras áreas, tais como Pirambu e Sabiaguaba, onde se espera desenvolver ou intensificar a atividade turística também apresentam problemas específicos: (i) equipamentos urbanos submetidos ao ataque das ondas; (ii) faixas de praia irregularmente privatizadas; (iii) variações nos índices de balneabilidade; (iv) poluição sanitária, estética e visual; (v) elevada densidade de ocupação urbana e com barracas e bares abandonados; (vi) existência de barracos sem higiene e barcos abandonados na faixa de praia.

Todos estes itens acima citados são fatores críticos e que se apresentam distribuídos de forma heterogeneia na área da orla. É dentro desse contexto que a atividade turística vem se desenvolvendo na cidade de Fortaleza e, ao somar-se à dinâmica da cidade, promove impactos por vezes benéficos, por vezes não.

6.2 Fatores Críticos Internos e Externos

Após a elaboração da Linha de Base foi possível identificar os fatores críticos internos (forças e fraquezas) e os fatores críticos externos (oportunidades e ameaças) apontados no PDITS Fortaleza e na oficina participativa.

Em sua totalidade, foram identificados 18 fatores internos (sendo 09 forças e 09 fraquezas) e 08 fatores externos (sendo 04 oportunidades e 04 ameaças)

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Paisagens litorâneas cênicas;</p> <p>Diversidade em equipamentos turísticos de lazer;</p> <p>Equipamentos turísticos consolidados;</p> <p>Acesso por rodovias nacional e estadual, aeroporto internacional e porto;</p> <p>Especificidade na produção artesanal;</p> <p>Diversidade de eventos programados com forte incentivo público;</p> <p>Plano Diretor definido com bases na sustentabilidade;</p> <p>Projetos comunitários consolidados.</p> <p>Estrutura institucional especializada (SETFOR, SEMAM);</p> <p>Forte combate ao turismo sexual.</p>	<p>Rede de drenagem com ligações clandestinas de esgoto e balneabilidade inapropriada das praias;</p> <p>Vias urbanas danificadas, tráfego intenso e transporte público ineficiente;</p> <p>Carência em mão de obra qualificada para atender o turista;</p> <p>Zona turística centralizada e segregação sócio espacial com conflito de uso;</p> <p>Insegurança pública, violência urbana e abuso no uso de drogas;</p> <p>Patrimônio histórico/arqueológicos pouco conhecidos, patrimônio arquitetônico degradado e expressões culturais pouco integradas à atividade turística;</p> <p>Patrimônio natural degradado (menos de 7% de áreas verdes) e meio ambiente urbano poluído;</p> <p>Apropriação irresponsável de espaços e expropriação comunitária;</p> <p>Falta de integração de políticas públicas para a sustentabilidade.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Reconhecimento nacional e internacional de Fortaleza como destino turístico;</p> <p>Demanda internacional crescente por diretrizes sustentáveis;</p> <p>Porta de entrada para outros locais turísticos no Ceará;</p> <p>Diferentes Projetos de investimento em andamento.</p>	<p>Competição com outros atrativos turísticos;</p> <p>Aumento da prática do turismo de massa;</p> <p>Crise econômica mundial e diminuição do fluxo de turistas.</p>

FONTE: PDITS FORTALEZA e oficina participativa

Os fatores acima apresentados foram analisados de modo integrado, com vistas a identificar aqueles mais estratégicos, para que fossem cruzados em uma matriz SWOT conforme pode ser visto na sequência, nas tabelas 13 e 14.

TABELA 13 – FATORES CRÍTICOS GERAIS INTERNOS E EXTERNOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM FORTALEZA

FORÇAS	FRAQUEZAS
Diversidade em equipamentos turísticos de lazer;	Estrutura urbana e de serviços atual comprometidos ou insuficientes pela falta de regulamentação do Plano Diretor Participativo
Acesso por rodovias nacional e estadual, aeroporto internacional e porto;	Segregação sócioespacial com conseqüente problemas relacionados a violência urbana, drogas e prostituição
Estrutura institucional especializada (SETFOR, SEUMA);	Patrimônio natural degradado (menos de 7% de áreas verdes) e meio ambiente urbano poluído;
Forte combate à exploração sexual	Ausência de programa de Coleta Seletiva e destinação adequada de resíduos sólidos
Existência de Projetos relacionados à educação ambiental, implantação da coleta seletiva e destinação adequada dos resíduos	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Reconhecimento nacional e internacional de Fortaleza como destino turístico;	Competição com outros atrativos turísticos;
Porta de entrada para outros locais turísticos no Ceará;	Crise econômica mundial e diminuição do fluxo de turistas;
Grandes eventos esportivos	Condições inadequadas de atendimento aos turistas de todo o mundo em período de grandes eventos

FONTE: PDTIS FORTALEZA.

A combinação destes dois ambientes, interno e externo, e das suas variáveis (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) permitem visualizar as possíveis sinergias dos fatores levantados na linha de base, cujo resultado pode ser observado a partir de uma matriz SWOT cujo resultados são os fatores críticos de caráter estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Fortaleza.

TABELA 14 – MATRIZ SWOT DOS FATORES CRÍTICOS ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM FORTALEZA

Ambiente interno	FORÇAS	FRAQUEZAS
⇒	Diversidade em equipamentos turísticos de lazer;	Estrutura urbana e de serviços comprometidos ou insuficientes
	Acesso por rodovias nacional e estadual, aeroporto internacional e porto;	Segregação sócioespacial com conseqüente problemas relacionados a violência, drogas e prostituição
	Forte combate à exploração sexual	Patrimônio natural degradado (menos de 7% de áreas verdes) e meio ambiente urbano poluído;
	Existência de Projetos relacionados à educação ambiental, implantação da coleta seletiva e destinação adequada dos resíduos	Ausência de programa de Coleta Seletiva e destinação adequada de resíduos sólidos
⇓		
Ambiente externo		

OPORTUNIDADES	FORÇAS X OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS X OPORTUNIDADES
<p>Reconhecimento nacional e internacional de Fortaleza como destino turístico;</p> <p>Porta de entrada para outros locais turísticos no Ceará;</p> <p>Grandes eventos esportivos</p>	<p>Consolidação da imagem da cidade de Fortaleza como porta de entrada para os demais destinos turísticos do Estado, promovendo também a valorização dos próprios atrativos da cidade, contando com a boa estrutura institucional hoje existente.</p> <p>Motivação ao combate de problemas sociais tais como a prostituição e problemas ambientais como a destinação final de resíduos para propiciar melhores condições da cidade aos fortalezenses e aos visitantes, sobretudo com as atuais demandas de grandes eventos.</p>	<p>Conscientização da população de Fortaleza para a importância da atividade turística e inclusão da mesma para que tenham oportunidades relacionadas ao turismo.</p> <p>Fiscalização mais ativa e legislação urbana e ambiental mais rigorosa para melhor adequação da cidade.</p>
AMEAÇAS	FORÇAS X AMEAÇAS	FRAQUEZAS X AMEAÇAS
<p>Competição com outros atrativos turísticos;</p> <p>Crise econômica mundial e diminuição do fluxo de turistas.</p> <p>Condições inadequadas de atendimento aos turistas de todo o mundo em período de grandes eventos</p>	<p>Atualização constante dos Estudos de Mercado e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, com vistas a identificação e fortalecimento dos diferenciais e casos de sucesso;</p> <p>Manutenção e Melhoria constante das rodovias, equipamentos e estruturas essenciais que viabilizam o acesso a Fortaleza e a permanência em boas condições ambientais e urbanas.</p>	<p>Necessidade de requalificação urbana e ambiental estabelecidas em Plano Diretor com ativa participação da população</p> <p>Necessidade de ampliação da fiscalização e manutenção do patrimônio cultural, natural, arquitetônico e imaterial visando manter a competitividade com outros atrativos turísticos, inclusive os internacionais com a chegada dos grandes eventos esportivos</p>

Com base na Matriz SWOT considera-se como Fatores Críticos Estratégicos para o desenvolvimento do Turismo em Fortaleza:

- Consolidação da imagem da cidade de Fortaleza como porta de entrada para os demais destinos turísticos do Estado, promovendo também a valorização dos próprios atrativos da cidade, contando com a boa estrutura institucional hoje existente.
- Motivação ao combate de problemas sociais tais como a prostituição e problemas ambientais como a destinação final de resíduos para propiciar melhores condições da cidade aos fortalezenses e aos visitantes, sobretudo com as atuais demandas de grandes eventos.
- Conscientização da população de Fortaleza para a importância da atividade turística e inclusão da mesma para que tenham oportunidades relacionadas ao turismo.
- Fiscalização mais ativa e legislação urbana e ambiental mais rigorosa para melhor adequação da cidade.
- Atualização constante dos Estudos de Mercado e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, com vistas a identificação e fortalecimento dos diferenciais e casos de sucesso;
- Manutenção e Melhoria constante das rodovias, equipamentos e estruturas essenciais que viabilizam o acesso a Fortaleza e a permanência em boas condições ambientais e urbanas.
- Necessidade de requalificação urbana e ambiental estabelecidas em Plano Diretor com ativa participação da população
- Necessidade de ampliação da fiscalização e manutenção do patrimônio cultural, natural, arquitetônico e imaterial visando manter a competitividade com outros atrativos turísticos, inclusive os internacionais com a chegada dos grandes eventos esportivos

Fortaleza é favorecida na captação do fluxo turístico por ser a porta de entrada para todos os outros atrativos do Ceará através do aeroporto internacional Pinto Martins. A cidade em si possui diversos atrativos turísticos: as paisagens cênicas de sua orla com equipamentos que possibilitam a permanência do turista na praia; equipamentos de hotelaria, restauração e eventos consolidados; produção artesanal autêntica, que são principalmente comercializados em centros de artesanatos especializados e equipados para atender o turista; agenda de eventos diversificada ao longo do ano. Esses atributos caracterizam Fortaleza como uma cidade apta à captação de investimentos.

Além disso, o reconhecimento de Fortaleza como destino turístico nacional e internacional aumenta esta possibilidade de captação de recursos. Esses recursos, oriundos de diferentes fontes, assim como da atividade turística em si, permitem maior investimento em infraestrutura (saneamento ambiental, vias de transporte, energia, etc.), urbanização e paisagismo, equipamentos de lazer, valorização do patrimônio, gerando emprego e renda para a população e propiciando melhorias na qualidade de vida.

Fortaleza é uma cidade possuidora de ricas paisagens litorâneas, com um leque de equipamentos turísticos de lazer e outros equipamentos turísticos bem consolidados. A acessibilidade por rodovias nacional e estadual, aeroporto internacional e porto torna Fortaleza uma cidade de fácil acesso, fazendo parte da rota de diferentes destinos (entre eles, Jericoacoara, eleita uma das mais belas praias do mundo). Entre outros ativos turísticos, Fortaleza possui uma ampla produção artesanal, autêntica e tradicional e uma agenda de eventos festivos programados durante todo o ano, estando bem consolidados e com forte incentivo público, como já citado anteriormente. Vale ressaltar que a cidade de Fortaleza conta hoje com uma boa estrutura institucional voltada para a Gestão do Turismo, por meio da SETFOR e também, por meio de uma relação integradora com a SETUR.

Entretanto, estes ativos turísticos perdem seu valor face aos diversos problemas socioambientais ainda presentes na cidade. Mesmo nas áreas onde a atividade turística acontece com maior intensidade, percebe-se claramente: (i) a rede de drenagem com ligações clandestinas de esgoto que deságua a céu aberto na faixa litorânea, tornando a maioria das praias da cidade impróprias ao banho; (ii) as vias urbanas mostram-se danificadas, com muitos buracos e calçadas de péssima qualidade para o uso pedestre, além de mostrar cotidianamente um tráfego intenso e transporte público ineficiente (iii) apesar de possuir uma diversidade de equipamentos turísticos, o atendimento ao público ainda mostra uma baixa qualidade; (iv) a área de abrangência da atividade turística é centralizada e favorece uma segregação sócio espacial com conflito de uso territorial; (v) a cidade apresenta um das maiores taxas de homicídios entre as capitais brasileiras o que gera um forte sentimento de insegurança pública. A violência urbana na cidade está relacionada com uma má distribuição de riquezas, consumo de drogas, altas taxas de criminalidade, entre outros; (vi) percebe-se igualmente uma forte desvalorização do patrimônio histórico/arqueológicos que são pouco conhecidos, assim como uma nítida degradação do patrimônio arquitetônico, resultando em uma desvalorização das expressões culturais que são atualmente pouco integradas à atividade turística; (vii) quando se fala do patrimônio natural, percebe-se a quase ausência de áreas verdes na cidade (menos de 7% de áreas verdes) e um meio ambiente urbano poluído, com resíduos domésticos e comerciais expostos nas calçadas, o que gera uma sensação de sujeira e descaso; (viii) globalmente, percebe-se que Fortaleza precisa desenvolver uma estratégia de desenvolvimento mais eficaz visto a falta de integração de políticas públicas para a sustentabilidade.

Dentro desse contexto, o valor dos ativos turísticos, que representam as forças da capital para o desenvolvimento da atividade, desvaloriza-se frente aos sérios problemas socioambientais que ainda mostram-se presentes na cidade.

Apesar dos diversos problemas socioambientais presentes na capital cearense Fortaleza mantém forte reconhecimento nacional e internacional de Fortaleza como destino turístico. Este fortalecimento

crecente mostra a força dos ativos turísticos presentes na cidade. Este fato tem ajudado na captação de recursos de fontes de financiamentos distintas, fontes estas que se preocupam cada vez mais com a sustentabilidade das diferentes atividades do desenvolvimento econômico. Outros projetos locais com investimentos nacional e internacional, como o Aldeia da Praia ou o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), assim como Diagnósticos Ambientais, como o Diagnostico Ambiental do Município de Fortaleza, são ações que mostram essa preocupação.

Entretanto, percebe-se que certas tendências, como o aumento do turismo em massa crescente na capital, podem intensificar alguns impactos e ou franquezas já presentes no quadro da atividade turística, entre eles: (i) a apropriação irresponsável de espaços e a expropriação comunitária; (ii) a exploração sexual infantil; (iii) o surgimento/fortalecimento de rotas para o tráfico de drogas e/ou pessoas; (iv) e consequentemente a violência urbana. Outro ponto importante de se ressaltar é que a economia gerada pelo turismo é flutuante, podendo estar em alta ou em baixa de acordo com as tendências da economia nacional e mundial. Outras destinações turísticas melhores consolidadas, como Salvador e Recife, competem fortemente com Fortaleza, principalmente em épocas de crise econômica. Essa competição torna-se prejudicial quando estas outras destinações captam o fluxo turístico, já em baixa, afetando a economia da cidade.

Dessa forma é importante promover o desenvolvimento econômico através do turismo sem perder de vista outras atividades igualmente importantes para a capital, como o comércio e a indústria, que apresentam grande relevância econômica. Assim, a diversificação das atividades econômicas com geração de emprego e renda ajuda a aumentar a resiliência do sistema e a diminuir o impacto da flutuação que é intrínseca à atividade turística.

6.3 Oficina Participativa

Os dados levantados na Linha de Base foram previamente analisados e apresentados, de forma objetiva e tecnicamente embasada, por área turística contemplada pelo PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional para o Município de Fortaleza) em oficina participativa realizada em 23 de Dezembro de 2010, ocorrida na Secretaria de Turismo de Fortaleza – SETFOR (Anexo II). A oficina teve como objetivo principal dialogar com os atores envolvidos no processo de transformação da cidade, visando construir, de forma democrática, um cenário de desenvolvimento e sustentabilidade da atividade turística. Destarte, pretendeu-se gerar elementos de apoio à tomada de decisões sobre a implantação de projetos isolados e discutir o contexto geral do turismo em Fortaleza, dando subsídios para conclusão desse diagnóstico preliminar.

Estiveram presentes na reunião vinte representantes de dez diferentes instituições, assim como representantes da instituição do empreendimento e os representantes da equipe técnica de elaboração do presente estudo. A reunião foi dividida em dois momentos: em um primeiro momento houve uma apresentação expositiva constando elementos levantados na linha de base, a análise realizada no diagnóstico e as conclusões do trabalho em questão; em um segundo momento os participantes comentaram o trabalho e fizeram sugestões. Entre as principais questões levantadas consideradas de relevante importância estão: (i) questões relativas à violência urbana e turismo; (ii) exploração sexual infantil na atividade turística; (iii) aproveitamento das obras de infraestrutura na valorização dos espaços verdes para a criação de corredores ecológicos.

6.3.1. Fotos da Oficina Participativa

As fotos da oficina participativa, a apresentação a lista de presença e a ATA desta oficina seguem no anexo III.

7. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS

Para a identificação, avaliação e classificação dos impactos diretos, indiretos e cumulativos, assim como os fatores críticos internos e externos do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA. Através da metodologia de Matrizes de Interação e Análise SWOT, foi possível identificar e analisar as problemáticas/fragilidades e potencialidades mais essenciais referentes às ações do Programa, possibilitando também realizar a interação entre esses fatores identificados.

Análise SWOT é uma metodologia para análises de cenários, ou seja, permite realizar previsões do que pode vir a ocorrer com determinadas ações/intervenções. Esta metodologia vem sendo utilizada como ferramenta para estabelecer o nível de desenvolvimento turístico dos locais, e assim permitir analisar os pontos fortes e fracos e suas fragilidades e potencialidades (DANTAS & MELO, 2008).

Através de um sistema simples que é utilizado para posicionar ou verificar a posição estratégica do Programa no ambiente em questão, a análise SWOT verifica a origem e classifica os impactos de acordo com as características e potenciais degradantes dos mesmos. As ações do Programa são analisadas de quatro maneiras: Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Esta metodologia é ideal no processo de gestão e monitoramento do turismo de uma determinada localidade, tendo sua autoria creditada a dois professores da Harvard Business School: Kenneth Andrews e Roland Christense (DANTAS & MELO, 2008).

A seguir a Figura 20 exemplifica o modelo de análise SWOT.

FIGURA 20 - MODELO DE ANÁLISE SWOT

		Na conquista do objetivo	
		AJUDA	ATRAPALHA
Origem do Fator	INTERNA (ORGANIZAÇÃO)	FORÇAS	FRAQUEZAS
	EXTERNA (AMBIENTE)	POTENCIALIDADES	AMEAÇAS

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR.

O planejamento estratégico com análise SWOT, permite sugerir ideias, preocupações e/ou oportunidades, que podem facilitar algumas ações ou até evitar alguns caminhos que possam futuramente causar algum dano para o Programa ou sua área de abrangência. Através de uma síntese das análises internas e externas do Programa, é possível identificar elementos chaves para a gestão do Programa, estabelecendo assim prioridades, preparando as opções estratégicas e assim gerando cenários.

Esta análise SWOT funciona da seguinte maneira: no ambiente interno do Programa, ou seja, as áreas selecionadas como prioritárias bem como o município de Fortaleza, existem forças e fraquezas. Exemplo: Av. Beira Mar (Força); e poluição (Fraqueza). Já no ambiente externo do Programa, existem oportunidades e ameaças. Podemos considerar outros estados ou até países como ambiente externo do Programa. Por exemplo: o turismo internacional é uma oportunidade, porém, a crise europeia uma ameaça. Através desta listagem de fatores internos e externos, e atribuições de forças, fraqueza, oportunidades e ameaças. Foi possível levantar diversos atributos sociais, econômicos, ambientais e institucionais do Programa, cola-

borando com a análise dos Fatores Críticos Internos e Externos.

Com esta listagem de atributos em mãos, partimos para a metodologia da Matriz de Interação, sendo esta utilizada na identificação dos impactos, comparando informações e descrevendo impactos potenciais. A Matriz foi desenvolvida pela Sociedade Geológica Americana e é tida como um guia para avaliação e preparação de relatórios de impacto ambiental (RICHERI, 2007).

Na Matriz de Interação foram alocados os possíveis impactos das ações do Programa que correspondem a diversos aspectos. Lembrando que esta metodologia aplicada nesta AAE seguiu criteriosamente a legislação ambiental. Os impactos identificados foram relacionados com os meios impactados: antrópico, físico e biológico, com intuito de identificarmos áreas de riscos ou potencialidades.

Os resultados referentes à identificação, classificação e avaliação dos impactos, foi através da Matriz de interação em tabela, que relacionou os diversos fatores levantados com os tipos de impactos ocorrentes, como:

- Impactos Diretos (positivos e negativos);
- Impactos Indiretos ou Estratégicos (positivos e negativos);
- Impactos Cumulativos / Sinérgicos (positivos e negativos).

Os anexos no final deste documento demonstram esta interação em tabela que permitiu a obtenção dos resultados.

Após identificação e classificação dos impactos, utilizando a legislação ambiental e estudos de caso, foi possível avaliar cada impacto e realizar uma análise descritiva de cada aspecto do Programa como demonstra adiante.

Para melhor compreensão dos resultados é essencial o detalhamento sobre o tema referente a este produto.

Impacto Ambiental é as consequências sofridas ou potencialmente sofridas pelo meio ambiente, recursos ambientais, paisagens, ecossistemas, saúde, sociedade, tendo como causa atividades humanas de forma direta ou indireta. Esses impactos causados podem ser benéficos ou adversos. Muitos dos impactos podem somar-se, multiplicar-se e/ou acumular-se no tempo ou espaço, resultado de uma combinação de efeitos decorrentes de uma ou diversas ações. Este tipo de impacto é classificado como sinérgico/cumulativo. Estes tipos de impacto, quando analisados isoladamente, parecem não ter efeito significativo, porém, quando analisados a partir do seu conjunto de interações e seu comportamento no tempo e espaço, mostram seu grau de importância com maior clareza.

Os Fatores Críticos Internos e Externos são elementos ou aspectos que não são necessariamente impactos, mas que são importantes para compor o contexto em que serão construídos e descritos os cenários de desenvolvimento, possibilitando que sua análise possa ser elaborada com maior precisão, com base em algumas variáveis de contorno, indicativas das tendências do setor, como, por exemplo, as taxas nacionais e internacionais de crescimento do turismo (externos) ou a estrutura logística local (internos). Assim, fornecem elementos estratégicos locais ou não que podem influenciar os impactos identificados, potencializando-os. Os Fatores Críticos foram identificados e analisados no diagnóstico e retomados neste produto para garantir a adequada elaboração dos cenários.

Para este trabalho, a classificação dos impactos potenciais foi realizada de acordo com o Termo de Referência que diferencia os impactos em: (i) positivos e negativos; (ii) diretos, indiretos e cumulativos/sinérgicos; (iii) grau de impacto (pequeno, médio e grande) e; (iv) área impactada (ambiental, socioeconômica, cultural e institucional).

Os impactos foram analisados segundo Aspectos Ambientais, Socioeconômicas, Culturais e Institucionais e dos componentes estratégicos do desenvolvimento turístico previstos no PDITS, já que cada uma das áreas pode ser afetada por uma ou mais ações previstas dentro de cada componente. Os componentes estratégicos e as ações previstas no PDITS são expostos na tabela abaixo por prioridade de execução:

TABELA 15 - COMPONENTES ESTRATÉGICOS E AÇÕES PREVISTAS NO PDITS POR PRIORIDADE DE AÇÃO

COMPONENTE	AÇÃO	PRIORIDADE/ANO			
		ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV
ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) para a área turística do Município de Fortaleza		x		
	Requalificação e reforma geral dos espaços urbanísticos e paisagísticos da Av. Beira Mar - 1a. Etapa	x			
	Elaboração do Relatório de Impacto no Sistema Viário - RIST e de Estudos Ambientais para implantação do Projeto de Requalificação e Reforma Geral dos Espaços Urbanísticos e Paisagísticos da Avenida Beira Mar		x		
	Estudos de mercado para o desenvolvimento do destino turístico Fortaleza		x		
	Inventário da Atividade Turística de Fortaleza		x		
	Elaboração do plano de promoção e comercialização		x		
	Requalificação e reforma geral dos espaços urbanísticos e paisagísticos da Av. Beira Mar - 2a. Etapa		x	x	x
FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL	Execução do plano de promoção e comercialização		x	x	x
	Fortalecimento Institucional da Gestão Municipal do Turismo em Fortaleza		x		
GESTÃO AMBIENTAL	Fortalecimento institucional da Secretaria de Turismo – SETFOR	x	x	x	x
	Sistema de Informação da Atividade Turística de Fortaleza		x	x	x
	Elaboração da avaliação ambiental estratégica no município de Fortaleza	x			

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	Urbanização da Praça 31 de Março localizada na Praia do Futuro			X	
	Elaboração de Estudos e Projetos e Execução da Urbanização da Encosta do Conjunto Santa Tereza (Conjunto Santa Terezinha)		X		
	Remodelamento do sistema viário da Praia do Futuro		X	X	X
	Auditorias socioambientais da execução dos investimentos em obras selecionadas		X	X	X
Prioridade de execução	Prioridade 1	Prioridade 2		Prioridade 3	

FONTE: PDTIS FORTALEZA.

Entretanto, é preciso ressaltar que esses impactos podem estar interligados e que os limites dos aspectos (ambientais, socioeconômicas, culturais e institucionais) e dos componentes estratégicos não são intransponíveis. Daí a importância de uma avaliação sinérgica desses impactos, que permite uma abordagem sistêmica do conjunto de ações e suas interações.

Os impactos potenciais no que concerne ao aspecto ambiental são todos os impactos diretos e indiretos associados aos aspectos físicos e biológicos do meio ambiente. Esses aspectos podem ser afetados pelo desrespeito à capacidade de carga dos ecossistemas, com consequências sobre as taxas de recomposição e regeneração dos mesmos e dos serviços ambientais proporcionados. Assim, os impactos da atividade turística que estão direta ou indiretamente associados à área ambiental estão relacionados: (i) ao aumento do consumo de recursos naturais (água, energia, material da construção civil) e da produção de resíduos (resíduos sólidos e esgoto); (ii) às relações entre fauna, flora e outros elementos naturais urbanos (campos de duna, faixa de praia, bacias hidrográficas, estuário e ecossistema marinho da orla de Fortaleza); (iii) às unidades de conservação (UCs) e áreas de preservação permanente (APP) da área de implantação do projeto.

Os impactos potenciais relativos aos aspectos socioeconômicos são todos os impactos diretos e indiretos associados à justiça distributiva de bens e serviços. Assim, estão diretamente ligadas aos impactos socioeconômicos as questões relativas: (i) à geração de emprego e renda; (ii) à acessibilidade (vias e transportes da área); (iii) ao acesso à energia elétrica; (iv) à educação; (v) à saúde; (vi) à habitação; (vii) à segurança pública e criminalidade.

Os impactos potenciais relativos aos aspectos culturais são todos impactos diretos e indiretos associados à conservação das atividades tradicionais, da memória e da diversidade cultural. Assim, estão diretamente ligados aos impactos da atividade turística: (i) as relações sociais entre os turistas e a população de Fortaleza (que deve ser vista dentro da sua heterogeneidade e complexidade); (ii) o patrimônio material (incluindo equipamentos culturais, a produção artesanal, o patrimônio arquitetônico e arqueológico); (iii) o patrimônio imaterial (identidade e manifestações culturais).

Os impactos potenciais nos aspectos institucionais estão associados às ações que envolvam as instituições públicas e privadas, empreendedores, associações comunitárias, ONGs, instituições religiosas, líderes comunitária envolvidos direta e indiretamente no processo de desenvolvimento da atividade turística de forma democrática e sustentável. Assim, são impactos potenciais todos aqueles associados: (i) à governança para o desenvolvimento do turismo; (ii) à institucionalidade de Fortaleza; (iii) à participação e apropriação social dos projetos; (iv) à logística; (v) à legislação vigente; (vi) ao sistema tributário.

Assim, podem-se visualizar na tabela 16 os aspectos relevantes que podem sofrer interferência do aumento do fluxo de turistas e dos diferentes componentes da política atual de desenvolvimento turístico.

Os impactos diretos e indiretos foram identificados e classificados por grau de impacto (grande, médio ou pequeno) e apresentados sintetizados no Anexos I em função do aumento do fluxo de turistas e no Anexo II em função dos Componentes Estratégicos estabelecidos no PDITS.

7.1 Análise dos Impactos

O Ceará apresenta um grande potencial para o desenvolvimento do turismo, principalmente a partir de seus atrativos naturais. Grande parte dos impactos do turismo no meio ambiente físico e biológico é causada de forma indireta e normalmente estão associados à escala em que a atividade ocorre e à diversidade das relações da atividade turística com outros setores produtivos, como indústrias, serviços urbanos de energia e transporte, dentre outros. O desenvolvimento do turismo e a preservação dos recursos naturais experimentam uma espécie de cumplicidade: se por um lado o turista é atraído por belezas naturais, a atividade turística demanda recursos que são potencialmente agressivos ao meio ambiente. Nesse contexto, o desenvolvimento do turismo deve pautar-se nos horizontes de sustentabilidade, garantindo que os ativos turísticos continuem disponíveis, garantindo a longevidade da atividade no estado.

A atividade turística afeta diretamente as condições dos destinos, as comunidades e os ecossistemas receptores, e quando esta é mal planejada torna-se potencialmente danosa ao ambiente natural podendo resultar, em última instância, na perda de atratividade dos destinos. Visto isso como diretriz, essa AAE estabelece que para cada obra elencada no PDITS, sejam respeitadas a legislação ambiental e as etapas e critérios do licenciamento, garantindo a participação pública e a transparência do processo, de forma a assegurar o respeito à Constituição Federal, que estabelece: Art. 225. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, e ainda pormenoriza: Art.225 § 1º “Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.

TABELA 16 – ASPECTOS

ASPECTO IMPACTADO	SUBÁREA
AMBIENTAL	Drenagem Abas tecimento de água Esgotamento Resíduos sólidos Resíduos sólidos da construção civil Campo de Dunas Faixa de Praia Bacias Hidrográficas Fauna e flora urbana Estuários Unidades de conservação Ecossistema marinho
ECONÔMICO	Emprego e Renda Vias e transporte Energia

SOCIAL	Educação Saúde Habitação Segurança Pública/Criminalidade
ASPECTO IMPACTADO	SUBÁREA
CULTURAL	Relações sociais Artesanato Identidade e manifestações culturais Equipamentos culturais Patrimônio histórico e arqueológico
INSTITUCIONAL	Governança para o desenvolvimento do turismo Institucionalidade de Fortaleza Participação social Logística Legislação vigente Sistema tributário

FONTE: PDTIS FORTALEZA.

Os tópicos abaixo analisam os impactos ambientais identificados dentro das diferentes subáreas relevantes e indicam os componentes e/ou ações do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA que podem intensificar esses impactos.

- Análise dos impactos

DRENAGEM

Impacto

- Saturação potencial do sistema de drenagem.

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medidas Mitigadoras:

- Medidas educativas em áreas turísticas para evitar o acúmulo de lixo em vias públicas;
- Campanhas de conscientização ambiental dentro do plano de promoção e comercialização;
- Intensificação dos serviços de limpeza.

Descrição e Análise

Os espaços urbanos são construídos para serem centros de moradia, comércio e indústria. Com o desenvolvimento da atividade turística, esse espaço passa a ser, também, local de realização dessa atividade. Uma vez que o principal indicador de planejamento urbano é a densidade habitacional de uma área, o espaço ocupado pela população flutuante deve ser considerado, visto que a cidade compreende continuamente esse espaço. A relação entre a densidade habitacional e a área impermeável permite estabelecer a desejada relação entre o planejamento urbano e a drenagem, relacionando área impermeável e faixas de densidade habitacional. Como a população flutuante, advinda da atividade turística na cidade de Fortaleza, demanda área habitacional, ou seja, impermeabilizada, essa deve ser considerada no planejamento de urbanização para que não haja saturação do sistema de drenagem. Desta forma,

podemos elencar como possível impacto negativo da atividade turística, a saturação do sistema de drenagem das áreas onde se concentra a atividade, já prevendo a integração de estudos de capacidade de carga nas novas áreas onde se pretende integrar o turismo. O bom planejamento permite prever: (i) o impacto do fluxo turístico no sistema de drenagem, (ii) e controlando inundações, hoje corriqueiras na cidade de Fortaleza, garantindo boas condições de habitabilidade e estadia para o turista.

Segundo o Plano Diretor do Município de Fortaleza, Art. 27 “São diretrizes da política de saneamento ambiental: I - universalização dos serviços de saneamento ambiental, em especial os serviços de abastecimento de água potável e de coleta e tratamento de esgotos; II - estruturação e adequação do sistema de manejo das águas pluviais e de drenagem urbana garantindo a sustentabilidade socioambiental; III - garantia dos serviços de coleta e limpeza urbana, de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos urbanos e incentivo à redução da geração de resíduos sólidos urbanos, de forma adequada às necessidades sociais e condições ambientais do Município; IV - integração das intervenções de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo das águas pluviais, pavimentação, limpeza urbana, instalações hidrossanitárias, controle de riscos, de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis, bem como educação sanitária e ambiental; V - implantação de planos setoriais, considerando as diretrizes gerais fixadas pelas Conferências Municipais de Desenvolvimento Urbano, de Meio Ambiente e de Saúde. § 1º - A prestação dos serviços de saneamento ambiental é de interesse local, devendo ser prestado pelo Município, direta ou indiretamente, através de convênios ou contratos. § 2º - Deverão ser implantados mecanismos de controle social sobre todos os serviços prestados no âmbito da política de saneamento ambiental”.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Impacto

- Diminuição na disponibilidade de água, devido ao aumento do consumo desse recurso.

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medidas Mitigadoras:

- Medidas educativas para evitar o desperdício de água;
- Campanhas de conscientização ambiental dentro do plano de promoção e comercialização.

Descrição e Análise

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Art. 1º “A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: I - a água é um bem de domínio público; II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades”.

Um sistema de abastecimento de água caracteriza-se pela retirada da água da natureza, adequação de sua qualidade, transporte até os aglomerados humanos e fornecimento à população em quantidade

compatível com suas necessidades. Aumentando-se a população em um centro urbano, aumenta-se, conseqüentemente, a demanda de água através do aumento do consumo. Dessa forma, o sistema de abastecimento de água deve ser concebido para atender uma demanda flutuante, caso contrário, a atividade turística pode saturar o potencial disponível de água para determinada região, impactando todo ciclo produtivo do local.

No que concerne ao fornecimento de água, o aumento de turistas em Fortaleza aumenta a demanda do fornecimento de água tratada. Dessa forma, as necessidades da atividade turística no quesito “fornecimento de água” deve estar integrada no planejamento e gerenciamento das fontes hídricas da cidade de Fortaleza. Além disso, existe uma desconfiança em relação à potabilidade da água que chega pela CAGECE, o que faz com que haja um forte consumo de água engarrafada, inclusive entre os turistas. Este consumo gera impactos indiretos: intensa demanda de recursos naturais e outras matérias primas para a produção das garrafas; consumo de água e energia; emissões atmosféricas de gases de efeito estufa na produção e no transporte; geração de efluentes líquidos no processo de limpeza das garrafas; geração de resíduos sólidos no destino final do produto.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Impacto 1

- Acúmulo de resíduos sólidos e não recicláveis, devido ao aumento da produção e consumo de produtos que causam o impacto.

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade e cumulativo.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Estabelecimento de programa de coleta seletiva;
- Parceria com associação de catadores.

Impacto 2

- Aumento de vetores de doenças, haja vista o aumento do acúmulo de resíduos que favorecem a proliferação das populações de vetores de doença, podendo assim comprometer a saúde pública.

Classificação: Impacto negativo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medidas Mitigadoras:

- Estabelecimento de programa de coleta seletiva;
- Parceria com associação de catadores.

Impacto 3

- Geração de emprego e renda na rede de reciclagem.

Classificação: Impacto positivo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medidas Potencializadoras:

- Estabelecimento de programa de coleta seletiva dentro do componente infraestrutura e serviços básicos.
- Parceria entre associação de catadores e empreendedores privados (rede hoteleira, rede de restauração, etc.), regulamentada por políticas públicas e com fins de colaboração com a rede de reciclagem.

Descrição e Análise

A atividade turística apropria-se de vários serviços oferecidos pela localidade receptora, entre eles, o sistema de saneamento da localidade visitada. O consumo direto de produtos e serviços pelos turistas, via de regra, gera resíduos sólidos que impactam a cidade, os aterros, o sistema de coleta de lixo. Desta forma, a atividade gera uma demanda forte em estrutura de saneamento, fundamental para o bom desenvolvimento da atividade. Uma boa estrutura de saneamento não beneficia apenas o turista, mas igualmente a população residente, tendo um aumento na sua qualidade de vida.

Para evitar, mitigar ou compensar os impactos negativos causados pelo acúmulo de resíduos sólidos, recomenda-se a adaptação da cidade de Fortaleza à Lei Nº 12.305 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Impacto

- Acúmulo de entulhos e de resíduos não recicláveis.

Classificação: Impacto negativo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico: Requalificação e reforma geral dos espaços urbanísticos e paisagísticos da Av. Beira Mar – 1ª. e 2ª. Etapa.
- Infraestrutura e serviços básicos: Urbanização da Praça 31 de Março localizada na Praia do Futuro e Remodelamento do sistema viário da Praia do Futuro.

Medidas Mitigadoras:

- Estabelecimento de programa especial de reciclagem de entulho.
- Cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei N 12.305).

Descrição e Análise

A realização de obras no meio urbano da cidade de Fortaleza implica em forte geração de resíduos sólidos da construção civil, além de transformações físicas, ambientais locais e no entorno. Implica, ainda, na manipulação de diversos materiais e componentes construtivos, cujo processo de produção envolve elevado consumo de energia e água, gerando poluição na fase de construção. Sem desconsiderar a importância de todos esses impactos, a geração de resíduos sólidos representa o impacto negativo mais importante que precisa ser mitigado.

Seguindo a cartilha do gerenciamento dos resíduos sólidos da construção civil do Ministério do Meio

Ambiente, o empreendedor deve priorizar:

- A redução dos desperdícios e o volume dos resíduos gerados.
- A segregação dos resíduos por tipos e classes.
- A reutilização dos materiais, elementos e componentes que não requerem transformações e reciclar os resíduos, transformando-os em matéria prima para a produção de novos produtos.

Num conceito mais amplo, o empreendedor deve seguir as propostas da cartilha do meio ambiente, relacionada com a responsabilidade da empresa com o meio ambiente passando, necessariamente, pelo comprometimento com a melhoria da qualidade do ambiente no qual está inserida. E isso implica em:

Educação, conscientização e comprometimento com o tema no micro e macro ambiente do qual a empresa faz parte:

- Apoio a iniciativas e práticas ambientais sustentáveis, assim como suporte a projetos de pesquisa, gerenciamento do impacto e do ciclo de vida de produtos/ serviços;
- Minimização do impacto ambiental com planejamento e monitoramento eficiente dos resíduos de produção.

Seguindo a Lei Nº 12.305, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), os empreendedores, moradores e turistas que visitam Fortaleza, devem conhecer e utilizar os princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração e ao acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. Os empreendimentos devem submeter ao órgão ambiental competente os estudos ambientais necessários ao seu licenciamento, que serão definidos em razão de seu porte, risco, localização e potencial poluidor.

Fortaleza, a exemplo de várias cidades, está se adaptando a essa lei, o que implica investimentos em melhoria da capacidade de gerenciamento da atividade, educação ambiental da população, capacitação dos agentes da fiscalização e ampliação de locais apropriados para depositar os resíduos, no caso, os aterros sanitários.

CAMPOS DE DUNAS

Impacto 1

- Compactação do campo de dunas através de obras de urbanização, contribuindo para fixação artificial desse componente ambiental.

Classificação: Impacto negativo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Cumprimento da legislação ambiental pertinente.

Impacto 2

- Perda progressiva de reservatório natural de água doce.

Classificação: Impacto negativo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Cumprimento da legislação ambiental pertinente.

Descrição e Análise

O CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) define duna como unidade geomorfológica de constituição predominante arenosa, com aparência de cômodo ou colina, produzida pela ação dos ventos, situada no litoral ou no interior do continente, podendo estar recoberta, ou não, por vegetação, e segundo o Art. Nº 3 desse conselho, essas áreas constituem Áreas de Preservação Permanente (APP).

A excepcional beleza cênica e paisagística das dunas faz dessas áreas alvo forte da especulação imobiliária no estado do Ceará, muitas vezes para atender o mercado gerado com o turismo atraído por esses ativos. Destarte, a atividade turística vem, indiretamente, acionando um mercado de construções nessas áreas, intensificando os processos de desmonte de dunas. Visto a importância da manutenção dos atributos dos campos de dunas, muito característico do Ceará e patrimônio agregador para o desenvolvimento do turismo sustentável, cabe salientar a importância de conservação desses campos.

O morro de Santa Terezinha, antiga duna móvel do complexo dunar da praia do Futuro, fora completamente urbanizado por um adensamento de moradias de baixa renda e em grande parte assentamentos. Essa área será revitalizada para formação de um novo polo turístico na cidade, entretanto, os impactos advindos do processo de fixação da duna não pode ser revertido ou mitigado.

Considerando que as dunas desempenham relevante papel na formação e recarga de aquíferos, a fundamental importância das dunas na dinâmica da zona costeira e no controle do processo erosivo e a necessidade de controlar, de modo especialmente rigoroso, o uso e ocupação de dunas na Zona Costeira, deve-se observar cuidadosamente a ocupação irregular que possa ocorrer em outras áreas do estado. O CONAMA através da Resolução Nº 341 regulamenta o modo de uso dessas áreas. Tais normas devem ser respeitadas pelos empreendimentos que se instalarão na Praia do Futuro, local que apresenta extensa área de campo de dunas.

FAIXA DE PRAIA

Impacto 1

- Intensificação do processo de urbanização da faixa de praia.

Classificação: Impacto negativo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Cumprimento da legislação de uso e ocupação dos solos relativa à faixa de praia.

Impacto 2

- Impermeabilização da faixa de praia.

Classificação: Impacto negativo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Cumprimento da legislação de uso e ocupação dos solos relativa à faixa de praia.

Impacto 3

- Alteração da paisagem por obras de engenharia costeira (aterro).

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medida Mitigadora:

- Não há medida mitigadora.

Impacto 4

- Diminuição da área superficial de “beach-rocks”.

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medida Mitigadora:

- Evitar obras de aterro em área de “beach-rocks”.

Impacto 5

- Erosão da biodiversidade associada aos “beach-rocks” e diminuição de áreas de desova de animais marinhos de importância econômica (lagosta, camarão).

Classificação: Impacto negativo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medida Mitigadora:

- Evitar obras de aterro em área de “beach-rocks”.

Descrição e Análise

A Orla do Município de Fortaleza é composta por trechos em grande parte modificados por intervenções antrópicas, caracterizadas por ocupação urbana irregular e atividades de forte impacto construção, como portos, construções relacionadas com vias de acesso, edifícios residenciais e comerciais. A ação humana desenvolveu o ambiente construído que desencadeou a fixação artificial das dunas e para

mitigar os impactos desse feito, obras de engenharia para a contenção da erosão vem sendo construídas pelo litoral.

Na área compreendida pela Beira Mar predomina uma orla com praia arenosa associada à presença de uma faixa praticamente contínua de pós-praia (entre o limite da preamar e o calçadão), interrompido por setores de praia rochosa. Atualmente, a orla da Beira Mar tem sofrido com a erosão causada pela deficiência de sedimentos devido à construção do porto do Mucuripe. Barragens de pedras e espigões fazem parte dos projetos de engenharia urbana para conter essa erosão. Já na praia do Futuro, a orla é linear e exposta, com largas faixas de praia e com ocupações de barracas.

O Projeto de reordenamento da Beira Mar prevê um aterro que irá soterrar o recife de arenito e toda biota a ele associada, modificando assim a faixa de praia. Além disso, o aumento na atividade turística deve impactar a faixa de praia, uma vez que esta, embora protegida por lei, sofre com construções irregulares para atender as demandas dos turistas e da população que procura a praia. Para evitar a degradação ou o uso indevido dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira, recomenda-se seguir o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), Lei Nº 7.661 e a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza, Lei Nº 7.987.

BACIAS HIDROGRÁFICAS

Impacto 1

- Intensificação do processo de urbanização das bacias hidrográficas.

Classificação: Impacto negativo direto de alta intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Cumprimento da legislação de uso e ocupação dos solos relativa aos corpos d'água.

Impacto 2

- Possível perda de mata ciliar e assoreamento.

Classificação: Impacto negativo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Cumprimento da legislação de uso e ocupação dos solos relativa aos corpos d'água.

Impacto 3

- Diminuição da poluição por obras de saneamento.

Classificação: Impacto positivo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;

- Infraestrutura e serviços básicos.

Impacto 4

- Diminuição do aporte natural de água.

Classificação: Impacto negativo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto;

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

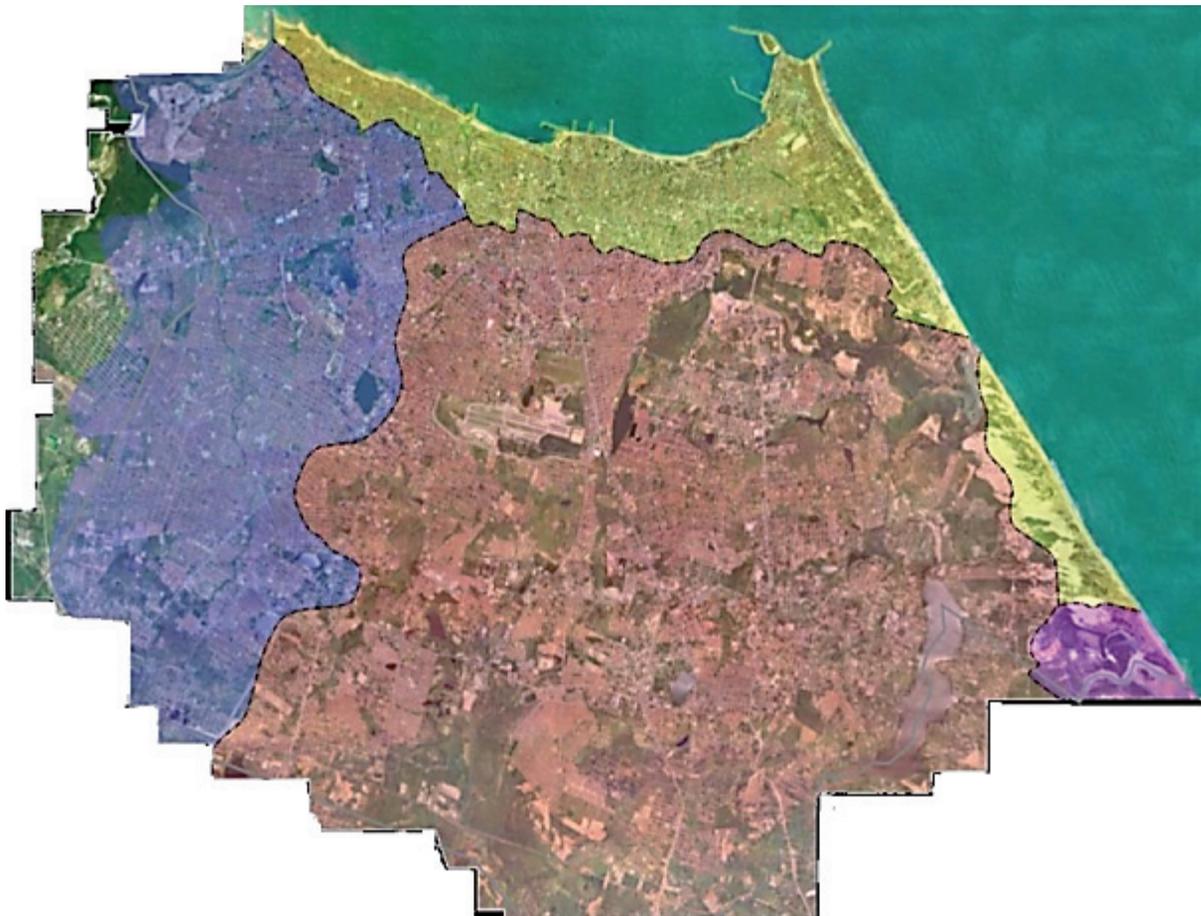
Medida Mitigadora:

- Cumprimento da legislação de uso e ocupação dos solos relativa aos corpos d'água.

Descrição e Análise

O planejamento urbano é fundamental para a boa conservação das bacias hidrográficas urbanas. Fortaleza é irrigada por quatro bacias hidrográficas, como mostra a figura abaixo:

FIGURA 21 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DA CIDADE DE FORTALEZA



FONTE: INVENTÁRIO AMBIENTAL DE FORTALEZA (ADAPTAÇÃO).

- Bacia Vertente Marítima (1);
- Bacia do Cocó (2);
- Bacia do Maranguapinho/Ceará (3);
- Bacia Pacoti (4).

Atualmente, observam-se impactos importantes nas bacias hidrográficas da cidade, tais quais:

- Falta de tratamento de esgoto em quase 50% dos pontos onde há abastecimento. Esses efluentes escoam diretamente às bacias urbanas. Essa situação também ocorre na área de implantação do projeto, onde foram identificadas ligações clandestinas de esgotos.
- Quando há presença de esgotamento sanitário estas, não apresenta tratamento adequado provocando poluição de bacias e lençóis freáticos da área urbana.
- Ocupação dos leitos de inundação ribeirinha, o que causa inundações frequentes devido ao aumento da impermeabilização. No local de implantação do projeto, esse problema é uma constante na área do rio Maceió.
- Aumento da carga de resíduos sólidos e da qualidade da água pluvial sobre os rios próximos das áreas urbanas;
- Deterioração da qualidade da água por falta de tratamento dos efluentes tem criado potenciais riscos ao abastecimento da população
- Ocupação das áreas de contribuição de reservatórios de abastecimento urbano que, eutrofizados, podem produzir riscos à saúde da população.

Atualmente ainda percebe-se uma visão limitada do que é a gestão integrada do solo urbano e da sua infraestrutura. A atividade turística acentua essa problemática, ocupando uma grande área urbana e consumindo intensamente água. Conseqüentemente, produz grandes quantidades de resíduos sanitários, intensificando a problemática de poluição das bacias hidrográficas.

Quando estabelecido de forma apropriada, o sistema de esgotamento sanitário evita a incidência de doenças de veiculação hídrica e dos focos de propagação de enfermidades transmissíveis por insetos e roedores, além de evitar a poluição dos corpos d'água e lençóis freáticos. Indiretamente, uma boa infraestrutura de saneamento básico ajuda na recuperação e a preservação do meio ambiente natural, principalmente dos corpos hídricos; na redução da demanda por postos de saúde e unidades hospitalares; na revitalização dos corpos d'água como opção de lazer para a população; globalmente, reduz orçamento público.

FAUNAS E FLORA URBANA

Impacto 1

- Valorização da biodiversidade urbana como ativo turístico.

Classificação: Impacto positivo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Componente de gestão ambiental.

Medidas Potencializadoras:

- Estabelecimento de corredores ecológicos nas ações de paisagismo das áreas turísticas;
- Priorização de diversas essências nativas na arborização das áreas turísticas.

Impacto 2

- Conservação da biodiversidade urbana.

Classificação: Impacto positivo indireto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Componente de gestão ambiental.

Medidas Potencializadoras:

- Estabelecimento de corredores ecológicos nas ações de paisagismo das áreas turísticas;
- Priorização de diversas essências nativas na arborização das áreas turísticas.

Impacto 3

- Expansão de espécies exóticas e/ou invasoras.

Classificação: Impacto negativo indireto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Priorização de diversas essências nativas na arborização das áreas turísticas.

Descrição e Análise

Visto que Fortaleza é uma cidade amplamente urbanizada, caracterizando um ecossistema antropizado, o desafio central de qualquer projeto de desenvolvimento sustentável é proteger e melhorar as atuais condições da biodiversidade urbana. Frente ao cenário turístico, pode-se incluir a valorização da biodiversidade como ativo turístico, aumentando os níveis de consciência pública para esta necessidade.

Parques, praças, lagoas e rios urbanos e até jardins, muitas vezes podem revelar “perfeitas” condições para manutenção de espécies da fauna local se nestes habitam uma flora nativa, que proporcionam alimento e abrigo para as borboletas, aves e insetos locais.

É ainda importante ressaltar que, sendo Fortaleza uma cidade litorânea, a fauna marinha sofre direta e indiretamente com os processos urbanos que interferem na dinâmica entre o continente e o oceano e com atividades realizadas no mar.

A orla marítima da Praia de Iracema e a enseada do Mucuripe são partes da zona de deslocamento do boto cinza *Sotalia fluviatilis*, que é considerada uma espécie guarda-chuva. Pesquisas revelam a utilização preferencial das praias Mansa e de Iracema para descanso e de alimentação deste cetáceo. As maiores percentagens de observações do *S. fluviatilis* na Praia de Iracema ocorrem frequentemente no quarto trimestre do ano e durante a maré baixa. Esses animais realizam pesca cooperativa concentrando e cercando cardumes nas áreas mais afastadas da costa e trazendo-os para regiões mais rasas onde ocorre a alimentação e quando estes podem ser observados. Este comportamento repete-se várias vezes ao dia. É comum o aparecimento de *S. fluviatilis* da ponte dos Ingleses. Outra espécie de cetáceo encontrado na área é o *Peponocephala electra* que, apesar de ser menos frequente que *S. fluviatilis*, também pode ser observado na orla.

Por apresentar hábitos costeiros, o boto-cinza sofre forte pressão antrópica como, por exemplo, a poluição dos mares por metais pesados, efluentes industriais e agrotóxicos, desmatamentos, exploração dos mangues e estuários, o aumento do tráfego de embarcações, o desenvolvimento urbano e a captura

acidental em redes de pesca em toda a sua área de ocorrência. A magnitude desses impactos permanece desconhecida na Praia de Iracema. Todavia, vale destacar que não só a população de botos, mas toda biota marinha sofre com estes impactos.

A Beira Mar apresenta uma especificidade: bolsões de arenito quem formam uma estrutura recifal localizados na zona entre marés. Os denominados “*beach-rocks*”, presentes na faixa de areia, abrigam uma diversidade biológica mais rica e diversificada que as praias arenosas. Nesses pontos foram realizados diversos estudos sobre a fauna de invertebrados marinhos, inclusive com a descoberta de novas espécies como a do camarão *Palaemon paivai*. São conhecidas 82 espécies de invertebrados apenas para essa praia. Além disso, há presença de lagostas jovens que se protegem nas rochas, além de ostras e outros mariscos que são usados no consumo da comunidade local.

ESTUÁRIOS

Impacto 1

- Valorização da paisagem cênica estuarina como ativo turístico culminando em preservação desses ecossistemas.

Classificação: Impacto direto positivo de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Potencializadora:

- Estímulo ao ecoturismo.

Impacto 2

- Conservação do estuário.

Classificação: Impacto indireto positivo de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Potencializadora:

- Estímulo ao ecoturismo.

Impacto 3

- Intensificação da construção de vias de acesso próximo a regiões estuarinas.

Classificação: Impacto negativo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto;

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Cumprimento da legislação relativa aos estuários.

Impacto 4

- Degradação dos ecossistemas estuarinos.

Classificação: Impacto negativo indireto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Cumprimento da legislação relativa aos estuários.

Descrição e Análise

O estuário do rio Cocó, que está na zona urbana de Fortaleza e próximo às áreas de influência direta dos empreendimentos sinalizados pelo PDITS, sofrerá impactos indiretos da implantação dessas obras. Com o reordenamento das vias da Praia do Futuro (onde se localiza o referido estuário) pode-se prever o crescimento da especulação imobiliária, o que pode intensificar os processos de urbanização do estuário.

Na zona deste estuário forma-se um manguezal, Área de Preservação Permanente (Resolução Nº 303 do CONAMA), definida como ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência flúvio-marinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas.

Os estuários, devido aos nutrientes que as águas continentais transportam, são, geralmente, regiões de elevada produtividade biológica. Além de abrigar uma variada biota, os estuários são berços de grande parte da vida marinha, sendo, portanto, preciso limitar sua urbanização com vistas à conservação desse patrimônio.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Impacto 1

- Aumento do ecoturismo em unidades de conservação, culminando em conservação dessas unidades.

Classificação: Impacto positivo direto de pequena intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento institucional.

Medida Potencializadora:

- Estabelecimento controlado e promoção de atividades turísticas em UCs;
- Cumprimento das diretrizes estabelecidas no SNUC relativas ao turismo em Ucs.

Impacto 2

- Degradação ambiental ocasionada pela sobrecarga de visitantes.

Classificação: Impacto negativo indireto de pequena intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.
- Medida Mitigadora
- Cumprimento das diretrizes estabelecidas no SNUC relativas ao turismo em Ucs.

Descrição e Análise

Nenhuma intervenção sinalizada pelo PDITS se dará diretamente em Unidade de Conservação. Entretanto, sabe-se que tais áreas são ativos turísticos e que, por isso mesmo, podem sofrer impactos com o aumento da atividade turística de Fortaleza. Esses impactos podem ser positivos desde que, cumprido o planejamento adequando para uso da Unidade de Conservação, a atividade turística contribua para agregar valores ambientalmente saudáveis aos turistas e às áreas visitadas.

Fortaleza possui um dos maiores parques urbanos da América, o Parque Ecológico do Rio Cocó, que compreende áreas de manguezal e possui uma estrutura acessível por trilhas. Além do Parque do Cocó, existem outras unidades pouco oportunizadas pelo turismo, tais como: APA do Estuário do Rio Ceará, APA do Rio Pacoti, Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio, Parque Ecológico da Lagoa da Maraponga, Reserva Ecológica Particular da Lagoa da Sapiranga.

Para impedir degradação das Unidades de Conservação (UCs) pela atividade turística, os planos de manejo e a legislação própria dessas áreas (SNUC) devem ser respeitados. O Plano Diretor de Fortaleza faz menção específica ao uso turístico das UCs: “Quando se tratar de unidades de conservação, o turismo será desenvolvido em consonância com seus objetivos de criação e com o disposto no plano de manejo da unidade” (Lei Nº 11.771/08, art. 5º). A Lei orienta, ainda, o Sistema Nacional de Turismo a “propor aos órgãos ambientais competentes a criação de unidades de conservação, considerando áreas de grande beleza cênica e interesse turístico” (Lei Nº 11.771/08, art. 9º).

ECOSSISTEMAS MARINHOS

Impacto 1

- Valorização e consequente conservação dos ecossistemas marinhos.

Classificação: Impacto positivo direto de pequena intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento institucional.

Medida Potencializadora:

- Garantir a balneabilidade dos mares zona costeira.

Impacto 2

- Intensificação da poluição devido ao aumento da frota náutica motorizada.

Classificação: Impacto negativo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medida Mitigadora:

- Estabelecer programas de educação ambiental; parceria com ONGs locais para consolidar programas de conservação da fauna marinha.

Impacto 3

- Diminuição de áreas de desova de animais marinhos de importância econômica (lagosta, camarão).

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medida Mitigadora:

- Evitar obras de aterro em área de “beach-rocks”.

Descrição e Análise

O Ceará é amplamente conhecido no cenário do turismo pelas suas praias de exuberante beleza. Reconhecido nacional e internacionalmente por esse ativo, os ecossistemas marinhos representam fonte de renda para população e movimentam uma significativa parcela da economia do estado. Observado isso, devem-se considerar os possíveis impactos nos ecossistemas marinhos ocasionados pelo aumento do fluxo turístico em Fortaleza, a saber: intensificação da poluição, aumento da frota náutica motorizada, perturbações ocasionadas por obras.

Na rota do turismo, a Praia do Futuro, está incorporada às atividades de lazer cearense. Esta praia é um dos pontos do litoral da capital que oferece melhores condições de balneabilidade e uma boa infraestrutura. O diferencial dessa praia está nos serviços prestados, pois conta com grande quantidade de barracas desde rústicas a sofisticadas.

Uma vez que esse ativo movimenta grande parte do turismo na cidade, é de grande valor fomentar a conservação desses ambientes, não só para garantir a preservação do ativo, como também para garantir a renda da população que dele depende direta ou indiretamente.

7.2 Aspectos Socioeconômicos

As atividades movidas pelo turismo são intensivas, geram uma grande demanda de mão de obra e contribuem significativamente para o crescimento da economia e geração de emprego e renda. Porém, o crescimento econômico gerado pelo turismo vem acontecendo de forma desconectada do meio natural, social e cultural do local onde a atividade é desenvolvida, priorizando a produção de riquezas. Entretanto, quando o turismo é realizado num âmbito social, envolvendo processos de mudança estruturais, redistribuindo equilibradamente as riquezas, torna-se um importante instrumento de inclusão social e combate à pobreza.

EMPREGO E RENDA**Impacto 1**

- Geração de emprego e renda através de maior movimentação da economia local e diversificação das atividades econômicas.

Classificação; Impacto direto positivo de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos;
- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Medida Potencializadora:

- Priorizar a mão de obra local e promover de programas de capacitação direcionados ao mercado turístico.

Impacto 2

- Dependência de atividade econômica flutuante e geração de empregos temporários na construção civil.

Classificação: Impacto negativo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos;
- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Medidas Mitigadoras:

- Integração da atividade turística a outras atividades da economia local.
- Estabelecer programa de redirecionamento da mão de obra da construção.

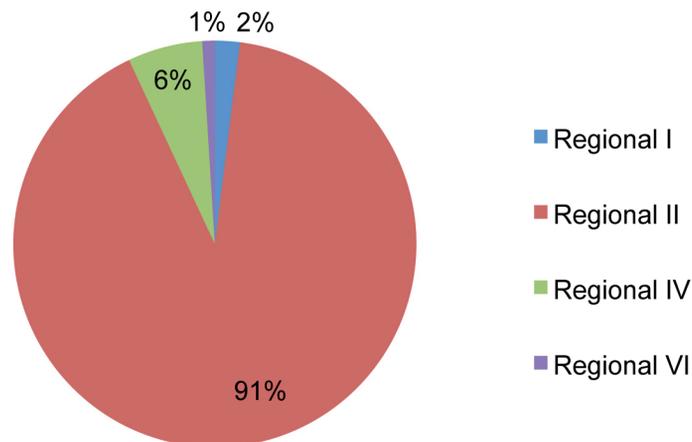
Descrição e Análise

Os impactos socioeconômicos do desenvolvimento do Turismo através do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA devem ser gerenciados visando à criação de emprego e renda em dois momentos precisos:

- Num primeiro momento, a demanda de gasto público para investimento em infraestrutura e preparo de atrativos turísticos gera emprego e renda local e temporário;
- Num segundo momento, a chegada dos turistas aporta fonte externa de recurso financeiro que gera e mantém de forma intensiva, emprego e renda.

Para tal, é importante que a distribuição de investimentos seja descentralizada. Atualmente, os investimentos do turismo na cidade de Fortaleza estão majoritariamente concentrados na Regional II (Figura 22).

FIGURA 22 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO SETOR TURÍSTICO POR REGIONAL



FONTE: C. HOLANDA, 2008.

Vale destacar que, dentro da Regional II, grande parte dos empreendimentos voltados à atividade turística concentra-se na área que compreende a orla entre a Praia de Iracema e o Porto do Mucuripe. Nesta zona encontra-se a grande maioria dos serviços de comércio turístico, hotéis, restaurantes, espaços de entretenimento e lazer, agências de viagens, transportes, etc. As ações previstas no PDITS, através de obras de revitalização das áreas menos privilegiadas pelo turismo, torna possível a descentralização desses investimentos.

Ainda que os investimentos estejam concentrados nos bairros do Meireles e Praia de Iracema, salienta-se a necessidade de repensar o desenvolvimento da atividade turística nesta área, onde se observa: (i) conflito de uso entre pedestres, ciclistas e veículos motorizados na orla da Av. Beira Mar; (ii) e a exclusão das comunidades de baixa renda em equipamentos da orla, como o calçadão da beira mar, ficando estas concentradas na faixa de praia.

As outras áreas da orla marítima participam de forma moderada ou fraca da dinâmica turística da cidade. Sem receber os benefícios diretos que podem chegar através da atividade, elas acabam não desenvolvendo seus potenciais turísticos próprios.

Na Praia do Futuro pode-se observar uma ampla estrutura de barracas que serve de suporte de lazer e entretenimento para o turismo de praia. Uma zona que possui intensa procura durante o dia, porém, durante a noite, sofre com sérias questões de insegurança e deixa de ser procurada pelo turista que opta pela orla da A. Beira-Mar. Além disso, na Praia do Futuro habitam comunidades de baixa renda que sofrem com questões de ocupação irregular, falta de infraestrutura básica de saneamento, coleta de resíduos, etc.

A área descrita como Unidade de Paisagem III é a região menos integrada à dinâmica da atividade turística. Nesta zona habitam diferentes comunidades que são globalmente conhecidas como Titanzinho e Serviluz. Apesar de estarem excluídas dos benefícios do turismo, estas áreas apresentam grande potencial para o desenvolvimento da atividade, tais como: turismo histórico no Farol Velho do Serviluz, entretenimento e lazer no mirante do Morro de Santa Teresinha, turismo de esporte na orla do Titanzinho com potencial para o fortalecimento de escolinhas de surf já presentes na área, entre outros. Dessa forma, recursos vindos do PRODETUR, a fim de desenvolver ações relacionadas à atividade turística nessas áreas, podem trazer impactos positivos se aplicados de forma socialmente responsável, trazendo

crescimento econômico para essas comunidades. A atividade turística pode promover a geração de emprego e renda: potencializando demanda de produtos e serviços turísticos com base local; incentivando a promoção da cultura, do lazer e do esporte; promovendo o empreendedorismo local como meio de inclusão das comunidades locais na cadeia produtiva do turismo.

Assim, é importante que as políticas públicas vejam as comunidades de baixa renda da área de implantação do projeto como prioritárias, estimulando a descentralização do desenvolvimento turístico e a diversificação da oferta turística, como instrumentos de inclusão social.

É nesse contexto que o PRODETUR visa implementar um conjunto de ações com vistas a requalificar a orla de Fortaleza, desde a Praia de Iracema até a comunidade do Caça e Pesca, na Praia do futuro, resgatando a sua condição diferenciada de espaço turístico, de lazer, divulgação da cultura cearense e ponto de encontro para os fortalezenses e visitantes, tornando-a um atrativo turístico capaz de alavancar emprego e renda.

ENERGIA

Impacto 1

- Melhoramento das condições de iluminação pública melhorando as condições de segurança pública.

Classificação: Impacto positivo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Potencializadora:

- Favorecer obras em vias mal iluminadas.

Impacto 2

- Aumento do consumo de energia.

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Infraestrutura e serviços básicos;
- Estratégia de Produto Turístico.

Medida Mitigadora:

- Utilização tecnologias econômicas para iluminação de obras públicas.

Descrição e Análise

O Projeto de Eletrificação na Avenida Beira Mar, na Praia do Futuro, no Morro de Santa Teresinha têm objetivo social e de segurança pública. Essas áreas têm um forte potencial turístico, mas o fato de serem áreas escuras assusta o turista por questões de insegurança. A Iluminação Pública resgata o sentimento de segurança e atrai o turista para essas áreas trazendo consigo oportunidade de emprego e renda para as comunidades locais.

Por outro lado, esse investimento aumenta o consumo de energia e intensifica da poluição luminosa. Entretanto, a grande magnitude do impacto positivo para a sociedade no quesito investimento em ele-

trificação e aumento da segurança pública justifica a realização da obra. Sabe-se que a segurança pública é um elemento fundamental para a qualidade de vida da população e para o bom desenvolvimento da atividade turística.

Além disso, a cidade de Fortaleza tem grande potencial para investimento em fontes de energia limpa, entre elas a energia eólica e solar. A Praia Mansa, região da orla descrita no trecho 3 da unidade de paisagem III, possui aerogeradores e é um exemplo concreto do potencial da cidade para a produção de energias alternativas.

EDUCAÇÃO

Impacto 1

- Aumento da exigência de capacitação.

Classificação: Impacto positivo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos;
- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Medida Potencializadora:

- Promoção de atividades educativas voltadas para a capacitação da população para o mercado turístico.

Impacto 2

- Aumento das ofertas de cursos de capacitação e qualificação da população.

Classificação: Impacto positivo indireto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos;
- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Medida Potencializadora:

- Promoção de atividades educativas voltadas para a capacitação da população para o mercado turístico.

Descrição e Análise

Aumento da demanda turística aumenta a demanda de mão de obra qualificada. Incentivos públicos e privados estão atentos à questão da qualificação dessas pessoas que, além de serem empregados, também devem possuir condições pra manter sua qualidade de formação. O aumento da atividade turística aumenta a demanda por uma qualificação profissional. Entre elas, a necessidade de se falar línguas estrangeiras, de terem uma boa capacidade de acolhimento, postura, etc.

Todos esses fatores são ferramentas de inclusão social, levando os benefícios da atividade turística à co-

munidade. No caso do morro de Santa Teresinha, os investimentos em infraestrutura e as possibilidades da geração de emprego e renda e capacitação profissional interagem com a dinâmica da atividade turística, levando a inclusão social. Esses investimentos vão permitir a comunidade de exercer seu potencial empreendedor, permitindo à comunidade a gestão de seus próprios recursos humanos e financeiros.

O Morro de Santa Teresinha e a Praia do Futuro são áreas que abrigam comunidades pobres com muita carência, subemprego (empregadas domésticas, ambulantes, catadores de lixo). E o desenvolvimento do turismo permite a abertura de dois campos:

- Demanda de mão de obra que vai ser treinada.
- Empreendedorismo.

Um exemplo de empreendedorismo é a escolinha de surf que existe no Titanzinho com forte potencial de integração à atividade turística. É importante o diálogo entre o PRODETUR e o projeto Aldeia da Praia. A Praia do Futuro, o Titanzinho e o morro de Santa Teresinha são, de certa forma, inacessíveis ao turista. Portanto, essas áreas devem receber especial atenção e devem ser incluídas na dinâmica da atividade turística de Fortaleza. O turismo é uma ferramenta no combate à pobreza e que deve ser utilizada nessas comunidades. Para tal, é necessária uma ação coordenada entre empresários, poder público e comunidade. Atividade bem pensada e em conjunto faz com que o turismo traga e gere diversos benefícios socioeconômicos e educativos para a comunidade.

Atualmente, áreas da orla de Fortaleza onde serão implantados os recursos provenientes do PRODETUR registram grande quantidade de pessoas mendigando, crianças usando drogas nas ruas, pirataria, exploração sexual. A atividade turística pode intensificar de forma negativa os problemas socioeconômicos se não for realizado de forma a integrar essa realidade na busca de soluções possíveis. A capacitação de lideranças locais e a inclusão de atores diretamente relacionados com a comunidade (ONGs locais, Igrejas, sociedade civil organizada) devem ser mobilizadas e capacitadas a fim de incluí-las na elaboração de proposta.

Ciente da necessidade de capacitação, a SETFOR, através da empresa Indústrias Criativas, realizou uma pesquisa de demanda por Qualificação Profissional no Turismo Receptivo de Fortaleza, entre os meses de janeiro e julho de 2008, totalizando quase seis meses em campo. Tal pesquisa teve por objetivo levantar a demanda por qualificação profissional e empresarial junto aos empreendimentos turísticos e instituições representativas deste setor em Fortaleza. Foi realizada junto a dois públicos-alvo distintos: (a) Cadeia produtiva do turismo e (b) Profissionais do setor.

As necessidades de treinamento indicadas pelas empresas concentram-se no ensino de idiomas e no item atendimento (49% das indicações). A indicação de 8,2% das empresas para cursos sobre recursos humanos é um bom indício de que as mesmas estão preocupadas em modernizar a gestão de pessoal em seus empreendimentos. Outro tema bastante indicado refere-se às técnicas de vendas, o que tem também uma relação com a questão do atendimento.

Para um maior aproveitamento dos cursos de capacitação, a SETFOR propôs que, para cada área da cadeia produtiva do turismo e para cada região de Fortaleza, sejam adaptados os locais e a metodologia de ensino voltado para a prática. Os cursos sugeridos foram os de: Idiomas, Informática, Atendimento, Recursos Humanos, Alimentos e bebidas (A&B), Administração, Turismo, Vendas, Geografia e História.

Por abrir possibilidades de capacitação, O PRODETUR promove espaços de convívio entre a população local, população de outras áreas da cidade e turistas. É um projeto que gera possibilidades de interação entre esses diferentes grupos. Assim, o crescimento do turismo impõe a necessidade de capacitação profissional, o que, sem dúvida, representa um importante impacto positivo.

VIAS E TRASPORTES

Impacto 1

- Melhoria da acessibilidade e qualidade das vias com consequente melhoria do trânsito dos locais favorecidos com as obras de requalificação das vias de transporte.

Classificação: Impacto positivo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Potencializadora:

- Construção de ciclovias e incentivo a esse tipo de locomoção nos locais que serão requalificados.

Impacto 2

- Intensificação do tráfego nas vias requalificadas.

Classificação: Impacto negativo direto de baixa intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora

- Construção de ciclovias e incentivo a esse tipo de locomoção nos locais que serão requalificados.

Impacto 3

- Favorecimento da rua como espaço de sociabilidade.

Classificação: Impacto positivo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medidas Mitigadoras:

- Criação de estruturas que favoreçam o encontro e a socialização, tais como praças bem arborizadas, onde a população possa permanecer.

Impacto 4

- Aumento dos usuários de transporte público comprometendo o bom funcionamento dos mesmos, que já se encontram saturados.

Classificação: Impacto negativo indireto de baixa intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos;
- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Medidas Mitigadoras:

- Melhoria na qualidade do transporte público urbano;
- Construção de ciclovias e incentivo a esse tipo de locomoção nos locais que serão requalificados.

Descrição e Análise

As ações do PDTIS buscam incluir as diferentes comunidades na atual dinâmica turística da cidade de Fortaleza através de obras de revitalização urbana de praças, calçadão, mercados e vias de acesso. As vias de acesso promovem o deslocamento da população local e permitem a chegada dos turistas nessas áreas pouco visitadas, como é o caso atual do Morro de Santa Teresinha. A revitalização das vias de acesso, com o melhoramento da iluminação pública, favorece a rua como espaço de sociabilidade, melhorando não apenas a acessibilidade, mas o quadro da qualidade de vida. Além disso, a reapropriação da rua como espaço de sociabilidade ajuda, indiretamente, no aumento da segurança pública.

Por outro lado, a facilidade no acesso a lugares turísticos intensifica o tráfego e conseqüentemente a poluição atmosférica. Sabe-se bem que a poluição atmosférica nas cidades é uma das principais causas de doenças respiratórias. Esse impacto tem potencial de ser intensificado principalmente na Praia do Futuro, que já é um local muito visitado durante o dia e principalmente nos fins de semana. Facilidades na acessibilidade através de vias aumenta a necessidade de estacionamentos. Essa dinâmica de desenvolvimento intensifica a urbanização e conseqüentemente a impermeabilização dos solos. No caso da Praia do Futuro, pode intensificar o desmonte do campo de dunas. É importante salientar que os campos de dunas móveis da Praia do Futuro são citados no PDPFor, artigo 14/VII da sessão III (que trata do uso, preservação e conservação da biodiversidade da cidade de Fortaleza), como áreas de relevante interesse ecológico para a criação de unidades de conservação e que a Praia do Futuro é uma Zona de Interesse Ambiental (ZIA) como cita PDPFor, artigo 72/II da sessão IV (que trata das zonas de interesse ambiental).

Ainda assim, a premissa básica para o desenvolvimento da atividade turística é a acessibilidade e mobilidade do turista aos destinos turísticos, atributos fundamentais para a integração dos visitantes aos lugares. Em Fortaleza, a acessibilidade aos lugares turísticos da cidade dá-se principalmente por meio de vias terrestres através de carros particulares ou táxis e transporte público (ônibus e vans). Sabe-se que o modo de deslocamento do turista na área visitada é um fator fortemente impactante do meio ambiente. De uma forma direta, as vias de acessos possibilitam não só a chegada do turista, mas igualmente a acessibilidade da população local a outras regiões. A qualidade dessas vias também são importantes: iluminação pública, qualidade das calçadas, ciclovias, acesso a cadeirantes, faixas de pedestre, arborização com essências nativas. Os investimentos para o estabelecimento ou reestruturação de vias de acesso podem gerar emprego e renda para a população local tendo em vista a necessidade de mão-de-obra para a realização das obras. Indiretamente, essas ações podem favorecer: o aumento do sentimento de segurança através da boa qualidade de iluminação pública; a rua como espaço de sociabilidade pelo estabelecimento de infraestrutura que priorize o pedestre.

A integração das políticas públicas voltadas ao turismo somadas àquelas de transporte urbano, pode incentivar de forma positiva ações para a melhoria da qualidade do transporte coletivo, com a criação de novas linhas que beneficiem igualmente os turistas e a população. Políticas públicas, quando pensadas e planejadas juntas, trazem impactos positivos promovendo a expansão e melhoria do transporte coletivo. Indiretamente, um bom sistema de transporte coletivo diminui a intensidade do tráfego de veículos particulares e a necessidade de expansão de estacionamentos que provoca impermeabilização dos solos.

O sistema viário na Praia do Futuro ou a urbanização da Avenida Beira Mar e da Encosta do Conjunto Santa Teresinha promoverá melhorias na acessibilidade para pessoas que buscam esses locais, com benefício para a comunidade que vive no lugar.

A infraestrutura viária vai dar condições de acessibilidade universal. É conhecida a situação dos cadeirantes na Av. Beira Mar que hoje não é propícia para essa população, a qual será considerada no projeto de reestruturação dessas áreas, constituindo importante impacto positivo.

Atualmente, o transporte público de Fortaleza depende quase exclusivamente de ônibus. A diversificação dos serviços de transporte urbano, com a construção de ciclovias, VLT, expansão do sistema de integração, abertura de linhas par trens urbanos e metrô, é essencial para um desenvolvimento sustentável onde a atividade turística deve ser integrada. Além disso, o transporte público coletivo favorece, de forma indireta, a convivabilidade se for pensado como espaço de encontro.

Por outro lado, é preciso atenção para possíveis efeitos negativos da atividade. De forma direta o aumento da população flutuante aumenta a necessidade de um sistema de transporte adequado à demanda. Atualmente, as vias públicas de Fortaleza sofrem com o aumento da frota de veículos que cresceu 82% nos últimos 10 anos. O tráfego engarrafado causa grande desperdício de tempo no deslocamento das pessoas e é uma realidade na atual rotina da cidade. O aumento do fluxo de pessoas que chegam à Fortaleza soma-se a essa problemática. Assim, é necessário pensar o modo de deslocamento do turista na cidade como cita o artigo 35/IV da Política de Mobilidade “IV - priorização no espaço viário à circulação de pedestres, em especial às pessoas com deficiência e às pessoas com mobilidade reduzida, aos ciclistas e ao transporte público de passageiros”. É muito importante o respeito às leis de urbanismo da cidade. As áreas que não devem ser ocupadas não devem ser estimuladas à ocupação e as áreas que podem ser ocupadas devem ser saneadas e as áreas de ocupação irregular devem ser regularizadas ou relocadas.

No caso específico da área de implantação do PRODETUR Fortaleza, as zonas são heterogêneas no quesito acessibilidade e transporte. Particularmente Unidade de Paisagem III, há uma forte necessidade de implantação/reestruturação das vias de acesso, infraestrutura básica que permite a chegada do turista no local. Assim, investimento em obras de infraestrutura nesta área específica, pode levar a uma reorganização das áreas, permitindo o surgimento de novos “centros turísticos” e o melhoramento de sua utilização pela população. Por outro lado, o melhoramento da acessibilidade nesta zona, com a implantação e/ou reestruturação de vias de acesso e transporte público entre outros fatores, pode gerar uma valorização imobiliária da área, levando à expulsão da população de renda mais baixa.

SAÚDE

Impacto 1

- Aumento da incidência de turistas contaminados por doenças locais.

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medida Mitigadora:

- Fortalecimento do SUS.

Impacto 2

- Importação de doenças.

Classificação: Impacto negativo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medida Mitigadora:

- Fortalecimento do SUS

Impacto 3

- Sobrecarga em hospitais e postos de saúde.

Classificação: Impacto negativo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medidas Mitigadoras:

- Fortalecimento do SUS.
- Estabelecimento de programas de prevenção de doenças voltados para o turismo.

Descrição e Análise

Para um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável na Saúde, é importante considerar todas as determinantes epidemiológicas mais comuns que interagem no espaço urbano de Fortaleza de um lado, e, do outro, as determinantes epidemiológicas que podem ser somadas às epidemias locais pelo aumento do fluxo de pessoas de diferentes horizontes. As ações previstas no PDTIS não estão diretamente relacionadas à saúde. Entretanto, a saúde impacta diretamente a atividade Turística quando às sérias epidemias locais. No caso de Fortaleza, a dengue é uma das epidemias que pode atingir diretamente os turistas. Quando há forte ocorrência de epidemias, o fluxo de turista tende a diminuir e gera impactos consideráveis na economia.

O aumento do fluxo de pessoas vindas de fora aumenta a necessidade de infraestrutura hospitalar nas áreas turísticas com a necessidade do desenvolvimento de ações profiláticas e preventivas, principalmente nos períodos de alta estação. É preciso uma especial atenção e bom planejamento para que a população não venha a ser prejudicada pela população flutuante que pode vir a competir por essa infraestrutura e deixar os serviços congestionados.

O crescimento da população aumenta a necessidade de novos leitos, equipamentos e serviços apropriados. Além disso, há uma necessidade de criação de campanhas de educação e sensibilização em relação aos riscos de epidemias, banhos de mar, balneabilidade das praias, existência de sítios perigosos, segurança, cobertura de serviços salva vidas.

Há também riscos de proliferação de vetores de doenças. Os turistas também são vetores potenciais de dispersão de novas doenças. No caso do surgimento de uma nova epidemia internacional, os órgãos governamentais da saúde devem estar atentos e trabalhar em conjunto com a secretaria do turismo a fim de proporcionar medidas de controle da doença de forma eficaz quando necessário.

Um bom planejamento estratégico para o turismo sustentável deve estar atento para minimizar os riscos de exposição dos turistas a situações adversas, assim como garantir a segurança da saúde da popu-

lação residente quanto às epidemias que possam vir a ser importadas com a chegada de turistas.

Outros aspectos que devem ser avaliados são: a preparação dos postos de saúde para o acolhimento da população flutuante; atenção à importação de doenças pelo aumento do fluxo turístico, aumento do fluxo de pessoas em hospitais contaminadas por doenças locais (ex.: dengue, Insolação, afogamentos); uso de drogas.

HABITAÇÃO

Impacto 1

- Reordenamento urbano com conseqüente melhoria nas condições de habitação.

Classificação: Impacto positivo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Potencializadora:

- Planejamento urbano realizado de forma a favorecer integração entre áreas turísticas e áreas residenciais.

Impacto 2

- Aumento da especulação imobiliária e conseqüente gentrificação.

Classificação: Impacto negativo indireto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medidas Mitigadoras:

- Planejamento urbano realizado de forma a favorecer integração entre áreas turísticas e áreas residenciais.
- Políticas públicas para proteger a população residente da especulação.

Descrição e Análise

Com a valorização imobiliária de áreas que irão receber melhorias urbanas relacionadas ao Programa, essas poderão passar a ser procuradas por população de maior poder aquisitivo e os habitantes de menor renda progressivamente afastados. Esse processo gera uma nova estratificação social nessas áreas que reflete em alterações no padrão construtivo, comércio local e outros aspectos de vida urbana.

Por sua vez, a população "afastada" passa a procurar outras áreas da cidade para se assentar e interferindo nos processos urbanos. Toda essa dinâmica deve ser acompanhada pelos órgãos municipais competentes através de programa e/ou projetos específicos, órgãos esses que deverão atuar, dentro de suas competências, visando garantir os direitos dos cidadãos.

As Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) citadas no PDPFor, entre elas áreas a serem beneficiadas pelo PRODETUR, são áreas com prioridade de requalificação urbana, que dá prioridade à qualidade física das habitações dos moradores e prevê obras de revitalização urbanística. Estas são áreas habitadas por população de baixa renda, fruto de uma ocupação irregular, carente de regularização fundiária e infraes-

trutura. Têm ainda vazios urbanos, terrenos de propriedade privada que há muitos anos estão ociosos, ao mesmo tempo em que demanda espaço para a implementação de políticas públicas de habitação. O PRODETUR gera impactos positivos nessas áreas, potencializado a eficiência das obras em integração às já previstas pela prefeitura de Fortaleza.

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE

Impacto 1

- Diminuição da criminalidade pela geração de empregos e melhor distribuição de renda.

Classificação: Impacto positivo indireto de pequena intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos;
- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Medida Potencializadora:

- Planejamento adequando do turismo para adequar atividade às necessidades da população; fomentar o diálogo entre os diversos atores e gestores.

Impacto 2

- Aumento na criminalidade oriunda da discrepância social gerada por um turismo mal planejado.

Classificação: Impacto negativo indireto de pequena intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medidas Mitigadoras:

- Promoção de capacitações e atividades para preparar a comunidade para receber o turismo;
- Promover o diálogo entre as diversas esferas responsáveis pela segurança pública;
- Promover atividades educativas para os turistas.

Descrição e Análise

A violência é um fenômeno que envolve uma complexidade de conflitos e comportamentos, que assumem formas e dimensões alarmantes na cidade de Fortaleza. O medo gerado pelos constantes atos de violência na cidade de Fortaleza atrapalha a vida social, afeta a mobilidade das pessoas, alterando as rotinas diárias e, influenciando diretamente as viagens e roteiros turísticos. A segurança pública é um elemento indissociável no planejamento e desenvolvimento da atividade turística e determina a imagem da cidade como destino turístico.

A atividade turística afeta diretamente as atividades e o planejamento da Secretaria de Segurança já que existe a necessidade de uma forte mobilização de policiais e militares para áreas turísticas da cidade. Essa mobilização de policiais para áreas turísticas pode causar uma carência em outros setores da sociedade. É importante a manutenção contínua do diálogo entre a Secretaria de Segurança e a Secretaria do Turismo para um bom planejamento da atividade sem causar impactos negativos na segurança da população.

Os bairros do Cais do Porto e Vicente Pinzon precisa ter uma especial atenção no Plano de Desenvolvimento e Integração do Turismo Sustentável, principalmente quando se trata de inclusão social, repartição de benefícios. Dentro dos limites destes dois bairros estão as comunidades do Serviluz, Titanzinho, Morro de Santa Terezinha, Favela do Farol, Vizinho e Estivas. Esta área sofre com a violência urbana, falta de segurança pública, tráfico de drogas, insuficiência de escolas e de postos policiais. Atuais iniciativas políticas da prefeitura de Fortaleza buscam a instalação de infraestrutura urbana, equipamentos sociais, requalificação urbanística e regularização fundiária.

Recursos vindos do desenvolvimento turístico podem trazer impactos positivos, desenvolvendo atividades produtivas que ajudam a reduzir a criminalidade.

7.3 Aspectos Culturais

O turismo possui reconhecidamente força enquanto fenômeno social e econômico capaz de gerar impactos na esfera sociocultural, o que abrange fatores comportamentais dos turistas, da comunidade receptora e das suas inter-relações. A atividade turística causa impactos em diferentes esferas da expressão cultural, entre elas: as relações sociais, patrimônio material e imaterial, identidade. As consequências desses impactos também são diversas e vemos, através do desenvolvimento da atividade turística: a valorização dos produtos manufaturados locais, da herança cultural e do orgulho étnico; a valorização e preservação do patrimônio histórico-cultural; o intercâmbio cultural e troca de valores; a melhoria em infraestrutura pública; a geração de emprego e renda para a comunidade receptora.

Apesar dos benefícios gerados pela atividade turística, os impactos negativos podem ser consideráveis: super utilização de localidades; falta de controle local sobre a dinâmica da atividade cultural turística; trivialização ou perda de autenticidade da cultura local ou ainda a erosão cultural; aumento da utilização de drogas, da exploração sexual e da criminalidade; crescimento da especulação imobiliária; descaracterização do artesanato e arquitetura local; vulgarização das manifestações culturais.

Deve-se destacar que não é só o turismo a atividade responsável por tais mudanças. No mundo globalizado, as distâncias objetivas, subjetivas, simbólicas, culturais, diminuíram consideravelmente graças às atuais redes de comunicação. Nesse contexto, o turismo tem como importante impacto positivo o papel de manter o patrimônio cultural, através da valorização de ativos turísticos culturais próprios de cada povo, gerando emprego e renda para as comunidades receptoras.

RELAÇÕES SOCIAIS

Impacto 1

- Geração de emprego e renda e consequente melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade.

Classificação: Impacto positivo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos;
- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Medidas Potencializadoras:

- Criação de espaços para comercialização de artesanatos.

- Favorecimento da mão de obra local e promoção de projetos de capacitação da mesma para atender as demandas oriundas do mercado turístico.

Impacto 2

- Intercâmbio de culturas e troca de valores, favorecendo a diversidade.

Classificação: Impacto positivo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos;
- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Medida Potencializadora:

- Elaboração de políticas para a promoção do desenvolvimento e a democracia das expressões culturais.

Impacto 3

- Preservação do patrimônio material e imaterial, valorização da identidade local e fomento ao orgulho étnico.

Classificação: Impacto positivo indireto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos;
- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Medida Potencializadora:

- Estabelecimento de programas de incentivo à cultura popular.

Impacto 4

- Ressurgimento das culturas populares antes marginalizadas.

Classificação: Impacto positivo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos;
- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Medida Potencializadora:

- Elaboração de políticas para a promoção do desenvolvimento e a democracia das expressões culturais.

Impacto 5

- Descaracterização do artesanato e arquitetura local.

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Elaboração de políticas para a promoção do desenvolvimento e a democracia das expressões culturais.

Impacto 6

- Direcionamento das atividades e expressões culturais com conseqüente erosão cultural e homogeneização de culturas.

Classificação: Impacto negativo indireto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Elaboração de políticas para a promoção do desenvolvimento e a democracia das expressões culturais.

Impacto 7

- Distúrbio na rotina da população durante a realização das obras.

Classificação: Impacto positivo direto de grande intensidade.

- Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:
- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Potencializadora:

- Campanhas de comunicação e esclarecimento sobre a importância da obra.

Descrição e Análise

A qualidade de vida não pode estar relacionada apenas à qualidade ambiental física, mas também à satisfação psicológica individual e familiar dos indivíduos. O termo qualidade de vida deve ser entendido como a sensação de bem estar dos indivíduos, sendo este dependente tanto de fatores materiais e objetivos, quanto de aspectos subjetivos. Neste aspecto, as relações sociais possuem um papel fundamental na qualidade de vida da população, entre elas as relações entre habitantes e visitantes.

Um dos primeiros impactos positivos diretos na relação entre turista e habitante está na geração de emprego e renda. As relações entre turistas e habitantes também pode ser preservada quando existe um respeito mútuo através da preservação do patrimônio material e imaterial, da valorização da identidade local e do fomento ao orgulho étnico.

Quando o respeito não está entre as premissas básicas do desenvolvimento da atividade turística, impactos negativos podem ser observados tais quais: (i) descaracterização do artesanato e arquitetura local; (ii) erosão cultural e homogeneização de culturas. Essa desvalorização da identidade cultural traz tensões na relação entre habitantes e turistas diminuindo a qualidade da relação social entre esses grupos de pessoas.

ARTESANATO

Impacto 1

- Valorização do artesanato e artesãos.

Classificação: Impacto positivo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos

Medida Potencializadora:

- Medidas de valorização à profissão artesão e incentivo à continuidade da atividade pelas novas gerações.

Impacto 2

- Ampliação de oportunidades pela aumento da demanda de produtos turísticos.

Classificação: Impacto positivo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Potencializadora:

- Medidas de incentivo à comercialização e à valorização da produção.

Impacto 3

- Colaboração com a manutenção da identidade simbólica dos artesãos e locais de produção.

Classificação: Impacto positivo indireto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medidas Potencializadoras:

- Medidas de incentivo à comercialização e à valorização da produção.
- Criação e utilização de espaços educativos para socialização das técnicas artesanais.

Impacto 4

- Modificação no modo de produção artesanal para atender demandas comerciais.

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medidas Mitigadoras:

- Criação e utilização de espaços educativos para socialização das técnicas artesanais.
- Medidas de valorização à profissão artesão e incentivo à continuidade da atividade pelas novas gerações.

Impacto 5

- Transvaloração de produtos histórico-culturais em produtos vulgarmente comerciais.

Classificação: Impacto negativo indireto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medidas Mitigadoras:

- Medidas de incentivo à comercialização e à valorização da produção.

Impacto 6

- Relocação dos vendedores de artesanato e peixes durante a realização das obras.

Classificação: Impacto negativo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medida Mitigadora:

- Programa de compensação e apoio aos feiristas durante o período de adaptação.

Descrição e Análise

O artesanato é materialização do universo simbólico da população que o produz e exerce uma retomada de traços criativos e identitários de cada local. A comercialização de artesanatos, além de constituir um aumento de oportunidades de ocupação de mão-de-obra e geração de renda nas comunidades receptoras, colabora com a manutenção dessa identidade simbólica que caracteriza os artesãos e locais de produção, preservando sua história. Dentre os atrativos culturais, o artesanato pode ser destacado no setor turístico por ser um produto de grande valor histórico-cultural e diferenciado dos produtos industriais amplamente comercializados no mercado globalizado.

O turismo ajuda a potencializar a valorização do artesanato e artesãos e colabora com a manutenção da identidade simbólica da produção de artefatos locais. Por outro lado, pode-se observar modificação no modo de produção artesanal para atender demandas comerciais e a transvaloração de produtos histórico-culturais em produtos vulgarmente comerciais.

IDENTIDADE E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Impacto 1

- Fortalecimento da identidade, tradições e culturas da comunidade receptora.

Classificação: Impacto positivo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medida Potencializadora:

- Medidas educativas para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e identidade da comunidade, utilizando como mediador do processo os próprios traços culturais.

Impacto 2

- Geração do sentimento de pertencimento à comunidade, estabelecendo laços afetivos agregadores.

Classificação: Impacto positivo indireto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Gestão Ambiental.

Medida Potencializadora:

- Medidas educativas para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e identidade da comunidade, utilizando como mediador do processo os próprios traços culturais.

Impacto 3

- Descaracterização dos hábitos e costumes da população local, principalmente próximo às áreas turísticas.

Classificação: Impacto negativo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico

Medidas Mitigadoras:

- Medidas para fortalecer a autonomia local comunitária; integração comunitária aos equipamentos excludentes.

Impacto 4

- Relocação dos grupos de manifestações culturais durante a realização das obras, como capoeira e a feirinha de artesanato da Beira Mar.

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medidas Mitigadoras:

- Relocação provisória das atividades culturais para áreas próximas, havendo diálogo com a população sobre a importância das obras.

Descrição e Análise

Sabe-se que a atividade turística acaba, muitas vezes, por interferir nas identidades culturais locais. Com isso, cria-se uma expectativa negativa de que as manifestações de cultura popular possam se descarac-

terizar ou até mesmo se exaurir por completo, dando lugar à cultura de massa. Entretanto, observa-se que a atividade turística, quando planejada adequadamente, pode incentivar a perpetuação das manifestações culturais próprias das comunidades visitadas e que, em alguns casos, essa atividade favorece o ressurgimento das culturas populares antes marginalizadas, com algumas de suas características regionais modificadas ou não, para atender o mercado de consumo de bens simbólicos.

Como o produto do turismo não é somente o local visitado, mas diz respeito à experiência do lugar onde este ocorre, todo o universo simbólico de memórias vividas e criadas, em constante transformação, são igualmente importantes para formação de um cenário turístico. Assim, o turismo possibilita: (i) o fortalecimento da identidade, tradições e culturas da comunidade receptora; (ii) a geração do sentimento de pertencimento à comunidade, estabelecendo laços afetivos agregadores.

Por outro lado, é preciso ter atenção à descaracterização dos hábitos e costumes da população local, principalmente próximo às áreas turísticas. Se bem gerido, o turismo tem o poder de potencializar e valorizar as manifestações culturais como traço identitário do imaginário local.

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Impacto 1

- Paralisação do funcionamento de certos equipamentos durante a realização das obras.

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Relocação provisória das atividades culturais para áreas próximas, havendo diálogo com a população sobre a importância das obras.

Impacto 2

- Marginalização da população local em equipamentos culturais turísticos.

Classificação: Impacto negativo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medidas Mitigadoras:

- Criação e descentralização de equipamentos culturais;
- Promoção de atividade turística em equipamentos culturais comunitários;
- Incentivo à apropriação de espaços subutilizados.

Impacto 3

- Aumento da especulação imobiliária nas áreas próximas aos equipamentos culturais com consequente gentrificação.

Classificação: Impacto negativo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medidas Mitigadoras:

- Planejamento urbano realizado de forma a favorecer integração entre áreas turísticas e áreas residenciais.
- Políticas públicas para proteger a população residente da especulação.

Impacto 4

- Saturação dos espaços turísticos existentes.

Classificação: Impacto negativo indireto de média intensidade

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.

Medida Mitigadora:

- Criação e descentralização de novos equipamentos culturais.

Descrição e Análise

Equipamentos voltados ao turismo são essenciais para o bom desenvolvimento da atividade. Os equipamentos de turismo devem ser adequados à programação turística e associados aos locais de hospedagem e de atividades recreativas. Os equipamentos culturais como teatros, cinema, casas de show, centro culturais beneficiam não só os turistas, mas também a população. Entretanto, a população de Fortaleza é heterogênea, com uma ampla população de baixa renda que pode ficar à margem desses equipamentos por falta de condições econômicas de acesso.

Por outro lado, o não investimento em equipamentos culturais pode gerar a saturação dos espaços existentes, uma das razões pelas quais a descentralização da atividade cultural na cidade é importante. Outro importante impacto a ser relatado é a crescente especulação imobiliária em áreas de forte concentração e equipamentos turísticos e culturais, o que gera migração interna de uma população que não consegue mais manter-se no local devido ao aumento de taxas e tributos.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO

Impacto 1

- Valorização do patrimônio histórico-cultural da cidade.

Classificação: Impacto positivo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medida Potencializadora:

- Incentivo aos roteiros históricos, com promoção dos mesmos nos meios de comercialização da atividade turística.

Impacto 2

- Depreciação do patrimônio histórico e arqueológico

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico.

Medidas Mitigadoras:

- Tombamento e fiscalização do patrimônio;
- Avaliação prévia das áreas a serem edificadas;
- Programas de educação para o turismo.

Descrição e Análise

A perspectiva cultural do turismo nos aspectos arquitetônicos, históricos e arqueológicos surge com o movimento romântico do século XIX e estimula o interesse das pessoas em conhecer as origens dos povos e dos estados visitados. Percebe-se então a importância de um patrimônio material bem estudado e preservado que complementa o desenvolvimento da atividade turística. Desta forma, o turismo exerce um efeito positivo somada à vontade política de salvaguarda do patrimônio arquitetônico, histórico e arqueológico e suas funções na vida contemporânea.

Por outro lado, visitas sem controle, abandono do patrimônio, falta de investimento, leva à depreciação. Fortaleza é uma cidade que tem subestimado o valor do seu patrimônio material através de ações que impactam diretamente o patrimônio da cidade, como a demolição de palacetes e depreciação de fachadas de casas antigas. Ainda assim, Fortaleza conta com um belo patrimônio de forte potencial turístico, principalmente nas áreas de implantação do PRODETUR, como o Farol e o porto tradicional de jangadas do Mucuripe, a Igreja dos Pescadores, os antigos prédios dos clubes tradicionais de Fortaleza (Náutico e Ideal Clube), entre outros.

7.4 Impactos Institucionais

Os impactos no ambiente institucional são todos os impactos diretos e indiretos que estão associados à cidadania, incorporação de indivíduos ao processo de desenvolvimento, democratização da sociedade e do Estado, sistema tributário, sistema de contas e sistema de regulação.

Governança para o Desenvolvimento do Turismo

Governança é um conceito recente, que busca discutir a importância do envolvimento das comunidades nas fases de planejamento e de decisão das ações públicas. A governança emerge como preocupação nas políticas públicas do turismo no Brasil na década de 90, adotando-se o enfoque participativo. Foi neste período que os municípios passaram a ter mais autonomia política, administrativa e financeira para o planejamento e gestão da atividade turística, assumindo mais responsabilidades na execução de programas e políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social através do turismo.

Desta forma, o município é o agente mobilizador que garante a participação social nas ações públicas através da cooperação entre os diferentes níveis de governo e dos atores sociais. Essa nova visão do turismo permite não só a articulação dos atores entre si como a integração das políticas públicas nas áreas de educação, saúde e trabalho, que incorporam a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, PRODETUR prioriza a governança da atividade turística fazendo com que a municipalidade e as comunidades envolvidas apropriem-se do planejamento, implantação e gestão das ações a serem desenvolvidas.

Impacto 1

- Mobilização social para tomada de decisão e consequente incorporação de sugestões e preocupações da população ao mesmo.

Classificação: Impacto positivo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Gestão ambiental;
- Estratégia do produto turístico.

Medida Potencializadora:

- Mobilização da sociedade civil organizada e lideranças comunitárias; formação e envolvimento dos principais atores do turismo.
- Maximizar o potencial de comunicação virtual através de Websites, listas de e-mails.

Descrição e Análise

Governança é um conceito recente, que busca discutir a importância do envolvimento das comunidades nas fases de planejamento e de decisão das ações públicas. A governança emerge como preocupação nas políticas públicas do turismo no Brasil na década de 90, adotando-se o enfoque participativo. Foi neste período que os municípios passaram a ter mais autonomia política, administrativa e financeira para o planejamento e gestão da atividade turística, assumindo mais responsabilidades na execução de programas e políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social através do turismo.

Desta forma, o município é o agente mobilizador que garante a participação social nas ações públicas através da cooperação entre os diferentes níveis de governo e dos atores sociais. Essa nova visão do turismo permite não só a articulação dos atores entre si como a integração das políticas públicas nas áreas de educação, saúde e trabalho, que incorporam a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, PRODETUR prioriza a governança da atividade turística fazendo com que a municipalidade e as comunidades envolvidas apropriem-se do planejamento, implantação e gestão das ações a serem desenvolvidas.

Institucionalidade de Fortaleza

Impacto 1

- Mapeamento de interações e levantamento de informações relevantes para o planejamento da atividade turística.

Classificação: Impacto positivo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Fortalecimento Institucional;
- Estratégia do produto turístico.

Descrição e Análise

Os impactos, que direta ou indiretamente afetam a qualidade de vida de sua população, devem ser acompanhados por Políticas Públicas que atuem no sentido de amenizar ou até mesmo exterminar os possíveis danos. Desta forma, a cidade de Fortaleza, através das diferentes instituições governamentais e não governamentais podem atuar através dessas políticas para enfrentar de todas as formas os possíveis danos, adotando assim, estratégias de ações efetivas. Abaixo são citadas as instituições de Fortaleza importantes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade turística.

- Prefeitura Municipal de Fortaleza (SER II, AMC, SEMAN - Lei do Silêncio, SETFOR, SECEL, SEINF, FUNCET, FUNCII, EMLURB, Guarda Municipal e Defesa Civil, Áreas de Fiscalização, de Vigilância Sanitária, de Liberação de Alvará de Funcionamento);
- SETUR;
- SSPDS (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros);
- SECULT (Centro Dragão do Mar);
- STDS (Educadores Sociais – Amarelinhos), Núcleo de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil);
- SEFAZ, DETRAN, SEDUC, SESPORTE, SEMACE;
- Juizado da Infância e Juventude;
- Polícia Federal;
- SEBRAE e SENAC;
- ONGs;
- Associações de Moradores.

Entretanto, a fragilidade na articulação institucional de Fortaleza pode lentificar as ações previstas para melhorar a atuação da atividade turística na cidade. Os turistas, assim como os agentes turísticos, por sua vez, podem encontrar dificuldades na realização de suas atividades por não saberem a quem recorrer em casos de problemas precisos. Além disso, uma boa articulação evita a multiplicidade de ações voltadas para o mesmo objetivo reduzindo os gastos públicos.

Nesse quadro preciso, onde a institucionalidade encontra-se mal articulada, a atividade turística pode sobrecarregar as diferentes secretarias que, sem comunicação adequada, multiplicam as ações para o acolhimento do turista desperdiçando recursos públicos.

Participação social

Impacto 1

- Incorporação de sugestões e preocupações da população ao processo de decisão.

Classificação: Impacto positivo direto de grande intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Gestão Ambiental;
- Estratégia do produto turístico.

Medida Potencializadora:

- Mobilização da sociedade civil organizada e lideranças comunitárias; formação e envolvimento dos principais atores do turismo.

Impacto 2

- Aumento de gastos públicos.

Classificação: Impacto negativo direto de média intensidade.

Componente/Ação que potencializa o impacto:

- Estratégia de Produto Turístico;
- Infraestrutura e serviços básicos.
- Gestão Ambiental
- Fortalecimento Institucional

Descrição e Análise

A participação popular nos projetos e ações a serem realizados para o desenvolvimento da atividade turística em Fortaleza é garantido por lei e expostos nos artigos 296 a 299 do PDPFor que trata dos instrumentos de participação popular. Transcreve-se a seguir o texto referido:

Seção I

Audiências, Debates e Consultas Públicas

Art. 296 - A audiência pública é uma instância de discussão, na qual os cidadãos são convidados a exercer o direito à informação e à manifestação, que tem por finalidade informar e esclarecer dúvidas sobre planos e projetos que possam atingir, direta ou indiretamente, os interesses dos fortalezenses.

Art. 297 - Os debates referentes à política urbana consistem na exposição de razões, argumentos sobre um determinado tema, possibilitando um exame conjunto e poderão ser realizados para esclarecimentos não esgotados na audiência pública.

Art. 298 - A consulta pública é uma instância consultiva que poderá ocorrer na forma de assembleias, nas quais a Administração Pública tomará decisões baseadas no conjunto de opiniões expressas pela população interessada.

Art. 299 - A convocação para a realização de audiências públicas referentes às questões urbanas serão realizadas com antecedência de 15 (quinze) dias, por meio de ampla divulgação, mediante publicação no Diário Oficial e no endereço eletrônico do Poder Executivo Municipal. § 1º - Todos os documentos relativos aos temas das audiências públicas, tais como estudos, plantas, planilhas e projetos, serão colocados à disposição de qualquer interessado para exame e extração de cópias, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização da respectiva audiência pública. § 2º - As audiências públicas deverão ocorrer em local e horário acessível aos interessados. § 3º - Ao final de cada reunião será lavrada uma ata contendo os pontos discutidos, que será anexada ao processo correspondente. § 4º - A ata de cada audiência pública servirá de base para subsidiar as decisões às temáticas nelas expostas.

Desta forma, os investimentos do PRODETUR para o ordenamento da atividade turística possibilitará a mobilização e apropriação da população às questões relativas ao desenvolvimento sustentável do turismo na cidade de Fortaleza, podendo este ser realizado de forma a atender as aspirações dos diferentes atores envolvidos. A participação popular é uma das melhores formas de integrar as problemáticas específicas de cada área às ações a serem realizadas. Entretanto, o bom andamento da mobilização popular demanda investimento o que gera aumento dos gastos públicos.

Logística

Impacto 1

- Aceleração de respostas aos processos.

Classificação: Impacto positivo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto:

- Fortalecimento Institucional.

Impacto 2

- Melhoria do atendimento à população visitante e residente.

Classificação: Impacto positivo direto de média intensidade.

Componente/Ação do PRODETUR que potencializa o impacto

- Fortalecimento Institucional.

Descrição e Análise

O turismo é uma atividade transversal que afeta diretamente a logística do setor que atende a atividade (hotéis, restaurantes, agências de viagem, agências de transporte), assim como toda uma rede de serviços em seu entorno (centros comerciais, feiras, farmácias, centros culturais e de lazer). Desta forma o impacto do turismo na logística é multisetorial e segue a lógica do mercado, interferindo tanto na produção e venda de produtos locais como aqueles do mercado internacional.

A definição dos impactos da atividade turística na logística da cidade de Fortaleza é complexa, mesmo sabendo que Fortaleza é uma cidade que tem sua economia diretamente ligada ao desenvolvimento do turismo. Isso porque o turismo é uma atividade sem limitações estruturais claras, pois acontece através da complementaridade de serviços expressa na intersectorialidade.

Porém, por ser uma atividade com forte transitoriedade e instabilidade na demanda, é possível que a logística voltada ao turismo seja alterada caso fatores externos venham a interferir na demanda, como no caso da última crise econômica mundial onde as viagens diminuíram consideravelmente.

Este impacto pode ser sentido consideravelmente quando se desenvolve um turismo massificado, com destinos concentrados, dependente do aporte de capital estrangeiro e intensificação de empreendimentos e serviços com quadro sem capacitação adequada.

Legislação vigente

Impacto 1

- Consonância da legislação municipal com a Política Nacional de Turismo

Classificação: Impacto negativo direto de grande intensidade.

Componente/Ação que potencializa o impacto:

- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Impacto 2

- Adequação da legislação municipal para o turismo sustentável.

Classificação: Impacto positivo indireto de média intensidade.

Componente/Ação que potencializa o impacto:

- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Descrição e Análise

Atualmente, a política do município de Fortaleza para o turismo segue os princípios nacionais que visam garantir a sustentabilidade da atividade. Essas diretrizes estão garantidas na forma de lei e expostas nos artigos 52 à 54 do PDPFor. Segue-se abaixo a transcrição do texto de lei:

Da Política de Turismo

Art. 52 - A política municipal de turismo visa valorizar o patrimônio turístico da cidade, no sentido de fomentar o desenvolvimento sustentável de base local, respeitando suas múltiplas inter-relações de importância social, econômica, cultural e ambiental, estabelecendo equilíbrio adequado entre essas 4 (quatro) dimensões, para garantir sua sustentabilidade e qualidade de vida para a população, e seus visitantes.

Art. 53 - Constituem diretrizes da política de desenvolvimento turístico: I - respeito às tradições locais e às diversidades socioculturais; II - promoção e formatação de produtos e serviços turísticos, com base local, fazendo uso das tradições locais de modo que a atividade contribua para a inclusão socioeconômica; III - formação dos recursos humanos para o desenvolvimento turístico do Município; IV - estimular a requalificação, reabilitação, ampliação da infraestrutura, conservando e valorizando as potencialidades turísticas, ambientais e culturais, com o respeito à diversidade sociocultural; V - prevenção e enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de seres humanos relacionados à atividade turística, especialmente a exploração sexual de crianças e adolescentes, articulado entre os órgãos da administração pública municipal e com os demais entes da federação e representantes da sociedade civil organizados; VI - constituição de um sistema de informações turísticas vinculado ao Sistema de Informação Municipal (SIM), atualizado continuamente; VII - promover os diversos tipos, formas e modalidades de turismo, a ser definido pelo Plano Diretor de Turismo; VIII - incentivo ao turismo através da promoção da cultura, do lazer e do esporte, numa perspectiva que valorize a memória, as identidades e a cultura urbanas; IX - implementação de políticas de turismo socialmente inclusivas, vinculadas à geração de emprego, trabalho e renda, fortalecendo os elos da cadeia produtiva do turismo; X - estimular a descentralização do desenvolvimento turístico e a diversificação da oferta turística, como instrumentos de inclusão social; XI - definir e implementar formas de planejamento e gestão contínuas e participativas do turismo no Município; XII - fortalecimento dos mecanismos de divulgação da cidade de Fortaleza associada à sua Região Metropolitana como região turística sustentável; XIII - promover o empreendedorismo e a socioeconomia solidária como mecanismos de inclusão das comunidades locais na cadeia produtiva do turismo; XIV - estímulo à integração das instituições públicas, privadas, e entidades da sociedade civil organizada (Terceiro Setor); XV - fortalecimento institucional do órgão municipal competente; XVI - consolidar o turismo como um dos principais indutores do desenvolvimento socioeconômico do Município; XVII - estimular ações voltadas para o segmento de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida no tocante à capacitação de mão-de-obra voltada para o turismo, à adequação do produto para o receptivo e à captação de fluxos; XVIII - incentivar a produção de mecanismos de controle da qualidade de produtos e serviços turísticos, públicos e privados, para que atendam plenamente às expectativas dos turistas e contemplem os interesses da população local; XIX - estimular políticas de conscientização turística intra e extrainstitucional; XX - inibir a sazonalidade turística; XXI - constituição de uma política

pública de inclusão turística plena, garantindo às pessoas com deficiência acessibilidade aos equipamentos turísticos, promovendo o rompimento de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e instrumentais.

Art. 54 - São ações estratégicas da política de turismo: I - elaborar o Inventário da Oferta Turística de Fortaleza, promovendo sua atualização contínua, para subsidiar a elaboração e/ou revisão do Plano Diretor de Turismo de Fortaleza e a realização de um diagnóstico prospectivo no intervalo de 5 (cinco) anos; II - elaborar e implementar o Plano Diretor de Turismo de Fortaleza; III - criar e implementar um sistema de informações turísticas no Município, vinculado ao SIM; IV - estimular a criação de cooperativas populares para exploração das atividades turísticas; V - desenvolver programas de qualificação profissional e técnica na área do turismo, priorizando a população local; VI - priorizar os investimentos de infraestrutura turística nas seguintes áreas do Município: a) Barra do Ceará; b) Centro; c) Praia de Iracema; d) Beira Mar; e) Morro de Santa Teresinha; f) Praia do Futuro; g) unidades de conservação; h) Messejana; i) Grande Parangaba; j) Benfica; l) Lagoa Redonda. VII - desenvolver e implementar um plano turístico do Centro de Fortaleza articulado às políticas dos diversos órgãos da administração pública municipal; VIII - elaborar e implementar o Plano de Urbanização e de Requalificação da Orla Marítima de Fortaleza, levando em consideração as políticas de turismo, de desenvolvimento econômico e de meio ambiente, constantes deste Plano Diretor, assim como as diretrizes do Projeto Orla e os costumes e tradições locais, a fim de equacionar essas variáveis, objetivando o bem-estar social; IX - priorizar o uso sustentável do espaço turístico, seguindo os princípios da desconcentração e descentralização, com a diversificação dos pólos de turismo, no sentido de favorecer o desenvolvimento de atividades turísticas geradoras de trabalho e renda em todo o território municipal, buscando a integração com os Municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza; X - realizar ações que estimulem o crescimento do fluxo turístico, apoiando e fortalecendo mecanismos de captação e realização de eventos, em todas as épocas do ano.

Dessa forma, as leis municipais estão em consonância com as diretrizes nacionais. Sendo as ações promotoras do turismo desenvolvidas de acordo com a lei, estas vão proporcionar à cidade de Fortaleza o início do processo de mudança de paradigma nas questões que envolvem desenvolvimento e turismo, passando para uma dimensão que busca entender as relações múltiplas entre sociedade, cultura, economia e meio ambiente, aonde o turismo vem para potencializar o equilíbrio adequado dessas interações.

Sistema tributário

Impacto 1

- Maior arrecadação de impostos e tributos.

Classificação: Impacto positivo direto de grande intensidade.

Componente/Ação que potencializa o impacto:

- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Impacto 2

- Melhoria na condição de vida da população local pelo reinvestimento dos recursos arrecadados.

Classificação: Impacto positivo indireto de grande intensidade.

Componente/Ação que potencializa o impacto:

- Gestão Ambiental;
- Fortalecimento Institucional.

Descrição e Análise

São impostos de competência do município aqueles relativos à: (i) Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); (ii) Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos (ITIV), a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos a sua aquisição; (iii) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Tanto o aumento do fluxo de turistas como as obras previstas de revitalização e construção de equipamentos turísticos afetam a arrecadação tributária.

O aumento do fluxo de turistas impacta diretamente a arrecadação de impostos sobre serviço (ISS) já que o turismo aumenta a demanda de serviços. Dessa forma a arrecadação de impostos sobre os serviços também aumenta proporcionalmente à medida que os turistas consomem esses serviços.

As obras de revitalização em áreas turísticas da cidade, através de ações de urbanização impacta diretamente a arrecadação tributária do IPTU, pois essas obras valorizam os imóveis da área. Esse impacto pode ser positivo para o mercado imobiliário, mas por outro lado, pode provocar o deslocamento da população de baixa renda intensificando a segregação sócio-espacial. Indiretamente, os investimentos em obras impactam a arrecadação do ISS por promover a atratividade turística local aumentando o fluxo de turistas que visitam o local.

7.5 Síntese dos impactos gerais identificados

Para melhor apresentação e visualização dos impactos gerais identificados, apresenta-se na sequência um quadro-síntese dos mesmos em sua relação com os aspectos e suas respectivas subáreas.

Partindo da referida síntese e realizando uma análise com base nos Fatores Críticos Estratégicos identificados no diagnóstico, serão estabelecidos os Impactos Estratégicos na sequência.

TABELA 17 – QUADRO-SÍNTESE DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS

ASPECTO	SUBÁREA	IMPACTOS
AMBIENTAL	Drenagem	Saturação potencial do sistema de drenagem
	Abastecimento de água	Diminuição na disponibilidade de água, devido ao aumento do consumo desse recurso
	Resíduos sólidos	Acúmulo de resíduos sólidos e não recicláveis, devido ao aumento da produção e consumo de produtos que causam o impacto.
		Aumento de vetores de doenças, haja vista o aumento do acúmulo de resíduos que favorecem a proliferação das populações de vetores de doença, podendo assim comprometer a saúde pública.
		Geração de emprego e renda na rede de reciclagem.
	Resíduos sólidos da construção civil	Acúmulo de entulhos e de resíduos não recicláveis
	Campo de Dunas	Compactação do campo de dunas através de obras de urbanização, contribuindo para fixação artificial desse componente ambiental
		Perda progressiva de reservatório natural de água doce
	Faixa de Praia	Intensificação do processo de urbanização da faixa de praia
		Impermeabilização da faixa de praia
		Alteração da paisagem por obras de engenharia costeira (aterro)
		Diminuição da área superficial de “beach-rocks”
		Erosão da biodiversidade associada aos “beach-rocks” e diminuição de áreas de desova de animais marinhos de importância econômica (lagosta, camarão)
	Bacias Hidrográficas	Intensificação do processo de urbanização das bacias hidrográficas
		Possível perda de mata ciliar e assoreamento
		Diminuição da poluição por obras de saneamento
		Diminuição do aporte natural de água
	Fauna e flora urbana	Valorização da biodiversidade urbana como ativo turístico
		Conservação da biodiversidade urbana
		Expansão de espécies exóticas e/ou invasoras
	Estuários	Valorização da paisagem cênica estuarina como ativo turístico culminando em preservação desses ecossistemas
		Conservação do estuário
		Intensificação da construção de vias de acesso próximo a regiões estuarinas
Degradação dos ecossistemas estuarinos		
Unidades de conservação	Aumento do ecoturismo em unidades de conservação, culminando em conservação dessas unidades	
	Degradação ambiental ocasionada pela sobrecarga de visitantes	

ASPECTO	SUBÁREA	IMPACTOS	
	Ecosistema marinho	Valorização e conseqüente conservação dos ecossistemas marinhos	
		Intensificação da poluição devido ao aumento da frota náutica motorizada	
		Diminuição de áreas de desova de animais marinhos de importância econômica (lagosta, camarão)	
ECONÔMICO	Emprego e Renda	Geração de emprego e renda através de maior movimentação da economia local e diversificação das atividades econômicas.	
		Dependência de atividade econômica flutuante e geração de empregos temporários na construção civil	
	Energia	Melhoramento das condições de iluminação pública melhorando as condições de segurança pública	
		Aumento do consumo de energia	
	Vias e Transporte	Melhoramento da acessibilidade e qualidade das vias com conseqüente melhoria do trânsito dos locais favorecidos com as obras de requalificação das vias de transporte	
		Intensificação do tráfego nas vias requalificadas	
		Favorecimento da rua como espaço de sociabilidade	
		Aumento dos usuários de transporte público comprometendo o bom funcionamento dos mesmos, que já se encontram saturados	
	SOCIAL	Educação	Aumento da exigência de capacitação
			Aumento das ofertas de cursos de capacitação e qualificação da população
Saúde		Aumento da incidência de turistas contaminados por doenças locais	
		Importação de doenças	
		Sobrecarga em hospitais e postos de saúde	
Habitação		Reordenamento urbano com conseqüente melhoria nas condições de habitação	
		Aumento da especulação imobiliária e conseqüente gentrificação	
Segurança Pública/ Criminalidade		Diminuição da criminalidade pela geração de empregos e melhor distribuição de renda	
		Aumento na criminalidade oriunda da discrepância social gerada por um turismo mal planejado	

ASPECTO	SUBÁREA	IMPACTOS
CULTURAL	Relações sociais	Geração de emprego e renda e consequente melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade
		Intercâmbio de culturas e troca de valores, favorecendo a diversidade
		Ressurgimento das culturas populares antes marginalizadas
		Preservação do patrimônio material e imaterial, valorização da identidade local e fomento ao orgulho étnico
		Descaracterização do artesanato e arquitetura local
		Direcionamento das atividades e expressões culturais com consequente erosão cultural e homogeneização de culturas
		Distúrbio na rotina da população durante a realização das obras
	Artesanato	Valorização do artesanato e artesãos
		Ampliação de oportunidades pela aumenta da demanda de produtos turísticos
		Colaboração com a manutenção da identidade simbólica dos artesãos e locais de produção
		Modificação no modo de produção artesanal para atender demandas comerciais
		Transvalorização de produtos histórico-culturais em produtos vulgarmente comerciais
		Relocação dos vendedores de artesanato e peixes durante a realização das obras
	Identidade e manifestações culturais	Fortalecimento da identidade, tradições e culturas da comunidade receptora
		Geração do sentimento de pertencimento à comunidade, estabelecendo laços afetivos agregadores
		Descaracterização dos hábitos e costumes da população local, principalmente próximo às áreas turísticas
		Relocação dos grupos de manifestações culturais durante a realização das obras, como capoeira e a feirinha de artesanato da Beira Mar
	Equipamentos culturais	Paralisação do funcionamento de certos equipamentos durante a realização das obras
		Marginalização da população local em equipamentos culturais turísticos
		Aumento da especulação imobiliária nas áreas próximas aos equipamentos culturais com consequente gentrificação
Saturação dos espaços turísticos existentes		
Patrimônio histórico e arqueológico	Valorização do patrimônio histórico-cultural da cidade	
	Depreciação do patrimônio histórico e arqueológico	

ASPECTO	SUBÁREA	IMPACTOS
INSTITUCIONAL	Governança para o desenvolvimento do turismo	Mobilização social para tomada de decisão e consequente incorporação de sugestões e preocupações da população ao mesmo
	Institucionalidade de Fortaleza	Mapeamento de interações e levantamento de informações relevantes para o planejamento da atividade turística
	Participação social	Incorporação de sugestões e preocupações da população ao processo de decisão
		Aumento de gastos públicos
	Logística	Aceleração de respostas aos processos
		Melhoria do atendimento à população visitante e residente
	Legislação vigente	Consonância da legislação municipal com a Política Nacional de Turismo
		Adequação da legislação municipal para o turismo sustentável
	Sistema tributário	Maior arrecadação de impostos e tributos
		Melhoria na condição de vida da população local pelo reinvestimento dos recursos arrecadados

FONTE: ADAPTADO DE PDTIS FORTALEZA

7.6 Identificação e análise dos Impactos positivos e negativos à partir dos Fatores Críticos Estratégicos

Conforme apresentado na análise acima, muitas das ações do programa podem potencializar, de forma positiva e/ou negativa, os impactos presentes na área de implantação. Estes impactos estão sintetizados em função dos componentes estratégicos do PRODETUR no anexo II deste documento, porém, faz-se necessário apresentar os Fatores Críticos estabelecidos no diagnóstico para que seja possível identificar quais impactos deverão ser considerados estratégicos.

7.6.1 Impactos e sua relevância estratégica

Uma vez apresentados os Fatores Críticos Estratégicos, foi estabelecida uma metodologia para a identificação dos impactos de maior relevância do ponto de vista estratégico, levando em consideração o horizonte de planejamento e a visão de futuro, fornecidos pela linha de base e diagnóstico estratégico.

Para estabelecer os impactos considerados mais relevantes, os impactos gerais foram analisados para cada um dos Fatores Críticos listados acima, sendo atribuído um valor arbitrário dentre 1, 2, 3 e 4 de acordo com o grau de relevância a saber:

1. Sem relevância
2. Pouco relevante
3. Relevante
4. Muito relevante

Ao final, aqueles impactos que aparecerem com a pontuação mais alta (de 24 a 32 pontos), foram considerados estratégicos.

TABELA 18 – RELEVÂNCIA DOS IMPACTOS DE ACORDO COM OS FATORES CRÍTICOS

IMPACTOS	FATORES CRÍTICOS								TOTAL
	Consolidação da imagem da cidade de Fortaleza como os demais destinos turísticos do Estado, promovendo também a valorização dos próprios atrativos da cidade, contando com a boa estrutura institucional hoje existente.	Motivação ao combate de problemas sociais tais como a prostituição e problemas ambientais como a destinação final de resíduos para proporcionar melhores condições da cidade aos fortalezenses e aos visitantes, sobretudo com as atuais demandas de grandes eventos.	CONSCIEN- TIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE FORTALEZA PARA A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE TURÍSTICA E INCLUSÃO DA MESMA PARA QUE TENHAM OPORTUNIDADES RELACIONADAS AO TURISMO	Fiscalização mais ativa e legislação urbana e ambiental mais rigorosa para melhor adequação da cidade.	Atualização cons- tante dos Estudos de Mercado e acompanhamento do Plano de Desen- volvimento Inte- grado do Turismo Sustentável, com vistas a identifica- ção e fortalecimen- to dos diferenciais e casos de sucesso;	Necessida- de de re- qualificação urbana e ambiental estabe- lecidas em Plano Diretor com ativa parti- cipação da população	Necessidade de ampliação e manuten- ção do patrimônio cultural, natural, arquitetônico e imaterial visando manter a competi- vidade com outros atrativos turísticos, inclusive os interna- cionais com a che- gada dos grandes eventos esportivos	Manutenção constante das rodovias, equipamentos e estruturas essenciais que viabilizam o acesso a Forta- leza e a per- manência em boas condições ambientais e urbanas.	
Saturação potencial do sistema de drenagem	2	3	1	2	4	4	2	1	19
Diminuição na disponi- bilidade de água, devido ao aumento do consumo desse recurso	3	3	1	2	1	1	3	3	17
Acúmulo de resíduos sólidos e não recicla- veis, devido ao aumen- to da produção e con- sumo de produtos que causam o impacto.	2	2	2	4	1	3	3	2	19
Aumento de vetores de doenças, haja vista o aumento do acú- mulo de resíduos que favorecem a prolifera- ção das populações de vetores de doença, podendo assim com- prometer a saúde pública.	4	3	1	4	3	3	3	3	24
Geração de emprego e renda na rede de reci- clagem.	1	1	1	2	3	3	2	1	15



Acúmulo de entulhos e de resíduos não recicláveis	3	3	3	3	4	4	4	3	3	1	3	24
Compactação do campo de dunas através de obras de urbanização, contribuindo para fixação artificial desse componente ambiental	4	4	4	2	1	3	3	1	3	1	1	19
Perda progressiva de reservatório natural de água doce	3	2	2	2	1	4	4	1	4	2	1	19
Intensificação do processo de urbanização da faixa de praia	4	4	4	4	2	3	3	2	3	2	2	24
Impermeabilização da faixa de praia	4	4	4	4	1	4	4	1	4	2	2	24
Alteração da paisagem por obras de engenharia costeira (aterro)	4	2	3	3	1	4	4	1	3	1	1	19
Diminuição da área superficial de "beach-rocks"	3	2	1	2	1	4	4	2	4	2	2	19
Erosão da biodiversidade associada aos "beach-rocks" e diminuição de áreas de desova de animais marinhos de importância econômica (lagosta, camarão)	3	2	1	2	1	4	4	2	4	2	2	19
Intensificação do processo de urbanização das bacias hidrográficas	3	2	3	2	2	2	4	1	4	2	2	19
Possível perda de mata ciliar e assoreamento	3	4	3	4	3	4	4	2	4	1	2	24
Diminuição da poluição por obras de saneamento	4	2	4	2	2	4	4	2	4	2	2	24

Diminuição do aporte natural de água	2	3	3	3	3	3	2	1	2	19
Valorização da biodiversidade urbana como ativo turístico	4	4	4	2	4	4	1	1	1	24
Conservação da biodiversidade urbana	4	4	4	1	2	4	2	2	3	24
Expansão de espécies exóticas e/ou invasoras	2	2	1	1	4	4	2	2	3	19
Valorização da paisagem cênica estuarina como ativo turístico culminando em preservação desses ecossistemas	4	3	1	1	4	4	4	1	1	19
Conservação do estuário	3	3	3	2	2	2	2	2	2	19
Intensificação da construção de vias de acesso próximo a regiões estuarinas	4	2	4	2	2	2	2	1	2	19
Degradação dos ecossistemas estuarinos	3	3	3	3	4	4	4	4	4	28
Aumento do ecoturismo em unidades de conservação, culminando em conservação dessas unidades	4	4	3	2	4	4	3	3	4	27
Degradação ambiental ocasionada pela sobrecarga de visitantes	4	2	4	3	4	2	2	3	2	24
Valorização e consequente conservação dos ecossistemas marinhos	4	3	2	3	4	4	4	2	2	24
Intensificação da poluição devido ao aumento da frota náutica motorizada	2	2	3	2	4	4	4	1	1	19



Diminuição de áreas de desova de animais marinhos de importância econômica (lagosta, camarão)	2	2	2	2	1	4	3	2	3	19
Geração de emprego e renda através de maior movimentação da economia local e diversificação das atividades econômicas.	4	4	4	4	4	3	3	1	1	24
Dependência de atividade econômica flutuante e geração de empregos temporários na construção civil	3	4	4	4	4	3	3	2	1	24
Melhoramento das condições de iluminação pública melhorando as condições de segurança pública	4	4	4	4	2	3	4	3	3	25
Aumento do consumo de energia	4	4	4	2	2	4	4	3	2	25
Aumento da exigência de capacitação	4	4	4	3	4	1	1	1	1	19
Aumento das ofertas de cursos de capacitação e qualificação da população	3	3	2	2	3	2	3	1	1	18
Melhoramento da acessibilidade e qualidade das vias com consequente melhoria do trânsito dos locais favorecidos com as obras de requalificação das vias de transporte	4	2	4	4	4	2	4	4	4	28
Intensificação do tráfego nas vias requalificadas	3	4	4	4	3	4	4	1	1	24

Favorecimento da rua como espaço de sociabilidade	3	3	2	4	2	3	1	1	1	19
Aumento dos usuários de transporte público comprometendo o bom funcionamento dos mesmos, que já se encontram saturados	3	1	3	3	2	3	1	1	2	18
Aumento da incidência de turistas contaminados por doenças locais	3	3	2	2	3	2	2	2	2	19
Importação de doenças	3	3	2	2	2	2	1	1	3	18
Sobrecarga em hospitais e postos de saúde	3	3	2	3	2	2	1	1	1	17
Reordenamento urbano com consequente melhoria nas condições de habitação	2	2	4	4	4	4	2	2	2	24
Aumento da especulação imobiliária e consequente gentrificação	3	4	4	3	4	4	1	1	1	24
Diminuição da criminalidade pela geração de empregos e melhor distribuição de renda	4	3	1	4	2	2	1	1	2	19
Aumento na criminalidade oriunda da discrepância social gerada por um turismo mal planejado	3	3	2	2	2	2	1	1	1	16
Geração de emprego e renda e consequente melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade	3	3	3	3	2	2	1	1	2	19
Intercâmbio de culturas e troca de valores, favorecendo a diversidade	4	3	2	3	2	2	1	1	1	18

Ressurgimento das culturas populares antes marginalizadas	3	3	1	4	2	2	2	2	2	19
Preservação do patrimônio material e imaterial, valorização da identidade local e fomento ao orgulho étnico	4	2	3	4	4	2	4	2	2	25
Descaracterização do artesanato e arquitetura local	4	4	2	4	3	3	2	2	2	24
Direcionamento das atividades e expressões culturais com consequente erosão cultural e homogeneização de culturas	3	3	1	4	2	2	2	2	1	18
Distúrbio na rotina da população durante a realização das obras	2	4	4	4	4	4	1	1	1	24
Valorização do artesanato e artesãos	4	4	2	4	1	1	2	2	1	19
Ampliação de oportunidades pela aumento da demanda de produtos turísticos	4	4	4	4	3	3	1	1	1	24
Colaboração com a manutenção da identidade simbólica dos artesãos e locais de produção	3	3	1	4	2	2	2	2	1	18
Modificação no modo de produção artesanal para atender demandas comerciais	4	3	2	3	2	2	1	1	1	18

Transvalorção de produtos histórico-culturais em produtos vulgarmente comerciais	2	2	3	2	2	2	2	2	1	1	15
Relocação dos vendedores de artesanato e peixes durante a realização das obras	3	3	4	3	1	2	2	2	1	1	18
Fortalecimento da identidade, tradições e culturas da comunidade receptora	4	4	2	1	2	2	2	2	2	2	19
Geração do sentimento de pertencimento à comunidade, estabelecendo laços afetivos agregadores	2	4	2	4	2	2	2	2	1	1	18
Descaracterização dos hábitos e costumes da população local, principalmente próximo às áreas turísticas	2	2	2	4	2	2	2	2	1	1	16
Relocação dos grupos de manifestações culturais durante a realização das obras, como capoeira e a feirinha de artesanato da Beira Mar	2	3	2	4	2	2	2	2	1	1	17
Paralisação do funcionamento de certos equipamentos durante a realização das obras	3	2	3	3	3	3	3	1	1	2	18
Marginalização da população local em equipamentos culturais turísticos	2	3	1	2	2	2	2	2	3	3	18



Aumento da especulação imobiliária nas áreas próximas aos equipamentos culturais com consequente gentrificação	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	31
Saturação dos espaços turísticos existentes	4	4	4	4	3	3	3	4	4	4	4	29
Valorização do patrimônio histórico-cultural da cidade	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	32
Depreciação do patrimônio histórico e arqueológico	3	3	4	4	3	4	4	4	4	2	2	25
Mobilização social para tomada de decisão e consequente incorporação de sugestões e preocupações da população ao mesmo	3	4	3	4	4	4	4	4	4	3	3	28
Mapeamento de interações e levantamento de informações relevantes para o planejamento da atividade turística	4	4	4	4	4	4	3	3	4	4	3	29
Incorporação de sugestões e preocupações da população ao processo de decisão	3	4	4	4	4	4	4	4	2	3	3	28
Aumento de gastos públicos	3	4	4	4	4	3	3	4	4	4	4	29
Aceleração de respostas aos processos	3	4	2	4	4	2	2	1	1	1	1	19
Melhoria do atendimento à população visitante e residente	4	4	3	4	4	2	2	2	1	1	1	21
Consonância da legislação municipal com a Política Nacional de Turismo	4	4	4	2	4	4	4	4	4	4	4	30

Adequação da legislação municipal para o turismo sustentável	4	4	3	2	4	4	4	4	4	4	29
Maior arrecadação de impostos e tributos	3	3	4	3	3	3	3	1	1	1	21
Melhoria na condição de vida da população local pelo reinvestimento dos recursos arrecadados	3	4	4	4	3	3	3	4	2	2	27

Com base na Tabela 18 são considerados como Estratégicos os seguintes Impactos, divididos entre positivos e negativos:

Impactos de caráter positivo

- Diminuição da poluição por obras de saneamento
- Valorização da biodiversidade urbana como ativo turístico
- Aumento do ecoturismo em unidades de conservação, culminando em conservação dessas unidades
- Valorização e consequente conservação dos ecossistemas marinhos
- Geração de emprego e renda através de maior movimentação da economia local e diversificação das atividades econômicas.
- Melhoramento das condições de iluminação pública melhorando as condições de segurança pública
- Melhoramento da acessibilidade e qualidade das vias com consequente melhoria do trânsito dos locais favorecidos com as obras de requalificação das vias de transporte
- Reordenamento urbano com consequente melhoria nas condições de habitação
- Preservação do patrimônio material e imaterial, valorização da identidade local e fomento ao orgulho étnico
- Ampliação de oportunidades pela aumento da demanda de produtos turísticos
- Valorização do patrimônio histórico-cultural da cidade
- Mobilização social para tomada de decisão e consequente incorporação de sugestões e preocupações da população ao mesmo
- Mapeamento de interações e levantamento de informações relevantes para o planejamento da atividade turística
- Incorporação de sugestões e preocupações da população ao processo de decisão
- Consonância da legislação municipal com a Política Nacional de Turismo
- Adequação da legislação municipal para o turismo sustentável
- Melhoria na condição de vida da população local pelo reinvestimento dos recursos arrecadados

Impactos de caráter negativo

- Aumento de vetores de doenças, haja vista o aumento do acúmulo de resíduos que favorecem a proliferação das populações de vetores de doença, podendo assim comprometer a saúde pública.
- Acúmulo de entulhos e de resíduos não recicláveis
- Intensificação do processo de urbanização da faixa de praia
- Impermeabilização da faixa de praia
- Possível perda de mata ciliar e assoreamento
- Degradação dos ecossistemas estuarinos
- Degradação ambiental ocasionada pela sobrecarga de visitantes
- Dependência de atividade econômica flutuante e geração de empregos temporários na construção civil
- Aumento do consumo de energia

- Intensificação do tráfego nas vias requalificadas
- Aumento da especulação imobiliária e consequente gentrificação
- Descaracterização do artesanato e arquitetura local
- Distúrbio na rotina da população durante a realização das obras
- Aumento da especulação imobiliária nas áreas próximas aos equipamentos culturais com consequente gentrificação
- Saturação dos espaços turísticos existentes
- Depreciação do patrimônio histórico e arqueológico
- Aumento de gastos públicos

É importante ressaltar que as divisões realizadas para a classificação dos impactos em diferentes classes de causas é artificial e muitas vezes tornam a análise reducionista. Estes impactos acima identificados, em muitas situações interagem entre si ou acumulam-se no tempo e no espaço, mostrando dessa forma uma análise que permita a visualização dessas interações. Os tópicos abaixo resalta essa análise.

7.7 Análise dos Impactos sinérgico/cumulativos

Os efeitos sinérgicos dizem respeito à alteração significativa na dinâmica ambiental a partir da acumulação de impactos locais provocados por mais de um empreendimento. Essa alteração deve ser representativa de uma mudança em um mesmo aspecto econômico, social, ambiental ou institucional. (GONÇALVES, 2009, p. 93-94).

No mesmo sentido, Milaré (2011) esclarece que a “sinergia é o efeito ou força ou ação resultante da conjunção simultânea de dois ou mais fatores, de forma que o resultado é superior à ação dos fatores individualmente, sob as mesmas condições”. Portanto, são cumulativos os impactos ou efeitos capazes de ensejarem alteração significativa na dinâmica ambiental a partir da acumulação de impactos locais, provocados por mais de um empreendimento.

Ao se realizar uma análise referente a um contexto abrangente como o turismo, estes impactos deverão ser considerados em sua totalidade, por isso, a matriz a seguir apresenta a interação dos impactos, considerando de que maneira os mesmos impactarão estrategicamente. Para tal, uma Matriz de Interação foi construída para a avaliação dos impactos gerais, onde todos os fatores foram cruzados entre si, sendo a célula de intercessão entre dois fatores indicativa do tipo (positivo ou negativo) e o grau (grande, médio ou pequeno) dos impactos sinérgico/cumulativos.

TABELA 19 - IMPACTOS SINÉRGICOS / CUMULATIVOS

FATORES	IMPACTOS SINÉRGICOS / CUMULATIVOS																			GRAU DE IMPACTO																
	AMBIENTAIS									Econômico					Social			CULTURAIS				INSTITUCIONAIS														
	Drenagem	Abastecimento de água	Esgotamento	Resíduos sólidos	Resíduos sólidos da construção civil	Resíduos sólidos	Resíduos sólidos da construção civil	Campo de Dunas	Faixa de Praia	Bacias Hidrográficas	Fauna e flora urbana	Estuários	Unidades de conservação	Ecosistema marinho	Emprego e Renda	Vias e transporte	Energia	Educação	Saúde	Habituação	Segurança Pública/Criminalidade	Relações sociais	Artesanato	Identidade e manifestações culturais	Equipamentos culturais	Patrimônio histórico e arqueológico	Governança para o desenvolvimento do turismo	Institucionalidade de Fortaleza	Participação social	Logística	Legislação vigente	Sistema tributário				
Drenagem																																				
Abastecimento de água		NM																																		
Esgotamento			NM																																	
Resíduos sólidos				NM																																
Resíduos sólidos da construção civil					NM																															
Campo de Dunas						NM	PM																													
Faixa de Praia																																				
Bacias Hidrográficas																																				
Fauna e flora urbana																																				
Estuários																																				
Unidades de conservação																																				
Ecosistema marinho																																				

De acordo com a Matriz de Impactos Sinérgicos/Cumulativos merecem destaque aqueles que se apresentam como impactos de Grande Magnitude, sendo estes positivos ou negativos.

Na Tabela 19 observa-se o cruzamento dos impactos “ambientais x ambientais”, onde se verifica a existência de 11 impactos negativos de grande magnitude e 05 impactos positivos de grande magnitude, sendo os impactos referentes a drenagem e resíduos sólidos os de maior incidência de caráter negativo e os impactos referentes ao esgotamento, os que mais preponderam de caráter positivo.

Estes resultados podem servir como ótimos indicativos de que os impactos estratégicos identificados merecem atenção especial, como por exemplo os impactos: “Aumento de vetores de doenças, haja vista o aumento do acúmulo de resíduos que favorecem a proliferação das populações de vetores de doença, podendo assim comprometer a saúde pública” e “Acúmulo de entulhos e de resíduos não recicláveis”.

Na Tabela 20 já se verificar o cruzamento dos impactos “ambientais x sócioeconômicos”, onde se verificam um número bem maior de impactos positivos de toda ordem, do que impactos negativos, que ficaram restritos as obras referente à construção de vias.

Merece destaque ainda o cruzamento de impactos culturais com impactos ambientais e sócioeconômicos, na tabela 21, onde se constata uma quantidade muito superior de impactos positivos, reforçando que alguns objetivos estratégicos deverão ser fortalecidos tais como: Aumento do ecoturismo em unidades de conservação, culminando em conservação dessas unidades; Valorização e consequente conservação dos ecossistemas marinhos; Geração de emprego e renda através de maior movimentação da economia local e diversificação das atividades econômicas; Melhoramento das condições de iluminação pública melhorando as condições de segurança pública; Melhoramento da acessibilidade e qualidade das vias com consequente melhoria do trânsito dos locais favorecidos com as obras de requalificação das vias de transporte; e Reordenamento urbano com consequente melhoria nas condições de habitação; dentre outros.

Por fim, na tabela 22 é possível observar a interação dos impactos institucionais com todos os demais impactos, onde apesar de haverem poucos impactos negativos, merece destaque a questão logística relacionada aos resíduos sólidos, problemática geradora de muitos outros impactos para a sociedade como um todo. Por outro lado, mais uma vez preponderam os impactos positivos os quais reforçam a necessidade de investimentos no sentido de fortalecer os fatores críticos relacionados.

7.8 Medidas para evitar / mitigar / compensar os impactos negativos

A partir dos impactos negativos considerados estratégicos pela AAE, são indicadas as medidas propostas para evitar tais impactos. Caso não exista possibilidade de evitar estes impactos, são propostas ações para mitigar os mesmos. Em último caso, são recomendados processos de compensação ambiental para ações não mitigáveis.

Podem ocorrer **impactos negativos** de curto e longo prazo, se o planejamento para o turismo não for adequado e participativo; se não se realizarem os projetos de desenvolvimento institucional; se o dimensionamento e desenho das obras não estiverem adequados e/ou se não estiverem considerados os aspectos ambientais e sociais no desenvolvimento dos projetos.

As Tabelas apresentadas mais adiante mostram as medidas para evitar/ mitigar/ compensar tais impactos negativos no âmbito do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA de acordo com a área impactada. Maiores detalhes são apresentados nas tabelas dos anexos I e II.

TABELA 23 - MEDIDAS PARA EVITAR / MITIGAR /COMPENSAR OS IMPACTOS DE ACORDO COM A ÁREA IMPACTADA

ÁREA IMPACTADA	MEDIDAS PARA EVITAR / MITIGAR /COMPENSAR OS IMPACTOS NEGATIVOS
AMBIENTAL	<p>Medidas educativas para evitar o acúmulo de lixo em vias públicas</p> <p>Intensificação dos serviços de limpeza.</p> <p>Medidas educativas para evitar o desperdício de água</p> <p>Estimular a utilização de banheiros secos em áreas turísticas</p> <p>Estabelecimento de programa de coleta seletiva</p> <p>Estabelecimento de parceria com associação de catadores</p> <p>Cumprimento da legislação ambiental vigente e fiscalização</p> <p>Cumprimento da legislação de uso e ocupação dos solos relativa à faixa de praia e fiscalização</p> <p>Cumprimento da legislação de uso e ocupação dos solos relativa aos corpos d'água e fiscalização</p> <p>Priorização de diversas essências nativas na arborização das áreas turísticas</p> <p>Cumprimento da legislação relativa aos estuários e fiscalização</p> <p>Cumprimento das diretrizes estabelecidas no SNUC relativas ao turismo em Unidades de Conservação</p> <p>Estabelecimento de programas de educação ambiental</p> <p>Estabelecimento de parceria com ONGs locais para consolidação de programas de conservação da biodiversidade marinha</p> <p>Evitar obras de aterro em área de "beach-rocks"</p>
Econômico	<p>Integração da atividade turística a outras atividades da economia local</p> <p>Utilização de lâmpadas econômicas em obras públicas</p> <p>Promoção de programas de capacitação</p>
Social	<p>Promoção do diálogo entre as diversas esferas responsáveis pela segurança pública</p> <p>Promoção de atividades educativas para os turistas.</p> <p>Estabelecimento de programa de redirecionamento da mão de obra</p> <p>Estabelecimento de programa de apoio à comunidade</p> <p>Fortalecimento do Sistema Único de Saúde e adequação do SUS às problemáticas específicas de saúde pública vinculadas ao turismo</p> <p>Políticas públicas para proteger a população residente da especulação imobiliária</p>

Cultural	Estabelecimento de programas de incentivo à cultura popular
	Garantir a melhora da qualidade de vida da população
	Criação e utilização de espaços educativos para socialização das técnicas artesanais
	Medidas para fortalecer a autonomia comunitária
	Integração comunitária aos equipamentos excludentes
	Criação e descentralização de equipamentos culturais
	Promoção de manifestações culturais locais como ativo turístico
	Tombamento e fiscalização do patrimônio histórico, arquitetônico e arqueológico
	Estabelecimento de campanhas de comunicação e esclarecimento sobre a importância da obra
	Programa de compensação e apoio aos feirantes durante o período de adaptação
Institucional	Relocação das atividades culturais para áreas próximas
	Avaliação prévia das áreas a serem edificadas
	Qualificação dos atores envolvidos
	Investimento em comunicação e informação.
	Maximizar o potencial de comunicação virtual

7.9 Medidas para potencializar / maximizar os impactos positivos

Para os impactos do programa considerados positivos, são propostas ações para a potencialização/ maximização destes impactos, visando a maior proteção possível ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

As Tabelas apresentadas a seguir mostram as medidas a serem tomadas decorrentes dos impactos positivos da atividade turística no âmbito do PRODETUR NACIONAL. Maiores detalhes são expressos nos anexos I e II.

TABELA 24 - MEDIDAS PARA POTENCIALIZAR OS IMPACTOS POSITIVOS DE ACORDO COM A ÁREA IMPACTADA

ÁREA IMPACTADA	MEDIDAS PARA POTENCIALIZAR / MAXIMIZAR OS IMPACTOS POSITIVOS
AMBIENTAL	<p>Estabelecimento de programa de coleta seletiva; parceria com associação de catadores</p> <p>Estabelecimento de corredores ecológicos nas ações de paisagismo das áreas turísticas</p> <p>Estímulo ao ecoturismo</p> <p>Estabelecimento controlado e promoção de atividades turísticas em UCs</p> <p>Garantir a balneabilidade dos mares zona costeira</p> <p>Estabelecimento de programa especial de reciclagem de entulho</p>
Econômica	<p>Favorecer obras em vias mal-iluminadas</p> <p>Fomentar o diálogo entre os diversos atores e gestores</p>
Social	<p>Implantação de programas de capacitação direcionados ao mercado turístico</p> <p>Integração entre áreas turísticas e áreas residenciais</p> <p>Planejamento adequando do turismo para adequar atividade às necessidades da população</p>
Cultural	<p>Criação de espaços para comercialização de artesanato</p> <p>Elaboração de políticas para a promoção do desenvolvimento e a democracia das expressões culturais</p> <p>Medidas de incentivo à comercialização e à valorização da produção</p> <p>Medidas de valorização à profissão artesão e incentivo à continuidade da atividade pelas novas gerações</p> <p>Medidas educativas para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e identidade da comunidade, utilizando como mediador do processo os próprios traços culturais</p> <p>Criação de equipamentos culturais descentralizados; utilização de espaços subutilizados.</p> <p>Criação e descentralização de equipamentos culturais</p> <p>Promoção de atividade turística em equipamentos culturais comunitários</p> <p>Incentivo aos roteiros históricos</p>
Institucional	<p>Fomentar o diálogo entre os atores relevantes</p> <p>Mapeamento das interações institucionais</p> <p>Mobilização da sociedade civil organizada e lideranças comunitárias</p> <p>Formação e envolvimento dos principais atores do turismo</p> <p>Melhor conhecimento da cadeia logística influenciada pela atividade turística</p>

8. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Este capítulo tem por objetivo definir cenários de desenvolvimento do turismo em Fortaleza dentro do Programa de Desenvolvimento do Turismo PRODETUR NACIONAL FORTALEZA, visando estabelecer as bases conceituais e operacionais à tomada de decisão, no âmbito do processo de planejamento do setor produtivo, no que diz respeito às suas finalidades, visão estratégica, projetos e ações, com a perspectiva de se promover o desenvolvimento do turismo de forma ambientalmente sustentável.

A construção e análise dos cenários futuros do PRODETUR NACIONAL do Município de Fortaleza contemplam: (i) a proposição de uma visão de futuro desejada para o turismo na região; (ii) os objetivos de sustentabilidade para o desenvolvimento do turismo na cidade; (iii) o cenário de referência (CR) com a projeção do turismo de acordo com a atual dinâmica da atividade; (iv) o cenário de desenvolvimento PRODETUR (CDP) com a projeção da do turismo de acordo com os impactos potenciais das intervenções previstas no PDITS; (v) o cenário de desenvolvimento e sustentabilidade (CDS) com as projeções do quadro de sustentabilidade da atividade turística na cidade de Fortaleza; (vi) e as recomendações de ajuste, correções, ações complementares, e medidas a serem consideradas no PDITS.

Para alcançar os objetivos propostos, foram definidos: a visão de futuro e os objetivos de sustentabilidade do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA. Identificou-se e avaliou-se de forma qualitativa as ameaças (impactos estratégicos negativos externos), oportunidades (impactos estratégicos positivos externos), fraquezas (impactos estratégicos negativos internos) e forças (impactos estratégicos positivos internos) considerando os riscos ambientais associados a esses impactos.

A Visão de Futuro para o turismo de Fortaleza foi construída de acordo com os princípios da sustentabilidade e adequada à realidade da cidade de Fortaleza, captada através dos trabalhos de diagnóstico e levantamento de impacto, assim como dos diversos encontros entre a Secretaria de Turismo e o corpo técnico que desenvolveu o presente estudo.

A partir da Visão de Futuro, os objetivos de sustentabilidade para o desenvolvimento do turismo na cidade foi desenvolvido de acordo com a capacidade da cidade de Fortaleza em sua globalidade atingir um bom grau de sustentabilidade ambiental. Esta perspectiva é mais global e mais abrangente pois, sabe-se que a atividade turística deve ser inserida em um contexto mais amplo onde a sustentabilidade é alcançada em todos os seus aspectos.

Um dos fatores mais importantes para a realização do planejamento ambiental é analisar, em tempos futuros, a capacidade de manejo ou de implantação das diretrizes propostas. Nesse sentido, como instrumento para esse planejamento, muitos autores sugerem a elaboração de cenários (PERES & MEDIONDO, 2004).

O estudo do cenário de uma região é uma das principais formas de avaliação do meio ambiente, principalmente quando se procura garantir a preservação ambiental, buscando níveis compatíveis de qualidade ambiental e satisfação das relações mantidas entre si. É importante destacar que o objetivo de um estudo de cenário não é prever o futuro, mas sim organizar, sistematizar e delimitar as incertezas, explorando os pontos de mudança e de manutenção dos rumos, possibilitando dessa forma que se tracem estratégias e ações, tanto no âmbito do planejamento, como também antecipando situações de crise.

A construção dos Cenários de Referência tiveram como base para sua elaboração tanto o diagnóstico socioambiental do estudo quanto a análise de algumas obras já instaladas na cidade, como a requalificação e reforma geral dos espaços do calçadão da Praia de Iracema e o projeto Vila do Mar, com parceria entre os governos federal, estadual e municipal. Para o Cenário de Desenvolvimento, consideraram-se os investimentos previstos no PRODETUR NACIONAL FORTALEZA e os impactos que estes acarretarão

à cidade. Para ambos os cenários, foram consideradas as estruturas das Unidades de Conservação e situação das Áreas de Preservação Permanente, os lugares turísticos que serão beneficiados e outros investimentos previstos.

Uma vez elaborados os Cenários de Referência e Desenvolvimento, fez-se uma análise das forças, fraquezas oportunidades e ameaças de tais cenários. Para o conjunto de fatores (forças, fraquezas, ameaças e oportunidades) identificados, construiu-se uma matriz cruzada para subsidiar a análise da sinergia entre estes fatores. Uma vez a matriz construída, pode-se realizar uma análise qualitativa dessas interações. Esse quadro oferece a sustentação necessária para a análise comparativa e a estruturação do Cenário de Sustentabilidade. Neste cenário, incorporam-se, ainda, as diretrizes e as recomendações para subsidiar a tomada de decisão, com base nos impactos e riscos identificados.

Os cenários permitem avaliar a capacidade das ações propostas no PRODETUR NACIONAL FORTALEZA em alcançar os objetivos de sustentabilidade e se estão adequados à visão de futuro do turismo em Fortaleza.

Por fim, são apresentadas as conclusões e recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA e propostas para a implantação de mecanismos de monitoramento e avaliação ambiental do Programa.

8.1 Visão de Futuro

Historicamente, a economia é uma variável prioritária dentro das tomadas de decisão nos projetos de desenvolvimento. Entretanto, as atividades econômicas modernas têm gerado passivos ambientais por vezes irreversíveis. As consequências herdadas deste modelo de desenvolvimento têm levado à tentativa de integrar outras variáveis além da economia, entre elas questões relativas ao meio-ambiente e ao desenvolvimento social, à efetiva tomada de decisão em projetos de desenvolvimento. Dentro de uma dinâmica global, as sociedades têm se mobilizado em suas diferentes esferas de atuação na busca e consolidação de ações mais sustentáveis, o que significa um desenvolvimento que não comprometa a qualidade de vida das gerações atuais e futuras. As diversas publicações e documentos oficiais que atualmente tratam da questão trazem a visão de futuro que as comunidades buscam para alcançar localmente esse objetivo global.

Para o estabelecimento da visão de futuro sustentável do turismo na cidade de Fortaleza, buscou-se referências específicas em dois importantes documentos oficiais que tratam da questão: O Plano Diretor do Município e o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Fortaleza. Baseou-se ainda em outras publicações nacionais e internacionais para a consolidação da visão de futuro desenvolvida neste presente estudo.

O município de Fortaleza, no seu Plano Diretor (2009) busca consolidar o turismo como um dos principais indutores do desenvolvimento socioeconômico do Município e estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável da atividade, visando a integração da mesma às dimensões social, ambiental, econômica e cultural da cidade, de forma a estabelecer o equilíbrio adequado entre estas múltiplas inter-relações. Para garantir a sustentabilidade da atividade turística e a qualidade de vida da população residente e flutuante, a política municipal para o turismo visa:

- Valorizar o patrimônio turístico da cidade respeitando as tradições locais e as diversidades socio-culturais além de incentivar o desenvolvimento do turismo através da promoção da cultura, do lazer e do esporte, numa perspectiva que valorize a memória, as identidades e a cultura urbana;
- Promover produtos e serviços turísticos, com base local, fazendo uso das tradições locais, de modo que a atividade contribua para a inclusão socioeconômica; Implementar políticas de

turismo socialmente inclusivas, vinculadas à geração de emprego, trabalho e renda, fortalecendo os elos da cadeia produtiva do turismo e qualificando recursos humanos para o desenvolvimento turístico do Município;

- Estimular a requalificação, reabilitação, ampliação da infraestrutura, conservando e valorizando as potencialidades turísticas, ambientais e culturais, com o respeito à diversidade sociocultural;
- Prevenir e enfrentar a exploração sexual e o tráfico de seres humanos relacionados à atividade turística, especialmente a exploração sexual de crianças e adolescentes, articulado entre os órgãos da administração pública municipal e com os demais entes da federação e representantes da sociedade civil organizada;
- Instaurar um sistema de informações turísticas vinculado ao Sistema de Informação Municipal (SIM), atualizado continuamente e fortalecer os mecanismos de divulgação da cidade de Fortaleza associada à sua Região Metropolitana como região turística sustentável, promovendo os diversos tipos, formas e modalidades de turismo, a ser definido pelo Plano Diretor de Turismo e consolidar o fortalecimento institucional do órgão municipal competente;
- Definir e implementar formas de planejamento e gestão contínuas e participativas do turismo no Município, Estimulando a integração das instituições públicas, privadas, e entidades da sociedade civil organizada (Terceiro Setor) além de estimular a descentralização do desenvolvimento turístico e a diversificação da oferta turística, como instrumentos de inclusão social;
- Promover o empreendedorismo e a socioeconomia solidária como mecanismos de inclusão das comunidades locais na cadeia produtiva do turismo além de incentivar a produção de mecanismos de controle da qualidade de produtos e serviços turísticos, públicos e privados, para que atendam plenamente às expectativas dos turistas e contemplem os interesses da população local;
- Constituir uma política pública de inclusão turística plena, garantindo às pessoas com deficiência: acessibilidade aos equipamentos turísticos, promovendo o rompimento de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e instrumentais, além de estimular ações voltadas para o segmento de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida no tocante à capacitação de mão-de-obra voltada para o turismo, à adequação do produto para o receptivo e à captação de fluxos;
- Inibir a sazonalidade turística e estimular políticas de conscientização turística intra e extra institucional;

Outro importante documento oficial que traz as preocupações dos fortalezenses referentes à sustentabilidade da atividade turística na cidade é o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). O PDITS foi desenvolvido dentro do quadro do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA e especifica locais estratégicos da cidade com grande potencialidade para o desenvolvimento do turismo. O documento traz um diagnóstico preciso do atual contexto do turismo em Fortaleza e aponta diretrizes importantes a serem consideradas para que a atual atividade tenha ampla condição de desenvolvimento, entre elas destacam-se:

- Priorizar em igualdade de condições os três segmentos turísticos que a cidade possui – Lazer e Entretenimento, Eventos e Negócios. Assim, a visão de futuro para o turismo em Fortaleza deve objetivar destaques obrigatórios, equivalentes na medida em que ações de convalidação e fortalecimento de cada um desses segmentos e produtos componentes repercutem favoravelmente sobre toda a cadeia do turismo local, seus equipamentos e procedimentos.
- Entender que a atividade turística em Fortaleza é parte de uma economia diversificada e que, mesmo estando sediada em um dos principais polos metropolitanos do Brasil, deve estar soli-

damente inserida no mercado global de destinos internacionais de referência.

- Oferecer ao público atrativos naturais rigorosamente protegidos e preservados, em equilíbrio com os contextos urbanos diversificados, qualificados e seguros, devidamente estruturados em padrões de modelagem recomendados pela experiência internacional recente, relacionados à obrigatória permanência das referências e tradições locais que incluem a valorização do patrimônio histórico, a relevância da paisagem litorânea e dos ecossistemas naturais, as manifestações da arte e expressão cultural.

A inclusão das preocupações socioambientais no turismo é recente e as políticas públicas que regulamentam a atividade turística têm passado por profundas modificações, principalmente no que se refere à atuação do poder público nas questões socioambientais ligadas ao turismo. O atual Plano Diretor do Município, no tocante à inclusão das questões ambientais e sociais como prioridade das políticas públicas para o desenvolvimento da atividade turística, foi instaurado em 2009 depois de cinco anos de debates e divergências. Nesse contexto, percebe-se a recente intenção da municipalidade de Fortaleza, através do Plano Diretor, de estabelecer diretrizes sustentáveis que permitam a integração das dimensões social, ambiental e cultural da cidade no desenvolvimento do turismo. No que se refere ao PDITS percebe-se igualmente a inclusão dessas preocupações, porém com uma abrangência bem mais ampla, mas ressaltando a importância da necessidade de buscar meios para melhorar a qualidade de vida da população sem comprometer a qualidade do meio em que se vive.

Esses dois documentos de base, por terem usado mecanismos participativos de elaboração e aprovação, refletem a visão de futuro trazida pela municipalidade de Fortaleza e que representa, dentro de suas possibilidades, a visão de futuro da comunidade envolvida. Percebe-se que as preocupações levantadas a nível local, refletem as discussões nacionais e internacionais que atualmente desenrolam-se em torno das problemáticas de sustentabilidade. O Ministério do Turismo, em suas diferentes publicações, ressalta a importância de considerar as especificidades locais, o bom uso dos recursos naturais, a qualidade ambiental e a inclusão social no desenvolvimento do turismo. Para a consolidação de tais princípios tem adotado como política o incentivo ao desenvolvimento descentralizado dos projetos de desenvolvimento da atividade. Esta diretriz é igualmente defendida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), órgão que atualmente fomenta os projetos públicos ligados ao desenvolvimento turístico.

Para o turismo, a qualidade ambiental, as paisagens cênicas e a diversidade biológica podem tornar-se atrativos que potencializam de forma positiva o desenvolvimento econômico da atividade ao mesmo tempo em que favorecem a conservação ambiental e o desenvolvimento social. Para que a atividade alcance um alto grau de sustentabilidade é preciso garantir igualmente sua viabilidade econômica, qualidade ambiental local, inclusão social e apropriação popular no desenvolvimento da mesma.

Com base no exposto, a Visão de Futuro para a atividade turística em Fortaleza, estabelecida a partir da presente Avaliação Ambiental Estratégica é ***desenvolver um turismo economicamente viável, baseado na integridade e diversidade do meio ambiente natural, cultural e social onde a atividade ocorre, garantindo a sustentabilidade da atividade no meio, e desenvolvendo as condições adequadas para a proteção e conservação dos recursos naturais e inclusão social.***

8.2 Objetivos de Sustentabilidade para o Turismo

Atualmente, a atividade turística em Fortaleza abrange principalmente o turismo de lazer em praia e entretenimento assim como eventos e turismo de negócios. A intensificação da atividade a partir dos anos noventa potencializou impactos socioambientais inerentes do modelo de desenvolvimento da época.

Tendo sido desenvolvido principalmente na zona de orla da cidade, os impactos decorrentes do turismo somaram-se aos impactos da ocupação desordenada. A intensificação do desenvolvimento voltado à atividade turística tem acelerado, na orla de Fortaleza, a degradação de espaços naturais sensíveis (como campos de dunas e zonas ribeirinhas), acentuando a perda de áreas verdes com forte impermeabilização e perda de solos devido à urbanização desordenada. Observa-se ainda uma forte expropriação de áreas de uso comunal para construção de empreendimentos voltados ao turismo, como é o caso da apropriação dos territórios da União da orla marítima para a instalação de equipamentos comerciais como quiosques e barracas de praia. Esta privatização da orla interfere diretamente no cotidiano das comunidades remanescentes de pescadores, assim como da sociedade que tem o livre acesso da sua área de lazer interdito. Esses fatos supracitados indicam que ainda não há suficiente integração regulamentada e ordenada da sociedade no desenvolvimento da atividade.

A proposição de objetivos estratégicos ambientais para o setor turístico na região busca principalmente contornar problemas socioambientais produzidos no passado, integrando a atual visão de futuro para o alcance do desenvolvimento sustentável da atividade no horizonte de abrangência da AAE. Os pontos acima citados são apenas alguns dos impactos levantados no capítulo anterior deste estudo e são obstáculos a serem contornados para que se possa desenvolver outra dinâmica turística, integrando preocupações ambientais e sociais a fim de estabelecer uma boa qualidade socioambiental nas áreas onde a atividade já é desenvolvida e nas áreas aonde ela venha se desenvolver.

Um dos objetivos centrais para o desenvolvimento sustentável do turismo em Fortaleza é a melhor distribuição da riqueza gerada pela atividade, objetivo este que pode ser alcançado através da descentralização espacial da mesma. Tendo em vista este objetivo, o PDITS Fortaleza citou a importância da inclusão de bairros periféricos com potencial turístico para o desenvolvimento da atividade. Foram levantadas dez localidades com alto potencial turístico na cidade, dado sua importância histórico/cultural e ambiental, são elas: Barra do Ceará, Centro, Praia de Iracema, Beira Mar, Morro de Santa Teresinha, Praia do Futuro, Messejana, Grande Parangaba, Benfica, Lagoa Redonda. As Unidades de Conservação (UC) urbanas, como a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) "Dunas do Cocó" e o Parque Adail Barreto também são vistas como áreas de alto potencial para o desenvolvimento do turismo ecológico.

A seguir na Tabela 25 a síntese dos objetivos de sustentabilidade para a atividade turística de Fortaleza:

TABELA 25 - SÍNTESE DOS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA EM FORTALEZA

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	
Econômicos	Melhorar a distribuição da riqueza gerada pelo turismo; Fortalecer os elos da cadeia produtiva do turismo; Gerar emprego, trabalho e renda.
Sociais	Promover políticas socialmente inclusivas.
Culturais	Valorizar os patrimônios arquitetônico e arqueológico; Resgatar a história e as tradições locais.
Ambientais	Promover a proteção e conservação das áreas de preservação permanente (APP) e unidades de conservação (UCs); Garantir a qualidade ambiental das áreas turísticas.
Institucionais	Integrar as instituições promovendo melhorias na governança local.

FONTE: PDTIS FORTALEZA.

Espera-se que a atividade turística, integrada às diferentes políticas públicas e à dinâmica global de desenvolvimento da cidade, proporcione a proteção e conservação das áreas naturais sensíveis, a recuperação de áreas degradadas e o cumprimento das leis de salvaguarda de APP (Áreas de Preservação Permanente).

8.3 Construção dos Cenários

A Organização Mundial do Turismo (OMT) afirma que o turismo é um dos setores econômicos que cresce com maior rapidez no mundo, apresentando uma estreita relação com o desenvolvimento e tem o potencial de ser uma peça chave no progresso socioeconômico. A respeito disto, a entidade vislumbra a possibilidade deste setor contribuir efetivamente para o combate da pobreza e para a redução dos danos ao meio ambiente, desde que sejam traçadas estratégias e políticas com estas finalidades.

Desta forma, a modelização e apresentação de cenários tem um papel relevante na tomada de decisão e direcionamento de políticas públicas para o incentivo e regulação da atividade turística. A elaboração de cenários deve se basear na presente da situação que se deseja modelar. Para tal, deve-se considerar o contexto histórico e econômico no qual a atividade ocorre como subsídio para o estabelecimento das tendências de evolução dos quadros. A identificação dos padrões evolutivos da atividade turística, dentro do contexto atual, dá suporte à construção de cenários futuros considerando a intervenção e não intervenção de ações de desenvolvimento.

O estabelecimento das bases conceituais para a construção dos cenários futuros do turismo em Fortaleza ocorre em duas etapas. Em uma primeira etapa se identificam os fatores relevantes que interferem atualmente a atividade para, em um segundo momento, estabelecer o Cenário de Referência (CR) que dará suporte para a elaboração dos cenários futuros. Os cenários estabelecidos são igualmente analisados com base nos impactos potenciais e nos fatores críticos internos e externos que foram identificados no diagnóstico e na avaliação dos impactos potenciais.

São elaborados dois cenários futuros distintos: um cenário baseado na implementação das ações previstas no PRODETUR NACIONAL Fortaleza, chamado aqui de Cenário de Desenvolvimento do PRODETUR (CDP); e um segundo cenário baseado nos princípios de sustentabilidade baseados na visão de futuro e objetivos de sustentabilidade definidos neste presente estudo, este último é chamado de Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS).

8.3.1 Eventos e Investimentos Previstos

Um produto turístico que tem crescido consideravelmente em Fortaleza está no setor de Eventos. Algumas festas tem tido maiores destaques, e conseqüentemente recebem maiores investimentos do Poder Público, como é o caso do Réveillon e do Pré-carnaval, em escala nacional, e da Festa Junina, em escala regional. Outras ainda estão se firmando e por isso não têm tanto destaque, mas conformam potencialidades, como o Natal de Luz, o Carnaval/ Maracatu, as Festas Religiosas e a Parada pela Diversidade Sexual. Também existem algumas festas que são de iniciativa privada, mas também atraem muitos visitantes, como é o caso do Fortal e do Ceará Music. Os tópicos abaixo descrevem com maiores detalhes os eventos que se destacam na capital, que possuem forte potencial turístico e que vêm se consolidando como atrativo, assim como os atuais investimentos que refletem na atividade turística na capital e no Estado.

Réveillon

A Prefeitura de Fortaleza através da Secretaria de Turismo de Fortaleza – SETFOR realiza um dos maiores Réveillons populares do país, o qual se encontra na sua 5ª. Edição, sendo tradicionalmente comemora-

do na orla marítima. No primeiro ano, ou seja, em 2005/2006, aconteceram seis festas descentralizadas na cidade, uma em cada regional, e a grande festa que foi realizada no Aterro da Praia de Iracema. Neste primeiro ano, no Aterro, a festa obteve um público de 170 mil pessoas.

É importante dar destaque à Pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal durante esse Réveillon que apontou que 51% dos visitantes residem em outros estados da Federação, 28% esteve pela primeira vez em Fortaleza e 45,5% tinha como motivação para esse destino a festa de Réveillon, o que demonstra o destaque da festa como atrativo turístico. É importante também salientar que 90,1% dos Fortalezenses entrevistados consideraram as atrações ótimas e boas.

A Gestão Municipal busca com essas ações promover Fortaleza como destino turístico para a festa de fim de ano e concomitantemente, torná-la um espaço de inclusão social, através do fomento da atividade turística, em especial o segmento de eventos. Acredita-se que o Réveillon além de uma festa democrática, é um produto turístico que diversifica a oferta local, impulsiona a economia de Fortaleza, atrai novos mercados emissores de turistas nacionais e internacionais e salvaguarda a cultura local.

Pré-Carnaval

O já tradicional Pré-carnaval de Rua de Fortaleza acontece em vários pontos da cidade durante o mês que precede o carnaval, até o último fim-de-semana antes deste. As festas acontecem todas as sextas, sábados e domingos. Nesse período diversos blocos de rua animam a multidão, fazendo a festa em diversos locais como Praça do Ferreira, Benfica, Largo do Mincharia, Praia de Iracema dentre outros. Esse evento é realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, através da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), que fomenta e organiza a festa.

Ano a ano, o Pré-carnaval de Rua de Fortaleza vem crescendo. Em 2007, 40 blocos foram às ruas apoiados pela Prefeitura com R\$ 200 mil. Em 2008, o investimento foi de R\$ 247,5 mil, divididos para 45 blocos. Cada um recebeu R\$ 5,5 mil. Para 2009, o investimento total nos blocos de rua selecionados através do Edital de Pré-carnaval foi de R\$ 300 mil, distribuídos entre 50 blocos aprovados. Cada um recebeu o valor de R\$ 6 mil, através de concurso público, para garantir a diversão de todos e para todos. Em 2010, a Prefeitura novamente investiu R\$ 300 mil em 50 blocos selecionados por meio do Edital de Fomento ao Pré-carnaval de Rua de Fortaleza, em diversos bairros espalhados pelas seis regionais da cidade. Cada bloco recebeu R\$ 6 mil para garantir a diversão de todos e para todos. Como acontece anualmente, os blocos não contemplados pelo Edital também recebem apoio logístico da Prefeitura, como segurança, iluminação, sinalização do fluxo de trânsito, plantão médico e ambulâncias, além da limpeza urbana. Ao todo, em 2010, cerca de 66 blocos foram apoiados pelo Poder Público Municipal de maneira direta e indireta.

Apesar do destaque do pré-carnaval em Fortaleza, e do crescimento anual que o evento tem, o carnaval ainda não se consolidou como importante atrativo turístico, nem local. Muitos moradores procuram outras cidades para passar o feriado, seja no próprio estado, seja em outros lugares do país e a festividade não atrai turistas. A festa mais destacada do carnaval é o desfile dos Maracatus, apesar de ter pequena escala. Entretanto, o carnaval tem potencialidade de se transformar em importante festa como o réveillon, e o pré-carnaval.

Carnaval e Maracatu

Durante o carnaval, em Fortaleza, acontece o desfile dos Maracatus. O Maracatu é a mais tradicional dança de origem africana presente na cultura do povo cearense, configurando um cortejo formado por personagens caracterizados como índios brasileiros e nativos africanos, negras e baianas, pretos velhos, pajens, tiradores de loas e batuqueiros, em reverência a uma rainha negra e sua corte real. No Ceará, o povo caboclo usa uma mistura de fuligem, talco, óleo infantil e vaselina em pasta para tingir o rosto de negro.

Apesar de seu expressivo valor simbólico cultural e de contar a história dos ancestrais, relendo memórias e atualizando a identidade local, o carnaval de Fortaleza não representa uma notável atração turística e nem mesmo a população, que viaja durante a época, costuma prestigiar a festa popular.

Festas Juninas

As festas juninas são comemoradas por toda a cidade de Fortaleza, em diversos bairros. Nesse período as ruas são enfeitadas com bandeirinhas coloridas e são montadas cidades cenográficas com quermesses, barracas de comidas típicas, barraquinhas de jogos, artesanato e cordel.

As quadrilhas inovam a cada ano nas estilizações e numa exibição que envolve desde material alegórico até iluminação especial, fumaça cenográfica e fogos de artifícios. As bandas que acompanham as quadrilhas também evoluíram e hoje também se tornaram um atrativo.

Apesar da tradição das quadrilhas juninas, a festa ocorre de forma dispersa nos bairros, e não há uma festa final que reúna todas as quadrilhas. Essa festa poderia ser um grande evento que divulgaria a cultura local e promoveria a festa junina no município, destacando a importância que esse evento tem para a comunidade local e divulgando a cultura do povo fortalezense e nordestino. Assim, apesar de estar consolidado como importante manifestação cultural, ainda significa uma potencialidade a ser aprimorada.

Fortal

O Fortal é um carnaval fora de época realizado anualmente em Fortaleza, sempre no final das férias de Julho. É considerada a segunda maior micareta do Brasil e virou tradição na cidade, atraindo não só o público local, mas turistas de todos os cantos do Brasil e do mundo.

Nos primeiros anos o evento era realizado na Av. Beira Mar. Devido ao crescimento da festa, e a conflitos com os moradores da Beira Mar, a Prefeitura Municipal de Fortaleza construiu a Cidade Fortal, localizada na Cidade 2000, próximo à Praia do Futuro, num local desenvolvido propriamente para receber o evento.

Ceará Music

O Ceará Music é um festival de música que acontece todos os anos em Fortaleza, onde as mais importantes bandas do cenário nacional se apresentam. Costuma ser realizado no mês de Outubro desde 2001, ano em que foi realizado pela primeira vez, e é sediado no Marina Park Hotel em conjunto com o Mucuripe Club.

O evento, que já virou um marco na agenda de shows do país, em 2009 recebeu cerca de 100 mil pessoas de todos os lugares do Brasil. Segundo os organizadores do festival, somente de empregos diretos e indiretos, são mais de três mil vagas de trabalho criadas durante o evento.

Parada pela Diversidade Sexual

Assim como outras cidades do Brasil e do Mundo, Fortaleza realiza anualmente a Parada pela Diversidade Sexual, para protestar contra o preconceito em relação à orientação sexual de gays, lésbicas, transexuais, bissexuais e simpatizantes. O evento acontece na Av. Beira Mar e reúne um grande número de pessoas. A festa é feita com o apoio da Prefeitura Municipal de Fortaleza e do Governo do Estado, e é animada por diversos trios elétricos.

A cada ano a mobilização de pessoas é maior, enquanto no primeiro ano somente cerca de 500 pessoas se reuniram, em 2008 o evento contou com aproximadamente 800 mil pessoas (de acordo com o site www.guiagayfortaleza.com.br). Em 2009, comemorando a 10ª edição do evento, cerca de 900 mil pessoas estiveram presentes. Ainda de acordo com esses dados, atualmente a Parada de Fortaleza é a terceira maior do Brasil, perdendo somente para a do Rio de Janeiro e a de São Paulo.

Festas Religiosas

Outras manifestações culturais que tem se consolidado como importantes atrações de turistas, principalmente regionais e do estado, são as festividades religiosas. Em Fortaleza são realizadas algumas grandes festas que terminam por atrair devotos locais mas também do interior do Ceará. As que mais se destacam são: Festa de Nossa Senhora Aparecida, Festa de Bom Jesus dos aflitos no bairro da Parangaba e Festa de Nossa Senhora de Fátima.

Natal De Luz

A festa de Natal em Fortaleza também tem crescido de importância nos últimos anos, através do evento Ceará Natal de Luz. A festa é uma iniciativa do Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, com o patrocínio do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, Banco do Brasil, Coelce, Nacional Gás, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Oi, além do apoio de outras empresas, e do Ministério da Cultura.

A partir do dia 1º de dezembro, todo ano, prédios públicos, praças e terminais de ônibus recebem uma iluminação especial. O Centro da cidade recebe decoração natalina e é construída uma árvore de natal na Praça do Ferreira e colocada iluminação para atrair e emocionar o público. A Praça Portugal e a Av. Desembargador Moreira também são decoradas, e uma árvore de natal é construída na Praça Portugal, sempre assinada por um artista local. Em 2009 a árvore foi idealizada pelo arquiteto Fausto Nilo.

Além da decoração na cidade, a festa de lançamento do Ceará Natal de Luz, anualmente, concentra um grande número de pessoas. Nessa ocasião há a apresentação do coral infantil com 120 crianças que cantam músicas natalinas nas janelas do Hotel Excelsior, prédio histórico localizado na Praça do Ferreira, e acontece também a chegada do Papai Noel, além de outros shows. Em 2009 a festa contou com a presença de 65 mil pessoas segundo dados da Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT). A programação segue diariamente até o dia 23 de dezembro, com diversos eventos e a apresentação do Coral.

Centros de Artesanato

Nos artesanatos são comercializados os seguintes produtos locais diversos, dentre eles: artigos em couro (com destaque para bolsas e sapatos), rendas e bordados, rendas de bilro, labirintos, bijuterias, entalhes em madeira, redes, artigos para decoração e produtos gastronômicos regionais (cachaça, licores, rapaduras, castanha e doce de caju, dentre outros). Os principais equipamentos para realização deste tipo de compras são: Mercado Central, CENTUR, Feirinha da Beira Mar e CEART.

O Mercado Central, localizado no Centro da cidade, é o mais bem estruturado local para o turista adquirir artesanatos e *souvenirs* do Ceará. Com uma área de 9.690,75 m² abriga em torno de 550 boxes (lojas), distribuídos em cinco pisos, onde pode ser encontrada uma variedade em artesanatos e produtos regionais.

A Feirinha de Artesanato do calçadão da Beira Mar ocupa uma área de 3000m² ao ar livre próxima aos principais hotéis da orla marítima de Fortaleza. Nela são comercializados produtos típicos regionais. Além dos comerciantes da feirinha, outros ficam localizados próximos a ela, e ocupam espaço público, sem autorização e se aproveitam dos visitantes atraídos para a feira. Diversos tipos de comerciantes se localizam ali, como por exemplo artistas populares fazendo retratos dos transeuntes na hora. É um dos pontos turísticos mais frequentados pelos visitantes.

As lojas do Centro de Turismo – CENTUR (antiga EMCETUR) estão instaladas no antigo prédio da Cadeia Pública (tombado como patrimônio histórico pelo Estado), na região central de Fortaleza. São comercializados artigos em renda, crochê, filé, renda de bilro, palha, tecido e couro, bem como bebidas e alimentos típicos do Ceará.

A Central de Artesanato do Ceará – CEART comercializa em Fortaleza peças de artesanato provenientes de diversas regiões do estado. A loja sede da CEART funciona na Av. Santos Dumont na praça Luiza Távora, mas existem ainda três pontos de venda: Dragão do Mar, Aeroporto e SEBRAE.

Destinos Competidores

Os grandes concorrentes do produto turístico de Fortaleza na região Nordeste são Salvador, Recife/Olinda e Natal que têm similaridade de porte e infraestrutura, além de um leque de oferecimentos, qualidade quanto à rede hoteleira, setores receptivos e calendário organizado de atividades locais e regionais, além de padrões de acessibilidade também equivalentes, por conta dos equipamentos de suporte ao transporte aeroportuário.

Recife/Olinda têm a mesma tipologia de atrativos do destino Salvador cujos produtos estrelas são: sol, praia e mar, patrimônio histórico, festas e folguedos populares, onde também se destacam o carnaval e a gastronomia regional e estes são responsáveis pela preferência de uma demanda potencial de 21,4% para Bahia e 11,9% para Pernambuco, enquanto o Ceará será destino de 9,8% dos turistas.

Copa do Mundo de Futebol de 2014

Um evento que merece destaque ao se tratar de turismo é a Copa do Mundo de Futebol que acontecerá no Brasil em 2014. Fortaleza será uma das cidades sedes para os jogos e por esse motivo necessita de uma reestruturação urbana adequando a cidade às exigências da FIFA.

Segundo a FIFA, na última Copa do Mundo, cerca de 560 milhões de pessoas de 240 países assistiram pela TV a cada um dos jogos. Somente a arrecadação com o Turismo foi estimada em mais de 1 bilhão de euros, sem contar outras receitas como venda de ingressos, de direitos de transmissão televisiva e de patrocínios.

Fortaleza foi escolhida uma das 12 cidades sede dos jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Este fato por si só já justifica uma série de ações e projetos na cidade que deverá se adequar a este evento esportivo de imensa relevância. Acredita-se que a Copa, mesmo antes de acontecer, deverá atrair uma maior quantidade de visitantes para Fortaleza.

O Governo do Estado e a Prefeitura Municipal calculam em R\$ 9 bilhões os investimentos necessários, nas áreas de transporte, saúde, saneamento, segurança, entre outras. Cerca de R\$ 3 bilhões são diretamente ligados ao evento, como a reforma do Estádio Plácido Aderaldo Castelo - Castelão (estadual) e que inclui a construção de uma vila olímpica, um centro comercial e um edifício-garagem com capacidade para mais de quatro mil veículos. A requalificação do estádio municipal Presidente Vargas (PV) também faz parte do conjunto de obras.

O principal estádio de Fortaleza, o Castelão, possui capacidade para 60.326 pessoas e se destaca como dos principais do Brasil. Esse estádio que terá capacidade para 66.700 lugares teve o seu projeto aprovado pelo Comitê Técnico da FIFA segundo o qual se transformará em um grande complexo olímpico e turístico. A estrutura contará com pista de atletismo, piscinas, quadras de tênis, ginásio poliesportivo, cinemas, restaurantes, lojas, além de receber uma nova estrutura de arquibancada, que será estendida e coberta. Um novo estacionamento será construído, com capacidade para 4,2 mil veículos. A previsão de conclusão das obras é Dezembro de 2012.

As obras de modernização do Estádio Presidente Vargas tiveram início em janeiro de 2010. O estádio será utilizado durante a fase de treinamento das equipes que participarão da Copa do Mundo FIFA 2014. A estrutura do estádio está recebendo reforço e será totalmente recuperada. Em seguida, haverá a fase de reconstrução da infraestrutura esportiva, modernizando o espaço de acordo com as normas de

acessibilidade universal, as normas de segurança de evacuação e os padrões da FIFA. A nova estrutura contará com 20.040 lugares, para que o estádio possa receber jogos da Série A do Campeonato Brasileiro, cujo mínimo é de 20 mil lugares.

A obra de requalificação do PV está prevista para duas etapas, com duração de oito meses. A primeira etapa já teve uma das fases concluídas em Abril de 2010. Esta etapa inclui a restauração da segurança estrutural das arquibancadas e adequação dos padrões de evacuação do local. Na segunda etapa, o objetivo é recuperar e modernizar a infraestrutura esportiva do PV, para que o estádio possa ser utilizado pelos clubes e como campo auxiliar ao Castelão durante o Mundial de 2014. A previsão de finalização das obras é Dezembro de 2010 com reinauguração para Janeiro de 2011. O investimento total conjecturado é R\$ 67 milhões.

Segundo o estudo Brasil Sustentável - Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014 elaborado pela Ernst & Young em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o investimento para a Copa de 2014 deve trazer um impacto direto sobre o PIB de Fortaleza de R\$ 439 milhões. O incremento é de 1,4%, considerando-se a geração municipal de riquezas em 2010. O estudo aponta ainda que os investimentos demandados pela cidade cheguem a R\$ 890,6 milhões.

Em âmbito nacional, o estudo aponta que a Copa terá um efeito multiplicador capaz de quintuplicar os investimentos diretos realizados no País para viabilizar o evento, injetando no total R\$ 142,39 bilhões na economia brasileira até 2014. O levantamento estima a criação de 3,6 milhões de empregos e impacto de R\$ 63,4 bilhões sobre a renda. Já a arrecadação dos cofres públicos deve ter um adicional de R\$ 18,1 bilhões. O impacto dos investimentos nestes quatro anos representa o equivalente a 2,17% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro previsto para 2010.

As cidades sede da Copa 2014 terão uma linha de financiamento de R\$ 5 bilhões para investir em projetos de mobilidade. Dentro do projeto desenvolvido para a capital cearense, o eixo "mobilidade" foi dividido em três grupos de prioridades, com o intuito de desenvolver ações que necessitam de uma atenção mais imediata como, por exemplo, a ampliação e recuperação de vias que dão acesso ao estádio Castelão (Av. Alberto Craveiro e Av. Dedé Brasil) e dos equipamentos de chegada e saída de turistas. Segundo Felipe Araújo, gerente do projeto da Copa 2014 da PMF, as obras consideradas prioritárias para Fortaleza são o terminal de passageiros no Porto do Mucuripe, o ramal ferroviário ligando o Mucuripe à Parangaba, a recuperação da Via Expressa e de vias como Raul Barbosa, Alberto Craveiro, Dedé Brasil e Paulino Rocha.

Existem ações que estão sendo executadas em Fortaleza, se antecipando à realização da competição. Entre elas, a reurbanização das bacias hidrográficas do Cocó e do Maranguapinho e a integração dos sistemas do Transfor com o Metrô de Fortaleza - METROFOR. Importante mencionar projetos que, embora não se relacionem diretamente com o evento Copa, irão qualificar a cidade para o turismo: o novo Centro de Eventos do Ceará, o Acquário Ceará e a Reforma do Aeroporto Internacional Pinto Martins.

É importante destacar que a listagem com os projetos selecionados para a COPA 2014 não está definida, pois novas informações e dados são, dia-a-dia, acrescentados e alterados pelo convênio de cooperação técnica entre o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Projetos de Capacitação para o Turismo

É notória a necessidade de capacitação dos profissionais na área do turismo. Tanto no Poder Público quanto na iniciativa privada, parte dos atendimentos é feito por profissionais com pouca qualificação, o

que resulta na necessidade de sistemáticos cursos destinados à cadeia produtiva do turismo.

É importante destacar que em Fortaleza já existe um cenário propício para o desenvolvimento da capacitação desses profissionais, visto que existem instituições renomadas como o Sistema S (SEBRAE, SENAC, etc), algumas faculdades e universidades que oferecem cursos de graduação e pós-graduação voltados para os profissionais do turismo e a própria SETFOR que oferece um programa estratégico de capacitação e qualificação para o turismo que já beneficiou 5.800 profissionais. Entretanto, essas iniciativas ainda não têm sido suficientes, embora a SETFOR tenha realizado três grandes projetos, a citar:

- O Projeto de Qualificação Profissional e Técnica na Área do Turismo executado a partir de 2008 e fruto de Convênio firmado com o Ministério do Turismo, deu início o Programa de Qualificação Profissional que consistiu na realização de cursos de melhoria na qualidade do atendimento e cursos técnicos de idiomas, guia de turismo, gestão de marketing no turismo dentre outros no qual participaram 4.772 trabalhadores. Os participantes eram, em sua maioria, oriundos da Regional V, III e I. Paralelo aos cursos realizou-se a pesquisa para levantar a demanda por qualificação profissional e empresarial junto aos empreendimentos turísticos e instituições representativas deste setor em Fortaleza. Foram entrevistados 431 profissionais e 201 empreendimentos. Entre as dificuldades identificadas tanto pelos profissionais quanto pelos gestores destacou-se a falta de qualificação para atuação na área, somada a escolaridade inadequada aos cargos, a falta de fluência em idiomas onde somente 1/3 dos entrevistados possuem fluência em outros idiomas e a falta de conhecimentos em informática foi identificada por 11,18% dos entrevistados. Houve em Outubro/2008 um seminário junto ao trade turístico para divulgação dos resultados da pesquisa. Com base no resultado acima, a SETFOR promoveu em 2009 um total de 17 cursos de qualificação profissional e empresarial na área do turismo os quais beneficiaram cerca de 1.200 profissionais que trabalham na cadeia produtiva do turismo;
- O Projeto Piloto “Inclusão Social com Capacitação Profissional” (2008) que foi resultado de dois convênios, sendo um firmado entre a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH Nacional e o Ministério do Turismo através do Programa Turismo Sustentável e Infância e o outro firmado entre a SETFOR e o MTur, este último para apoio às ações de implementação do referido Projeto, por meio de contratação de serviços, aquisição de material para os cursos e realização de Pesquisa sobre Perfil Sócio econômico cultural das Famílias dos 360 Jovens do Projeto Inclusão Social com Capacitação Profissional e Elaboração do Diagnóstico Participativo, além da cooperação técnica de diversos parceiros: Governo do Estado do Ceará; Prefeitura Municipal de Fortaleza; Sociedade Civil e Trade Turístico. Ele teve como objetivo a promoção da inclusão social de 360 jovens atendidos pelo Programa Bolsa Família que vivem em situação de vulnerabilidade social, mediante capacitação profissional com aulas teóricas (ministradas pelo SENAC) e práticas *in loco* para ocupar funções de cumins, camareiras (os), ajudante de cozinha, recepcionistas dos meios de hospedagem, o que resultou na contratação de 20% dos jovens concludentes. Os resultados do projeto foram apresentados nos seguintes eventos: Feira Internacional de Turismo na Reunião do grupo Task Force da Organização Mundial do Turismo

(OMT) em Berlim (Março/2008); Salão do Turismo em São Paulo (junho/2008); 3º. Congresso Mundial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro (Novembro/2008). Esses dados mostram a relevância que o projeto teve para transformar a realidade de jovens em situação de vulnerabilidade social oportunizando a inclusão no mercado de trabalho cuja inclusão é direcionada para as famílias através de identificação das suas necessidades de geração de ocupação e renda;

- O Projeto denominado “Formação de Jovens em Atividades Culturais para o Desenvolvimento do Turismo” (2009) conveniado entre a Secretaria de Turismo de Fortaleza – SETFOR e o Ministério do Turismo - MTur o qual surgiu a partir do êxito do projeto piloto e propôs a inclusão social de 300 jovens em situação de vulnerabilidade social e de exploração sexual para atuarem na atividade turística com foco na cadeia produtiva da cultura mediante capacitações nas áreas da Iluminação, Sonoplastia, Fotografia e Organização de Grupos Culturais. Que visam suprir a carência de mão-de-obra específica e que qualifiquem a organização e realização de eventos culturais, principalmente voltados ao mercado consumidor turístico, com vistas a elevar o nível técnico das realizações locais enquanto possibilita aos jovens um futuro melhor, inserindo-os no mercado de trabalho do segmento de eventos.

É imprescindível e necessária a capacitação da população para conviver com as atividades da indústria do turismo, porque esta também abrange setores vitais do comportamento, uso do meio ambiente, resolução e convivência do espaço. Em alguns casos a população sente-se invadida pelo o excesso de turistas, por viver do fluxo dos visitantes, esta sofre de diversas interferências no comportamento, capacidade criativa e assimilação de outras culturas. As capacitações direcionadas, dentro de seus limites em receber seus visitantes, permitem que estes sintam bem-vindos, desfrutem o lugar e por fim divulguem e voltem. No sentido de viabilizar a convivência do turista com a população local, sem agressões para ambos os lados, são necessárias ações para cada cidadão ser um promotor de sua cidade.

8.3.2 Conjunto de intervenções do PRODETUR NACIONAL Fortaleza

O Programa de Desenvolvimento Turismo (Prodetur Nacional) em Fortaleza espera promover, através de suas ações previstas no PDITS, a integração, urbanização e o reordenamento da faixa litorânea de Fortaleza (CE). As obras previstas para alcançar tais objetivos são: (i) Reordenamento da Beira Mar; (ii) Urbanização do Morro de Santa Terezinha; (iii) Revitalização do sistema viário da Praia do Futuro; (iv) e Revitalização da praça 31 de Março.

Mais especificamente, o projeto prevê a integração da Beira Mar com a Praia do Futuro, através da recuperação de um pouco mais de 7 km do sistema viário (asfalto, iluminação, construção de ciclovias e recuperação de avenidas), possibilitando a continuação da integração dos 30 km de orla marítima da cidade. Além da integração da faixa litorânea, o projeto propõe a requalificação da Beira Mar, com obras de alargamento de vias e calçadões, a revitalização urbanística do Morro de Santa Teresinha e da Praça 31 de Março, todos com a construção de novos quiosques e valorização dos espaços de convivência.

Reordenamento da Beira Mar

O reordenamento urbano da Beira Mar pretende promover a qualificação do produto turístico Beira Mar, através de tratamento urbanístico, dando à orla maior atratividade. Espera-se promover o embelezamento do espaço físico, bem como o bem estar humano e a preservação ambiental, privilegiando o desenvolvimento das atividades turísticas, culturais, de esporte e lazer na orla. A área de implantação do projeto compreende-se entre a faixa da Av. Rui Barbosa e o Mercado dos Peixes (de aproximadamente 3 km) e prevê uma área de engorda que será feita, entre a Av. Rui Barbosa e a Av. Desembargador Moreira,

buscando ampliar a área de lazer da Beira Mar.

O tratamento urbanístico busca favorecer: (i) a formação de um campo de oportunidades para a convergência de visitantes e residentes, (ii) a acessibilidade contínua da orla, por meio da caminhada, da bicicleta, de eco táxis, de skate, de patins e de um futuro transporte público, do tipo bonde elétrico; (iii) manutenção do acesso motorizado em pontos estratégicos, sem, entretanto, tornar a estrutura dependente do tráfego intensificado de automóveis (iv) espaços permeáveis de múltiplos usos.

Em sua contextualização na escala da cidade, o projeto de reordenamento urbano da beira mar antecipa a visão esquemática geral com respeito à implementação gradativa de uma conexão desejável da área de estudo com a zona central histórica e com o potencial distrito turístico cultural da Praia de Iracema. As figuras abaixo ilustram o projeto de reordenamento.

FIGURA 23 - PROJETO DE REORDENAMENTO DA BEIRA MAR



FONTE: SETFOR.

Urbanização do Morro de Santa Terezinha

O Morro de Santa Terezinha é um dos cartões postais mais bonitos da cidade, no entanto a ausência de equipamentos e segurança desestimula a atividade turística. O projeto de urbanização da encosta do morro Santa Terezinha espera viabilizar a visitação e a melhoria da paisagem urbana do lugar. Além disso, a comunidade será beneficiada com espaços públicos de lazer e convivência, além de estímulos ao incremento da oferta de produtos e serviços.

A ação espera causar um impacto direto no desenvolvimento turístico através da reurbanização de área degradada e da requalificação urbanística. No projeto de urbanização do morro, prevê-se construção de escadarias-mirantes emolduradas por vegetação que auxiliará na contenção do morro, contemplando tratamento paisagístico, dotação de equipamentos, mobiliário urbano, iluminação cênica, quiosques, área de esportes e anfiteatro, posto policial e um plano inclinado panorâmico.

FIGURA 24 - PROJETO DA ENCOSTA DO CONJUNTO SANTA TERESINHA



FONTE: SETFOR.

Revitalização do Sistema Viário da Praia do Futuro

As obras nas vias de acesso a Praia do Futuro esperam transformar a paisagem urbana dando conotação turística. Tais vias fazem parte das obras de ligação com o Litoral Leste através da conclusão das obras da ponte sobre o Rio Cocó.

Em face do subdimensionamento do acesso à Praia do Futuro (importante produto turístico), em especial à parte oeste, e das condições precárias da infraestrutura das demais vias de acesso a esse local, há a necessidade da realização de obras nessas vias, visando ampliar o sistema viário na porção oeste e melhorar as condições físicas das demais vias. É problemática também a oferta de estacionamentos nessa área, o que faz necessário seu reordenamento e sua ampliação.

O efeito esperado no desenvolvimento turístico dá-se através da melhorar das condições de acesso à Praia do Futuro, através da ampliação, recuperação e remodelamento cênico e paisagístico do sistema viário, permitindo melhor fluidez para os usuários, população local ou visitante e prestadores de serviço.

Está prevista a reestruturação das avenidas Dioguinho e Zezé Diogo em toda a sua extensão:

FIGURA 25 - PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA ZEZÉ DIOGO



FONTE: SETFOR

Revitalização da Praça 31 de Março

As obras na Praça 31 de Março buscam viabilizar a visitação e a melhoria da paisagem urbana do lugar. Atualmente, a praça encontra-se, atualmente, em estado de degradação. Não apresenta conforto ou equipamentos adequados para convivência. Esta intervenção se justifica pela localização estratégica da praça no final da Av. Santos Dumont, principal acesso à praia.

O efeito esperado no desenvolvimento turístico está na promoção da urbanização de importante ponto turístico que se encontra em situação de degradação, melhorando as suas condições para a visitação. Estão previstos espaços de convívio para a população da Praia do Futuro, com tratamento paisagístico, equipamentos esportivos, área de lazer e pontos de apoio comercial e institucional. Implantação de uma obra de arte e tratamento paisagístico no canteiro central da Av. Santos Dumont que se harmonize com a praça e a avenida. Com área de Intervenção de 27.476m², o projeto prevê: tratamento paisagístico, quadras de vôlei, quadra poliesportiva, pista de skate, pista de atletismo, área de lazer para as crianças e um amplo espaço coberto para restaurante, lanchonete, sanitários, lojas de artesanato, "lan house", atendimento médico, posto policial e posto salva-vidas.

FIGURA 26 - PROJETO DA PRAÇA 31 DE MARÇO



FONTE: SETFOR.

Outras Ações Previstas

Espera-se que haja, igualmente, recursos para a capacitação de profissionais nas áreas de planejamento, gestão, monitoramento da atividade turística, elaboração do Plano de Marketing e Sistema de Gestão Ambiental do município; assim como para as de acessibilidade de vias no Centro, de sinalização turística, e integração dos bairros periféricos no plano de turismo.

Todas as intervenções/componentes previstos pelo PRODETUR NACIONAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, além das obras e projetos de urbanização, estão organizados, assim como sua descrição no quadro abaixo:

TABELA 26 - OUTRAS INTERVENÇÕES PREVISTAS PELO PRODETUR NACIONAL FORTALEZA

COMPONENTES/INTERVENÇÕES	DESCRIÇÃO
Estratégia do Produto Turístico	
Plano de reordenamento geral e projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos para a Av. Beira Mar.	Projeto básico executivo de urbanização para a Avenida Beira Mar proveniente do Edital de Licitação do Concurso Nacional de Ideias.
Plano estratégico do Município de Fortaleza focado no estudo de indicadores do turismo na cidade de Fortaleza	Este plano, que indicará uma matriz de indicadores de turismo, irá orientar as estratégias da atividade turística para o município de Fortaleza em curto, médio e longo prazo. Constitui-se em elemento imprescindível para o planejamento da atividade turística no município.
Estudos de mercado para estratégias de desenvolvimento do destino Fortaleza.	Estudo de mercado é uma análise das localidades turísticas com relação à demanda e oferta. Os objetivos do estudo de mercado são os seguintes: (i) atender os fatores que afetam a demanda atual do destino Fortaleza, (ii) atender os fatores que afetam a demanda potencial do destino turístico e (iii) atender a demanda atual da oferta turística.
Reordenamento da Av. Beira Mar	Implantação do projeto de Urbanização da Av. Beira Mar.
Projeto de Valorização do Destino – Elaboração do Plano Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)	Proposta de priorização das ações turísticas no município de Fortaleza, essencial no processo de desenvolvimento da atividade turística no município. Além do plano de ações, alguns projetos relacionados como prioritários para a atividade turística serão elaborados e implantados na cidade.
Inventário da Atividade Turística de Fortaleza	Identificação dos Ativos Turísticos da cidade com propostas de valorização de cada ativo. (Ex.: área gastronômica da Beira Mar, Polo de Turismo da Praia do Futuro, etc.)
Estratégia de comercialização	
Elaboração do Plano de Promoção e Marketing	Estabelecer as diretrizes da promoção e marketing turístico, definir as ações de promoção e marketing turístico, buscar o planejamento e a consolidação das ações continuadas, num contexto amplo e integrante, garantir os benefícios esperados do Programa e não perderem-se os esforços empreendidos.
Execução do Plano de Promoção e Marketing	Executar as diretrizes da promoção e marketing turístico, ora definidos no plano de promoção e marketing turístico, consolidado as ações predefinidas num contexto amplo e integrante, o que garante os benefícios esperados e os esforços empreendidos de implementação das ações de promoção e marketing turístico.

Fortalecimento Institucional	
Fortalecimento Institucional – SETFOR (Incluindo o diagnóstico e Plano de Ação para a capacitação de mão-de-obra do setor do turismo e apoio para o empresariado turístico).	Elaboração de um programa para fortalecer a SETFOR em áreas que existem algumas fragilidades. Algumas destas já identificadas podem ser resumidas: (i) Formação da equipe de acompanhamento; (ii) Planejamento estratégico do turismo de Fortaleza (iii) Diagnóstico Organizacional da SETFOR; (iv) Planejamento estratégico da SETFOR; (v) Implantação de um modelo de gestão por indicadores para a SETFOR; (vi) Redesenho dos processos da SETFOR; (vii) Reestruturação organizacional da SETFOR; (viii) Realizar estudo técnico para o redimensionamento do hardware da SETFOR; (ix) Modelo de gestão por competência na SETFOR; (x) Projeto conceitual para viabilizar a contratação de Sistema Integrado de gestão para a SETFOR. Os estudos visam também elaborar o diagnóstico e o plano de ação visando a capacitação da mão-de-obra do setor do turismo, e apoiar o empresariado turístico.
Fortalecimento institucional da gestão municipal do turismo no âmbito do Prodetur Nacional Fortaleza.	Estudos que têm como objetivo principal orientar a implementação do fortalecimento institucional da gestão municipal do turismo, no âmbito do Prodetur nacional Fortaleza, com visitas e dotar a SETFOR dos instrumentos necessários para o aperfeiçoamento da capacidade de gestão pública do turismo, em prol do desenvolvimento sustentável da atividade. As ações são de Qualificação dos servidores e gestores da Gestão Municipal do Turismo e Execução de serviços técnicos especializados para a Gestão Municipal do Turismo.
Sistema de Informação da atividade turística de Fortaleza.	Implementar organismos de pesquisa da atividade turística de modo a fomentar a economia urbana (poder público, investidores, meios de comunicação) com dados relacionados à atividade.
Infraestrutura e Serviços Básicos	
Remodelamento da Praia do Futuro (Av. Zezé Diogo, Av. Dioguinho e Av. José Saboia)	Implementar obras na via de acesso a Praia do Futuro, transformando a paisagem urbana e dando conotação turística. Tais vias fazem parte das obras de ligação com o Litoral através da conclusão das obras da ponte sobre o rio Cocó.
Reforma da Praça do Futuro/31 de Março	Implementar obras na Praça 31 de Março de modo a viabilizar a visitação e a melhoria da paisagem urbana.
Urbanização da Encosta do Conj. Santa Terezinha.	Implementar obras na encosta do morro Santa Terezinha de modo a viabilizar a visitação e a melhoria da paisagem urbana do lugar.
Gestão Ambiental	
Avaliações Ambientais Estratégicas	Realizar as avaliações ambientais estratégicas (AAE) para a consolidação da Matriz de Investimentos dos PDITS Fortaleza. As avaliações são necessárias e obrigatórias dentro do componente Gestão Ambiental e servem como subsídio ambiental para aprovação dos projetos PRODETUR NACIONAL Fortaleza.
Auditorias socioambientais da execução dos investimentos em obras selecionadas.	A auditoria ambiental é um instrumento de gestão que permite fazer uma avaliação sistemática, periódica, documentada e objetiva dos sistemas de gestão e do desempenho dos equipamentos instalados, para fiscalizar e diminuir o impacto sob o meio ambiente.
Gestão do Programa	
Apoio à supervisão e fiscalização das obras	Para o êxito do programa Prodetur nacional Fortaleza há a necessidade de supervisionar as obras para garantir que estas sejam executadas dentro dos padrões técnicos requeridos e dentro do orçamento e prazos previstos.

Auditoria Externa	Obrigatória para Execução do Programa.
Avaliação intermediária e final do programa	Obrigatória para Execução do Programa.
Apoio à Unidade Coordenadora do Programa (UCP) para gerenciamento do programa	Para o êxito do programa Prodetur nacional Fortaleza há a necessidade de apoio à UCP para garantir que suas atribuições sejam executadas dentro dos prazos contratuais previstos no acordo de empréstimo.

FONTE: INFORME DE PROJETO DUE DILIGENCE DO PROGRAMA PRODETUR NACIONAL FORTALEZA.

8.3.3 Unidades De Conservação e Áreas De Preservação

Muitos pontos que têm potencial turístico localizam-se em área de dunas, faixas de praia, rios e lagoas e locais frágeis do ponto de vista ambiental. Esses locais são habitados por representantes da flora e fauna, abrigam mananciais com potencial de abastecer a RMF e são essenciais para manutenção da diversidade biológica da cidade, de forma que seu uso deve ser planejado de acordo com as características próprias de cada lugar. As principais Unidades de Conservação de Fortaleza são:

- Parques do Cocó, Adahil Barreto, Rio Branco, da Lagoa da Maraponga, e da Pedra da Risca do Meio;
- Área de Proteção Ambiental APA do Estuário do Rio Ceará, APA do Rio Pacoti e APA de Sabiaguaba;
- Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Floresta do Curió e das Dunas da Sabiaguaba;
- Reserva Ecológica Particular: REP da Lagoa da Sapiranga.

Dos recursos naturais existentes, destacam-se as características ambientais relevantes para o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas à natureza: a navegabilidade dos rios Cocó e Ceará, a balneabilidade das praias, as atividades ecológicas em estuários, mangues e dunas, a preservação das paisagens das lagoas, rios e riacho e orla marítima.

Quanto à situação dos recursos hídricos em Fortaleza, predomina a antropização nos entornos dos mananciais e cursos d'água. O processo de ocupação ao longo da rede de drenagem tem se intensificado, como a proliferação de assentamentos irregulares nas margens dos cursos e mananciais, zonas protegidas por lei. A ocupação dessas áreas repercute significativamente na incidência de enchentes, poluição, redução de fauna e proliferação de vetores. Isso se dá devido ao assoreamento, remoção da cobertura vegetal ribeirinha e lançamento de efluentes no corpo hídrico.

No contexto estadual, Fortaleza encontra-se na Bacia Hidrográfica Metropolitana e, em seus limites, apresenta quatro bacias distintas: A Bacia Vertente Marítima e Orla Marítima A Bacia do Cocó As Bacias do Rio Maranguapinho e do Rio Ceará A Bacia do Rio Pacoti. Originalmente, em Fortaleza existia um rico complexo vegetacional de Zona Litorânea, porém a vegetação natural encontra-se bastante descaracterizada pelos processos antrópicos de uso da cidade, sendo muito comum encontrar árvores exóticas na arborização. Atualmente, a cidade apresenta poucos remanescentes de cerrado e caatinga e, no litoral, pode-se encontrar dunas paralelas ao mar e uma faixa estreita e descontínua de mata, caracterizando-se como um ambiente de fragilidade ambiental.

Existem três grandes áreas de mangue relacionadas aos rios Ceará, Cocó e Pacoti, importantes na manutenção da diversidade biológica, bem como fundamentais à qualidade do ambiente urbano. Os dois primeiros são os que mais sofrem com a pressão. Na Barra do Rio Ceará, encontra-se o trecho densamente urbanizado, com grande número de habitações de baixa renda. Em trechos do Rio Cocó, encontra-se uma vegetação de mangue regenerada, resultando em uma recomposição faunística notória e no apa-

recimento de aves características da área. Ainda que não sofra com a mesma intensidade os impactos antrópicos dos Rios Cocó e Ceará, o Rio Pacoti possui trechos que superam em mais de mil vezes o nível de poluição permitido por lei, estando ambientalmente ameaçado.

Fortaleza apresenta fauna costeira, onde se destacam as aves insetívoras, répteis e crustáceos. Além disso, apresenta fauna urbana formada por roedores e seus predadores naturais, bem como fauna de florestas nativas remanescentes. De um modo geral, o processo de urbanização acarretou o desmatamento da cobertura vegetal, bem como a redução de habitats naturais, restando ainda alguns bolsões verdes na forma de parques e áreas de preservação ambiental.

Apesar das atuais condições desfavoráveis à preservação e conservação dos recursos naturais da cidade de Fortaleza, uma pesquisa realizada pela SETUR mostra que os atrativos naturais estão em primeiro lugar no ranking de atrativos turísticos com 10,4 pontos acima da média dos atrativos turísticos avaliados, como mostra a tabela 27.

TABELA 27 - RESUMO DA AVALIAÇÃO DE ITENS SELECIONADOS DA OFERTA TURÍSTICA DE FORTALEZA: 1997-2008

Itens Avaliados	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média
Atrativos Turísticos	83,6	83,4	87,1	85,3	85	86,5	87,5	81,8	85,7	81,6	77,7	81	83,8
Atrativos Naturais	96,1	96,3	98,3	95,8	95	95	95,8	95,2	89,8	91,4	91,2	90,6	94,2
Patrimônios Históricos	75,1	76,8	81	81,8	82,4	83,2	83,5	77	84,8	75,8	72,8	80,4	79,6
Manifestações Populares	79,6	77,2	81,9	78,2	77,6	81,2	83,2	73,2	82,6	77,6	69,1	72	77,8
Equipamento/Serviços Turísticos	78,3	80,6	85,5	84,4	83,2	82,6	86,6	85,6	76,2	80,6	74,3	79,8	81,5
Equipamentos de Lazer	90,8	88,9	92,2	88	87,6	82,8	91,2	89	86,4	83,4	75,2	80,9	86,4
Passeios Oferecidos	82,2	89,3	92	91,2	90,2	89,8	93	91,2	86	82,2	79,6	81,1	87,3
Serviços Receptivo/Empresas	68,8	73,8	80,1	82,2	83,4	82,4	86,4	82,6	67	81,2	70,9	74,5	77,8
Hospitalidade do Povo	92,4	93,5	94,8	91,8	90,2		93,9	92,4	92,2	88,8	88	88,3	91,5
Informação Turística	65,9	74,1	81,3	75,4	70,2	62	78,7	79,8	56,2	80,6	63,8	68,2	71,4
Guias de Turismo	62,7	67,3	73,4	77,6	75	68,2	79,5	78,6	68,4	69	52,2	71,6	70,3
Meios de Hospedagens	82	82	85,8	86	85,8	91,4	90,7	85,8	83	78,4	76,2	79	83,8
Bares e Restaurantes	83,5	85,6	90,2	88,6	87,8	89,9	90,7	91,2	84	81,4	80,1	83,3	86,4
Comércio/Compras	77,6	84	87,3	84	80,2	85,4	87,3	88,8	78	82,8	79,2	88,3	83,6
Diversão e Vida Noturna	88,4	90,5	95,1	92,6	89,8	90	90,4	90,4	82,7	85,8	80,8	88,9	88,8
Táxis	67	57,1	68,6	70,6	75,2	74,4	71,1	71,8	54	73	71,7	74	69
Infra-Estrutura	50,9	55,2	57,5	49,6	44,4	41,2	48,6	47,5	39,2	46	33,7	41,7	46,3
Comunicações Correio/Fone	84	87,4	87,8	81	78	79,8	79,9	70,2	55,2	70,8	58,1	68,5	75,1
Sinalização Urbana	65,4	60,6	68,6	53,8	44	43	60,7	46	45	55,2	32,9	57,5	52,7
Segurança Pública	58,4	43,8	44	0,2	17,4	18,8	33,3	9,4	2,4	1,4	6,6	18,7	21,2
Limpeza Pública	34,8	24,1	30,1	5	9,2	-8	8,9	2,6	-1,7	-5,4	-4,2	-2,1	7,8
Ônibus Urbano	41,3	39,3	44,4	50	29,8	33,8	25,5	52,8	24,6	48	32,6	26,4	37,4
Terminal Rodoviário	44,6	33,6	32,2	59,4	39,2	29	39,4	63	60,1	64,8	25,7	34,2	43,8
Aeroporto	27,5	97,7	95,6	97,6	93,4	91,8	92,2	88,4	89,1	87,2	84,4	88,5	86,1
Índice de Satisfação Média	70,9	73,1	76,7	73,1	70,9	70,1	74,2	71,6	67	69,4	61,9	67,5	70,5

Fonte: SETUR/CE/2009

Obs: a) O índice para cada item é calculado com base na avaliação do turista através da relação (ótimo+bom) - (ruim+péssimo); e b) A média do aeroporto exclui o ano de 1997

Institucionalmente, observa-se uma desarticulação das autarquias ambientais (SEMAN, SEMACE e IBAMA, ICMBio), especialmente responsáveis pela qualidade ambiental e gestão das áreas de proteção ambiental, com os responsáveis pelo planejamento turístico. Esses órgãos apresentam deficiência de quadro profissional permanente, o que dificulta um planejamento integrado para inserção da preocupação ambiental nos processos de tomada de decisão no que concerne o desenvolvimento da cidade. Além disso, a questão ambiental é uma discussão recente e ainda tem muito a ser desenvolvida e assimilada pelos gestores. As próprias práticas e a legislação vigente ainda têm bastante a evoluir até que consigamos vislumbrar um desenvolvimento de veras sustentável, com uma visão madura e responsável acerca dos processos ambientais.

8.3.4 Lugar Turístico

Beira Mar

A Beira Mar é um dos principais atrativos turísticos de Fortaleza, com extensão de 3,50 Km. Possui um amplo calçadão com infraestrutura para turismo, lazer e compras. Está distribuída ao longo de dois bairros litorâneos: Mucuripe e Meireles. Esses bairros são bastante residenciais e possuem uma bem estruturada infraestrutura turística.

A Praia do Meireles compreende o maior trecho da Beira Mar e é nesse trecho que está situada a tradicional Feirinha da Beira Mar. Essa feirinha de artesanatos, localizada no calçadão da Beira Mar, tem importante destaque no cenário turístico de Fortaleza, por isso foi tombada pelo Município como patrimônio municipal. A Praia do Meireles abriga também outra importante edificação histórica municipal, o Clube Náutico de Fortaleza.

Em relação à infraestrutura turística, essa parte da Beira Mar concentra um grande número de hotéis, restaurantes, lojas, agências de viagem e outros serviços turísticos. Concentra também os serviços de oferta de passeios pela cidade e pelo litoral do Ceará em vans, que têm esse ponto como local de saída e de chegada.

Também no Meireles estão concentradas as diversas barracas de praia da Beira Mar, que servem tanto ao usuário da praia quanto ao usuário do calçadão.

Outro importante local de destaque da Praia do Meireles é a popularmente chamada Volta da Jurema. Nesse ponto do calçadão encontra-se a “praça dos estressados”, local de encontro de pessoas, onde são oferecidas diversas atividades, entre elas ginástica, quiosque de venda de açaí – muito procurado por aqueles que estão fazendo exercício.

Também na Volta da Jurema estão localizadas duas quadras de vôlei de praia, que servem tanto para o treinamento de atletas locais, quanto servem, caso necessário, de cenário para campeonatos, revezando com o Aterro da Praia de Iracema, como dito anteriormente.

Em frente às quadras de vôlei de praia, foi instalado mais um ponto de atração turística, o Jardim Japônês, ainda não inaugurado, no local onde anteriormente era a Praça da Independência. Grande parte dos investimentos para construção desse equipamento é advindo do Ministério do Turismo, em homenagem ao centenário da imigração japonesa no Brasil.

Mucuripe/ Santa Terezinha

A Praia do Mucuripe é a continuação da Praia do Meireles na direção leste. Essa porção da praia ainda abriga a atividade da pesca e por esse motivo é possível ver uma grande quantidade de jangadas paradas na beira da praia diariamente. É possível ver também os jangadeiros, pescadores, preparando as redes de pesca e até trazendo os pescados do mar. Essa atividade marca a paisagem da Praia do Mucuripe, tornando-a peculiar e de grande beleza, bem como serve de inspiração para diversas músicas de compositores locais.

Devido à presença dessa atividade, há no final da Praia do Mucuripe o Mercado dos Peixes e frutos do mar. Nele são vendidas grandes quantidades de pescados que chegam diariamente com os pescadores das jangadas. Além dos boxes de venda, existem também, junto a esse equipamento, pequenas barracas de praia que permitem a preparação dos peixes ou frutos do mar quando se deseja consumir na hora da compra. Há na Beira Mar passeios de escuna, que partem da Praia do Mucuripe. Os barcos fazem um passeio pelo litoral, de onde é possível apreciar a paisagem da cidade a partir do mar.

Em continuação à Praia do Mucuripe está localizado o Morro de Santa Terezinha, ponto mais alto da cidade de Fortaleza. Esse é um lugar privilegiado de grande beleza visual, uma das mais belas vistas da cidade, o mirante de Fortaleza. Do topo do Morro é possível observar toda a cidade, a partir de um ângulo particular. Lá do alto é possível ver os altos prédios, as grandes avenidas e o mar. Durante o dia a atração principal é ver a metrópole em funcionamento. No cair da tarde, o pôr-do-sol é uma atração espetacular. À noite é possível ver todas as luzes da cidade que justificam porque o lugar ficou conhecido pelos primeiros moradores como “Chão de estrelas”.

O Morro de Santa Terezinha, na década de 90 foi importante polo gastronômico e de entretenimento. A inauguração da Praça do Mirante, no início dos anos 90, marcou o começo do desenvolvimento do polo. O Morro passou a concentrar diversos bares e restaurantes, que inicialmente se localizaram em frente à praça. Em média circulavam, nessa época, cerca de 2 mil pessoas por fim de semana. O Morro funcionava como uma continuação dos restaurantes da Praia do Mucuripe, e foi durante uma década uma importante atração de visitantes, tanto locais quanto turistas. Por um lado devido ao aumento da violência na área e por outro, devido ao surgimento e desenvolvimento de outros polos na cidade, o morro de Santa Terezinha entrou em decadência no início dos anos 2000.

Atualmente, apesar de seu grande potencial, o Morro de Santa Terezinha não está tendo seu potencial turístico aproveitado. Os bares e restaurantes não estão funcionando e faltam equipamentos urbanísticos que possam valorizar a área. A perpetuação desse cenário é uma tônica no desenvolvimento da cidade caso não se pense em estratégias para mudar essa situação, pois o Morro de Santa Terezinha necessita de requalificações para receber o turista e o próprio habitante da cidade, uma vez que a paisagem, o ambiente físico e social encontrado no morro não são acolhedores.

Praia Do Futuro

A Praia do Futuro é a maior praia urbana de Fortaleza, com uma extensão de 8 km e é a preferida para banho de mar entre a população da cidade e turistas. Essa praia está dividida em três bairros distintos, de acordo com a Prefeitura Municipal de Fortaleza: Vicente Pinzón, Praia do Futuro I e Praia do Futuro II.

O primeiro trecho da Praia do Futuro, no bairro Vicente Pinzón, é o que se apresenta mais deteriorado. Falta infraestrutura básica para os moradores e faltam também equipamentos de lazer e turísticos; os existentes encontram-se muito deteriorados. Não há iluminação pública adequada. O restante da Praia do Futuro, I e II, apresenta melhor infraestrutura, tanto pública quanto privada, apresentando diversas barracas de praia e hotéis.

O lazer na Praia do Futuro se dá, principalmente, apoiado na infraestrutura das barracas de praia existentes, que começaram a ser implantadas na década de 1970. Essa estrutura é um diferencial da cidade de Fortaleza, pois não se encontra estrutura semelhante em outras cidades do Nordeste do Brasil.

Entretanto, essas barracas cresceram de maneira desordenada e terminaram por ocupar área superior àquela que é permitida. Algumas construíram além da faixa de preamar, ou construíram muros, cercas, cordas e demais obstáculos que terminam privatizando o acesso à praia. Também não é permitida, na área, a construção em alvenaria, piscinas, plantação de vegetação não nativa, mas isso não é respeitado pelos proprietários das barracas. Esses equipamentos terminam por ocupar e construir em terrenos públicos. A autorização para funcionamento das barracas é dado pela Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), mas existem algumas barracas que não possuem autorização para funcionamento. Ademais, o lazer da Praia do Futuro também é composto por alguns clubes profissionais e de associações de classe.

Outra potencialidade da Praia do Futuro é a alta intensidade de ventos, que provocam fortes ondas, o que permite a realização de campeonatos de atividades esportivas vinculadas ao mar, como: surfe, bodyboard, kitesurf.

Em relação à oferta de hospedagem, a Praia do Futuro possui hotéis, pousadas e um resort. Entretanto, esse número ainda é reduzido devido à distância física do local ao restante dos pontos turísticos da cidade, e a pouca infraestrutura existente em relação a comércio e serviços.

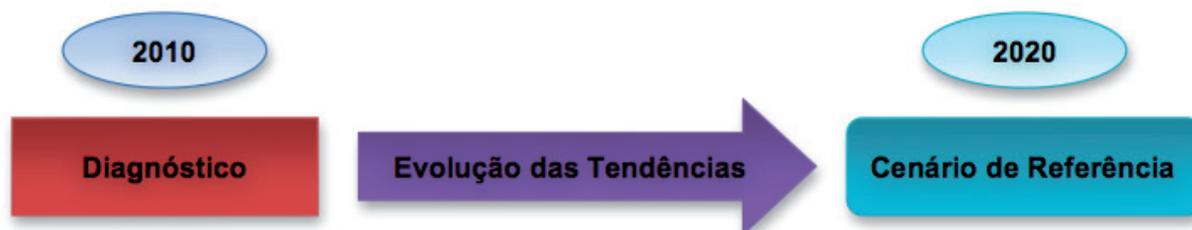
A utilização da Praia do Futuro, enquanto equipamento turístico tem uma característica peculiar que é a inexistência de período sazonal. Apesar de ser um importante ponto turístico da cidade, as barracas de praia atraem também a população local, devido aos atrativos acima descritos.

Apesar da intensidade de usos relacionados ao turismo e lazer, a Praia do Futuro ainda possui um baixo interesse pelo mercado imobiliário, e por esse motivo ainda é possível encontrar um grande número de vazios urbanos, e um baixo índice de verticalização. Em consequência disso, percebe-se uma intensa ocupação desordenada nesses bairros e uma crescente taxa de violência. Há necessidade, portanto, de políticas integradas para o desenvolvimento saudável de região, que apresenta cenário heterogêneo de desenvolvimento, sendo local de transições econômicas valiosas (barracas de praia) e, ao mesmo tempo, de grade exclusão social.

8.4 Cenário de Referência (CR)

O Cenário de Referência (CR) descreve os desdobramentos e as histórias de futuro para o PRODETUR NACIONAL FORTALEZA sem considerar a implantação dos empreendimentos previstos no PDITS.:

FIGURA 27 - CENÁRIO DE REFERÊNCIA



FONTE: ELABORADO PELO AUTOR

Decorrentes da caracterização socioambiental iniciada na Linha de Base e Diagnóstico foram identificados os fatores internos (forças e fraquezas) e os fatores externos (oportunidades e ameaças) que contextualizam a atual dinâmica do turismo em Fortaleza. Estes fatores subsidiaram a elaboração da evolução das tendências em um possível Cenário de Referência.

A identificação dos fatores internos e externos dentro da análise sinérgica do atual contexto de desenvolvimento do turismo permitiu a construção de indicadores que deverão nortear o estabelecimento de um cenário de referências.

Na tabela 28 são apresentados os cenários atual e ideal estabelecidos a partir dos Fatores Críticos Estratégicos, além dos indicadores de mudança para os quais serão apontados os cenários de referência em momento posterior.

TABELA 28 – CENÁRIOS ATUAL/IDEAL E INDICADORES DE MUDANÇA

FATOR CRÍTICO	CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO IDEAL	INDICADOR DE MUDANÇA
Consolidação da imagem da cidade de Fortaleza como porta de entrada para os demais destinos turísticos do Estado, promovendo também a valorização dos próprios atrativos da cidade, contando com a boa estrutura institucional hoje existente.	Fortaleza é, em muitos casos, utilizada somente como local de chegada e partida para outros destinos turísticos do Estado, não havendo permanência de boa parte dos turistas na própria cidade.	Valorização e promoção dos equipamentos e atrativos turísticos de Fortaleza em complementação com os atrativos dos demais municípios, aumentando o tempo de permanência dos visitantes.	Tempo de permanência dos visitantes ampliado na cidade de Fortaleza.
Motivação ao combate de problemas sociais tais como a prostituição e problemas ambientais como a destinação final de resíduos para propiciar melhores condições da cidade aos fortalezenses e aos visitantes, sobretudo com as atuais demandas de grandes eventos.	Diminuição da exploração sexual e ações pontuais de controle da destinação adequada de resíduos. Incerteza quanto às boas condições para atendimento aos visitantes e população local em períodos de grandes eventos.	Completa extinção da imagem de Fortaleza como cidade de turismo sexualmente motivado. Programa de Coleta seletiva estabelecido na cidade e adequação social e ambiental da cidade para o Turismo internacional.	Indicadores de entrada e saída de Fortaleza. Tempo de permanência. Retorno de visitantes e pesquisa de opinião.
Atualização constante dos Estudos de Mercado e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, com vistas a identificação e fortalecimento dos diferenciais e casos de sucesso;	Atividades turísticas promovidas sem planejamento que considere o contexto mercadológico mundial. Não aproveitamento das oportunidades geradas quando do enfraquecimento de outros destinos turísticos de outros países por motivos diversos.	Acompanhamento e atualização anual dos Estudos de Mercado e inclusão de informações relacionadas ao contexto internacional, de modo a proporcionar o aumento da demanda do turismo na cidade de Fortaleza.	Acompanhamento dos indicadores estabelecidos no PDITS Fortaleza e das versões de atualização dos Estudos de Mercado.
Manutenção e Melhoria constante das rodovias, equipamentos e estruturas essenciais que viabilizam o acesso a Fortaleza e a permanência em boas condições ambientais e urbanas.	Falta de manutenção em trechos das rodovias e oferta de trechos aéreos ainda restritos para alguns países e cidades próximas	Manutenção constante das rodovias / ampliação da oferta de trechos aéreos com a inclusão de alguns países e cidades não disponíveis atualmente	Aumento do tráfego nas rodovias e diminuição do número de acidentes / aumento do fluxo turístico com destino a Fortaleza
Conscientização da população de Fortaleza para a importância da atividade turística e inclusão da mesma para que tenham oportunidades relacionadas ao turismo	Segregação sócioespacial / concentração da atividade turística em zonas específicas da cidade e problemas relacionados ao consumo de drogas, violência e prostituição	Inserção da população na cadeia produtiva do turismo de maneira formal, ampliando a comunicação e interação com entidades como as associações e entidades de classe	Diminuição dos números nas estatísticas da Delegacia de Apoio ao Turista e da Secretaria de Segurança pública / Cadastramento de microempreendedores que hoje trabalham de maneira informal dentro do circuito turístico na cidade de Fortaleza
Fiscalização mais ativa e legislação urbana e ambiental mais rigorosa para melhor adequação da cidade.	Problemas urbanos e ambientais diversos em toda a cidade e de modo específico em áreas de interesse turístico. Degradação do patrimônio arquitetônico e natural.	Leis reguladoras dos processos de uso e ocupação urbanos e concordâncias com a legislação ambiental estabelecidas nos âmbitos: federal, estadual e municipal	Investimentos em restaurações de patrimônio natural e arquitetônico / Renovação de leis essenciais de regulação do uso e ocupação do solo da cidade

FATOR CRÍTICO	CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO IDEAL	INDICADOR DE MUDANÇA
Necessidade de requalificação urbana e ambiental estabelecidas em Plano Diretor com ativa participação da população	Plano Diretor vigente porém não respeitado	Respeito às orientações do Plano Diretor de Fortaleza	Estabelecimentos e fiscalização das Zonas descritas no Plano Diretor Participativo de Fortaleza
Necessidade de ampliação da fiscalização e manutenção do patrimônio cultural, natural, arquitetônico e imaterial visando manter a competitividade com outros atrativos turísticos, inclusive os internacionais com a chegada dos grandes eventos esportivos	Pouca valorização do patrimônio cultural da cidade, sobretudo os arquitetônicos do centro da Cidade. Supervalorização de áreas específicas da cidade destinadas ao Turismo.	Ampliação das tipologias de turismo oferecidos na cidade, com inclusão do turismo histórico-cultural, com valorização do patrimônio material e imaterial da cidade. Melhor distribuição dos visitantes nas diversas áreas da cidade.	Número de restaurações de patrimônios arquitetônicos da cidade. Número de eventos culturais contemplados em editais. Pesquisa de opinião.

Fonte: Elaboração própria

Portanto, com base no quadro acima são estabelecidos os seguintes cenários de referência:

- Valorização e promoção dos equipamentos e atrativos turísticos de Fortaleza em complementação com os atrativos dos demais municípios, aumentando o tempo de permanência dos visitantes;
- Acompanhamento e atualização anual dos Estudos de Mercado e inclusão de informações relacionadas ao contexto internacional, de modo a proporcionar o aumento da demanda do turismo na cidade de Fortaleza;
- Manutenção constante das rodovias / ampliação da oferta de trechos aéreos com a inclusão de alguns países e cidades não disponíveis atualmente;
- Inserção da população na cadeia produtiva do turismo de maneira formal, ampliando a comunicação e interação com entidades como as associações e entidades de classe;
- Leis reguladoras dos processos de uso e ocupação urbanos e concordâncias com a legislação ambiental estabelecidas nos âmbitos: federal, estadual e municipal;
- Respeito às orientações do Plano Diretor de Fortaleza.

Para cada um dos itens acima, existem as tendências que poderão ser positivas ou negativas e ainda de curto, médio ou longo prazos, conforme apresentado na Tabela 29 a seguir:

TABELA 29 - EVOLUÇÃO DA TENDÊNCIA DOS CENÁRIOS DE REFERÊNCIA

EVOLUÇÃO DAS TENDÊNCIAS NO CENÁRIO DE REFERÊNCIA	
Tendências positivas a curto prazo	Tendências negativas a curto prazo
Consolidação do reconhecimento nacional e internacional de Fortaleza como destino turístico;	Aumento da exploração do turismo sexual e do tráfico de drogas
Valorização das paisagens litorâneas cênicas;	Desarticulação das políticas públicas para a sustentabilidade
Consolidação das agendas de eventos;	Apropriação irresponsável de espaços e expropriação comunitária
Captação de recursos e investimentos de diferentes fontes de financiamento;	Mão de obra qualificada insuficiente

Tendências positivas a médio prazo	Tendências negativas a médio prazo
Recuperação e melhoramento das vias urbanas danificadas	Segregação socioespacial com conflito de uso e ocupação do solo
Consideração das expressões culturais locais como ativo turístico	Saturação dos equipamentos turísticos de lazer
Diversificação das vias de acesso	
Tendências positivas a longo prazo	Tendências negativas a longo prazo
Melhorias na rede de drenagem e esgotamento	Degradação da qualidade ambiental urbana das áreas turísticas
Melhorias na eficiência do transporte público	Más condições de conservação do Patrimônio arquitetônico
Descentralização das áreas turísticas	Dificuldade na consolidação das diretrizes do Plano Diretor para o turismo.
Integração institucional	

FONTE: Elaboração própria.

Percebe-se uma tendência atual incontestável da potencialização dos impactos causados pela atividade turística em Fortaleza, tanto os positivos quanto os negativos. Influenciada pela consolidação da cidade como destino turístico nacional e internacional, a orla marítima de Fortaleza teve a dinâmica socioambiental do uso e a ocupação do solo profundamente modificada nos últimos trinta anos, passando de área de moradia e lazer moderadamente ocupada, para área turística consolidada, verticalizada, densamente habitada, de referência internacional e hábitos globalizados.

Estando o turismo atual intimamente ligado ao lazer e entretenimento, Fortaleza tem tido sua agenda de eventos favorecida pela atividade. Percebe-se um grande número de visitantes que chegam à cidade para participar de eventos específicos que ocorrem, como shows, feiras, congressos, encontros, etc. Ao mesmo tempo, a cidade tem investido em estrutura para realizar eventos de porte cada vez maior, é o que se espera do novo centro de convenções de Fortaleza.

Ainda que a tendência observada esteja voltada ao desenvolvimento intenso da atividade, a atuação do poder público ou da sociedade no combate a problemas inerentes do desenvolvimento da atividade turística ainda é discreto. Quando o turismo é realizado de forma mal planejada, há uma potencialização de problemas relacionados ao turismo sexual e ao tráfico de drogas. As organizações e intensões ilegais aproveitam-se da estrutura do turismo para a realização dessas atividades ilícitas. Essas atividades são mais facilmente executadas quando a mão de obra que trabalha na logística do turismo é mal preparada e mal qualificada, como é o caso da cidade de Fortaleza. A ausência políticas consolidadas e/ou investimentos para a capacitação de mão de obra no trade turístico correlacionada à grande demanda por mão de obra, indica a permanência das tendências à curto prazo.

A médio e longo prazo percebe-se uma potencialização dos problemas socioambientais, dos conflitos de uso e ocupação do solo, da degradação dos espaços naturais e do patrimônio arquitetônico. Esta tendência segue o padrão ocorrido nos últimos trinta anos, onde se observou, com a intensa verticalização da orla, a perda da diversidade arquitetônica tradicional da cidade em substituição à condomínios e grandes empreendimentos assim como um forte impacto no patrimônio natural com grande perda de áreas verdes e impacto irreversível na paisagem. Dentro desta dinâmica que focaliza o desenvolvimento do turismo na orla, percebe-se uma saturação dos atuais equipamentos existentes.

Os impactos negativos acima citados demandam uma forte intervenção do poder público no controle e regulação do desenvolvimento da atividade turística. Ações e intervenções têm sido realizadas por dife-

rentes órgãos e secretarias, porém estas ações são desarticuladas o que provoca, por vezes, a ineficácia na aplicação das mesmas. Podemos citar como exemplo o problema de poluição da orla marítima pela canalização ilegal de esgoto na rede de drenagem. Em Fortaleza, o órgão responsável pela implantação e gestão do sistema de drenagem pluvial é a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura (SEINF) e Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) é responsável pela implementação e gestão do sistema de esgotamento sanitário. O problema de ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem pluvial tem gerado um problema de competência institucional, onde a CAGECE afirma ser a SEINF o órgão competente para a resolução do mesmo, e vice versa. Mostra-se uma total desarticulação entre as duas instituições o que tem bloqueado as possíveis soluções de despoluição da orla. A articulação institucional mostra-se imprescindível para o desenvolvimento integrado de ações sustentáveis.

O Cenário de Referência traz como tendência evolutiva a potencialização dos impactos negativos atualmente observados devido à consolidação de Fortaleza como destino turístico nacional e internacional e ao aumento do fluxo de turistas nos anos que virão. Estas tendências mostram a necessidade de uma forte intervenção do poder público, de forma articulada, na regulação e ordenação da atividade.

8.5 Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP)

O Cenário de Desenvolvimento (CDP) considera os desdobramentos futuros envolvendo os efeitos da implantação das ações previstas pelo PRODETUR Fortaleza, analisando o impacto dessas ações no sistema descrito e analisado no Cenário de Referência.

FIGURA 28 - CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PRODETUR



FONTE: ELABORADO PELO AUTOR

Compreende a projeção das tendências decorrentes da implementação do Programa, contendo a identificação das mudanças que seriam introduzidas no ambiente e sua avaliação do ponto de vista da contribuição que fará à economia do turismo e ao desenvolvimento sustentável das áreas contempladas no PRODETUR NACIONAL do Município de Fortaleza, assim como as interações com outras regiões do estado e/ou outras regiões do país.

As ações previstas pelo PRODETUR Fortaleza serão analisadas segundo seus objetivos e, posteriormente, segundo sua capacidade de alcançá-los. Serão analisados os objetivos uma vez que estes têm relação direta com os indicadores, enquanto as obras e intervenções em si representam somente meios para o desenvolvimento turístico esperado. O objetivo principal do programa é de consolidar a cidade como um destino turístico de destaque no cenário nacional e internacional aumentando a sua competitividade e, conseqüentemente, a sua capacidade de atrair, receber, atender plenamente os turistas que visitam Fortaleza. A tabela abaixo sintetiza os objetivos específicos elencados para o PRODETUR Fortaleza.

TABELA 30 - OBJETIVOS ELENCADOS PARA O PRODETUR FORTALEZA

OBJETIVOS ELENCADOS NO PRODETUR
A CURTO PRAZO
Melhorar as condições de infraestrutura básica e de serviços turísticos do Município;
Qualificar profissionais dos setores públicos, privados e os que atuam indiretamente na cadeia produtiva do turismo para prestarem serviços turísticos no destino Fortaleza;
Desenvolver canais de promoção e comercialização eficazes e eficientes
A MÉDIO PRAZO
Fomentar os segmentos de lazer e entretenimento, eventos e negócios para o mercado turístico de Fortaleza;
Desenvolver novos produtos turísticos de forma a diversificar a oferta das áreas turísticas selecionadas;
Atrair um fluxo de turistas nacionais e internacionais que tenha permanência e gastos significativos para o destino Fortaleza;
Gerar com o desenvolvimento da atividade turística receita para o município e renda para a população.
A LONGO PRAZO
Prevenir e mitigar os impactos ambientais, culturais e sociais causados pela atividade turística.

FORTELEZA. FONTE: PDITS FORTALEZA.

Para alcançar os objetivos acima estipulados, o PRODETUR Fortaleza divide suas ações prioritárias em seis eixos de ação:

Estratégia do Produto Turístico

- Plano de reordenamento geral e projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos para a Av. Beira Mar.
- Plano estratégico do Município de Fortaleza focado no estudo de indicadores do turismo na cidade de Fortaleza;
- Estudos de mercado para estratégias de desenvolvimento do destino Fortaleza;
- Reordenamento da Av. Beira Mar;
- Projeto de Valorização do Destino com Elaboração do Plano Integrado do Turismo Sustentável (PDITS);
- Inventário da Atividade Turística de Fortaleza;
- Estratégia de comercialização;
- Elaboração do Plano de Promoção e Marketing;
- Execução do Plano de Promoção e Marketing.

Fortalecimento Institucional

- Fortalecimento Institucional da SETFOR (Incluindo o diagnóstico e Plano de Ação para a capacitação de mão-de-obra do setor do turismo e apoio para o empresariado turístico);
- Fortalecimento institucional da gestão municipal do turismo no âmbito do Prodetur Nacional Fortaleza;
- Sistema de Informação da atividade turística de Fortaleza.

Infraestrutura e Serviços Básicos

- Remodelamento da Praia do Futuro (Av. Zezé Diogo, Av. Dioguinho e Av. José Saboia);
- Reforma da Praça do Futuro/31 de Março;

- Urbanização da Encosta do Conj. Santa Terezinha.

Gestão Ambiental

- Avaliações Ambientais Estratégicas;
- Auditorias socioambientais da execução dos investimentos em obras selecionadas.

Gestão do Programa

- Apoio à supervisão e fiscalização das obras;
- Auditoria Externa;
- Avaliação intermediária e final do programa;
- Apoio à Unidade Coordenadora do Programa (UCP) para gerenciamento do programa.

Percebe-se que as ações prioritárias buscam principalmente valorizar, incentivar e ordenar a atividade turística em polos já estabelecidos e preparar institucionalmente o Município para gerir a atividade. É importante perceber que o aumento do fluxo de turistas gera intrinsecamente impactos socioambientais que podem, porém, ser minimizados pela boa gestão da atividade. Ações voltadas para o fortalecimento institucional do órgão municipal responsável pelo turismo contribuem de forma positiva ao alcance dos objetivos de sustentabilidade. Quando somadas à ações de auditorias e avaliações ambientais estratégicas das políticas públicas, há um melhoramento significativo na capacidade do órgão em visualizar os pontos negativos e positivos do turismo em uma perspectiva socioambiental sustentável.

Precisa-se ressaltar que ações urbanísticas, de requalificação e infraestrutura por si só não contribuem significativamente ao desenvolvimento sustentável. Porém, quando integradas dentro de um contexto de fortalecimento institucional, onde as justificativas de implantação das obras são claras e bem fundamentadas, estando sujeitas a avaliações ambientais estratégicas e auditorias socioambientais, constrói-se um ambiente propício para o desenvolvimento de uma atividade econômica ambientalmente mais saudável. Percebe-se que o PRODETUR NACIONAL FORTALEZA possibilita a abertura para esse novo contexto..

Por outro lado, mesmo em um contexto favorável ao desenvolvimento sustentável da atividade turística, não há um aproveitamento satisfatório desse contexto se as inquietudes socioambientais não permearem todos os eixos prioritários. Percebe-se que existe prioridade que gira em torno do incentivo ao aumento do fluxo de turistas, na requalificação urbanística e de infraestrutura para atender à atividade e no fortalecimento institucional. As questões socioambientais aparecem dentro de um contexto regulador e fiscalizador, em um eixo prioritário exclusivo quando precisaria estar integrado em todos os eixos, ligando as ações ao objetivo comum de sustentabilidade. Isso significa que o contexto favorável à integração da problemática socioambiental nos diversos eixos prioritários está sendo reduzido a um eixo de ação fiscalizador e mitigatório.

Detalhando-se a análise, percebe-se que, com a implementação das ações do PRODETUR, aumentam-se as oportunidades de requalificação urbana em áreas hoje importantes para o turismo (Beira Mar e Praia do Futuro) assim como a abertura de novos polos de atividade (Morro de Santa Teresinha e Praça 31 de Março), permitindo assim uma melhor distribuição espacial da atividade, amenizando a saturação das atuais áreas turísticas, ainda que insuficientemente.

A realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e de auditorias socioambientais de execução de investimentos permite integrar as problemáticas ambientais e sociais ao planejamento e tomadas de decisões relacionadas à atividade turística na cidade. Esta integração promove um contexto favorável a incrementar de ações que geram melhorias na qualidade socioambiental da cidade.

Outras ações vão permitir uma melhoria significativa da atividade, entre elas o inventário e sistema de informação da atividade turística. Esta ação permite o mapeamento da atividade facilitando assim o processo de planejamento em todas as dimensões tangíveis pela atividade turística.

A avaliação do Cenário de Desenvolvimento expressa a evolução das tendências do desenvolvimento do turismo com a implantação das obras e ações previstas, e a capacidade delas em alcançar os objetivos propostos. Os resultados da análise são mostrados na tabela abaixo:

TABELA 31 - EVOLUÇÃO DAS TENDÊNCIAS NO CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PRODETUR

EVOLUÇÃO DAS TENDÊNCIAS NO CENÁRIO DESENVOLVIMENTO DO PRODETUR	
Tendências positivas a curto prazo	Tendências negativas a curto prazo
<p>Consolidação do reconhecimento nacional e internacional de Fortaleza como destino turístico</p> <p>Captação de recursos e investimentos de diferentes fontes de financiamento</p> <p>Aumento da mão de obra qualificada</p> <p>Melhoria na articulação das políticas públicas para a sustentabilidade</p> <p>Valorização das paisagens litorâneas cênicas</p> <p>Amenização da saturação dos equipamentos turísticos de lazer</p> <p>Consolidação das agendas de eventos</p>	<p>Aumento da exploração do turismo sexual e do tráfico de drogas</p> <p>Apropriação irresponsável de espaços e expropriação comunitária</p>
Tendências positivas a médio prazo	Tendências negativas a médio prazo
<p>Assimilação das expressões culturais à atividade turística</p> <p>Integração institucional</p> <p>Diversificação das vias de acesso</p> <p>Recuperação e conservação da qualidade ambiental urbana em áreas turísticas</p>	<p>Segregação sócio espacial com conflito de uso e ocupação do solo.</p>
Tendências positivas a longo prazo	Tendências negativas a longo prazo
<p>Melhorias na rede de drenagem e esgotamento</p>	<p>Centralização espacial da atividade turística na orla de Fortaleza</p> <p>Má conservação do Patrimônio arquitetônico</p> <p>Dificuldade da consolidação das diretrizes do Plano Diretor para o turismo</p>

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR.

Na evolução das tendências com a implementação do PRODETUR NACIONAL Fortaleza, percebe-se um melhoria que, á curto prazo, ajudará a amenizar a saturação dos equipamentos turísticos de lazer com a requalificação dos espaços turísticos, o aumento da mão de obra qualificada através das ações para a capacitação de mão-de-obra do setor do turismo, e uma possível melhoria no contexto institucional para a articulação de políticas públicas sustentáveis. Ainda assim, pontos considerados importantes para serem vistos á curto prazo não terão mudanças significativas nas suas tendências evolutivas, sendo eles: (i) o aumento da exploração do turismo sexual e do tráfico de drogas; (ii) e a apropriação de espaços e expropriação comunitária.

Á médio prazo, percebe-se melhorias significativas na qualidade do espaço turístico, com a recuperação de áreas importantes para o desenvolvimento da atividade, a melhoria da qualidade ambiental dessas áreas, assim como das vias de acesso. Percebe-se como uma tendência potencial positiva a integração institucional através do contexto favorável de estabelecimento de parcerias entre as secretarias municipais o que pode gerar uma melhor governança da atividade em consonância com as outras políticas desenvolvidas na cidade. Ainda assim, as ações previstas no PRODETUR NACIONAL FORTALEZA não são suficientes para modificar uma tendência fortemente observada em Fortaleza que é a apropriação de espaços para o desenvolvimento da atividade turística que tem provocado a migração das comunidades para áreas mais periféricas sem uma ação concreta para a real integração dessas comunidades à atividade. A integração da população de baixa renda acontece por vezes através da prostituição e do tráfico de drogas. Porém não se pode negar a importância do turismo na geração de emprego e renda para essas comunidades no que diz respeito ao comércio informal.

Á longo prazo, as ações atualmente previstas não tem a força necessária para mudar uma tendência já observada em Fortaleza no que diz respeito à centralização espacial da atividade turística na orla. Apesar de ter sido apontado outras áreas potenciais para o desenvolvimento do Turismo, principalmente no que se refere ao turismo em bairros históricos, como Messejana e Centro, o PRODETUR NACIONAL FORTALEZA foca a orla entre a Beira Mar e a Praia do Futuro. O mesmo ocorre em relação à capacidade das ações em conservar o patrimônio arquitetônico. Em Fortaleza tem sido comum, nos últimos trinta anos, a substituição de casarões, principalmente nos bairros Meireles e Varjota, por condomínios residenciais ou hotéis. Esta tendência continua e a Praia do Futuro traz forte potencial de verticalização. A valorização desses espaços como área turística pode acelerar esse processo. Dentro desse contexto, muitos dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Plano Diretor e em outros documentos oficiais já citados, encontrarão um sistema resiliente com forte possibilidade de seguir tendências já observadas.

8.6 Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS):

No Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) analisou-se a implantação das ações previstas no PRODETUR NACIONAL FORTALEZA baseando-se nos impactos e riscos sinérgico/cumulativos identificados. Esta análise permite o estabelecimento de diretrizes e identifica ações públicas e privadas que devem ser previstas num cenário contra factual, ou seja, mais próximo dos objetivos de sustentabilidade, envolvendo menores perdas ambientais, minimizando possíveis conflitos e ampliando-se a sustentabilidade da atividade turística.

FIGURA 28- CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE



FONTE: ELABORADO PELO AUTOR.

Para a construção do cenário de desenvolvimento foram definidos os principais fatores internos e externos observados nos cenários de referência (CR) e desenvolvimento (CDP). Esses fatores foram cruzados em uma matriz cruzada para a avaliação sinérgico-cumulativa dos mesmos. A elaboração da tabela de fatores e matriz cruzada antecede a etapa de avaliação e evolução de tendências do Cenário de Desenvolvimento Sustentável (CDS), pois elas permitem o estabelecimento e a visualização das sinergias entre os fatores principais definidos. A tabela abaixo especifica os principais fatores selecionados para a construção da Matriz cruzada. Esses fatores apresentam-se numerados na mesma ordem em que se apresentam na Matriz cruzada.

TABELA 32 – FATORES INTERNOS E EXTERNOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DA MATRIZ CRUZADA

FORÇAS (FO)	
FO1	Diversidade em equipamentos turísticos de lazer
FO2	Acesso por rodovias nacional e estadual, aeroporto internacional e porto
FO3	Estrutura institucional especializada (SETFOR, SEMAM, etc.)
FRAQUEZAS (FA)	
FA1	Estrutura urbana e de serviços comprometidos ou insuficientes
FA2	Segregação sócioespacial com consequentes problemas relacionados a drogas, violência e prostituição
FA3	Patrimônio natural degradado (menos de 7% de áreas verdes) e meio ambiente urbano poluído
OPORTUNIDADES (OP)	
OP1	Reconhecimento nacional e internacional de Fortaleza como destino turístico
OP2	Porta de entrada para outros locais turísticos no Ceará
AMEAÇA (AM)	
AM1	Competição com outros atrativos turísticos
AM2	Crise econômica mundial e diminuição do fluxo de turistas

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR

A combinação dos ambientes interno e externo, e das suas novas variáveis permite visualizar as possíveis mudanças na evolução das tendências considerando-se os objetivos de sustentabilidade. Analisando a matriz, percebe-se que as forças centrais que amenizam as fraquezas e ameaças da atividade turística na cidade são: (i) um plano diretor definido com bases na sustentabilidade; (ii) os projetos comunitários bem consolidados; (iii) gerados por uma estrutura institucional especializada. Verifica-se que a base institucional, através das suas diretrizes bem definidas, agindo de forma integrada internamente e com os atores sociais relevantes, é capaz de fomentar mudanças estruturais em praticamente todos os pontos fracos observados.

Por outro lado, as principais forças identificadas para o desenvolvimento da atividade turística interagem e são afetadas pela maioria das fraquezas observadas. As paisagens cênicas da orla com seus equipamentos turísticos têm seu valor diminuído pela violência urbana, exploração sexual infantil nas praias, poluição, baixa qualidade da balneabilidade. Além disso, o patrimônio arquitetônico degradado e a falta de valorização da própria história local trazem perdas aos ativos turísticos da cidade, fazendo com que a cidade tenha menos diferenciais próprios.

O cruzamento dos fatores permitiu uma análise sistêmica e uma melhor compreensão dos impactos no desenvolvimento da atividade. A tabela 33 cruzada apresenta-se a seguir.

TABELA 33 - MATRIZ CRUZADA DE IMPACTOS E RISCOS SINÉRGICOS CUMULATIVOS

	FO1	FO2	FO3	FA1	FA2	FA3	OP1	OP2	AM1	AM2
FO1										
FO2										
FO3										
FA1										
FA2										
FA3										
OP1										
OP2										
AM1										
AM2										
impacto ou risco sinérgico/ cumulativo			Positivo	Quando uma força (FO) ou oportunidade (OP) amenizam uma fraqueza (FA) ou ameaça (AM)						
			Negativo	Quando uma fraqueza (FA) ou ameaça (AM) afetam uma força (FO) ou oportunidade (OP)						

Percebe-se que as forças e oportunidades presentes dentro do cenário do turismo potencializam-se mutuamente. O reconhecimento nacional e internacional de Fortaleza como destino turístico, permite a captação de recursos que, atualmente, são utilizados principalmente para investimentos em infraestrutura (rodovias, urbanismo). Esses investimentos permitem uma melhor consolidação dos equipamentos turísticos permitindo o bom desenvolvimento da atividade no município. As atuais demandas de sustentabilidade, nacionais e internacionais, potencializam as ações das diversas instâncias do município e convidam a um diálogo melhor articulado entre essas diferentes instancias que, historicamente, tem trabalhado de forma segregada.

Os investimentos do PRODETUR preveem ações para o fortalecimento da Secretaria do Turismo de Fortaleza (SETFOR), entre elas: (i) formação de equipe de acompanhamento e planejamento estratégico; (ii) modelo de gestão por indicador; (iii) elaboração de estudos que permitam orientar a implementação do fortalecimento institucional; (iv) estabelecimento de instrumentos necessários, como o Sistema de

Informação da atividade turística, em prol do desenvolvimento sustentável do turismo. Dessa forma, vê-se que, institucionalmente, o contexto atual é propício ao desenvolvimento sustentável da atividade. Entretanto, percebe-se que alguns outros pontos relevantes podem ser integrados ao projeto, para que as diretrizes do turismo tornem-se eficazmente inclusivas e socioambientalmente responsáveis, entre eles: (i) a articulação institucional entre governo, empresários, comunidade; (ii) combate à exploração sexual infantil pela da atividade turística; (iii) turismo e democratização dos espaços públicos; (iv) projetos de infraestrutura urbana e conservação da biodiversidade.

Partindo da avaliação acima, onde foram colocadas as fraquezas, oportunidades, forças e ameaças confrontadas entre si, percebe-se que as variáveis adicionais do cenário de desenvolvimento (CD) não mudam significativamente a estrutura do cenário de referência (CR) para o desenvolvimento do turismo. Desta forma, foram sugeridos novos fatores a serem considerados no cenário de Desenvolvimento e sustentabilidade para verificar a adequação das ações previstas à visão futuro e os objetivos de sustentabilidade esperados.

Uma avaliação quali-quantitativa e uma comparação entre os três cenários (CR, CD, CDS) foram realizadas a fim de se verificar a capacidade dos contextos atuais dos três cenários em alcançar os objetivos propostos. A avaliação foi realizada utilizando-se uma escala de 1 a 5, que varia entre as possibilidades de se alcançar os objetivos de sustentabilidade propostos ou não. Dessa forma, pode-se identificar as intervenções e os investimentos que deveriam ser priorizados e as lacunas que ainda precisam ser preenchidas para que se possa avançar no desenvolvimento da sustentabilidade desejada. Para tanto, outros objetivos (Objetivos de Sustentabilidade Proposto pela AAE) foram igualmente elencados. Pode-se comparar o Cenário de Referência (CR) com o Cenário de Desenvolvimento do PRODETUR (CDP) e o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), bem como verificar a adequação desses cenários aos objetivos de sustentabilidade propostos pela AAE. Os números utilizados na análise correspondem às seguintes graduações:

TABELA 34 - ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS.

ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS
Este objetivo não é alcançado.
Há pouca condição para se alcançar esse objetivo.
Há condições para se alcançar esse objetivo.
Há boas condições para se alcançar esse objetivo.
Esse objetivo é alcançado.

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR.

A tabela indica que pontos relevantes para objetivos da sustentabilidade se realizem não são suficientemente alcançados. Ainda existem lacunas a serem preenchidas para que os próprios objetivos de sustentabilidade do PRODETUR possam ser alcançados, assim como outros pontos relevantes precisam ser considerados para que a atividade esteja o mais próximo possível da sustentabilidade e que não podem ser alcançados no cenário atual. Assim, deve-se dar uma maior atenção às ações que previnam e mitiguem os impactos ambientais, culturais e sociais causados pela atividade turística (entre elas as propostas do capítulo de avaliação de impactos). A integração de outros pontos importantes no desenvolvimento sustentável à atividade turísticas e previstos dentro das diretrizes da Política o Turismo no Plano Diretor, também são dificilmente alcançáveis. Entre eles estão: (i) o resgate da história e das

tradições locais; (ii) a promoção da proteção e conservação das áreas de APPs e UCs; (iii) a garantia da qualidade ambiental das áreas turísticas. Outros pontos ainda não estão integrados dentro dos objetivos do PDITS e a integração destes ao turismo é fundamental para tornar a atividade sustentável no município, estes são: (i) a diminuição/extinção da exploração sexual infantil, fenômeno que interage e é potencializado pela atividade turística; (ii) a integração entre as secretarias, bem como destas com outros atores relevantes para que haja uma real apropriação e democratização das tomadas de decisão por todos os atores da sociedade, promovendo assim uma governança eficaz; (iii) ações que permitam uma democratização global dos espaços da cidade fazendo com que os espaços turísticos e não turísticos tenham uma porosidade suficiente que permita a interação de todos com todos; (iv) a integração de corredores ecológicos aos projetos de infraestrutura para que esses possam sustentar a fauna e flora urbana garantindo assim a boa qualidade ambiental dos espaços.

Percebe-se que existem principalmente ganhos sociais com a implantação do projeto com uma evolução nos ganhos que envolvem: (i) melhor distribuição da riqueza gerada pelo turismo através de ações que promovem a melhoria dos espaços de comércio; (ii) fortalecimento dos elos da cadeia produtiva do turismo através dos esforços de fortalecimento institucional, qualificação de mão de obra e apoio ao empreendedorismo; (iii) abertura ao apoio de ações socialmente inclusivas; (iv) potencial valorização do patrimônios histórico e arquitetônico.

TABELA 35 – COMPARAÇÃO ENTRE OS CENÁRIOS CR, CRP E CDS E A CAPACIDADE DE ATINGIR OS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE

OBJETIVOS ELENCADOS NO PRODETUR NACIONAL FORTALEZA	CR	CD	CDS
Consolidar a cidade como um destino turístico de destaque no cenário nacional e internacional	4 5	5	5
Melhorar as condições de infraestrutura básica e de serviços turísticos do Município	2	2 3	2 3
Qualificar profissionais dos setores públicos e privados que atuam na cadeia produtiva do turismo	2 3	3 4	3 4
Desenvolver canais de promoção e comercialização eficazes e eficientes	2 3	3 4	3 4
Fomentar os segmentos de lazer e entretenimento, eventos e negócios para o cenário Turístico	2 3	4 5	4 5
Desenvolver novos produtos turísticos de forma a diversificar a oferta das áreas turísticas selecionadas	2	3	3
Atrair um fluxo de turistas nacionais e internacionais que tenha permanência e gastos significativos	3 4	4 5	4 5
Gerar ,com o desenvolvimento da atividade turística, receita para o município e renda para a população	4 5	4 5	4 5
Prevenir e mitigar os impactos ambientais, culturais e sociais causados pela atividade turística	1 2	1 2	1 2
OBJETIVOS DA POLITICA DE TURISMO DO PLANO DIRETOR DE FORTALEZA	CR	CD	CDS
Melhorar a distribuição da riqueza gerada pelo turismo	3	3	3
Fortalecer os elos da cadeia produtiva do turismo	3	4	4
Promover políticas socialmente inclusivas	2	3	3
Valorizar os patrimônios arquitetônico e arqueológico	2	3	3
Resgatar a história e as tradições locais	2	2	2
Promover a proteção e conservação das áreas de APPs e UCs	2	2	2
Garantir a qualidade ambiental das áreas turísticas	2	3	3
Integrar as instituições promovendo melhorias na governança local	2	2 3	2 3

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE PROPOSTAS PELA AAE	CR	CD	CDS
Diminuição/extinção do turismo de exploração sexual	1	1	1
Integração entre as secretarias, bem como destas com outros atores relevantes	1	3	3
Democratização global dos espaços da cidade	1	2	2
Integração de corredores ecológicos aos projetos de infraestrutura	1	1	1

Percebe-se que existem principalmente ganhos com a implantação do projeto com uma evolução nos ganhos que envolvem: melhor contexto para a captação de recursos e investimentos de diferentes fontes de financiamento; aumento da mão de obra qualificada; melhoria na articulação das políticas públicas para a sustentabilidade e integração institucional; amenização da saturação dos equipamentos turísticos de lazer com melhoras significativas na qualidade urbana e acesso desses espaços.

Para que a atividade se consolide como sustentável é necessário garantir igualmente uma melhor distribuição da riqueza gerada pelo turismo através de ações que promovam a melhoria dos espaços de comércio com apoio de ações socialmente inclusivas e que potencializem e valorizem os patrimônios arquitetônicos e culturais. Incontestavelmente, uma atividade sustentável deve promover a qualidade e saúde ambiental do meio em que ela ocorre, promovendo a despoluição e recuperação de áreas degradadas, a consideração das problemáticas ambientais desde o início da concepção dos projetos de engenharia implantados, a inclusão da sociedade como responsável pela manutenção desse ambiente.

Este estudo compreende que tanto o aumento do fluxo de visitantes como os impactos inerentes da atividade são inevitáveis e que o Poder Público deve acompanhar regular e fiscalizar esse processo, buscando uma minimização máxima dos impactos. Para o caso específico da cidade de Fortaleza, este estudo indica quatro pontos fundamentais a serem considerados para o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável. São eles: (i) integração institucional e governança; (ii) exploração sexual infantil; (iii) democratização dos espaços públicos; (iv) implementação de corredores ecológicos.

Conclui-se com este estudo que pontos importantes para a sustentabilidade da atividade turística foram considerados dentro dos objetivos, porém as ações previstas não possibilitam o alcance pleno desses objetivos propostos. São eles: (i) o resgate da história e das tradições locais; (ii) a promoção da proteção e conservação das áreas de APPs e UCs; (iii) a garantia da qualidade ambiental das áreas turísticas. Entretanto, a capacitação e fortalecimento institucional permite o estabelecimento de um ambiente propício ao desenvolvimento de projetos integrados e articulados com outras secretarias que poderão, por fim, estabelecer e concretizar os objetivos de sustentabilidade previstos nos documentos oficiais que as ações específicas do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA não podem efetivar.

Outros pontos igualmente relevantes para a sustentabilidade não foram tratados dentro das políticas e ações previstas pelo PRODETUR FORTALEZA. A consideração desses pontos é fundamental para que a atividade torne-se sustentável na capital. As tendências atuais mostram uma área turística onde a atividade tem gerado apropriação indevida dos espaços públicos e expropriação comunitária, turismo sexual infantil, perda de áreas verdes e qualidade ambiental, desarticulação entre órgãos públicos e sociedade. Nesse contexto, este presente estudo recomenda a integração dessas problemática à elaboração das políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento da atividade turística fomentada pelo PRODETUR. Os tópicos abaixo detalham cada uma das recomendações de acordo com o contexto em que elas ocorrem em Fortaleza.

Integração Institucional e Governança

A boa governança dos recursos sociais e econômicos gerados pela atividade turística, assim como a definição de diretrizes prioritárias no norteamento dessa atividade, depende das condições sistêmicas onde essa atividade ocorre. Assim colocadas, as expressões transmitem a ideia de que uma boa governança depende das atitudes governamentais integradas à população.

No caso específico das ações do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA, espera-se que haja um maior fortalecimento institucional da Secretaria de Turismo do município de Fortaleza, onde ações são previstas para tal. Mas para que haja uma real democratização dos espaços é preciso que essas ações fortaleçam igualmente os laços existentes, ou os que possam vir a existir, entre a SETFOR, as outras secretarias municipais, os atores economicamente relevantes, as comunidades onde as ações turísticas estão sendo desenvolvidas. Desse modo, a governabilidade democrática, que requer maior participação cidadã nas decisões, através de mecanismos decisórios de baixo para cima poderá ser realmente aplicada.

Combate à Exploração Sexual

Mesmo pontuando este grave problema que Fortaleza enfrenta em relação à questão social, não percebe-se a integração das políticas e ações elencadas no PRODETUR NACIONAL FORTALEZA às outras políticas já existentes para o enfrentamento do problema. Esse problema, bem como outros de ordem social, não são potencializados prioritariamente pela atividade turística. Essas relações se desenvolvem com um conjunto bem maior de fatores e são construídas historicamente em diversos âmbitos das relações humanas.

O Ministério do Turismo (MTur) criou o Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), que trabalha prevenção e o enfrentamento desse problema. Em Fortaleza, a Secretaria do Turismo, quando criada em 2005, sendo o órgão oficial do turismo municipal, teve como prioridade o enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes no turismo. Esses programas devem ser integrados aos projetos, desde sua concepção urbanística e de planejamento institucional ao monitoramento de realização das atividades. Muitas soluções podem ser propostas até mesmo em nível espacial urbanístico, uma vez que essa atividade ocorre prioritariamente em pontos turísticos da cidade.

O principal local onde essa prática se desenvolve, segundo pesquisas realizadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, é no trecho que se estende desde a Praia de Iracema até a Beira Mar e na Praia do Futuro, áreas de intervenção direta do projeto. Um dado interessante da pesquisa é que 35,3% dos entrevistados reconhecem que a exploração sexual de crianças e adolescentes gera uma imagem negativa do turismo na cidade.

É preciso uma atenção especial para o combate e a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes e por isso mesmo, deve haver diálogo entre gestores, executores, urbanistas e todos envolvidos nos programas de desenvolvimento para elaborar estratégias para mitigar essa situação que é amplamente fomentada pelo turismo.

Deve-se entender, todavia, que se os outros fatores (má distribuição de renda, educação de baixa qualidade, dentre outras formas de exclusão social), não forem igualmente trabalhados, não se pode esperar que o turismo se desenvolva de maneira sustentável, pois atualmente este se desenvolve em um meio de alta vulnerabilidade social, integrando sua dinâmica à dinâmica de exclusão.

Democratização Dos Espaços Públicos

Em condições ideais, a cidade deve ser planejada e desenhada para que suas múltiplas funções estejam

devidamente articuladas entre si. Toda a cidade deve apresentar alto nível de acessibilidade dirigida a residentes locais e visitantes, além de ser agradável e propiciar meios eficientes para que as relações sociais se deem de forma saudável. Todas as funções do espaço público também devem respeitar a herança cultural e historicidade que todo lócus de socialização carrega, de modo a incorporar as melhores práticas em desenho urbano sustentável: alta acessibilidade, urbanização de baixo impacto, construção verde, oportunidades de novos negócios e legitimação junto à vida comunitária.

Não se pode pensar no desenvolvimento do turismo sustentável fora do contexto de uma cidade sustentável, de forma que ao pensar as políticas desenvolvimentistas, devem-se priorizar as populações locais residentes, devendo-se entender como essas populações apropriam-se dos recursos naturais urbanos e deles sobrevivem.

Ao elaborar estratégias para transformar a cidade num destino competitivo no ranking turístico, é de suma prioridade que o gestor avalie como cidade está apta a desenvolver esse turismo, quais suas características que podem ser melhor elaboradas para recepção dessa atividade, sem todavia desconsiderar a forma de vida e o bem viver do residente.

O habitante da cidade se movimenta por esta, transita por diversos locais de sociabilidade e cria relações dinâmicas e afastadas espacialmente. Dessa forma, não se pode pensar somente nas condições de habitabilidade de sua residência, mas também nas suas condições de transporte, no seu local de trabalho, de lazer, de estudos, de religiosidade, e tantos outros locais onde os indivíduos realizam suas experiências individuais e coletivas.

Além disso, quando se pensa em sustentabilidade, outros habitantes do espaço devem ser respeitados tanto quanto os moradores humanos. A cidade é habitada por seres vivos e extintos, como árvores, animais, microrganismos e fósseis, que distante de qualquer antropocentrismo moral, deve ser preservados pelo seu valor intrínseco. A cidade também é morada da história, dos ancestrais e de todos que virão, de forma que esses elementos, quando não apresentados de forma clara e pensados nos processos de gestão do território, podem ser subestimados e, como não raro, silenciados.

Nenhum processo pode ser sustentável fora de um contexto de processos sustentáveis. Uma vez que a dinâmica das relações sociais e da vida como um todo estão ligadas complexamente, formando teias de eventos e representações. Dessa forma, não se pode pensar no desenvolvimento sustentável do turismo fora de uma cidade que seja pensada nesse modelo.

Projetos de reordenamento e urbanização, e até mesmo projetos de fortalecimento institucional, quando não contextualizados em um cenário de sustentabilidade, não podem cumprir papel de estruturas sustentáveis isoladamente. Dessa forma, embora seja de suma importância se utilizar dos paradigmas da sustentabilidade para elaboração de projetos para o desenvolvimento do turismo, deve-se entender que este ocorre num contexto muito maior, e irá se incluir numa cidade que ainda é jovem no que concerne a esta discussão. Dessa forma, muitos impactos negativos gerados por essa atividade estão relacionados à elementos que fogem ao planejamento turístico restrito, interagindo com outras instâncias da vida da cidade.

Não se pode esperar que o desenvolvimento da atividade turística venha remediar todos os problemas encontrados na dinâmica da vida em Fortaleza, nem tampouco que este seja causa desses problemas. Deve-se entender que este elemento incrementa relações preexistentes, modificando-as conforme suas peculiaridades e seu alcance. Por isso mesmo, essa atividade deve ser planejada para que possíveis adequações responsáveis sejam executadas, de forma a respeitar todas as formas de vida.

Implantação De Corredores Ecológicos

No último século, a cidade de Fortaleza expandiu-se em um ritmo acelerado, ocupando vastas áreas e causando consideráveis impactos ambientais. À medida que cresceu, o ecossistema urbano removeu a vegetação nativa, ao mesmo tempo em que introduziu espécies exóticas consideradas úteis ou atraentes, resultando na composição de uma flora urbana completamente diferente daquela existente originalmente na área.

As espécies exóticas incorporadas como ornamentais na cidade de Fortaleza, podem, eventualmente, tornarem-se invasoras, espalhando-se sem controle, competindo com a flora nativa e causando perda de biodiversidade ou mesmo a extinção de espécies, que já sofrem com outras pressões. A incorporação de árvores nativas ao ecossistema urbano traz diversos benefícios, dentre eles, a alimentação da fauna, conservação de espécies arbóreas nativas e formação de corredores ecológicos, com consequente aumento de biodiversidade nas zonas urbanas.

Dentro deste contexto, onde vastos espaços já foram alterados para dar suporte à cidade, causando a descaracterização de extensos habitats e uma grande perda de biodiversidade, surge a urgente necessidade de utilizar os ecossistemas antropizados para que os mesmos deem suporte à manutenção de uma maior quantidade de espécies nativas, visando a sua conservação.

A vegetação urbana detém um importantíssimo papel, ela reduz a formação de ilhas de calor, retira gás carbônico da atmosfera e fornece abrigo e alimento para a fauna, além de ser, ela própria, parte da assembleia biológica urbana. Sendo assim, a presença e manutenção da vegetação dentro das cidades é essencial para os ecossistemas urbanos. Um dos benefícios oriundos da arborização é o fornecimento de alimento e abrigo para a fauna citadina, já que muitos animais conseguem sobreviver e se reproduzir dentro das cidades. Alguns destes, como pardais, pombos e ratos, são considerados pragas e se constituem em um grupo de animais exóticos que foram introduzidos pela ação humana. No entanto, diversos outros animais nativos devem ter sua coexistência encorajada no ambiente urbano.

Dessa forma, uma diretriz estabelecida na presente AAE para execução dos projetos sinalizados pelo PRODETUR Nacional de Fortaleza, sinaliza a necessidade de realização de estudo prévio das espécies nativas para sua incorporação nos projetos de ordenamento da paisagem, não somente visando o conforto térmico, mas sobretudo a manutenção dessas espécies e da fauna a ela associada.

A longo prazo, espera-se que Fortaleza possa funcionar como corredor ecológico, coberta por faixas de vegetação nativa que liguem fragmentos vegetacionais separados por atividades antrópicas, facilitando a continuidade da fauna e flora entre os fragmentos, propiciando maior fluxo gênico entre os indivíduos. A cidade deve ser arborizada extensamente com espécies nativas, para que possa cumprir a função de corredor ecológico, ligando o interior da zona urbana com os arredores da mesma e conectando ecologicamente áreas verdes remanescentes que ficam isoladas dentro da cidade. A curto prazo, estabelece-se como diretriz a de criação de corredores verdes nas obras previstas, que valorizando o patrimônio natural, contribuindo para minimizar os efeitos da erosão da biodiversidade no ecossistema urbano.

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Este capítulo do estudo estabelece parâmetros e indicadores de desempenho do programa, para permitir uma avaliação, ao longo do tempo, dos resultados obtidos para a sustentabilidade. Esses indicadores foram elaborados de acordo com os aspectos ambientais, socioeconômicos, culturais e institucionais levantados durante os diferentes estudos (Linha de Base, Diagnóstico, Identificação e Avaliação de Impactos, Cenários).

Alguns indicadores de avaliação foram sugeridos no PDITS Fortaleza, de acordo com os propósitos do PRO-DETUR Nacional de diversificação potencial turístico através da consolidação e da criação de novos produtos baseados em recursos naturais, culturais e econômicos, para avaliar os resultados estratégicos do programa.

TABELA 36 – INDICADORES DE AVALIAÇÃO PROPOSTOS PELO PDITS

Resultados Estratégicos	INDICADORES DE RESULTADOS
Aumentar o gasto dos turistas	Receita turística gerada (R\$ milhões) <ul style="list-style-type: none"> • Nacional (R\$ milhões) • Internacional (R\$ milhões) Gasto médio diário por turista (R\$) <ul style="list-style-type: none"> • Nacional (R\$) • Internacional (R\$) Renda turística gerada (R\$ milhões)
Aumentar a permanência do turista	Permanência média na rede hoteleira (dias) <ul style="list-style-type: none"> • Nacional (dias) • Internacional (dias)
Aumentar o fluxo turístico para o Ceará via Fortaleza (nacional e internacional)	Fluxo Turístico Global <ul style="list-style-type: none"> • Fluxo Turístico nacional • Fluxo Turístico Internacional Fluxo Hoteleiro (capital)
Reduzir a sazonalidade do fluxo turístico	Taxa de ocupação hoteleira (%)
Aumentar o emprego formal no setor de alojamento	Número de empregados no setor Alojamento
Aumento do Investimento privado em Turismo	Valor do investimento privado em Turismo (Alojamento) R\$ milhões
Satisfação do Turista (*)	Índice de satisfação do turista com infraestrutura turística (%) Índice de satisfação do turista com equipamentos e serviços turísticos (%)
Conservação dos recursos naturais (meio ambiente)	Índice de satisfação do turista com os atrativos naturais (%)

FONTE: PDITS FORTALEZA.

Os indicadores aqui apresentados buscam ajudar no estabelecimento de parâmetros que possam a curto, médio e longo prazo, retratar a evolução das tendências ou impactos gerados pela atividade turística dentro do contexto de sustentabilidade. Eles foram escolhidos por viabilizam o acesso integrado à informações já disponível sobre temas relevantes para o desenvolvimento, mas alguns outros podem apontar a necessidade de geração de dados. Servem para identificar variações, comportamentos, processos e tendências; estabelecer comparações ao longo do tempo e indicar necessidades e prioridades para a formulação, monitoramento e avaliação das políticas e ações implementadas ligadas aos aspectos ambientais, socioeconômicos, culturais e institucionais do projeto.

a. Indicadores De Sustentabilidade

Para a tomada de decisões políticas em relação aos indicadores de sustentabilidade, é importante ressaltar que para monitorar e avaliar as mudanças e seus impactos no ambiente os indicadores considerem pontos capazes de traduzir o contexto dos aspectos ambientais, socioeconômicos, culturais e institucionais do programa. Um indicador socioeconômico não leva em conta efeitos ambientais ou institucionais, assim como indicadores ambientais não refletem impactos institucionais ou socioeconômicos. Assim os indicadores de sustentabilidade continuam sendo indicadores tradicionais de sucesso econômico e qualidade ambiental. Como a sustentabilidade requer uma visão de mundo mais integrada, os indicadores devem relacionar a economia, o meio ambiente e a sociedade da comunidade.

TABELA 37 – INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PROPOSTOS PELA AAE

ASPECTOS	INDICADORES	JUSTIFICATIVA
AMBIENTAIS	Intensidade Energética	Expressa a eficiência no consumo final de energia da área turística em questão.
	Relação entre resíduo produzido e resíduo reciclado nas áreas turísticas	Expressa o aproveitamento dentro da logística de tratamento dos resíduos e o impacto da geração de resíduos em áreas turísticas.
	Número de internações hospitalares por Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI)	Indica a qualidade do abastecimento de água, esgotamento sanitário e contaminação por resíduos sólidos.
	Balneabilidade	Indica a qualidade das águas costeiras e sua adequação para os banhistas.
	Relação entre área turística e área de preservação permanente conservada	Indica a qualidade ambiental e cumprimento à legislação das áreas naturais protegidas na área turística
Social	Coefficiente de mortalidade e agressões em áreas turísticas.	Dá subsídios ao planejamento e à implementação de políticas de segurança pública.
Econômico	Número de vagas em cursos de capacitação ao turismo	Indica a oferta de mão de obra capacitada para o trabalho no trade turístico.
	Índice de Gini	Expressa o grau de concentração na distribuição do rendimento da população.
CULTURAIS	Quantidade de locais explorados turisticamente	Indica a dispersão da atividade turística na cidade
	Quantidade de tipos de eventos e equipamentos turísticos	Indica a diversidade de atividades disponíveis aos turistas
	Condições de preservação do patrimônio arquitetônico	Mostra a capacidade de preservação do patrimônio arquitetônico pela gestão municipal
	Número de tombamentos por área turística	Indica a proporção do patrimônio material tombado em área turística
INSTITUCIONAIS	Quadro institucional	Expressa o envolvimento da Municipalidade com a implementação de secretarias especializadas para a gestão das questões ambientais e turísticas na governança local.
	Gasto com pesquisa em turismo	Revela investimentos feitos para o levantamento de dados primários a serem utilizados no planejamento da atividade.

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR.

Sugere-se que os indicadores de sustentabilidade citados acima sejam integrados aos indicadores propostos pelo PDITS visto que são capazes de integrar os objetivos de desenvolvimento econômico da atividade turística à sustentabilidade da mesma.

Para que a avaliação da atividade através de indicadores seja eficiente, é preciso que haja especial atenção à qualidade e frequência de obtenção de dados. Recomenda-se desta forma, que estudos estatísticos de acompanhamento sejam realizados a cada dois anos para que se possa obter uma imagem da evolução dos índices nas áreas aonde vem se desenvolvendo o turismo. Ressalta-se que, é de igual importância que os dados obtidos por esses indicadores sejam comparados àqueles obtidos em áreas não turísticas para compreender melhor o impacto da atividade turística e sua contribuição à sustentabilidade em Fortaleza.

B. Prazo Previsto Para a Revisão da AAE

Indica-se que após cinco anos da entrega do presente documento, faça-se uma revisão do mesmo. Após dez anos passados da entrega do presente do documento, a Avaliação Ambiental Estratégica deve ser refeita, visto que a aceleração do crescimento da cidade possibilita que em dez anos este documento esteja obsoleto.

10. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AAE

Percebe-se que existem principalmente ganhos com a implantação do projeto com uma evolução nos ganhos que envolvem: melhor contexto para a captação de recursos e investimentos de diferentes fontes de financiamento; aumento da mão de obra qualificada; melhoria na articulação das políticas públicas para a sustentabilidade e integração institucional; amenização da saturação dos equipamentos turísticos de lazer com melhoras significativas na qualidade urbana e acesso desses espaços.

Para que a atividade se consolide como sustentável é necessário garantir igualmente uma melhor distribuição da riqueza gerada pelo turismo através de ações que promovem a melhoria dos espaços de comércio com apoio de ações socialmente inclusivas e que potencializem e valorizem os patrimônios arquitetônicos e culturais. Incontestavelmente, uma atividade sustentável deve promover a qualidade e saúde ambiental do meio em que ela ocorre, promovendo a despoluição e recuperação de áreas degradadas, a consideração das problemáticas ambientais desde o início da concepção dos projetos de engenharia implantados, a inclusão da sociedade como responsável pela manutenção desse ambiente.

Este estudo compreende que tanto o aumento do fluxo de visitantes como os impactos inerentes da atividade são inevitáveis e que o Poder Público deve acompanhar regular e fiscalizar esse processo, buscando uma minimização máxima dos impactos. Para o caso específico da cidade de Fortaleza, este estudo indica quatro pontos fundamentais a serem considerados para o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável. São eles: (i) integração institucional e governança; (ii) democratização dos espaços públicos; (iii) implementação de corredores ecológicos.

Conclui-se com este estudo que pontos importantes para a sustentabilidade da atividade turística foram considerados dentro dos objetivos, porém as ações previstas não possibilitam o alcance pleno desses objetivos propostos. São eles: (i) o resgate da história e das tradições locais; (ii) a promoção da proteção e conservação das áreas de APPs e UCs; (iii) a garantia da qualidade ambiental das áreas turísticas; (iv) o forte combate à exploração sexual infantil. Entretanto, a capacitação e fortalecimento institucional permite o estabelecimento de um ambiente propício ao desenvolvimento de projetos integrados e articulados com outras secretarias que poderão, por fim, estabelecer e concretizar os objetivos de sustentabilidade previstos nos documentos oficiais que as ações específicas do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA não podem efetivar.

Outros pontos igualmente relevantes para a sustentabilidade não foram tratados dentro das políticas e ações previstas pelo PRODETUR FORTALEZA. A consideração desses pontos é fundamental para que a atividade torne-se sustentável na capital. As tendências atuais mostram uma área turística onde a atividade tem gerado apropriação indevida dos espaços públicos e expropriação comunitária, turismo sexual infantil, perda de áreas verdes e qualidade ambiental, desarticulação entre órgãos públicos e sociedade. Nesse contexto, este presente estudo recomenda a integração dessas problemática à elaboração das políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento da atividade turística fomentada pelo PRODETUR. Os tópicos abaixo detalham cada uma das recomendações de acordo com o contexto em que elas ocorrem em Fortaleza.

Integração Institucional e Governança

A boa governança dos recursos sociais e econômicos gerados pela atividade turística, assim como a definição de diretrizes prioritárias no norteamento dessa atividade, depende das condições sistêmicas onde essa atividade ocorre. Assim colocadas, as expressões transmitem a ideia de que uma boa gover-

nança depende das atitudes governamentais integradas à população.

No caso específico das ações do PRODETUR NACIONAL FORTALEZA, espera-se que haja um maior fortalecimento institucional da Secretaria de Turismo do município de Fortaleza, onde ações são previstas para tal. Mas para que haja uma real democratização dos espaços é preciso que essas ações fortaleçam igualmente os laços existentes, ou os que possam vir a existir, entre a SETFOR, as outras secretarias municipais, os atores economicamente relevantes, as comunidades onde as ações turísticas estão sendo desenvolvidas. Desse modo, a governabilidade democrática, que requer maior participação cidadã nas decisões, através de mecanismos decisórios de baixo para cima poderá ser realmente aplicada.

Democratização dos Espaços Públicos

Em condições ideais, a cidade deve ser planejada e desenhada para que suas múltiplas funções estejam devidamente articuladas entre si. Toda a cidade deve apresentar alto nível de acessibilidade dirigida a residentes locais e visitantes, além de ser agradável e propiciar meios eficientes para que as relações sociais se deem de forma saudável. Todas as funções do espaço público também devem respeitar a herança cultural e historicidade que todo lócus de socialização carrega, de modo a incorporar as melhores práticas em desenho urbano sustentável: alta acessibilidade, urbanização de baixo impacto, construção verde, oportunidades de novos negócios e legitimação junto à vida comunitária.

Não se pode pensar no desenvolvimento do turismo sustentável fora do contexto de uma cidade sustentável, de forma que ao pensar as políticas desenvolvimentistas, devem-se priorizar as populações locais residentes, devendo-se entender como essas populações apropriam-se dos recursos naturais urbanos e deles sobrevivem.

Ao elaborar estratégias para transformar a cidade num destino competitivo no ranking turístico, é de suma prioridade que o gestor avalie como cidade está apta a desenvolver esse turismo, quais suas características que podem ser melhor elaboradas para recepção dessa atividade, sem todavia desconsiderar a forma de vida e o bem viver do residente.

O habitante da cidade se movimenta por esta, transita por diversos locais de sociabilidade e cria relações dinâmicas e afastadas espacialmente. Dessa forma, não se pode pensar somente nas condições de habitabilidade de sua residência, mas também nas suas condições de transporte, no seu local de trabalho, de lazer, de estudos, de religiosidade, e tantos outros locais onde os indivíduos realizam suas experiências individuais e coletivas.

Além disso, quando se pensa em sustentabilidade, outros habitantes do espaço devem ser respeitados tanto quanto os moradores humanos. A cidade é habitada por seres vivos e extintos, como árvores, animais, microrganismos e fósseis, que distante de qualquer antropocentrismo moral, deve ser preservados pelo seu valor intrínseco. A cidade também é morada da história, dos ancestrais e de todos que virão, de forma que esses elementos, quando não apresentados de forma clara e pensados nos processos de gestão do território, podem ser subestimados e, como não raro, silenciados.

Nenhum processo pode ser sustentável fora de um contexto de processos sustentáveis. Uma vez que a dinâmica das relações sociais e da vida como um todo estão ligadas complexamente, formando teias de eventos e representações. Dessa forma, não se pode pensar no desenvolvimento sustentável do turismo fora de uma cidade que seja pensada nesse modelo.

Projetos de reordenamento e urbanização, e até mesmo projetos de fortalecimento institucional, quando não contextualizados em um cenário de sustentabilidade, não podem cumprir papel de estruturas sustentáveis isoladamente. Dessa forma, embora seja de suma importância se utilizar dos paradigmas

da sustentabilidade para elaboração de projetos para o desenvolvimento do turismo, deve-se entender que este ocorre num contexto muito maior, e irá se incluir numa cidade que ainda é jovem no que concerne a esta discussão. Dessa forma, muitos impactos negativos gerados por essa atividade estão relacionados à elementos que fogem ao planejamento turístico restrito, interagindo com outras instâncias da vida da cidade.

Não se pode esperar que o desenvolvimento da atividade turística venha remediar todos os problemas encontrados na dinâmica da vida em Fortaleza, nem tampouco que este seja causa desses problemas. Deve-se entender que este elemento incrementa relações preexistentes, modificando-as conforme suas peculiaridades e seu alcance. Por isso mesmo, essa atividade deve ser planejada para que possíveis adequações responsáveis sejam executadas, de forma a respeitar todas as formas de vida.

Implantação de Corredores Ecológicos

No último século, a cidade de Fortaleza expandiu-se em um ritmo acelerado, ocupando vastas áreas e causando consideráveis impactos ambientais. À medida que cresceu, o ecossistema urbano removeu a vegetação nativa, ao mesmo tempo em que introduziu espécies exóticas consideradas úteis ou atraentes, resultando na composição de uma flora urbana completamente diferente daquela existente originalmente na área.

As espécies exóticas incorporadas como ornamentais na cidade de Fortaleza, podem, eventualmente, tornarem-se invasoras, espalhando-se sem controle, competindo com a flora nativa e causando perda de biodiversidade ou mesmo a extinção de espécies, que já sofrem com outras pressões. A incorporação de árvores nativas ao ecossistema urbano traz diversos benefícios, dentre eles, a alimentação da fauna, conservação de espécies arbóreas nativas e formação de corredores ecológicos, com conseqüente aumento de biodiversidade nas zonas urbanas.

Dentro deste contexto, onde vastos espaços já foram alterados para dar suporte à cidade, causando a descaracterização de extensos habitats e uma grande perda de biodiversidade, surge a urgente necessidade de utilizar os ecossistemas antropizados para que os mesmos deem suporte à manutenção de uma maior quantidade de espécies nativas, visando a sua conservação.

A vegetação urbana detém um importantíssimo papel, ela reduz a formação de ilhas de calor, retira gás carbônico da atmosfera e fornece abrigo e alimento para a fauna, além de ser, ela própria, parte da assembleia biológica urbana. Sendo assim, a presença e manutenção da vegetação dentro das cidades é essencial para os ecossistemas urbanos. Um dos benefícios oriundos da arborização é o fornecimento de alimento e abrigo para a fauna citadina, já que muitos animais conseguem sobreviver e se reproduzir dentro das cidades. Alguns destes, como pardais, pombos e ratos, são considerados pragas e se constituem em um grupo de animais exóticos que foram introduzidos pela ação humana. No entanto, diversos outros animais nativos devem ter sua coexistência encorajada no ambiente urbano.

Dessa forma, uma diretriz estabelecida na presente AAE para execução dos projetos sinalizados pelo PRODETUR Nacional de Fortaleza, sinaliza a necessidade de realização de estudo prévio das espécies nativas para sua incorporação nos projetos de ordenamento da paisagem, não somente visando o conforto térmico, mas sobretudo a manutenção dessas espécies e da fauna a ela associada.

A longo prazo, espera-se que Fortaleza possa funcionar como corredor ecológico, coberta por faixas de vegetação nativa que liguem fragmentos vegetacionais separados por atividades antrópicas, facilitando a continuidade da fauna e flora entre os fragmentos, propiciando maior fluxo gênico entre os indivíduos. A cidade deve ser arborizada extensamente com espécies nativas, para que possa cumprir a função de

corredor ecológico, ligando o interior da zona urbana com os arredores da mesma e conectando ecologicamente áreas verdes remanescentes que ficam isoladas dentro da cidade. A curto prazo, estabelece-se como diretriz a de criação de corredores verdes nas obras previstas, que valorizando o patrimônio natural, contribuindo para minimizar os efeitos da erosão da biodiversidade no ecossistema urbano.

A tabela abaixo sintetiza as recomendações a serem consideradas nas ações previstas pelo PRODETUR NACIONAL FORTALEZA feitas por este presente estudo

TABELA 38 – SÍNTESE DAS RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS PELA AAE

RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Integração institucional e governance	Necessidade articulação governamental entre os diferentes órgãos do governo e a sociedade civil para o alcance de uma governança plena da atividade turística.	Fortalecer os laços existentes, ou os que possam vir a existir, entre a SE-TFOR, as outras secretarias municipais, e a sociedade para promover uma governança democrática das atividades ligadas ao turismo.
Democratização dos espaços públicos	A apropriação de espaços públicos para a instalação de equipamentos turísticos é uma tendência na evolução da atividade em Fortaleza.	Considerar os diferentes usos e apropriações comunitárias dos espaços públicos a fim de que a atividade turística ocorra em harmonia com as outras atividades no espaço.
Implantação de corredores ecológicos	Fortaleza sofreu perda de mais de 90% de suas áreas verdes nas últimas três décadas devido ao crescimento desordenado da cidade.	Considerar as interações entre os diferentes mosaicos vegetacionais favorecendo a diversidade e a resiliência dos ecossistemas das áreas turísticas.

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR.

É importante ressaltar que a atividade turística em si não resolve sozinha problemas socioambientais que têm origens muito mais profundas e funcionamento muito mais complexo. O turismo, para ser uma atividade sustentável, precisa ser integrado à uma dinâmica maior que busca igualmente a sustentabilidade. A cidade como um todo precisa ter políticas integradas na construção da sustentabilidade em todas suas dimensões e o turismo vem como um fator a mais para contribuir de forma sinérgica com essa dinâmica. Ainda assim, os fatores acima analisados relevantes e sugere-se a integração desses pontos.

11. REFERÊNCIAS

- AHMED, K. **Strategic Environmental Assessment – Concept and Practice**. 2005.
- AIRES, J. **Relações sociais no turismo**, 2005.
- BASTOS, D. **A avaliação ambiental estratégica como subsídio para o planejamento do setor de turismo no Brasil: uma análise do caso da Costa Norte**. 2010.
- Correira, M. **2004**. Análise das normas de proteção ambiental nos campos de dunas da praia do futuro Fortaleza/CE.
- Costa, M. **2005**. Uso das técnicas de avaliação de impacto ambiental em estudos realizados no Ceará.
- Fechine, J. **2007**. Alterações no perfil natural da zona costeira da cidade de Fortaleza, Ceará, ao longo do século XX.
- Fischer, T. **2003**. Strategic Environmental Assessment in Post-Modern Times.
- Governo do Estado do Ceará. **2005**. Estudo de impacto ambiental e social do programa de infra-estrutura básica em saneamento do estado do Ceará.
- Milone, P; Lage, B. **1998**. Impactos socioeconômicos do turismo.
- BRASIL. Ministério de Meio Ambiente. **Avaliação Ambiental Estratégica**. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Brasília. 2006.
- BRASIL. Ministério do Turismo **Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do PRODETUR NACIONAL**. Brasília. 2009.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico**. Brasília. 2009.
- BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**. LEI Nº 6.938/1981.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. LEI Nº 9.985/2000.
- BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente, Prefeitura de FORTALEZA, Projeto Orla. Plano de Gestão, Plano de gestão integrada da orla marítima**. 2006.
- BRASIL. **Ministério do Turismo, Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – Fortaleza**. 2010.
- FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima**. Fortaleza, 2006.
- FORTALEZA. **Relatório de impacto ambiental do projeto de recuperação e ampliação do espigão do Titãzinho**. 2009.
- FORTALEZA. **Estudo de impacto ambiental do programa de transporte urbano de Fortaleza**. 2002.
- CEARÁ. **Secretaria do Planejamento e Gestão**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE. Perfil Básico Municipal Fortaleza, 2011.
- CEARÁ. **Estudo de impacto ambiental e social do programa de infra-estrutura básica em saneamento do estado do Ceará**. 2005.
- CEARÁ. **Superintendência de Meio Ambiente do Estado do Ceará. Laboratório de Ciências do Mar, UFC**. 2005. Zoneamento ecológico econômico da zona costeira do estado do Ceará.
- CORREIRA, M. **Análise das normas de proteção ambiental nos campos de dunas da praia do futuro Fortaleza/CE**. 2004.
- COSTA, M.. **Uso das técnicas de avaliação de impacto ambiental em estudos realizados no Ceará**. 2005.

DANTAS, N. G. S., MELO, R. S. O método de análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabaina / PB. Caderno Virtual de Turismo, vol. 8, no. 1, 2008, pp. 118-130. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

FECHINE, J.. **Alterações no perfil natural da zona costeira da cidade de Fortaleza, Ceará, ao longo do século XX.** 2007.

FISCHER, T. **Strategic Environmental Assessment in Post-Modern Times.** 2003.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima.** Fortaleza, 2006.

FORTALEZA. Secretaria de Turismo de Fortaleza. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Fortaleza** (Documento preliminar). Fortaleza, 2011.

FORTALEZA. **Diagnóstico Geoambiental do Município de Fortaleza:** Subsídios ao Macrozoneamento Ambiental e à Revisão do Plano Diretor Participativo – PDPFor. Fortaleza, 2009.

FORTALEZA. **Relatório de impacto ambiental do projeto de recuperação e ampliação do espigão do Titãzinho.** 2009.

FORTALEZA. **Estudo de impacto ambiental do programa de transporte urbano de Fortaleza.** 2002.

LA ROVERE, E.L. et al. **Avaliação Ambiental Estratégica no Turismo.** In.: PHILIPPI JR., A. (Coord.) Gestão ambiental e Sustentabilidade no Turismo. Barueri. Editora Manole. 2010.

MOREIRA, M. & BERNARDES, S. **Microsoft Project 2010:** Gestão e Desenvolvimento de Projetos. São Paulo. Editora Érica Ltda. 2010.

MILONE,P;LAGE.B. **Impactos socioeconômicos do turismo.** 1898.

Prefeitura de FORTALEZA. 2006. Plano de gestão integrada da orla do município de Fortaleza.

OLIVEIRA, F. F. G., MEDEIROS, W. D. A. Base teórico-conceituais de métodos para avaliação de impactos ambientais em EIA/RIMA. Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 06, número 11, 2007.

PERES, R. B.; MENDIONDO, E. M. Desenvolvimento de Cenários de Recuperação como Instrumento ao Planejamento Ambiental e Urbano - Bases conceituais e Experiências Práticas In. SEMINÁRIO NEUR/CEAM, 2004, Brasília, DF A questão Ambiental e Urbana: Experiências e Perspectivas, Brasília NEUR/CEAM, UnB, 2004

PHILIPPI Jr, A. (Coord.) **Gestão ambiental e Sustentabilidade no Turismo.** Barueri. Manole. 2010.

RAMOS,L. Mucuripe: verticalizações, mutações e resistências no espaço habitado. 2003.

RIBEIRO, A. Turismo na praia de Iracema. 2007.

SHANCHÉZ,L..Avaliação ambiental estratégica e sua aplicação no Brasil. 2009

SANCHEZ, L.H. **Avaliação Ambiental Estratégica e sua aplicação no Brasil.** 2008. Disponível em: <www.iea.usp.br/iea/aaeartigo.pdf>. Acesso em: 20 de Dezembro de 2010.

SÁNCHEZ, L.H. **Avaliação de Impacto Ambiental:** Conceitos e Métodos. São Paulo. Editora Oficina de Textos. 2008.

ANEXO I

IMPACTOS E MEDIDAS EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

TABELA 39- IMPACTOS E MEDIDAS EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

FATORES		ATIVIDADE TURÍSTICA					
		IMPACTOS POSITIVOS		IMPACTOS NEGATIVOS		MEDIDAS	
		Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Potencializar os impactos positivos	Evitar/ mitigar ou compensar os impactos negativos
AMBIENTAIS	Drenagem			Saturação potencial do sistema de drenagem			Medidas educativas para evitar o acúmulo de lixo em vias públicas; Intensificação dos serviços de limpeza.
	Abastecimento de água			Aumento do consumo de água			Medidas educativas para evitar o desperdício de água
	Esgotamento			Aumento do volume de esgoto	Potencial poluição corpos hídricos		Estimular a utilização de banheiros secos em áreas turísticas
	Resíduos sólidos	Geração de emprego e renda na rede de reciclagem		Aumento da produção de resíduos sólidos e acúmulo de resíduos não recicláveis	Aumento de vetores de doenças	Estabelecimento de programa de coleta seletiva; parceria com associação de catadores.	Estabelecimento de programa de coleta seletiva; parceria com associação de catadores.
	Campo de Dunas			Intensificação do processo de desmonte de dunas			Cumprimento da legislação ambiental
	Faixa de Praia			Intensificação do processo de urbanização da faixa de praia	Impermeabilização da faixa de praia		Cumprimento da legislação de uso e ocupação dos solos relativa à faixa de praia
	Bacias Hidrográficas			Intensificação do processo de urbanização das bacias hidrográficas	Perda de mata ciliar e assoreamento		Cumprimento da legislação de uso e ocupação dos solos relativa aos corpos d'água
	Fauna e flora urbana	Valorização da biodiversidade urbana como ativo turístico	Conservação da biodiversidade urbana	Expansão de espécies exóticas e/ou invasoras		Estabelecimento de corredores ecológicos nas ações de paisagismo das áreas turísticas	Priorização de diversas essências nativas na arborização das áreas turísticas
	Estuários	Valorização da paisagem cênica estuarina como ativo turístico	Conservação do estuário	Intensificação da construção de vias de acesso	Degradação dos ecossistemas estuarinos	Estímulo ao ecoturismo	Cumprimento da legislação relativa aos estuários
	Unidades de conservação	Aumento do ecoturismo em unidades de conservação	Geração de emprego e renda	Sobrecarga de visitantes	Degradação das UCs	Estabelecimento controlado e promoção de atividades turísticas em UCs	Cumprimento das diretrizes estabelecidas no SNUC relativas ao turismo em UCs
	Ecosistema marinho	Valorização dos ecossistemas marinhos	Conservação dos ecossistemas marinhos	Aumento da frota náutica motorizada	Intensificação da poluição	Garantir a balneabilidade dos mares zona costeira	Estabelecer programas de educação ambiental; parceria com ONGs locais para consolidar programas de conservação da fauna marinha

GRAU DE IMPACTO	Positivo	Pequeno	Médio	Grande	Irrelevante
	Negativo	Pequeno	Médio	Grande	

TABELA 40 - IMPACTOS E MEDIDAS EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

		ATIVIDADE TURÍSTICA					
		IMPACTOS POSITIVOS		IMPACTOS NEGATIVOS		MEDIDAS	
FATORES		Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Potencializar os impactos positivos	Evitar/ mitigar ou compensar os impactos negativos
SOCIOECONÔMICOS	Emprego e Renda	Geração de emprego e renda	Diversificação das atividades econômicas		Dependência de atividade econômica flutuante	Implantação de programas de capacitação direcionados ao mercado turístico	Integração da atividade turística à outras atividades da economia local
	Vias e transporte	Desenquadramento da população local	Melhoramento da iluminação pública	Intensificação do tráfego.	Intensificação da poluição atmosférica.	Construção de ciclovias e incentivo a esse tipo de locomoção nos locais que serão requalificados.	
		Melhoramento da acessibilidade e qualidade das vias	Favorecimento da rua como espaço de sociabilidade		Aumento da incidência de doenças respiratórias		
		Aumento do sentimento de segurança			Aumento dos usuários do transporte público.		
	Energia	Melhoramento das condições de iluminação pública		Aumento do consumo de energia	Intensificação da poluição luminosa	Favorecer obras em vias mal-iluminadas	Utilização de lâmpadas econômicas em obras públicas
		Aumento da segurança pública					
	Educação	Aumento da exigência de capacitação	Aumento da oferta de cursos de capacitação e qualificação da população.			Promoção de atividades educativas voltadas para a capacitação da população para o mercado turístico.	
			Intensificação da parceria pública privada				
Saúde			Aumento da incidência de turistas contaminados por doenças locais	Sobrecarga em hospitais e postos de saúde.		Fortalecimento do SUS	
			Importação de doenças.			Estabelecimento de programas de prevenção voltados para problemática do turismo	
Habituação	Reordenamento urbano		Aumento da especulação imobiliária	Migração da população residente	Integração entre áreas turísticas e áreas residenciais	Políticas públicas para proteger a população residente da especulação	
Segurança Pública/ Criminalidade	Redução da criminalidade através da geração de renda.	Diminuição da criminalidade pela geração de empregos e melhor distribuição de renda	Aumento na criminalidade oriunda da discrepância social gerada por um turismo mal planejado.	Aumento da instabilidade	Planejamento adequando do turismo para adequar atividade às necessidades da população; fomentar o diálogo entre os diversos atores e gestores.	Promover capacitações e atividades para preparar a comunidade para receber o turismo; promover o diálogo entre as diversas esferas responsáveis pela segurança pública; promover atividades educativas para os turistas.	

Grau de impacto	Positivo	Pequeno	Médio	Grande	Irrelevante
	Negativo	Pequeno	Médio	Grande	

TABELA 41 - IMPACTOS E MEDIDAS EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

		ATIVIDADE TURÍSTICA					
		IMPACTOS POSITIVOS		IMPACTOS NEGATIVOS		MEDIDAS	
FATORES		Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Potencializar os impactos positivos	Evitar/ mitigar ou compensar os impactos negativos
CULTURAIS	Relações sociais	Geração de emprego e renda.	Preservação do patrimônio material e imaterial, valorização da identidade local e fomento ao orgulho étnico	Descaracterização do artesanato e arquitetura local.	Erosão cultural e homogeneização de culturas.	Criação de espaços para comercialização de artesanatos.	Estabelecimento de programas de incentivo à cultura popular
		Intercâmbio de culturas e troca de valores.	Ressurgimento das culturas populares antes marginalizadas.	Direcionamento das atividades e expressões culturais	Aumento na criminalidade.	Elaboração de políticas para a promoção do desenvolvimento e a democracia das expressões culturais.	Garantir a melhoria da qualidade de vida da população
	Artesanato	Valorização do artesanato e artesãos.	Colaboração com a manutenção da identidade simbólica dos artesãos e locais de produção.	Modificação no modo de produção artesanal para atender demandas comerciais.	Valorização de produtos histórico-culturais em produtos vulgarmente comerciais.	Medidas de incentivo à comercialização e à valorização da produção.	Criação e utilização de espaços educativos para socialização das técnicas artesanais.
		Ampliação de oportunidades pela aumento da demanda de produtos turísticos.				Medidas de valorização à profissão artesão e incentivo à continuidade da atividade pelas novas gerações.	
	Identidade e manifestações culturais	Fortalecimento da identidade, tradições e culturas da comunidade receptora.	Geração do sentimento de pertencimento à comunidade, estabelecendo laços afetivos agregadores.	Descaracterização dos hábitos e costumes da população local, principalmente próximo às áreas turísticas.		Medidas educativas para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e identidade da comunidade, utilizando como mediador do processo os próprios traços culturais;	Medidas para fortalecer a autonomia local comunitária; integração comunitária aos equipamentos excludentes.
		Valorização das manifestações culturais como traço identitário do imaginário local.				Criação de equipamentos culturais descentralizados; utilização de espaços subutilizados.	
	Equipamentos culturais		Incentivo à apropriação de espaços subutilizados.	Marginalização da população local em equipamentos culturais turísticos.	Saturação dos espaços existentes.	Criação e descentralização de equipamentos culturais.	Criação e descentralização de equipamentos culturais.
				Aumento da especulação imobiliária nas áreas próximas aos equipamentos culturais.	Descaracterização dos espaços de manifestações culturais locais.	Promoção de atividade turística em equipamentos culturais comunitários;	Promoção de manifestações culturais locais como ativo turístico
	Patrimônio histórico e arqueológico	Valorização do patrimônio histórico		Depreciação do patrimônio histórico e arqueológico		Incentivo aos roteiros históricos	Tombamento e fiscalização do patrimônio

TABELA 42 – IMPACTOS E MEDIDAS EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

FATORES		ATIVIDADE TURÍSTICA					
		IMPACTOS POSITIVOS		IMPACTOS NEGATIVOS		MEDIDAS	
		Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Potencializar os impactos positivos	Evitar/ mitigar ou compensar os impactos negativos
INSTITUCIONAIS	Sistema tributário	Democratização da participação popular nas tomadas de decisão		Aumento de gastos públicos.		Fomentar o diálogo entre os atores relevantes; mapeamento das interações institucionais.	Qualificação dos atores envolvidos; investimento em comunicação e informação.
		Mapeamento de interações e levantamento de informações relevantes para o planejamento da atividade turística					
		Incorporação de sugestões e preocupações da população ao processo de decisão	Consolidação do sentimento de apropriação da população		Aumento de gastos públicos	Mobilização da sociedade civil organizada e lideranças comunitárias; formação e envolvimento dos principais atores do turismo.	Maximizar o potencial de comunicação virtual através de Websites, listas de e-mails.
		Aceleração de respostas aos processos.	Redução dos gastos públicos.			Melhor conhecimento da cadeia logística influenciada pela atividade turística	
		Melhoria do atendimento à população visitante e residente.				Intensificação dos programas de capacitação voltados ao turismo	
		Consonância da legislação municipal com a Política Nacional de Turismo	Adequação da legislação municipal para o turismo sustentável				
		Maior arrecadação de impostos e tributos	Melhoria na condição de vida da população local pelo reinvestimento dos recursos arrecadados		Deslocamento da população de baixa renda e segregação espacial de classes sociais.	Modernização do sistema tributário	
Grau de impacto		Positivo	Pequeno	Médio	Grande	Irrelevante	
		Negativo	Pequeno	Médio	Grande		

ANEXO II

Impactos em Função dos Componentes do Programa

TABELA 43 - IMPACTOS EM FUNÇÃO DO COMPONENTE ESTRATÉGICA DO PRODUTO TURÍSTICO

FATORES		ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
AMBIENTAIS	Drenagem	1	
	Abastecimento de água	1	
	Esgotamento	1	
	Resíduos sólidos	2	1
	Resíduos sólidos da construção civil	1	
	Campo de Dunas	2	
	Faixa de Praia	5	
	Bacias Hidrográficas	3	1
	Fauna e flora urbana	1	
	Estuários	2	2
	Unidades de conservação	1	1
	Ecosistema marinho	2	1
	Econômicos	Emprego e Renda	1
Vias e transporte		2	2
Energia		1	
sociais	Educação		2
	Saúde	3	1
	Habitação	1	1
	Segurança Pública/Criminalidade	1	0
CULTURAIS	Relações sociais	3	4
	Artesanato	3	3
	Identidade e manifestações culturais	2	2
	Equipamentos culturais	4	
	Patrimônio histórico e arqueológico	1	1



INSTITUCIONAIS	Governança para o desenvolvimento do turismo		1
	Institucionalidade de Fortaleza		1
	Participação social	1	1
	Logística		
	Legislação vigente		
	Sistema tributário		

Grau de impacto	Positivo	Pequeno	Médio	Grande	Irrelevante
	Negativo	Pequeno	Médio	Grande	

FATORES		FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
AMBIENTAIS	Drenagem		
	Abastecimento de água		
	Esgotamento		
	Resíduos sólidos		
	Resíduos sólidos da construção civil		
	Campo de Dunas		
	Faixa de Praia		
	Bacias Hidrográficas		
	Fauna e flora urbana		
	Estuários		
	Unidades de conservação		1
	Ecosistema marinho		1
Econômicos	Emprego e Renda	1	1
	Vias e transporte		
	Energia		
sociais	Educação		2
	Saúde		
	Habitação		
	Segurança Pública/Criminalidade		1
CULTURAIS	Relações sociais	3	4
	Artesanato		
	Identidade e manifestações culturais		
	Equipamentos culturais		
	Patrimônio histórico e arqueológico		
INSTITUCIONAIS	Governança para o desenvolvimento do turismo		
	Institucionalidade de Fortaleza		1
	Participação social	1	
	Logística		2
	Legislação vigente	1	1
	Sistema tributário	2	

GRAU DE IMPACTO	Positivo	Pequeno	Médio	Grande	Irrelevante
	Negativo	Pequeno	Médio	Grande	

FATORES		GESTÃO AMBIENTAL	
AMBIENTAIS	Drenagem		
	Abastecimento de água		
	Esgotamento		
	Resíduos sólidos		
	Resíduos sólidos da construção civil		
	Campo de Dunas		
	Faixa de Praia		
	Bacias Hidrográficas		
	Fauna e flora urbana		2
	Estuários		
	Unidades de conservação		1
	Ecosistema marinho		1
	Econômicos	Emprego e Renda	1
Vias e transporte			
Energia			
sociais	Educação		2
	Saúde		
	Habitação		
	Segurança Pública/Criminalidade		1
CULTURAIS	Relações sociais	3	4
	Artesanato		
	Identidade e manifestações culturais		1
	Equipamentos culturais		
	Patrimônio histórico e arqueológico		
INSTITUCIONAIS	Governança para o desenvolvimento do turismo		1
	Institucionalidade de Fortaleza		
	Participação social	1	1
	Logística		
	Legislação vigente		
	Sistema tributário		

GRAU DE IMPACTO	Positivo	Pequeno	Médio	Grande	Irrelevante
	Negativo	Pequeno	Médio	Grande	

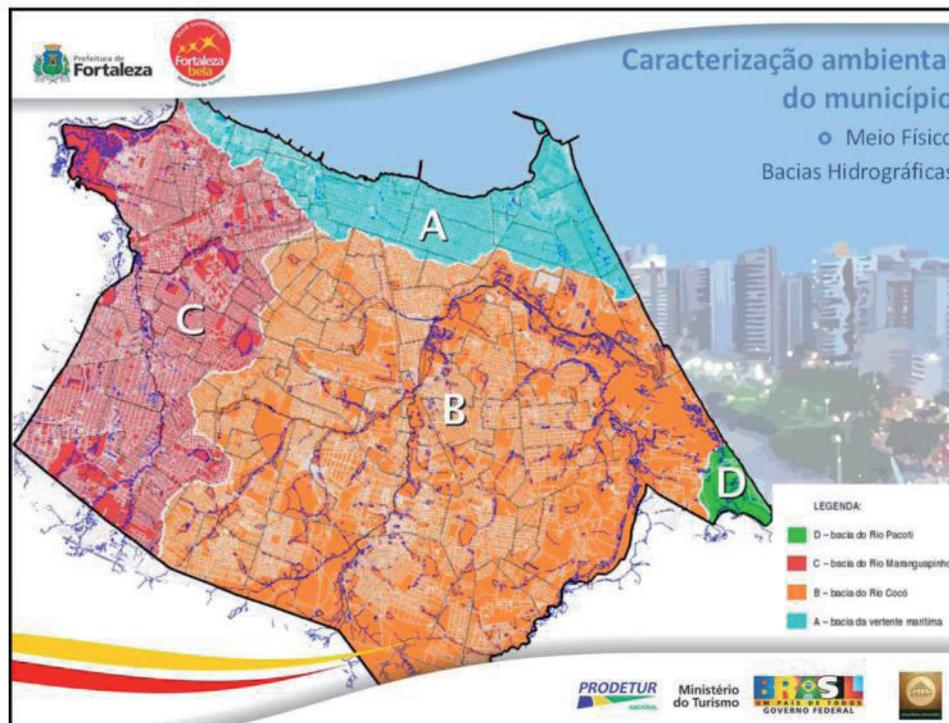
FATORES		INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
AMBIENTAIS	Drenagem	1		
	Abastecimento de água	1		
	Esgotamento	1		
	Resíduos sólidos	1		
	Resíduos sólidos da construção civil	1		
	Campo de Dunas	2		
	Faixa de Praia	4		
	Bacias Hidrográficas	3		
	Fauna e flora urbana	1		
	Estuários	2	2	
	Unidades de conservação			
	Ecosistema marinho			
	Econômicos	Emprego e Renda	1	1
		Vias e transporte	2	2
Energia		1	1	
sociais	Educação		2	
	Saúde			
	Habitação	1	1	
	Segurança Pública/Criminalidade		1	
CULTURAIS	Relações sociais	3	4	
	Artesanato		3	
	Identidade e manifestações culturais	1		
	Equipamentos culturais	4		
	Patrimônio histórico e arqueológico			
INSTITUCIONAIS	Governança para o desenvolvimento do turismo			
	Institucionalidade de Fortaleza			
	Participação social	1		
	Logística			
	Legislação vigente			
	Sistema tributário			

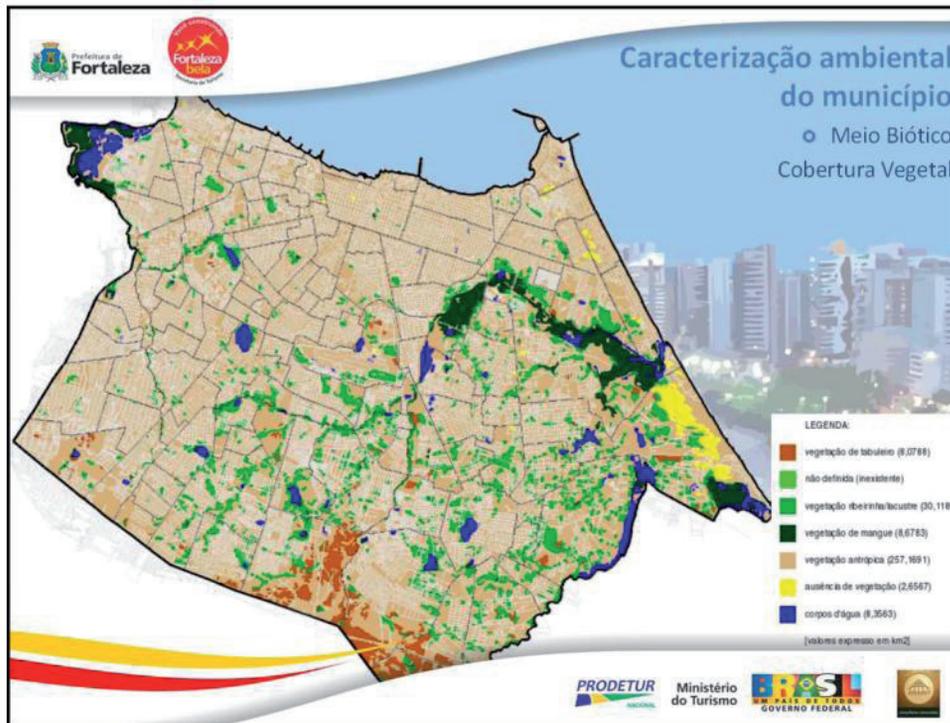
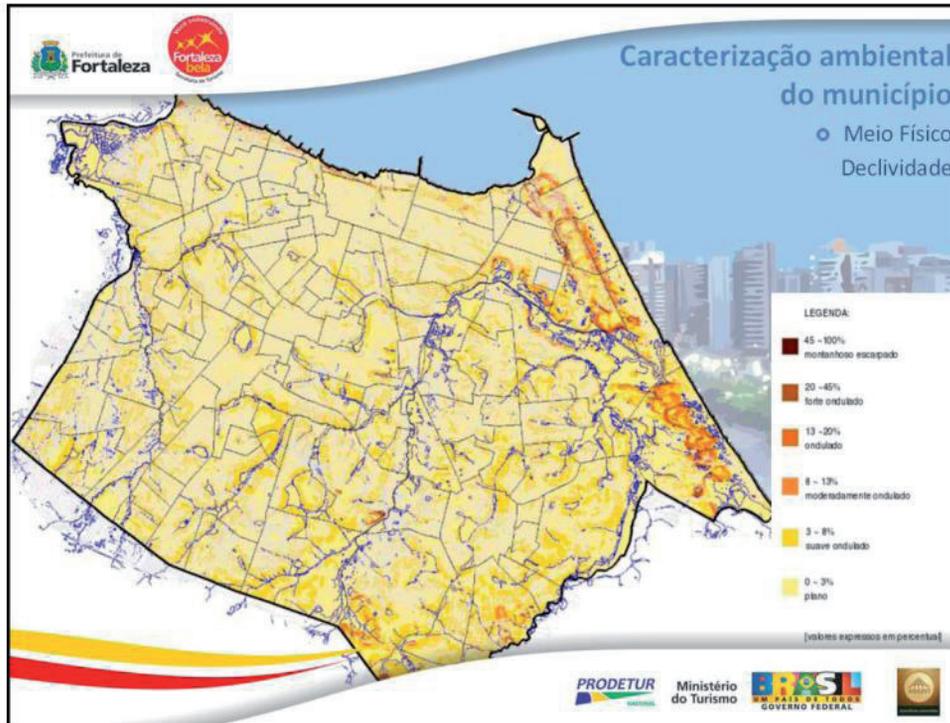
GRAU DE IMPACTO	Positivo	Pequeno	Médio	Grande	Irrelevante
	Negativo	Pequeno	Médio	Grande	

ANEXOS III

Apresentação e Documentação de registro da Oficina Participativa










Caracterização ambiental do município

- Meio Biótico

Nos interflúvios destacam-se os representantes arbóreo/arbustivo e herbáceo formando as vegetações de Tabuleiros e Dunas, enquanto nas áreas de aporte sedimentar devido sobretudo a rede de drenagem, sobressaem às Matas Ciliares e o Manguezal.



Manguezal no Rio Cocó



Rio Cocó - Caça e Pesca









Caracterização ambiental do município

- Meio Biótico



Rio Cocó - Sabiaguaba



Foz do Rio Cocó







Caracterização ambiental do município
 ○ Meio Biótico


Lygia exotica (baratinha da praia)


Ocypode quadrata (siri)


Ucides cordatus (caranguejo uçá)




Caracterização ambiental do município
 ○ Meio Biótico


 Rio Cocó - Sabiaguaba


 Ciperáceas encontradas frequentemente nas dunas.
Cyperus sp.





Caracterização ambiental do município

- Meio Biótico



Beira mar de Fortaleza, ambiente antropizado com poucos remanescentes da flora autóctone.





Caracterização ambiental do município

- Meio Biótico



Calotropis gigantea (Espécie exótica africana amplamente distribuída no litoral e interior)



Ipomoea pes-caprae (salsa da praia, encontrada em dunas e presente na orla marítima de Fortaleza)




Caracterização ambiental do município
 ○ Meio Biótico



Pitangus sulphuratus (bem-te-vi)



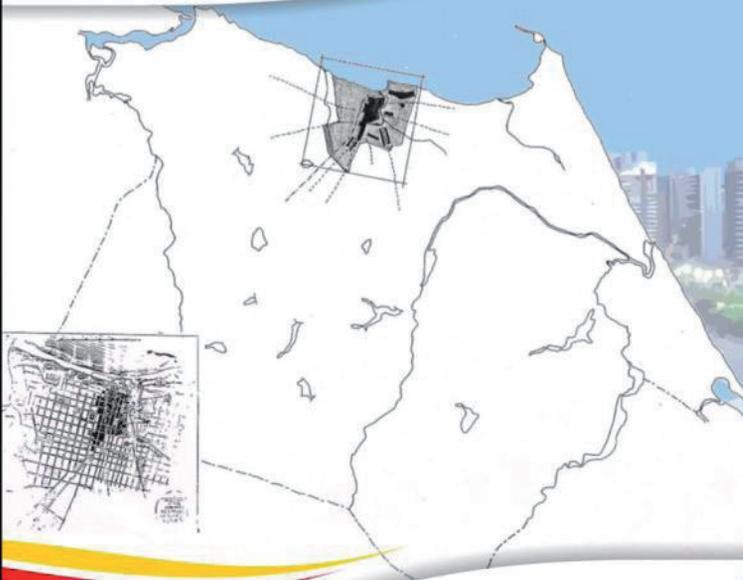
Polyborus plancus (carcará)



Mimus gilvus (sabiá da praia)




Caracterização ambiental do município
 ○ Meio Antrópico
 Evolução Urbana
 Século XIX

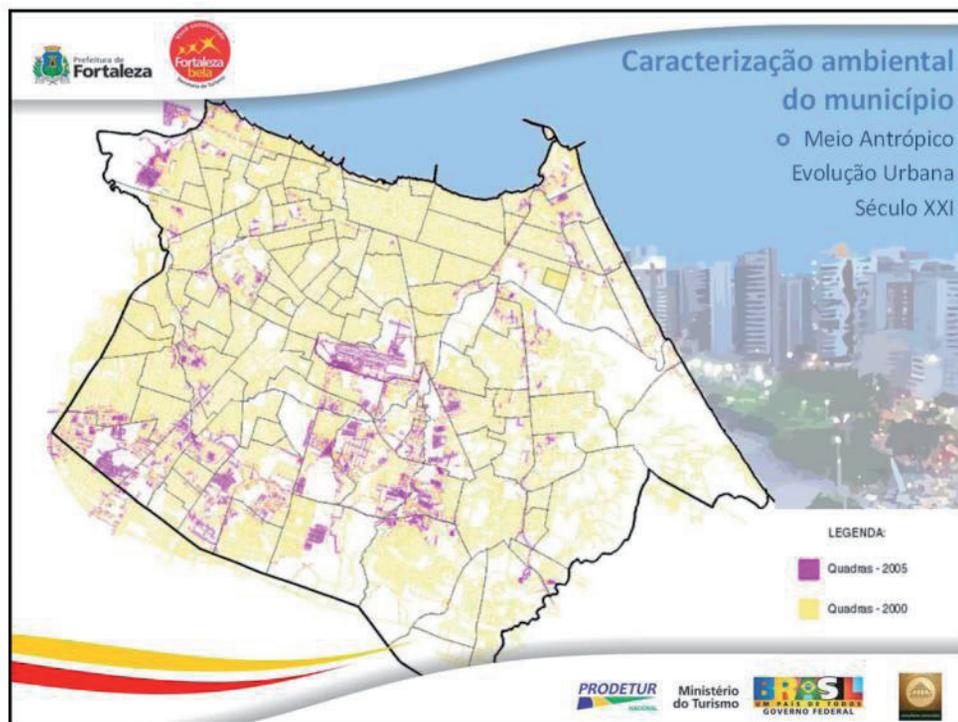


Planta da cidade de Fortaleza e subúrbios 1875 - Adolfo Herbert

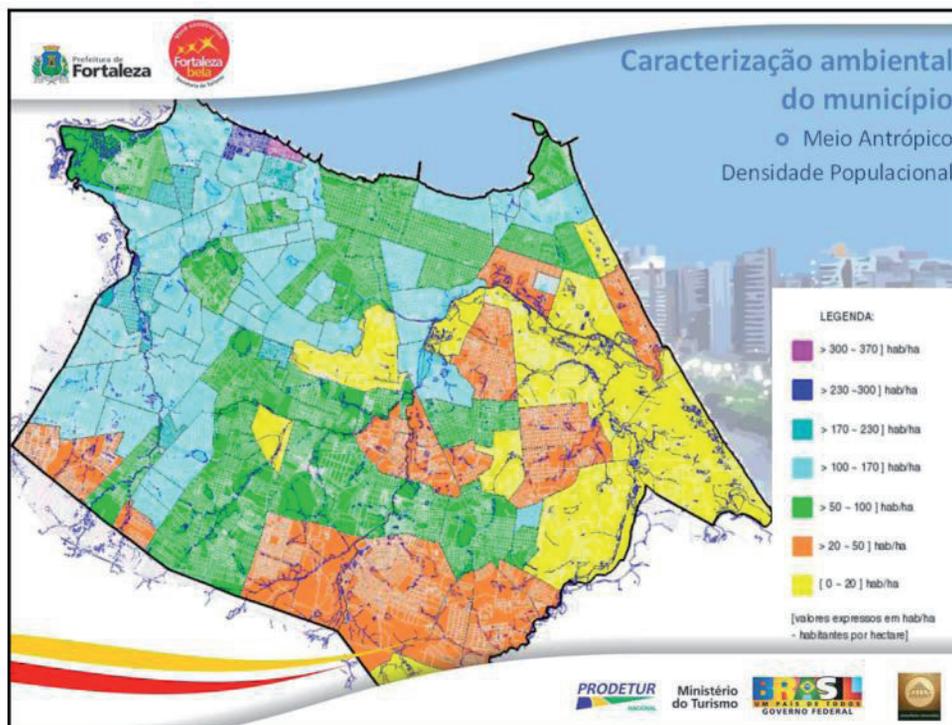
LEGENDA:

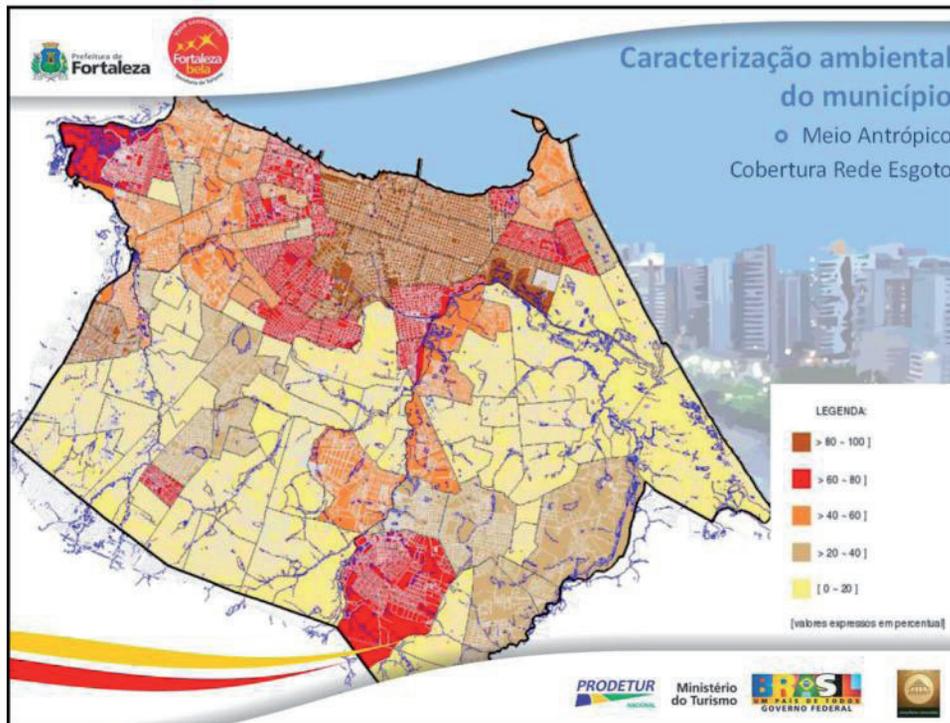
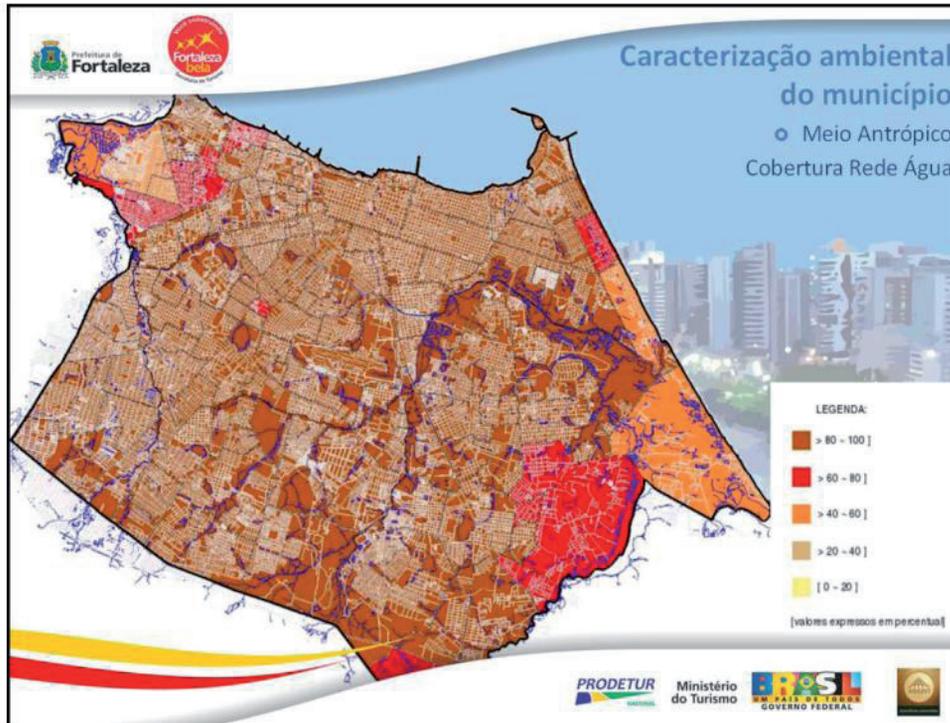
- ★ FORTALEZA
- ÁREA OCUPADA
- ÁREA ANEXADA
- VILAS DE FORTIFICAÇÃO
- LINHA FENIXIA (Rua Tristão Gonçalves)

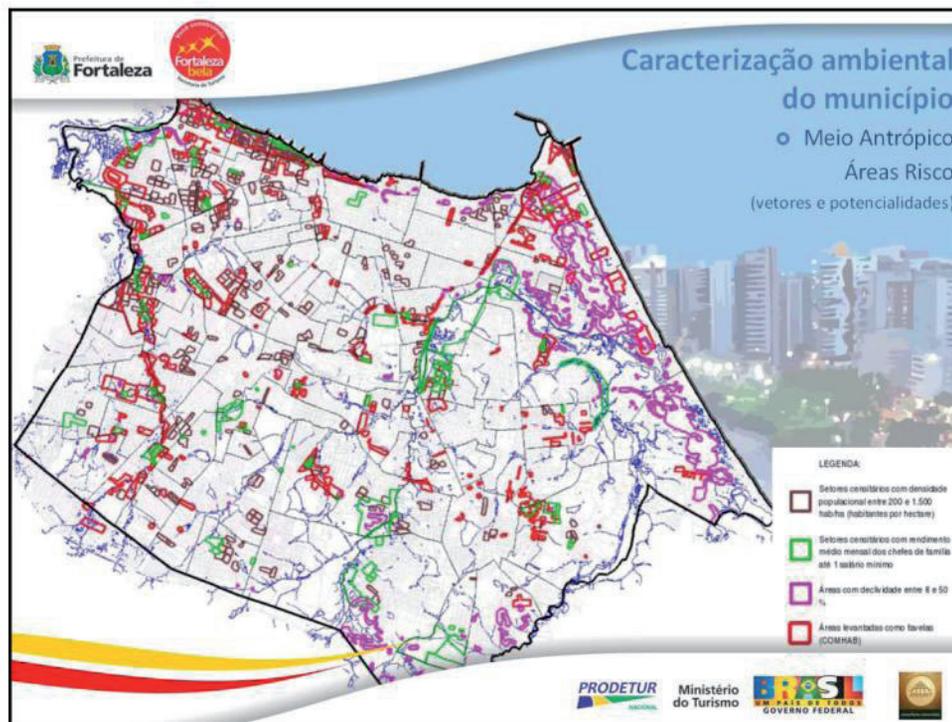
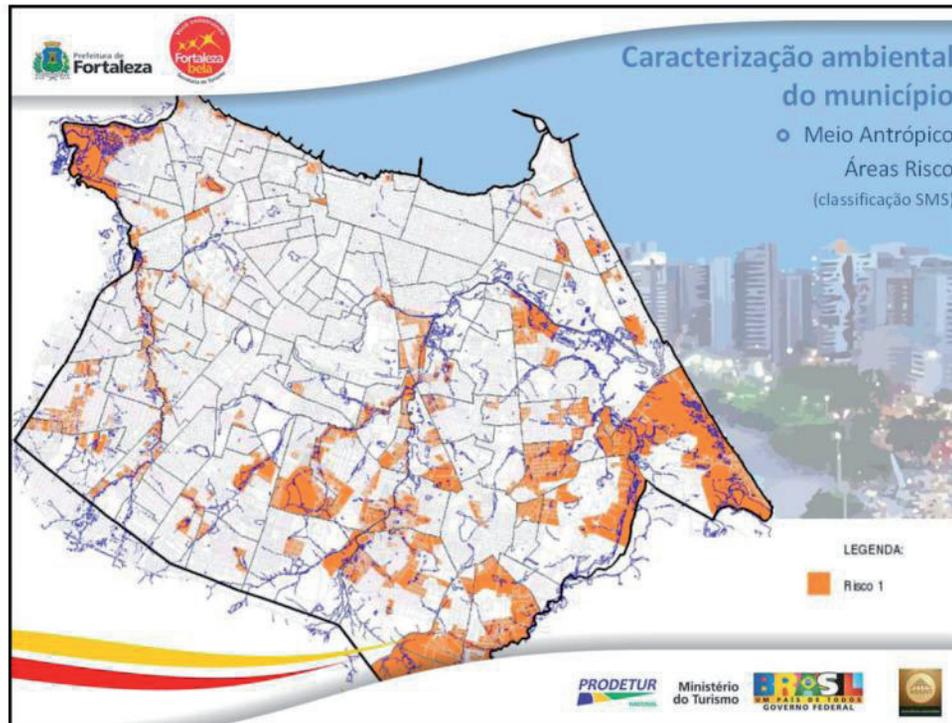




















Caracterização ambiental do município
Prognóstico

Situação Atual (Prognóstico sem Projeto)	Situação Futura (Prognóstico com Projeto)
<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos sócio espacial • Ocupação desordenada • Informalidade e mendicância • Drogas e exploração infanto-juvenil • Segregação do acesso à orla • Restrições de acessibilidade • Tecido urbano deteriorado • Erosão costeira • Restrições de balneabilidade. Insegurança • Segregação da orla de Fortaleza • Espaços deteriorados 	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos mitigados e espaços reordenados. Universalização dos espaços • Planejamento urbano • Geração de emprego e renda • Oportunidades de inserção social • Orla justa e democrática • Conexão da orla com a cidade • Tecido urbano requalificado • Orla recuperada e protegida contra a erosão • Praia limpa pra viver e incluir visitantes • Praias da Beira Mar e do Mucuripe integradas à Praia do Futuro • Espaços requalificados

Logos: Prefeitura de Fortaleza, PRODETUR, Ministério do Turismo, GOVERNO FEDERAL.

 **Caracterização ambiental do município**
o Contexto da AAE

Projetos de Desenvolvimento – Percepção dos potenciais danos ambientais associados à sua implantação

AA - Avaliação Ambiental

- Apoiar a tomada de decisão ambiental e suas implicações sociais, econômicas e ambientais
- Promoção do Desenvolvimento Sustentável
- No Brasil, em 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)

AIA – Avaliação de Impactos Ambientais

- 1969 – EUA - Política Nacional de Meio Ambiente
- No Brasil, obrigatória desde 1986 (Conama 001/86) – EIA/RIMA e outros estudos
- Principal propósito: Viabilidade ambiental de projetos



 **Caracterização ambiental do município**
o Contexto da AAE

AAE - Avaliação Ambiental Estratégica

- Prática de AIA em Políticas, Planos e Programas
- Ganhou espaço em vários países, em especial na UE
- Avaliação Ambiental Estratégica - Brasília: MMA/SQA, 2002
- MTur – Prodetur NE-II – AAE do PDITS-CN (2006)
 - o Visão crítica das oportunidades e riscos
 - o Ecossistemas naturais vulneráveis

Tem potencial para:

- Identificar Projetos que sejam prejudiciais ao Meio Ambiente
- Redirecionar projetos antes que decisões irreversíveis sejam tomadas
- Fornecer subsídios importantes aos tomadores de decisão a respeito de estratégias alternativas

Experiência recente em Fortaleza





Caracterização ambiental do município

o Contexto da AAE



No primeiro semestre deste ano a sociedade cearense vivenciou ampla discussão obre a instalação do estaleiro Promar no Titanzinho.





Caracterização ambiental do município

o Contexto da AAE

Muitas foram as correntes favoráveis e contrárias. A Prefeitura de Fortaleza se posicionou contra. Dentre os vários argumentos apresentados em defesa do seu posicionamento, um deles foi o trabalho que vinha sendo feito para a qualificação da orla de Fortaleza, no qual se incluem os Projetos PRODETUR Nacional Fortaleza e o Aldeia da Praia

Parte das intervenções do Aldeia da Praia estão contempladas no PAC-2 (o Jardim da Praia e a urbanização do Titanzinho e do Serviluz)




Caracterização ambiental do município
 Contexto da AAE

Desde 2005 a Prefeitura de Fortaleza vem discutindo com a Sociedade as estratégias para a revitalização do litoral de Fortaleza, da Barra do Ceará à Sabiaguaba, no âmbito do Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima – PROJETO ORLA (Ministério do Meio Ambiente – MMA e da SPU/MPOG).

A partir de 2006 Fortaleza iniciou as discussões para construir o seu Plano Diretor Participativo que no final do processo acolheu as diretrizes definidas no Projeto Orla.

Vários projetos foram concebidos nessa diretriz:

- Vila do Mar
- Praia de Iracema
- Aldeia da Praia e Prodetur Nacional Fortaleza:
 - Beira Mar
 - Praia do Futuro




Caracterização ambiental do município
 Programas para o Litoral






Caracterização ambiental do município
 Projetos



1. Urbanização da Beira Mar
2. Urbanização da Encosta do Conjunto Santa Teresinha
3. Vias da Praia do Futuro
4. Praça 31 de Março




Caracterização ambiental do município
 Projetos
 Reordenamento da Beira Mar



Situação Atual
 Situação Futura





Caracterização ambiental do município

- Projetos

Reordenamento da Beira Mar



Mercado de Peixes



Largo de Iracema





Caracterização ambiental do município

- Projetos

Reordenamento da Beira Mar



Praças de Alimentação



Skate Park






Caracterização ambiental do município

- Projetos

Reordenamento da Beira Mar



Área da Esplanada no novo aterro em frente ao Clube Náutico



Pavilhões Multiuso na Esplanada em frente ao Clube Náutico









Caracterização ambiental do município

- Projetos

Reordenamento da Beira Mar



Vista da área proposta para a feirinha antes da montagem



Vista da área proposta para a feirinha após a montagem








Caracterização ambiental do município

- Projetos

Reordenamento da Beira Mar



Vista da área proposta para a feirinha antes da montagem



Vista da área proposta para a feirinha após a montagem





Caracterização ambiental do município

- Projetos

Encosta do Conjunto Santa Teresinha



Situação Atual



Situação Futura





Caracterização ambiental do município

- Projetos

Encosta do Conjunto Santa Teresinha



Praça principal



Escadaria Secundária







Caracterização ambiental do município

- Projetos

Encosta do Conjunto Santa Teresinha



Praça principal vista 1



Praça principal vista 2






Caracterização ambiental do município
 Projetos
 Encosta do Conjunto Santa Teresinha



Escadaria Secundária Escadaria principal com Plano Inclinado




Caracterização ambiental do município
 Projetos
 Vias da Praia do Futuro



Situação Atual Situação Futura



Caracterização ambiental do município

- Projetos
- Vias da Praia do Futuro



Situação Atual



Situação Futura








Caracterização ambiental do município

- Projetos
- Praça 31 de Março




Escadaria Secundária

Escadaria principal com Plano Inclinado








Caracterização ambiental do município

○ Projetos
Praça 31 de Março



Esquina oeste da praça com edificação que abrigará a sedes da Secretaria Regional II e Secretaria de Desportos.



Esquina pista de cooper/patins/ciclismo e quadras de volei.



Caracterização ambiental do município

○ Projetos
Praça 31 de Março



Edifícios do Posto da Polícia Militar do Ceará e Prédio de Apoio para a Brigada de Salva-vidas do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará ao fundo, e o Centro de Apoio ao Turista em primeiro plano.



Edifícios do Posto da Polícia Militar do Ceará e Prédio de Apoio para a Brigada de Salva-vidas do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará.





Secretaria de Turismo de Fortaleza – SETFOR

Coordenação de Infraestrutura, Serviços Básicos e Gestão Ambiental

Apresentação do Diagnóstico da Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica do PRODETUR Nacional Fortaleza

Reunião dia 22.12.2010 – Auditório da SETFOR

Nome	Órgão / Instituição	E-mail	Fone	Assinatura
Monica Gomes Aguiar	Grupo Gestor de Fortaleza	monicaguiar@hotmail.com	9642.9664	
Antônia Luathara Salobanh	SETFOR	ocerasalobanha@gmail.com	87862583	
JOSEVILA PEDROSA	SETFOR	MARIAJOSEVILA@GMAIL.COM	8792.9707	
Tha Pravid	SETFOR	thaid_pramam@bolshmail.com	99557725	
CELENA RODRIGUES	SETFOR	CELENA.RODRIGUES@HOTMAIL.COM	8813.1805	
JOÃO PAULO FERREIRA	ASSIST	JPGEOLOGA2009@HOTMAIL.COM	8810-7006	
Amanda Silveira	ASSIST	amandasilveira@zipmail.com	968.5420	

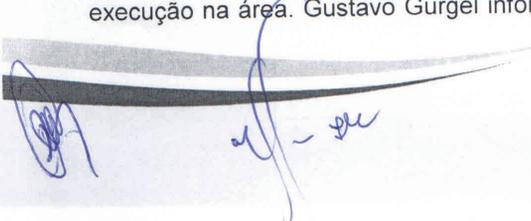


Nome	Órgão / Instituição	E-mail	Fone	Assinatura
Dúvia Silva Barbosa	Assist	barbosa.vl55@yahoo.com.br	88057786	
ROBERTO MELO	ASSIST	Roberto.melo@t.com.br	87670325	
JOSÉ ROBERTO DE ALENAR	ASSIST	joserrezende@gmail.com	87782258	
YURI SARGOSA	ASSIST	YURI.SARGOSA@ASSISTASSOCIADOS.COM.BR	87781839	
SILVANIA COSTA	SETUR - CAUCAIA	SILVIANACOSTA@YAHOO.COM.BR	88292342 81256122	
GUSTAVO A.S. GOEGL	ASSIST	gsguegl@oi.com.br	87320157	
BERNARDO SA	FORUR	bernardosa@forur.com.br	88794580	
CLODIONOR C. ARAUJO	ITAB	itab@itab.org.br	3262-1559 9117-3399	
Rosana Lima	ABBTUR / SETUR Agz.	limaconal@itab.org.br	99094623	
Circe Jane	SINDIEVENTOS/GGFOR	Circejane@gmail.com		
CRISTIAN SALGUEIRO	u	CRISTIAN_SBE@YAHOO.COM.BR	8655-9880	



ATA DE REGISTRO DE OFICINA PARTICIPATIVA REALIZADA PELA SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA - SETFOR COM A FINALIDADE DE "VALIDAR O DIAGNÓSTICO COM ATORES RELEVANTES ENVOLVIDOS NA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PRODETUR NACIONAL FORTALEZA."

Em 22/12/2010 às 15:30hs, no auditório da Secretaria de Turismo de Fortaleza - SETFOR, foi realizada uma oficina participativa com o objetivo de validar o diagnóstico com atores relevantes envolvidos na elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE do PRODETUR Nacional Fortaleza. A reunião foi iniciada pela Coordenadora geral da UCP, Josenira explicando a atuação do programa PRODETUR Nacional Fortaleza e a importância de uma avaliação ambiental estratégica para a cidade de Fortaleza. Josenira agradeceu os presentes e incentivou o debate dos resultados do diagnóstico. A equipe técnica da Consultoria ASSIST iniciou a apresentação com Roberto Melo discorrendo sobre a matriz de investimentos do Programa. Resende discorreu sobre as razões que levaram o PRODETUR a propor uma Avaliação Ambiental Estratégica para a cidade de Fortaleza. Gustavo Gurgel começou a apresentação do diagnóstico passando rapidamente pelos tópicos abordados na apresentação. Em seguida foram apresentados mapas da cidade. No primeiro deles discorreu sobre a divisão territorial por regionais, seguido pelo mapa geológico, mapa geomorfológico, mapa das bacias hidrográficas, mapa da declividade e mapa da cobertura vegetal. Gustavo Gurgel apresentou na sequência algumas fotos para caracterizar o meio biótico da região. Ao falar do meio antrópico, Gustavo Gurgel apresentou a evolução urbana da cidade desde o século XIX até os dias de hoje. Outros mapas foram mostrados para caracterizar o meio antrópico: Mapa de densidade populacional, cobertura da rede de água, cobertura da rede de esgoto, áreas de risco, assentamentos subnormais, rede de drenagem, mapa do macrozoneamento, mapa do zoneamento ambiental, zonas especiais e zonas especiais de interesse social (ZEIS). Gustavo Gurgel então apresentou o prognóstico, apontando a situação atual e a situação futura após a implantação dos Projetos. Gustavo informou que desde 2005 a Prefeitura de Fortaleza discute com a sociedade maneiras de revitalizar a orla da cidade. Foi criado em 2006 um plano de gestão integrada da orla marítima – Projeto Orla para discutir essa questão. Como resultado, vários projetos foram concebidos de acordo com as diretrizes apontadas pelo Projeto Orla. Na sequência, Gustavo Gurgel discorreu sobre os projetos que serão executados no litoral da cidade. Urbanização da Beira Mar, Urbanização da Encosta do Morro de Santa Terezinha, Vias da Praia do Futuro e Praça 31 de Março. Com o término da apresentação, foram abertos os debates. Edgar Sá informou que a SETFOR contratou o consultor Paulo Gaudenzi para ajudar a trabalhar Fortaleza como capital dos eventos, tirando um pouco o foco do turismo de sol e praia. Outra preocupação do *trade*, segundo Edgar Sá, é quanto à Sabiaguaba, que é a última praia virgem que temos. Ilka informou que existe um plano de manejo em execução na área. Gustavo Gurgel informou que a área da Barra do Ceará engloba muitas



SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA
Rua Leonardo Mota, 2700 - Dionísio Torres.
CEP: 60.170-041 Fortaleza - Ceará.
Telefone: (85) 3105.1535
FAX: (85) 3105.1575



Prefeitura de
Fortaleza



manifestações culturais, bem como a Praia do Futuro e o Morro de Santa Terezinha. Edgar Sá perguntou se o Projeto Vila do Mar seria um grande impulso para o desenvolvimento da área do Pirambu. Gustavo Gurgel respondeu que o Projeto contou com a participação ativa da comunidade local e com certeza irá contribuir para melhorar a vida em sociedade das pessoas. Circe Jane citou os diversos problemas que existem na Barra do Ceará, como prostituição, tráfico de drogas, insegurança e problemas ambientais, mesmo sendo uma área com um potencial magnífico para o turismo. Amanda Silvino perguntou como o Estudo pode garantir a potencialização das atividades culturais e das riquezas que temos. Gustavo Gurgel respondeu tomando a Beira Mar como exemplo. Disse que a avenida se tornou um grande aglutinador social da cidade e que hoje em dia a Beira Mar tem como ponto forte a culinária e a hotelaria. Culturalmente, a população que existia na Beira Mar no passado ainda está representada através de suas tradições culturais. Josenira encerrou a reunião agradecendo os presentes e enaltecendo a riqueza das discussões.


MOACIR DE SOUSA SOARES
Secretário de Turismo de Fortaleza


MARIA JOSENIRA PEDROSA CAVALCANTE
Coordenadora Geral
UCP PRODETUR Nacional Fortaleza


ILKA MARIA DE AGUIAR BRAID
Assessora Especial em Gestão Ambiental
UCP PRODETUR Nacional Fortaleza

Fortaleza, 22 de dezembro de 2010.

SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA
Rua Leonardo Mota, 2700 – Dionísio Torres.
CEP: 60.170-041 Fortaleza – Ceará.
Telefone: (85) 3105.1535
FAX: (85) 3105.1575

Fotos da Oficina Participativa



Participação dos atores envolvidos na área de abrangência das obras do Prodetur Nacional
Fortaleza



FONTE: ARQUIVO ASSIST 2010



Participação dos atores envolvidos na área de abrangência das obras do Prodetur Nacional
Fortaleza



